



## BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

### Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em atendimento às disposições legais e estatutárias, especialmente ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco VR S.A. ("Banco" ou "Instituição"), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **Política de Equidade e Indicadores de Gênero:** (Art. 133, § 6º, da Lei nº 6.404/76, incluído pela Lei nº 15.177/2025) O Banco VR S.A. adota princípios de equidade, diversidade e não discriminação em seus processos de recrutamento, seleção, desenvolvimento e remuneração de seus colaboradores, observando a legislação aplicável, as normas regulatórias do Sistema Financeiro Nacional e suas políticas internas de gestão de pessoas. As práticas adotadas têm como objetivo assegurar igualdade de oportunidades, respeito às diferenças e tratamento isonômico entre profissionais que ocupam cargos e funções similares, independentemente de gênero. **a) Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico:** A composição do quadro de colaboradores do Banco VR S.A., segregada por gênero e por níveis hierárquicos, encontra-se resumida a seguir: Quadro funcional total: Exercício de 2025: 03 mulheres e 11 homens; Exercício de 2024: 05 mulheres e 08 homens; Cargos de liderança e gestão: Exercício de 2025: 00 mulheres e 03 homens; Exercício de 2024: 00 mulheres e 03 homens; **b) Mulheres em cargos de administração:** No exercício de 2025, os cargos de administração do Banco VR S.A. (Diretoria e demais órgãos estatutários, quando aplicável) foram ocupados integralmente por profissionais do sexo masculino. No exercício de 2024, a composição dos cargos de administração apresentava a mesma configuração, não havendo participação feminina nesses níveis hierárquicos em ambos os exercícios analisados. **c) Demonstrativo de remuneração por gênero:** A remuneração dos colaboradores do Banco VR S.A., considerada de forma agregada e para cargos ou funções similares, contempla os seguintes componentes: remuneração fixa, variável e eventual. De forma consolidada, não foram identificadas distorções relevantes de remuneração entre homens e mulheres que ocupam funções equivalentes, observadas as políticas internas, os critérios de mérito, desempenho, responsabilidade e complexidade dos cargos. **d) Evolução comparativa dos indicadores:** Os indicadores apresentados nos itens (a), (b) e (c) refletem a evolução comparativa entre os exercícios de 2024 e 2025, permitindo acompanhamento da composição do quadro funcional, da participação feminina em posições de liderança e da estrutura remuneratória ao longo

do período. **Panorama dos Negócios e Atividades:** O Banco VR S.A. é uma instituição financeira constituída sob a forma de banco múltiplo, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução nº 1.524/88, com atuação nas carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. A Instituição é especializada em assessoria financeira e estratégica, produtos de tesouraria e investimentos, tendo sido originalmente concebida para ofertar soluções financeiras, principalmente de crédito, aos clientes e parceiros do Grupo VR. Ao longo de sua trajetória, o Banco desempenhou papel estratégico no suporte às operações da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A., especialmente nos negócios relacionados a Benefícios PAT e processamento e captura de transações. **Desempenho e Atividades do Exercício:** Durante o exercício de 2025, o Banco manteve foco em uma estratégia conservadora de gestão de ativos e passivos, priorizando liquidez, solidez patrimonial e aderência regulatória. A principal fonte de captação da Instituição permaneceu sendo os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) indexados ao CDI, dos quais aproximadamente 0,10% foram emitidos aos acionistas/controladores e cerca de 99,90% a empresas ligadas ao Grupo VR. Os recursos captados foram aplicados substancialmente em operações de elevada liquidez no mercado financeiro, especialmente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais (Selic), assegurando elevada capacidade de honrar obrigações financeiras. Em cenários de estresse, o Banco demonstra capacidade de liquidação de 100% de suas obrigações com clientes. **Principais Eventos do Exercício:** Em 9 de setembro de 2025, foi celebrado o Acordo de Colistas da Classe Única do V CDT 1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada (V CDT 1 FIDC), fundo constituído sob a forma de condomínio fechado. O objetivo econômico da estrutura é financiar, por meio da aquisição de direitos creditórios, operações originadas no âmbito do grupo econômico VR, com governança compartilhada entre VR e FIC Zeta, além da participação do grupo econômico BTG na gestão, administração e estruturação do fundo. O Banco VR S.A. não participa da estrutura como cotista, atuando como interveniente e prestador de serviços à Classe e ao Fundo, exercendo, entre outros, os seguintes papéis: • Bancarização das operações; • Oferta e endosso de direitos creditórios; • Coordenação operacional com a VR Benefícios; • Participação em contratos operacionais relacionados à estrutura. **Gestão de Riscos e Capital:** Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, atualizada pela Resolução CMN nº 5.207/2025, o Banco dispõe de estruturas contínuas e integradas de gerenciamento de riscos e de capital, compatíveis com a natureza de

suas operações, complexidade de seus produtos e perfil de risco. **Risco Operacional:** O Banco possui política específica para gerenciamento do risco operacional, bem como estrutura destinada ao mapeamento, monitoramento e registro de incidentes operacionais. Está em desenvolvimento uma base histórica de dados de perdas, permitindo o aprimoramento contínuo dos controles e mitigadores de risco. **Risco de Mercado e Liquidez:** A Instituição mantém política formal de gerenciamento do risco de mercado e liquidez, supervisionada por comitê específico vinculado à Presidência, com participação de membro externo à organização. São definidos e monitorados limites de exposição, incluindo VaR, testes de estresse, descausamento de prazos e níveis mínimos de liquidez. A Gerência de Riscos realiza o acompanhamento diário das exposições e reporta periodicamente ao comitê. **Risco de Crédito:** O gerenciamento do risco de crédito é realizado por meio de comitê responsável pela análise, aprovação e acompanhamento das operações, bem como pela definição de limites e monitoramento da qualidade das exposições ao longo do tempo. **Gerenciamento de Capital:** O Banco mantém políticas e estruturas adequadas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar os impactos de suas atividades e projeções financeiras sobre o capital regulatório. Utiliza sistema interno que permite simulações de cenários econômicos e de carteiras, incluindo projeções das demonstrações financeiras. **Governança Corporativa e Ouvidoria:** O Banco VR S.A. adota práticas de governança compatíveis com seu porte e complexidade operacional, assegurando transparência, segregação de funções e adequada supervisão dos riscos. Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria, em atendimento à Resolução CMN nº 4.433, com a finalidade de assegurar a observância das normas legais e regulamentares relativas à proteção dos direitos dos clientes, bem como atuar como canal de comunicação entre a Instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos. **Perspectivas e Tendências:** Para o exercício de 2026, a Administração projeta a continuidade da estratégia conservadora, com ênfase em liquidez, eficiência operacional e robustez de capital. Espera-se crescimento gradual dos produtos de tesouraria e investimentos, alinhado às condições do mercado monetário, com foco em operações de curto prazo e negociação de títulos públicos federais e instrumentos indexados ao CDI. A Instituição seguirá avaliando oportunidades que estejam aderentes ao seu perfil de risco, mantendo rigor na gestão prudencial e no cumprimento das exigências regulatórias.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	2025	2024	2023
<b>Ativo</b>			
Disponibilidades (nota 4)	4	4	4
<b>Instrumentos financeiros</b>	<b>713.247</b>	<b>713.247</b>	<b>713.247</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	301.299	301.299	301.299
Relações interfinanceiras (nota 6)	352.030	352.030	352.030
Operações de Créditos (nota 7)	59.918	59.918	59.918
<b>Outros instrumentos financeiros</b>	<b>15.045</b>	<b>15.045</b>	<b>15.045</b>
Outros créditos (nota 8)	15.045	15.045	15.045
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>2.176</b>	<b>2.176</b>	<b>2.176</b>
Ativos não financeiros mantidos para venda (nota 9)	2.176	2.176	2.176
<b>Investimentos</b>	<b>6.206</b>	<b>6.206</b>	<b>6.206</b>
Participação em controlada no país (nota 10)	6.206	6.206	6.206
<b>Imobilizado (nota 11)</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
Outras imobilizações de uso (Depreciação acumulada)	70	57	57
<b>Intangível</b>	<b>161</b>	<b>161</b>	<b>161</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>736.852</b>	<b>736.852</b>	<b>736.852</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos</b>	<b>668.281</b>	<b>668.281</b>	<b>668.281</b>
Depósitos (nota 12)	668.281	668.281	668.281
Relações interdependências	-	-	-
Relações interfinanceiras	-	-	-
<b>Outros passivos (nota 13)</b>	<b>21.547</b>	<b>21.547</b>	<b>21.547</b>
Cobrança e arrecadação de tributos	188	188	188
Sociais e estatutárias	1.395	1.395	1.395
Fiscais e previdenciárias (nota 15)	10.831	10.831	10.831
Diversas	9.133	9.133	9.133
<b>Patrimônio líquido (nota 17)</b>	<b>47.024</b>	<b>47.024</b>	<b>47.024</b>
Capital de domiciliados no país	99.738	99.738	99.738
Reservas	8.445	8.445	8.445
Ajuste de Avaliação	271	271	271
Prejuízos acumulados	(61.430)	(61.430)	(61.430)
<b>Total do Passivo</b>	<b>736.852</b>	<b>736.852</b>	<b>736.852</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)							
	Reservas			Ajuste de avaliação	Outros resultados	Prejuízos acumulados	Total
	Capital realizado	Reservas de capital	Reserva legal				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>99.738</b>	<b>544</b>	<b>7.901</b>	-	(8)	(73.229)	<b>34.946</b>
Ativos Financeiros ao Valor Justo	-	-	-	-	8	-	8
Efeito da adoção da Resolução 4966/21 (nota 17)	-	-	-	271	-	-	271
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.799	11.799
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>99.738</b>	<b>544</b>	<b>7.901</b>	<b>271</b>	-	<b>(61.430)</b>	<b>47.024</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2025</b>	<b>99.738</b>	<b>544</b>	<b>7.901</b>	<b>271</b>	-	<b>(65.441)</b>	<b>43.013</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	4.011	4.011
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>99.738</b>	<b>544</b>	<b>7.901</b>	<b>271</b>	-	<b>(61.430)</b>	<b>47.024</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto Operacional** – O Banco VR S.A. ("Banco" ou "Instituição") opera como banco múltiplo, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento. A sede do Banco está localizada em São Paulo, na Avenida dos Bandeirantes, 460, 1º andar, Brooklin Novo, CEP 04553-900, São Paulo-SP. O Banco possui 4 acionistas, sendo o majoritário Szajman Participações Societárias S.A. com 99,42% de participação. Atualmente o Banco opera com a antecipação de recebíveis a empresas ligadas além da aplicação em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Possui como principal fonte de captação Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) indexados ao DI, sendo aproximadamente 0,10% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores e 99,90% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo. Atualmente as operações de captações do Banco são realizadas substancialmente com partes relacionadas, vide nota 25. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência internacional, ainda não reconhecidas pelo CMN ou pelo Bacen. **a) Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:** I. Resolução CMN nº 4.966/21 e normativos complementares: Estabelece definições e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e hedge accounting. Os temas abordados abrangem: i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; iii) designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e iv) evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros. A norma está em vigor em 01.01.2025. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão, a partir de 1º de janeiro de 2025, observar os critérios contábeis para classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e provisionamento de instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (hedge accounting). A metodologia de apuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, segue os padrões internacionais de gestão de risco, especificamente os conceitos da norma IFRS 9. Aqui estão os principais pontos: • Estágios de Risco • Modelos de Perda Esperada. A classificação dos ativos financeiros em estágios de risco segue os princípios da IFRS 9, sendo baseada na avaliação da deterioração do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Os critérios de migração entre estágios consideram: Estágio 1: ativos sem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A provisão é calculada com base na perda esperada para 12 meses. Estágio 2: ativos com aumento significativo do risco de crédito. A provisão é calculada com base na perda esperada durante toda a vida do ativo. Estágio 3: ativos com evidência objetiva de perda (inadimplência). A provisão também considera a perda esperada ao longo da vida. A migração entre estágios ocorre com base em indicadores como atraso nos pagamentos, reestruturações, classificação interna de risco e outras evidências qualitativas. A cura (retorno a estágio anterior) é permitida quando há melhora substancial e sustentada no perfil de risco do ativo, conforme critérios definidos na política de crédito da instituição. O Banco adotou o Modelo Simplificado para a apuração das provisões. Esse modelo, adequado para instituições menores, atende aos requisitos da IFRS 9, mas com menor complexidade. A adoção do modelo simplificado teve impacto contábil, o qual está refletido no Patrimônio Líquido da instituição, conforme evidenciado nas demonstrações financeiras: O Banco VR adotou em 01 de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/21 e optou pela dispensa da apresentação nas Demonstrações Financeiras dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 desta Resolução. Com o objetivo de melhor compreensão destas Demonstrações Financeiras, foram incluídas informações suplementares no Balanço Patrimonial e Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, que corresponde aos saldos de 31 de dezembro de 2024, ajustados

com os novos conceitos na data inicial da vigência da Resolução CMN nº 4.966/21. Os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 no balanço de abertura foram refletidos nos saldos ajustados, totalizando R\$ 271. II. Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023 estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R\$), moeda funcional do Banco. A administração optou por apresentar os ativos por ordem de liquidez e os passivos por ordem de exigibilidade, sendo a segregação entre circulante e não circulante apresentada em nota explicativa.

**3. Resumo das Principais Práticas Contábeis** – As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **b) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas até a data do balanço. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, os instrumentos financeiros são classificados e mensurados com base no modelo de negócios da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa. As categorias de mensuração adotadas são: • Custo Amortizado: ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros. • Valor Justo por Resultados Abrangentes (VJORA): ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais e realizar vendas, desde que os fluxos sejam exclusivamente de principal e juros. • Valor Justo por Resultado (VJR): ativos que não se enquadram nas categorias anteriores ou cuja designação visa eliminar inconsistências contábeis. **d) Relações Interfinanceiras:** Valores a receber junto a empresas ligadas, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais). **e) Operações de crédito e Provisão para perda esperada:** As operações de crédito são reconhecidas como ativos financeiros e mensuradas conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, alinhada à norma internacional IFRS 9 e ao Pronunciamento Técnico CPC 48. A instituição adota o modelo de perda esperada em três estágios, conforme a Resolução CMN nº 4.966/21: • Estágio 1: ativos sem aumento significativo de risco – provisão com base na perda esperada para 12 meses. • Estágio 2: ativos com aumento significativo de risco – provisão com base na perda esperada ao longo da vida do ativo. • Estágio 3: ativos com evidência objetiva de perda – provisão integral com base na perda esperada. A avaliação considera fatores internos e externos, como indicadores macroeconômicos, histórico de pagamento, reestruturações e atrasos superiores a 30 dias. A metodologia utilizada é a simplificada, conforme permitido para instituições de menor porte. **f) Outros créditos:** São representados substancialmente por depósitos judiciais representados substancialmente por valores vinculados a processos judiciais, nos quais a instituição figura como parte. Esses ativos são registrados com base em seus valores históricos, conforme os comprovantes de depósito emitidos pelas instituições financeiras responsáveis pela custódia dos recursos. **g) Investimentos:** Os investimentos em controlada são registrados pelo método da equivalência patrimonial. **h) Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade, decorrentes de operações que transferem à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **i) Intangível:** Representado, principalmente por gastos com implantação e aquisição de software, os

Demonstrações do Resultado para o Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)			
	2º Semestre 2025	Exercício 2025	Exercício 2024
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>37.553</b>	<b>66.777</b>	<b>66.777</b>
Rendas de Empréstimos (nota 18)	12.545	17.426	17.426
Resultado de operações com aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários (nota 18)	25.008	49.351	49.351
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(42.357)</b>	<b>(80.701)</b>	<b>(80.701)</b>
Operações de captação no mercado (nota 20)	(42.357)	(80.701)	(80.701)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>(4.804)</b>	<b>(13.924)</b>	<b>(13.924)</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>30.044</b>	<b>61.638</b>	<b>61.638</b>
Receitas de prestação de serviços (nota 21)	26.264	49.138	49.138
Resultado de participação em controladas (nota 10)	110	313	313
Outras receitas operacionais (nota 23)	3.670	12.187	12.187
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(18.997)</b>	<b>(32.836)</b>	<b>(32.836)</b>
Despesas de pessoal	(3.816)	(7.864)	(7.864)
Outras despesas operacionais (nota 24)	(2.668)	(5.121)	(5.121)
Outras despesas administrativas (nota 22)	(11.258)	(17.440)	(17.440)
Despesas tributárias	(1.255)	(2.411)	(2.411)
<b>Resultado antes da tributação</b>	<b>6.243</b>	<b>14.878</b>	<b>14.878</b>
Imposto de renda e contribuição social (nota 14)	(2.232)	(3.079)	(3.079)
Provisão de IRPJ e CSLL	(2.368)	(3.497)	(3.497)
Ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	136	418	418
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>4.011</b>	<b>11.799</b>	<b>11.799</b>
<b>Lucro por lote de mil ações – R\$</b>	<b>0,99</b>	<b>2,91</b>	<b>2,91</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para o Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	2º Semestre 2025	Exercício 2025	Exercício 2024
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<b>4.011</b>	<b>11.799</b>	<b>11.799</b>
Outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários	-	-	-
<b>Resultados abrangentes do semestre/exercício</b>	<b>4.011</b>	<b>11.799</b>	<b>11.799</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (método indireto) para o Semestre e Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	2º Semestre 2025	Exercício 2025	Exercício 2024
<b>Lucro líquido ajustado do semestre/exercício</b>	<b>6.791</b>	<b>16.794</b>	<b>16.794</b>
Lucro do semestre/exercício	4.011	11.799	11.799
Ajustes ao lucro do semestre	-	-	-
Depreciações e amortizações	26	54	54
Resultado de participação em controlada	(110)	(313)	(313)
Provisões (reversão) para riscos	11	11	11
Provisão (reversão) para perda esperada associada ao risco de crédito	621	2.157	2.157
Ajuste TVM de Mercado	-	7	7
Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	2.368	3.497	3.497
Imposto de renda diferido	(136)	(418)	(418)
<b>Varição em Ativos e Passivos Operacionais – (Aumento)/Diminuição</b>	<b>20.526</b>	<b>(55.773)</b>	<b>(96.778)</b>
Redução das aplicações em depósitos interfinanceiros (Aumento) redução em títulos e valores mobiliários (Redução) aumento de depósitos	-	37.548	37.548
Redução em relações interfinanceiras e interdependências (Aumento) redução de outros créditos (Redução) aumento de outras obrigações (Aumento) operações de créditos (Aumento) outros valores e bens	176.584	51.095	51.095
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.485)	(3.577)	(3.577)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.302)	3.560	3.560
Imposto de renda e contribuição social pagos	(37.575)	(6.761)	(6.761)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.669)	(38.206)	(38.206)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.176)	(2.176)	(2.176)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.575)	(3.698)	(3.698)
<b>Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades Operacionais</b>	<b>27.317</b>	<b>(38.979)</b>	<b>(38.979)</b>
<b>Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>27.317</b>	<b>(38.979)</b>	<b>(38.979)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	273.986	340.282	340.282
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	301.303	301.303	301.303
<b>Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>27.317</b>	<b>(38.979)</b>	<b>(38.979)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. **j) Valor recuperável de ativos:** A instituição observa os procedimentos definidos pela Resolução CMN nº 4.924/2021. Essa norma estabelece os princípios gerais para o reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábil, incluindo a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em investimentos. **k) Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas, passivas e obrigações legais são efetuados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009, com alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. **Ativos contingentes** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Passivos contingentes** – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, pro-

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal), apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:



## BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

visionados, mas divulgados se classificados como perda provável, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. Provisões – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração, e divulgadas em notas explicativas. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2014 e de janeiro a agosto de 2015, e 20% a partir de 1º de setembro de 2015, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 em 06 de outubro de 2015. Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo. Imposto de Renda 15,00% PIS 0,65% Adicional de imposto de Renda 10,00% COFINS 4,00% Contribuição Social sobre o Lucro Líquido 20,00% ISS até 5,00% **m) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize julgamento técnico para formular estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações. Essas estimativas são elaboradas com base nas melhores informações disponíveis na data de encerramento do exercício, considerando fatores internos e externos, inclusive projeções econômicas e riscos operacionais, tais como: (i) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa; (ii) Impairment de Ativos; (iii) Contingências Ativas e Passivas; (iv) Realização de Prejuízo Fiscal e Créditos Tributários. Os valores efetivos de liquidação dos ativos e passivos podem diferir das estimativas apresentadas, especialmente em cenários de instabilidade econômica ou mudanças regulatórias. A Administração revisa continuamente suas premissas para refletir as condições atuais e futuras do mercado. **n) Resultado recorrente/não recorrente:** Em nossas políticas internas consideramos como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteira comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro do Banco no exercício de 2025, no montante de R\$ 11.799 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2025
Disponibilidades	4
Aplicações em operações comprometidas (*)	301.299
<b>Total</b>	<b>301.303</b>

(\*) Estão sendo classificados como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações que possuem conversibilidade imediata em caixa, cujo prazo inicial de aplicação e vencimento não é superior a 90 dias, e que se destinam a cumprir com obrigações de curto prazo.

### 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2025
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada (a)	301.299
Letras do tesouro nacional	301.299
<b>Total</b>	<b>301.299</b>

(a) As aplicações no mercado aberto são compostas por operações comprometidas, lastreadas em títulos públicos federais, com rendimento pré-fixado de 14,90% a.a. e vencimento em 02/01/2026. Essas operações são classificadas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, por se tratarem de aplicações mantidas com o propósito de negociação e gestão ativa da liquidez de curto prazo, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, por se tratar de ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por principal e juros. Essas operações seriam classificadas como nível 2, pois os preços dos títulos públicos utilizados como lastro são observáveis no mercado, mas não diretamente cotados para os ativos específicos da operação.

**6. Relações Interfinanceiras –** São obrigações classificadas como Passivos Financeiros avaliados ao Custo Amortizado, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21. A classificação decorre da natureza contratual dos fluxos de caixa, que envolvem exclusivamente pagamentos de principal e encargos financeiros, e da intenção da instituição de liquidar essas obrigações conforme os termos originais. A mensuração pelo custo amortizado considera o valor original da obrigação, ajustado pelos custos de transação e pela amortização da diferença entre o valor inicial e o valor de vencimento, com base na taxa efetiva de juros.

	31/12/2025
Pagamentos e recebimentos a liquidar (1)	335.324
Créditos vinculados (2)	16.660
Correspondentes	46
<b>Total</b>	<b>352.030</b>

### 7. Operações de Crédito

(1) Valores a receber junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs (Estabelecimentos comerciais) com prazo médio de 30 a 90 dias, sem valores em atraso, sendo remunerado a taxa de 125% do CDI em 2025, a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco. (2) O saldo da reserva SPI refere-se aos valores mantidos nas Contas de Pagamento Instantâneo (Contas PI), utilizadas exclusivamente para a liquidação de transações instantâneas no âmbito do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI), operado pelo Banco Central do Brasil. Essas contas são utilizadas para viabilizar operações realizadas via PIX, garantindo liquidez imediata entre as instituições participantes do sistema. Os recursos mantidos nessas contas são remunerados em 100% do CDI, conforme regulamentação vigente.

**7. Operações de Crédito –** Em 31 de dezembro de 2025, as operações de crédito realizadas no setor privado com pessoas jurídicas e os respectivos níveis de risco e provisionamento estavam apresentados como segue:

	31/12/2025
Operações de Crédito por tipo	
Pessoas Físicas	50.917
Crédito Consignado	7.306
FGTS	43.611
Pessoas Jurídicas	11.208
Crédito Fácil	11.208
<b>Total de operações de crédito</b>	<b>62.125</b>
Ajuste ao valor justo	429
Custos de transação e receitas incluído	(479)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(2.157)
<b>Total líquido de perda associada ao risco de crédito</b>	<b>59.918</b>

### a) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito:

	31/12/2025			
A vencer	Crédito Consignado	FGTS	Crédito Fácil	Total
De 0 a 14 dias	(33)	(818)	(191)	(1.042)
De 15 a 30 dias	(2)	-	-	(2)
De 31 a 60 dias	(18)	-	(52)	(70)
De 61 a 90 dias	(31)	-	-	(31)
Acima de 90 dias	(407)	(26)	(579)	(1.012)
<b>Saldo</b>	<b>(491)</b>	<b>(844)</b>	<b>(822)</b>	<b>(2.157)</b>

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	31/12/2025
Saldo no início do exercício	(271)
(-) Ajustes devido Adoção Inicial da Resolução 4.966/21	271
(+) Adições (reversões) de Provisão	(2.157)
<b>Saldo no fim do exercício</b>	<b>(2.157)</b>

### b) Abertura da Carteira de Crédito por Estágio de Risco:

	Saldo Bruto	Provisão Constituída	Saldo Líquido
Estágio 1	60.112	(1.044)	59.068
Estágio 2	599	(101)	498
Estágio 3	1.364	(1.012)	352
<b>Total</b>	<b>62.074</b>	<b>(2.157)</b>	<b>59.918</b>

O saldo bruto por estágio de risco representa o valor total das operações classificadas conforme os estágios de risco de crédito, conforme previsto na regulamentação vigente. Esse saldo é composto pela soma do valor contratual das transações, acrescido dos custos de transação e das receitas diretamente atribuíveis à operação, que foram considerados na apuração da taxa efetiva de juros. A apresentação por estágio de risco tem como objetivo evidenciar a exposição bruta da instituição ao risco de crédito, antes da dedução da provisão para perdas esperadas, permitindo melhor análise da qualidade da carteira e dos critérios de mensuração adotados. A Resolução CMN nº 4.966/21, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, adota um modelo baseado nos conceitos da norma internacional IFRS 9 para a contabilização de instrumentos financeiros. A adoção da nova norma gerou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da instituição, entre os quais destacam-se: • Reclassificação de ativos financeiros conforme modelo de negócios e características dos fluxos de caixa contratuais; • Alterações na mensuração de instrumentos financeiros, com maior uso de valor justo; • Mudança na metodologia de provisão para perdas esperadas, com aumento sensível nos saldos provisionados; • Impacto no patrimônio líquido, decorrente da aplicação retrospectiva e ajustes de transição.

### 8. Outros Créditos

	31/12/2025
Devedores por depósitos em garantia (nota 16.a)	10.513
Impostos a compensar	1.641
Ativo Fiscal Diferido	418
Outros	2.473
<b>Total</b>	<b>15.045</b>

### 9. Outros Valores e Bens

O Banco recebeu o imóvel localizado na Avenida Portugal nº 1695-1713, em decorrência de ganho de ação judicial transitada em julgado, resultando na expropriação e adjudicação do referido bem em favor da Instituição. O bem foi reconhecido contabilmente pelo valor de R\$ 2.176, registrado como Ativos não financeiros mantidos para venda.

### 10. Investimentos – Participação em Controlada no País – a) Participação em controlada no país

	31/12/2025
VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	95,46%

	% de participação
Capital social	6.501
Patrimônio Líquido	328
Lucro (prejuízo) líquido	6.206
Valor contábil do investimento	313
Resultado de participação em controlada	313

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com o balanço na data-base de 31 de dezembro de 2025.

### 11. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo corrigido	Depreciação Acumulada	31/12/2025 Líquido
Máquinas e equipamentos	10	6	(5)	(1)
Móveis e equipamentos	10	2	(2)	-
Equipamentos informática	20	62	(50)	(12)
<b>Total</b>		<b>70</b>	<b>(57)</b>	<b>(13)</b>

### 12. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

	31/12/2025
Depósitos à vista	1.090
Depósitos a prazo	660.207
Depósitos interfinanceiros	6.382
Outros Depósitos	602
<b>Total</b>	<b>668.281</b>
Curto Prazo	8.788
Longo Prazo	659.493
<b>Total</b>	<b>668.281</b>

As operações de captação no mercado são representadas substancialmente por depósitos a prazo, contratados junto a clientes e investidores institucionais, com o objetivo de financiar as atividades da instituição e compor sua estrutura de passivos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, por se tratarem de obrigações contratadas com pagamento de principal e juros em datas determinadas. A principal fonte de captação são CDB's pós-fixados indexados ao 97% do CDI, vencimento entre 02/09/2026 a 30/04/2030, sendo aproximadamente 0,10% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,90% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo (nota 25).

### 13. Outros Passivos

	31/12/2025
Provisão para riscos fiscais (nota 15.b)	9.913
Provisão para impostos e contribuições a recolher	917
Provisão para pagamentos a efetuar	5.407
Compensação de recebimento (a)	2.929
Pagamento a fornecedor (b)	124
Outros	2.257
<b>Total</b>	<b>21.547</b>

(a) A rubrica compensação de recebimentos registra a movimentação correspondente ao recebimento de Transferência Eletrônica Disponível (TED) com valor igual ou superior a R\$ 200. (b) Valores referentes a pagamentos a serem realizados aos ECs (estabelecimentos comerciais), devido a compra dos recebíveis, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

### 14. Imposto de Renda e Contribuição Social –

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações:

	31/12/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	14.878
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	6.695
Exclusões (adições):	(1.615)
Resultado de participação em controlada	(141)
Provisões diversas (a)	(1.563)
Outras	89
Imposto de renda e contribuição social	(3.497)
Prejuízo Fiscal de base negativa	418
a) Refere-se substancialmente à reversão de provisão para riscos fiscais e contingências, decorrente de ganho em processo de execução fiscal proposta pela Prefeitura de Barueri, relacionado à cobrança de débitos de ISS sobre locação de bens móveis. Em 31 de dezembro de 2025 não foram constituídos créditos tributários do Banco VR S/A decorrente de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R\$ 7.862.	

### 15. Outros Passivos – Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2025
Impostos e contribuições a recolher	918
Provisão para riscos fiscais (nota 16.b)	9.913
<b>Total</b>	<b>10.831</b>
Curto Prazo	918
Longo Prazo	913

### 16. Provisão, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias –

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

### a) Devedores por depósitos em garantia

	Fiscais	Outros	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>14.261</b>	<b>1.165</b>	<b>15.426</b>
Baixas por ganho processo (1)	(4.663)	(250)	(4.913)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>9.598</b>	<b>915</b>	<b>10.513</b>

(1) Refere-se basicamente a ganho de processo de execução fiscal proposta pela Prefeitura de Barueri, referente ajuizada para a cobrança de débitos de ISS sobre locação de bens móveis.

### b) Provisão para riscos e obrigações legais por natureza

	31/12/2025
Provisão para riscos fiscais (a)	9.901
Provisão para riscos trabalhistas (b)	-
Provisão para outros riscos – cíveis (b)	12
<b>Total</b>	<b>9.913</b>

(a) Classificados na rubrica "Outros passivos – Fiscais e Previdenciárias" no exigível a longo prazo, vide nota 15. (b) Classificados na rubrica de "Outros passivos – Diversas". (c) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:

	Fiscais	Cíveis	Total
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>15.729</b>	<b>1</b>	<b>15.730</b>
Constituição/atualização	470	11	481
Baixas (1)	(6.298)	-	(6.298)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>9.901</b>	<b>12</b>	<b>9.913</b>

1) Ganho de processo de execução fiscal proposta pela Prefeitura de Barueri, referente ajuizada para a cobrança de débitos de ISS sobre locação de bens móveis, julgado improcedente, registrado em outras receitas operacionais (nota 22). A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e na melhor estimativa disponível na data-base das demonstrações financeiras, acompanha regularmente os processos judiciais aos quais a instituição está sujeita. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco figura como parte em dois processos trabalhistas classificados como risco de perda provável, no valor R\$ 13. **Natureza das Provisões para Riscos Fiscais:** As provisões para riscos fiscais referem-se a valores estimados para cobrir possíveis perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais relacionados a tributos federais, estaduais e municipais. Essas provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de eventos passados, e for provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, com base em estimativas confiáveis, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 25. **Riscos Cíveis:** São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e relativas a indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, com protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo, a lei e a jurisprudência. **Riscos Fiscais e Obrigações Legais Tributárias:** Riscos Fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados do período e contabilizados em "Outras Despesas Operacionais". O principal processo é: • IRPJ – Ação Anulatória proposta para anular os débitos objetos dos Processos Administrativos, decorrente das compensações com saldo negativo de IRPJ do ano 2003, valor envolvido R\$ 915. Em 31 de dezembro de 2025, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	31/12/2025		
	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas			
Fiscais			
Provável (*)	1	914	915
Remota (*)	3	8.987	9.598
Trabalhistas			
Provável			
Cíveis			
Remota (*)	1	12	
Ativo não circulante			10.513
Passivo não circulante			9.913

(\*) As probabilidades de perdas das referidas causas são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis ou remotas, no entanto, ocorreu uma avaliação feita pela administração sobre os processos e apenas os que a administração entende que haja risco ou por possuírem depósitos judiciais, são considerados como processos com indicativos de risco de perda provável para o Banco, incluindo as obrigações legais existentes, tendo a mesma julgado adequada a constituição de provisão para contingências.

**17. Patrimônio Líquido –** O capital social está representado em 31 de junho de 2025 por 4.052.039 ações ordinárias (3.808.236 ações ordinárias em 2024), sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País, no montante de R\$ 99.738 (R\$ 93.738 em 2024). O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2025, não foram destinados Dividendos mínimos obrigatórios. A Resolução CMN nº 4.966/21, alinhada ao Pronunciamento Técnico CPC 48 e à norma internacional IFRS 9, introduziu mudanças significativas na forma de classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros, bem como na constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A adoção da nova norma gerou impactos contábeis relevantes, com reflexos diretos no Patrimônio Líquido da instituição, resultando em aumento no saldo de provisões para perdas esperadas, e redução líquida no Patrimônio Líquido, decorrente da constituição adicional de provisões. Reconhecimento de ajustes de transição diretamente no Patrimônio Líquido, conforme permitido pela norma, o impacto líquido estimado foi de R\$ 271, registrado em contas de Ajustes de Avaliação Patrimonial.

### 18. Rendas de Empréstimos

	31/12/2025	31/12/2025
	2º Semestre	Exercício
Rendas de empréstimos FGTS	3.833	6.202
Rendas de empréstimos Consignado	6.240	6.850
Rendas de empréstimos Crédito pessoal	1.844	3.677
Rendas de operações FIDC (*)	582	582
Rendas de Comissão de permanência	46	115
<b>Total</b>	<b>12.545</b>	<b>17.426</b>

(\*) O Banco VR S.A. mantém relação operacional com o V CDT 1 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Responsabilidade Limitada, participando da estrutura como prestador de serviços nos termos contratados, incluindo atividades de bancarização, oferta e endosso de direitos creditórios para a Classe Única do Fundo. Durante o exercício de 2025, o Banco reconheceu receitas decorrentes dessas operações, à medida em que os serviços foram prestados ao Fundo. As receitas são calculadas com base nos contratos específicos celebrados entre as partes, que preveem remuneração pelos serviços financeiros prestados no âmbito da estrutura do FIDC.

### 19. Resultado de Operações com Aplicações Interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2025	31/12/2025
	2º Semestre	Exercício
Rendas em operações comprometidas (*)	25.008	48.213
Rendas em títulos e valores mobiliários	-	1.138
<b>Total</b>	<b>25.008</b>	<b>49.351</b>

(\*) As operações comprometidas, são lastreadas em títulos públicos federais, com rendimento pré-fixado de 14,90% a.a. e vencimento em 02/01/2026. Essas aplicações são mensuradas pelo custo amortizado, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21, por se tratar de ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por principal e juros.

### 20. Operações de Captação no Mercado

	31/12/2025	31/12/2025
	2º Semestre	Exercício
Despesas de depósitos interfinanceiro	(441)	(441)
Despesas de depósitos a prazo (*)	(41.371)	(79.041)
Despesas de operações comprometidas	(193)	(509)
Despesas de com fundo garantidor de crédito	(352)	(710)
<b>Total</b>		





Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 11.285.104/0001-06

neon.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Neon”, “Neon Financeira” ou “Companhia”) relativas ao semestre e exercício findos em 31/12/2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas e instruções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BCEN”), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCEN. No exercício findo em 31/12/2025, a Neon Financeira totalizou um prejuízo de R\$ 107 milhões, 2% superior ao prejuízo de R\$ 104 milhões do exercício anterior, impactado principalmente pelo aumento na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O Grupo Neon continua a crescer de forma acelerada, operando com margem operacional positiva. Ao longo do exercício de 2025 as carteiras de cartão de crédito, crédito consignado privado e crédito pessoal variaram 30%, 48% e 41% em relação ao encerramento do exercício anterior, atingindo um total de R\$ 6.065 milhões, R\$ 962 milhões e R\$ 820 milhões, respectivamente, e encerramos o exercício com 1.000 colaboradores. Além disso, nos últimos meses, a Companhia vem atingindo os primeiros resultados positivos não recorrentes. Reforçamos nosso compromisso com a continuidade dos nossos negócios, buscando sempre adaptação às melhores práticas de Gestão. Agradecemos aos clientes, parceiros, colaboradores e investidores pela confiança e contribuições ao nosso crescimento.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS table with columns: ATIVO, Nota, 31/12/2025. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, Instrumentos financeiros derivativos, etc.

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO table with columns: Capital Social, Reserva, Reservas de Lucros, Outros resultados abrangentes, Lucro/(Prejuízo) líquido. Rows include Saldos em 31/12/2024, Aumento de capital, Aspectos fiscais, etc.

no inciso IV do caput e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput. Atualmente a Companhia possui operações nas carteiras “C2”, “C4” e “C5”. Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Companhia para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito: • Ativos financeiros não problemáticos: refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 da resolução. • Ativos financeiros inadimplidos: trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 da resolução, acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas. • Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos: refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 da resolução. Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito: A Companhia considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos: • Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou • Indicação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais, independentemente da quantidade de dias de atraso da operação; • Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam o TVM de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte; • Reestruturação: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador. Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático, com exceção de operações que possuam uma fonte de pagamento mais segura, como o Crédito Consignado em folha de pagamento, cujo pagamento ocorre independente da ação do cliente. A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento. Os ativos financeiros são baixados para prejuízo pela Companhia, a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação. A Companhia deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”. Para fins de critérios de “cura”, a Companhia considera as seguintes premissas: • Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos; • Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte. Atualmente, consideramos 3 meses de pagamento tempestivo para como indicativo de melhora financeira; • Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais; e • Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadrando a operação como ativo problemático. Vale salientar, que a aplicação da regra de “cura” leva em consideração todas as operações do cliente e não somente a operação que eventualmente levou o cliente a ser considerado como Ativo Problemático, ou seja, caso o cliente possua outra operação em atraso, ele não estará elegível a “cura” mesmo quitando o débito da operação originadora do Ativo Problemático. Parcela com a Neon Pagamentos: Nas transações de cartão de crédito, os valores utilizados pelos clientes compõem um conta a receber da Neon Pagamentos, enquanto emissora dos cartões. Na data de vencimento da fatura, os montantes não recebidos dos portadores de cartões são liquidados pela Companhia, que se torna a detentora da carteira de recebíveis financiados. Para a parcela de crédito financiado pela Neon Financeira, a Neon Pagamentos atua como correspondente e agente de cobrança junto ao cliente (portador do cartão).

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1. Contexto operacional: Em 07/08/2009, por meio de Assembleia Geral, foi constituída a Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Neon”, “Neon Financeira” ou “Companhia”) com capital inicial de R\$ 5.200, homologada pelo Banco Central do Brasil em 24/09/2009 e publicado no Diário Oficial em 30/09/2009. A Companhia iniciou suas atividades operacionais em janeiro de 2010. A Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Neon”, “Neon Financeira” ou “Companhia”), controlada pelo Neon Holding Conglomerado Ltda, que por sua vez é controlada direta pela Neon Payments Limited (“Neon Payments”) com sede no Reino Unido, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, e sua sede está localizada na Av. Francisco Matarazzo, 1.350, Água Branca, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Neon Financeira tem por natureza do negócio ofertar operações de crédito e financiamento, mediante aplicação de recursos próprios e de terceiros captados através de depósitos a prazo e letras de câmbio. No ano atual, suas atividades operacionais concentraram-se na oferta dos produtos: emissão de certificado de depósito bancário, de crédito consignado em folha, capital de giro e crédito.
2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais da Neon Financeira foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), com as alterações determinadas pelas Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, em consonância as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e BCEN, consistindo nas demonstrações financeiras das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”), e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicáveis, aqui denominados em conjunto como “BACEN GAAP”. A Companhia adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 de não apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 foram registrados em contrapartida à conta de lucros/prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários. A reconciliação do patrimônio líquido da Companhia demonstrando os efeitos da transição da norma em 01/01/2025, está apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Neon Financeira evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela diretoria da Companhia em 12/03/2026.
3. Sumário das políticas contábeis materiais: As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Neon Financeira. As práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são as seguintes:
a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do Resultado.
b. Apuração do resultado: Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado no período em que elas ocorrem, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20. Conforme solicitado pelo CPC 47 a Companhia está em conformidade com as etapas de reconhecimento de receita com clientes que são: (i) identificação do contrato com o cliente, (ii) identificação das obrigações de desempenho, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita. Em relação aos produtos da Companhia, para cartões a operação é considerada satisfetiva no momento da autorização/liquidação da transação, já sobre os produtos de empréstimo pessoal e consignado ocorrem conforme o prazo decorrido da operação (pro rata die).
c. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso.
d. Instrumentos financeiros: Classificação dos instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias:
• Custo amortizado (“CA”): o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”): o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Para operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito essa categoria não pode ser aplicável;
• Valor justo por meio do resultado (“VJR”): o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o ativo financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria ativos financeiros mantidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de Somente Pagamento de Principal e Juros. A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS table with columns: Nota, 2º Semestre, Exercício. Rows include Receitas de intermediação financeira, Despesas de intermediação financeira, Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro, etc.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA table with columns: Nota, 2º semestre, Exercício. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, etc.

trunfos financeiros em seus passivos financeiros no exercício apresentado.
Baixa dos instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa. Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.
Método de taxa efetiva de juros: A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (ex: tarifas atreladas a origemação das operações de crédito) pela Companhia. Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Companhia optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A Companhia integra o segmento produtivo “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. É realizada a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para o grupo de ativos financeiros ao custo amortizado e os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações, conforme descritos abaixo:
• Carteira 1 (C1): créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis e créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento.
• Carteira 2 (C2): créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12/09/1974; créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança; créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29/05/2020.
• Carteira 3 (C3): créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput.
• Carteira 4 (C4): créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.
• Carteira 5 (C5): operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES table with columns: Nota, 2º Semestre, Exercício. Rows include Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro, Resultado abrangente total, etc.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES table with columns: Nota, 2º Semestre, Exercício. Rows include Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro, Resultado abrangente total, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026
Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal

Publicação certificada no dia 31/03/2026. Acesso a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal



continuação

## Neon Financeira - Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

### 11. Depósitos e obrigações por aceites cambiais: a. Composição dos depósitos a prazo:

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Depósitos a prazo		
A vencer até 3 meses	706.151	
A vencer de 3 a 12 meses	1.832.024	
<b>Total circulante</b>	<b>2.538.175</b>	
A vencer de 1 a 3 anos	2.778.657	
A vencer de 3 a 5 anos	10.364	
<b>Total não-circulante</b>	<b>2.789.021</b>	
<b>Total</b>	<b>5.327.196</b>	

Os depósitos pós-fixados são remunerados de 100% a 130% da taxa CDI e os pré-fixados remunerados nas taxas pactuadas, entre 14,5% a.a. e 15% a.a.

### b. Movimentação dos títulos emitidos:

	2024		2025	
	Depósito a prazo	Letras de câmbio	Depósito a prazo	Letras de câmbio
Juros	4.576.609	9.031.980	772.256	(9.053.649)
Captações				
Incôrridos				
Pagamentos				
Total	4.576.609	9.031.980	772.256	(9.053.649)

### 12. Outros passivos:

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Valores a pagar a sociedades ligadas (i)	78.604	
Saldos transitórios "Tudo no Crédito" (ii)	36.646	
Obrigações fiscais e previdenciárias (a)	22.335	
Fornecedores	16.201	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11.718	
Obrigações sociais e estatutárias	4.910	
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.508	
Provisão para contingências (Nota 13)	1.848	
Provisão para despesas de pessoal	1.183	
Outros	7.097	
<b>Total</b>	<b>184.052</b>	

(i) Operações com sociedade ligada, conforme Nota 23 - Transações com partes relacionadas. (ii) O produto "Tudo no Crédito" é um produto financeiro, originado pela Neon Financeira, que permite que o cliente faça um PIX utilizando seu cartão de crédito. Esse saldo transitório é resultante do descaimento temporário entre o volume do descaimento e a velocidade de recomposição do colchão na Neon Pagamentos para a operacionalização do produto.

**a. Obrigações fiscais e previdenciárias:** Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar 12.625, PIS e COFINS a recolher 7.455, Outros impostos e contribuições a pagar 2.255, **Total 22.335**

**13. Passivos contingentes:** Em conformidade com o CPC 25, é apresentado o valor de R\$ 1.848 referente a ações civis, trabalhistas e fiscais classificadas como prováveis de perda, não sendo possível estimar o cronograma de pagamentos dessas provisões, as mesmas são classificadas como passivos não circulantes, R\$ 28.446 como de provável relativos às ações civis, que majoritariamente são relativas à indenização por danos morais e materiais e R\$ 402 como de provável relativos às ações trabalhistas, para as ações fiscais não houve processos classificados como prováveis, conforme avaliação por assessoria jurídica e conforme carta de representação dos advogados.

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Provisões		
cíveis	1.083	32
trabalhistas	216	32
fiscais	32	1.331
<b>Total</b>	<b>1.331</b>	<b>1.703</b>

**14. Patrimônio líquido:** **a. Capital social:** Em 31/12/2025 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 794.002 e está representado por 826.229.318,54 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 01/07/2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 100.000, com emissão de 64.102.565 novas ações ordinárias e nominativas, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas. Em 08/10/2025, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a desconsideração integral do aumento de capital anteriormente realizado em 30/09/2024 no montante de R\$ 32.227, ficando sem efeito a aprovação da referida Assembleia. **b. Reserva de capital:** A Neon Financeira conta com um plano de opção de compra de ações, aprovado em reunião do Conselho de Administração, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações seus Administradores e colaboradores, conforme detalhes nas notas 3.m e 24. A Neon reconheceu no exercício de 2025 o valor de R\$ 327 relativo à despesa do plano em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

**c. Reserva de lucros:** As Reservas de lucros no montante de R\$ 64.090 é composta por: • **Juros sobre capital próprio ("JSCP"):** Capital ajustado, corrigido pela TLP, sendo retido 15% de IRPJ na Fonte. No exercício findo em 31/12/2025, não houve destinação de JSCP e o balanço acumula o montante de R\$ 264. • **Reserva legal:** 5% do saldo positivo no grupo de lucros acumulados, decorrente da adoção inicial da Resolução 4.966/21 no montante de R\$ 3.191. • **Reserva estatutária:** R\$ 60.635 referente ao saldo restante no grupo de lucros acumulados, após a destinação dos 5% para reserva legal, decorrente da adoção inicial da Resolução 4.966/21. **d. Outros resultados abrangentes:** No exercício findo em 31/12/2025 a Neon Financeira reconheceu o valor de R\$ 72 relativo a ajuste de ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes, (R\$ 160) relativo a IRPJ e (R\$ 295) relativo a hedge de swap. **15. Rendimentos de operações de crédito:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Encargos com refinanciamento	295.379	706.781
Parcelamento de fatura	281.722	585.444
Rendimentos de empréstimos	344.379	534.297
Receita Pix-Crédito	161.059	281.572
Multa cartão de crédito	67.703	140.716
Rendimentos de empréstimos com sociedades ligadas	65.894	128.265
Outras rendas de operação de crédito	43.085	60.649
<b>Total</b>	<b>1.259.221</b>	<b>2.437.724</b>

**16. Despesas de captação:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Despesas de depósito a prazo	(419.486)	(757.962)
Despesas com distribuição de títulos	(7.430)	(14.294)
Despesas de aceites cambiais	(77)	(661)
Outras	(3.218)	(6.123)
<b>Total</b>	<b>(430.211)</b>	<b>(779.040)</b>

**17. Despesas administrativas:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Despesas de serviço do sistema financeiro (i)	(220.259)	(349.201)
Despesas com sistemas e tecnologia	(33.472)	(66.095)
Serviços de consultoria administrativa e empresarial (ii)	(22.109)	(40.411)
Depreciação e amortização	(6.994)	(17.396)
Outras despesas	(20.625)	(35.403)
<b>Total</b>	<b>(303.459)</b>	<b>(508.506)</b>

(i) R\$ 73.548 refere-se a comissões pagas à Neon Pagamentos relativas a origemação de empréstimo pessoal e cartões de crédito (vide Nota 23). (ii) Os valores a pagar referentes aos honorários de auditoria para todo o exercício de 2025 são de R\$ 310. A KPMG não presta outros serviços que não os de auditoria para a Neon Financeira. **18. Despesas tributárias:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
COFINS	(34.606)	(62.261)
PIS	(5.624)	(10.118)
ISS - imposto sobre serviços	(801)	(1.386)
Outros DT	(574)	(968)
<b>Total</b>	<b>(41.605)</b>	<b>(74.733)</b>

**19. Despesas com pessoal:**

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Proventos e encargos sociais	(21.068)	(43.159)
Benefícios	(3.427)	(6.450)
Despesas com planos de ações	(12.113)	(16.399)
<b>Total</b>	<b>(36.608)</b>	<b>(66.008)</b>

### 20. IRPJ e CSLL: a. Demonstrativo do cálculo dos valores de IRPJ e CSLL:

	31/12/2025	
	2º Semestre	Exercício
Resultado antes do imp. de renda e CSLL	(203.940)	(219.531)
Alíquota nominal do IRPJ e da CSLL (%)	40%	40%
<b>IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes</b>	<b>81.576</b>	<b>87.812</b>
Adições/exclusões permanentes	648	475
Adições/exclusões temporárias	(50.725)	(108.788)
PDD	(48.607)	(104.404)
Outros	(2.118)	(4.384)
P&D	8.644	8.644
<b>IRPJ e CSLL do período</b>	<b>40.143</b>	<b>(11.857)</b>
Tributos correntes no período	40.143	(11.857)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	66.739	124.720
<b>Total de IRPJ e CSLL, com impacto no resultado</b>	<b>106.882</b>	<b>112.863</b>
Tributos correntes no período (constituídos anos anteriores)		(46)
<b>Total de IRPJ e CSLL</b>	<b>106.882</b>	<b>112.817</b>

**b. Saldo e movimento de créditos tributários:** Os registros contábeis do ativo fiscal diferido em 31/12/2025, demonstrados no quadro acima, são decorrentes de diferenças temporárias sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:

	Efeitos da Constituição		Constituição em Outros	
	Saldo em 2024	adotação Res. 352	Resultado	Saldo em 2025
Diferenças temporárias	126.021	(81.971)	124.720	(33) 168.736
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>126.021</b>	<b>(81.971)</b>	<b>124.720</b>	<b>(33) 168.736</b>
Diferenças temporárias				(63) (63)
<b>Passivo fiscal diferido</b>				<b>(63) (63)</b>
Saldo em 2024				
Constituição em Resultados				
Outros resultados abrangentes				
<b>Saldo em 2025</b>				

Conforme depreende-se dos quadros acima, temos registrados em 31/12/2025 créditos tributários no total de R\$ 168.673 referentes a diferenças temporárias e estão baseados em estudo técnico de viabilidade que consideram a expectativa de resultados futuros da Companhia. **c. Realização do crédito tributário:** A Neon Financeira somente possui ativo fiscal diferido sobre diferença temporária, decorrente de ajustes realizados na Parte A, refletidos na Parte B do LALUR, a realização e a manutenção do registro contábil do ativo fiscal diferido dependem da cessação do fator temporal, ou seja, quando a provisão efetiva for realizada. O ativo fiscal diferido da Neon é de R\$168.736, mensalmente e anualmente há constituição do novo crédito fiscal frente às novas provisões reconhecidas contabilmente, assim como a dedução do crédito fiscal anterior, por isso que para fins de determinação do que será consumido analisa-se unicamente se a entidade possui base de cálculo positiva e se há movimentações das provisões em cada período, em sendo constituição de novo "lote" de provisão e exclusão/dedução fiscal do lote anterior. Dessa forma temos os novos saldos e amortizos os seguintes:

	Novo Crédito Fiscal Reconhecido		Saldo Dedução Fiscal		Valor Reconhecido no Período	
2026	740	(612)	128			
2027	853	(712)	140			
2028	1.049	(907)	142			
2029	1.111	(977)	134			
2030	1.199	(1.066)	133			
2031	1.283	(1.158)	125			
2032	1.361	(1.245)	116			
2033	1.435	(1.329)	105			
2034	1.509	(1.416)	93			
2035	1.587	(1.506)	81			
2036	1.671	(1.598)	72			
<b>Total</b>			<b>(168.673)</b>			

A Neon Financeira revisou a expectativa de realização de seus ativos fiscais diferidos, cujo estudo reflete também uma alteração promovida pela Lei Complementar 224/25, que alterou a alíquota de CSLL aplicável à Sociedade de Crédito e Financiamento, de 15% para 17,5%, com vigência a partir de abril de 2026 e 20% a partir de janeiro de 2028. **21. Resultado não recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas de instituição financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o exercício findo em 31/12/2025 não houve resultado não recorrente a ser apresentado nesta demonstração. **22. Gerenciamento de risco:** **a. Estrutura de gerenciamento de risco:** O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 265/22, determina a adoção e a implementação das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, incluindo políticas e estratégias claramente documentadas. O gerenciamento de riscos deve ser integrado e independente, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os diversos riscos (Crédito, Mercado, Operacional, Liquidez, Social, Ambiental, Climático e demais riscos relevantes) da Neon. As áreas de gerenciamento de riscos são responsáveis por identificar todos os riscos relevantes e os impactos potenciais para a estrutura corporativa, garantindo a implementação de soluções para mitigá-los de forma eficiente e ágil a fim de manter um ambiente controlado e adequado para que o plano estratégico seja atingido de acordo com as expectativas corporativas. O Grupo Neon adota o modelo de 3 (três) linhas como meio primário para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, preservando o princípio da independência no que tange às atividades das diferentes linhas de defesa, tal como se estabelece na separação de papéis e responsabilidades e assegura linhas de comunicação claras e coerentes: • **Primeira linha:** composta pelas áreas de negócios e suporte cujas atividades geram a exposição a riscos, é a principal responsável por gerenciar e supervisionar os riscos inerentes aos seus processos, além de garantir aderência regulatória. • **Segunda linha:** composta pelas áreas de Riscos Integrados e de Compliance Regulatório, é responsável por auxiliar a 1ª linha no desenvolvimento e na adequação de processos e controles para gerenciamento de seus riscos, além de emitir alertas à 1ª linha sobre mudanças no cenário regulatório e de riscos. • **Terceira linha:** composta pela Auditoria Interna, é responsável por fornecer avaliações independentes sobre a adequação do sistema de controles internos para a Alta Administração e aos órgãos de governança e reportar o descumprimento de dispositivos legais e regulatórios. Os assuntos pertinentes aos riscos relevantes são reportados aos executivos no Fórum de Gestão Integrada de Riscos, com recorrência mensal, buscando fortalecer uma cultura de conscientização e responsabilidade, contribuindo para eficiência operacional e conformidade aos limites de apetite a riscos definidos em alinhamento aos objetivos estratégicos da Neon. **b. Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais:** O processo de gerenciamento dos riscos é realizado de forma contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas. A identificação, mensuração, monitoramento e controle dos riscos operacionais são realizados de maneira centralizada e independente, alinhada ao apetite de risco definido pela Diretoria, e de forma segregada à atividade de auditoria interna. O Grupo Neon mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição ao risco operacional. A estrutura é composta por políticas e estratégias compatíveis com os objetivos da instituição e com as condições de mercado, que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos operacionais, em níveis considerados aceitáveis. Adicionalmente, a estrutura assegura a adequada capacitação sobre risco operacional de todos os colaboradores. O Grupo Neon emprega metodologia consistente e abrangente, baseada no framework

### CO SO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), capaz de:

• Identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os eventos relacionados ao risco operacional; • Produzir documentação referente às perdas associadas ao risco operacional; • Classificar e agregar as perdas operacionais identificadas; • Disseminar a cultura orientada à gestão e controle dos riscos operacionais tendo como objetivo a redução de eventos e perdas associados a este tipo de risco; • Implementar, coordenar e melhorar continuamente as práticas de gerenciamento de riscos em seus diversos níveis; • Fornecer análises e reporte quanto a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos. **c. Estrutura de gerenciamento de risco de mercado e IRRBB:** O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais e dos preços das ações, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das posições ativas e passivas da Instituição. O Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRB) define-se como sendo o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Neon, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Por estar enquadrada no Segmento S4, o Grupo Neon está sujeito à apuração do ANII (Net Interest Income) para o monitoramento do risco de juros, que consiste em apurar a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (cenário base do Banco Central =400bps). **Análise de sensibilidade de variação na taxa de Juros:** A Companhia está exposta ao risco de mercado e IRRBB, monitorando essas exposições por meio do modelo padronizado (definido pelo BACEN) para carteira bancária (Delta NII), calculado com base no Conglomerado Prudencial da Neon. Neste modelo é mensurado o impacto no resultado de intermediação financeira em cenários de aumento e redução na curva de juros em 400 pontos base. Na data-base destas Demonstrações Financeiras, para um cenário de baixa de juros é esperada uma perda de R\$ 4.289.034,34 no resultado de intermediação financeira do Conglomerado Prudencial em um horizonte de um ano. **Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros, descritos abaixo: • **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes. • **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseadas em modelo de precificação em que os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. • **Nível 3:** Cotações de preços para ativos ou passivos não observáveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros. A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros, segregados entre os níveis da hierarquia de valor justo.

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3

**Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Títulos e valores mobiliários	-	174.075	-
Cotas de fundos de investimento	-	-	174.064
Cotas de Capital em Cooperativas	-	11	-
<b>Total</b>		<b>185.146</b>	<b>174.064</b>

**Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Títulos e valores mobiliários	-	929.314	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	375.844	-
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculadas a Garantia	-	553.470	-
<b>Total</b>		<b>1.858.628</b>	<b>1.858.628</b>

A mensuração dos ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado das cotas de fundos de investimento é calculada com base no valor da cota atualizada divulgada pelo administrador do fundo. Em relação às cotas de capital em cooperativas mensuramos o valor de face, acrescido dos rendimentos distribuídos pela cooperativa. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e os ativos financeiros ao custo amortizado os juros são baseados na taxa Selic e reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva.

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3

**Passivos financeiros ao custo amortizado**

Depósitos a prazo	-	5.327.196	-
Operações de crédito	-	5.621.885	5.621.885
Títulos e valores mobiliários	-	680.850	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	650.000	-
Notas do Tesouro Nacional	-	30.850	-
<b>Total</b>		<b>11.279.981</b>	<b>5.621.885</b>

A mensuração dos passivos financeiros ao custo amortizado, para depósitos a prazo, a base é o valor de captação e adiciona-se o rendimento proporcional a tempo decorrido, utilizando a taxa de juros efetiva do contrato. As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do período. No exercício findo em 31/12/2025 não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis. **d. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez:** O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Neon não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Dentro da definição cabe também a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Neon é composta por políticas e estratégias que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez em níveis considerados aceitáveis. O processo de gestão de risco de liquidez é realizado de maneira contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas, sendo composto principalmente por: • Análise de usos e fontes de recursos de curto prazo e necessidades de compatibilização de caixa; • Projeções de fluxo de caixa em cenários de normalidade e em situações adversas (cenários de estresse); • Monitoramento, controle e reporte dos níveis de risco de liquidez em comparação com os limites de risco estabelecidos; • Plano de Contingência de Liquidez. **Vencimentos de passivos financeiros:** As tabelas abaixo analisam os instrumentos financeiros da Companhia em grupos de vencimentos relevantes com base nos seus vencimentos contratuais. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	31/12/2025		
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos

**Em 31/12/2025**

Depósitos a prazo	2.738.409	1.576.722	2.178.246
<b>Total</b>	<b>2.738.409</b>	<b>1.576.722</b>	<b>2.178.246</b>

**e. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito:** Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração da qualidade creditícia do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo o inadimplimento do cliente final perante o emissor de instrumento de pagamento pós-pago. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Grupo Neon é o conjunto de áreas, colaboradores, atividades, documentos e ferramentas que possibilitam a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco de crédito, bem como o risco de concentração levando em consideração, por exemplo, os segmentos de produtos e serviços em que a instituição atua. Os procedimentos, metodologias e ferramentas são documentadas, revisadas e aprovadas pela Alta Administração e os resultados das análises de gestão e controle do Risco de Crédito são reportados mensalmente nos fóruns executivos da Neon. **f. Risco social, ambiental e climático:** Atendendo às normas aplicáveis, a Neon

edita a política de responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRASC), disponível no site da Companhia, a qual contém princípios e diretrizes que norteiam as ações e relações com seus parceiros internos e externos. Além disso, fica disponível também o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC). <

continuação \*

### Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

fins de apresentação somente. A volatilidade esperada foi determinada pelo cálculo da volatilidade histórica dos preços das ações de empresas similares nos anos anteriores, com base na vida útil esperada de cada tipo de opção. A vida esperada usada no modelo foi ajustada, com base na melhor estimativa dos Administradores, para os efeitos da intransferibilidade, restrições de exercício e considerações comportamentais. O cenário estimado para rotatividade foi de 38,8%. O valor reconhecido na despesa do período em contrapartida ao patrimônio líquido foi de R\$ 327. **Programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa – Phantom Shares:** Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments em 30/11/2020 e concede ao beneficiário a possibilidade de participar na valorização das ações da Neon Payments com preço de exercício e prazos de vesting e exercício pré-estabelecidos. Neste plano, o valor justo é mensurado pela diferença entre o preço atual da ação da Neon Payments e o preço de exercício estipulado, sendo provisionado na Neon Payments o percentual decorrido da carência, de acordo com o período de cada vesting, em conta de resultado e em contrapartida ao passivo. O cálculo considera 100% das ações vestidas e o pro-rata mensal das ações a serem vestidas, deduzidas de um cenário de rotatividade estimado anualmente. Como regra geral, para as Phantom Shares outorgadas até dezembro de 2022, o direito passa a ser adquirido (vesting period) em 4 anos, sendo 15%, 40%, 65% e 100% das ações após o primeiro, segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Para outorgas realizadas a partir de 2023, o direito passa a ser adquirido (vesting period) em 4 anos, sendo 25% ao completar 12 meses e 6,25% a cada trimestre posterior ao primeiro ano, de modo que,

após 12 trimestres os 75% restantes das opções estarão vestidas, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Em 31/12/2025, o plano de Phantom Shares totaliza 970 opções outorgadas ativas, com strike variando entre R\$ 1.193,75 e R\$ 3.562,07 e cenário estimado para rotatividade de 38,8%, com saldo passivo atualizado de R\$ 163. Segue a movimentação do plano ocorrida no ano:

	Quantidade de ações	Passivo de Phantom Shares (R\$)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	-	-
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-	(245)
Cancelamento (perda de direitos) (i)	-	-
Transferências entre empresas do Grupo	970	408
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>970</b>	<b>163</b>

  

	Preço de exercício (R\$) (i)	Quantidade de Opções
<b>Data de concessão</b>		
Mar/25	1.193,75	808
Mar/25	2.082,83	26
Mar/25	2.387,56	79

	Preço de exercício (R\$) (i)	Quantidade de Opções
<b>Data de concessão</b>		
Mar/25	3.562,07	57
		<b>970</b>

(i) Parte do plano é operacionalizado em dólares, que é a moeda de emissão das ações da Neon Payments. Os preços de exercício foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio de 31/12/2025 de R\$ 5,5024, para fins de apresentação somente. **25. Limite operacional (Acordo da Basileia):** De acordo com a Resolução BCB nº 197/22, que estabelece a classificação de conglomerados prudenciais integrados por ao menos uma instituição de pagamento, a Neon Financeira, liderada pela Neon Payments S.A., é classificada como Conglomerado Prudencial Tipo 3. Os dados que refletem as exigências de capital aplicáveis ao conglomerado, são apresentados a seguir:

	<b>31/12/2025</b>
Risco de crédito – RWAcad	4.734.748
Risco de mercado – RWAmad	19.433
Risco operacional – RWAopad	323.677
Risco associado a serviços de pagamento – RWAsp	433.871
<b>Total RWA</b>	<b>5.511.729</b>
Patrimônio de referência (PR)	758.680
Índice de Basileia (PR/Total RWA) (i)	<b>13,76%</b>

(i) Conforme Resolução BCB nº 200/22, o mínimo requerido (Fator F + ACP) em dezembro de 2025 equivale a 10,50%. **26. Eventos subsequentes:** Abaixo listamos os eventos subsequentes que consideramos relevantes para os próxi-

mos exercícios: i) Em 13/01/2026, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 30.000, com emissão de 22.058.824 novas ações ordinárias e nominativas, ainda sob aprovação do Banco Central do Brasil. ii) Securitização da carteira de crédito e-consignado da Neon Financeira, realizada por meio de debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. A operação tem como objetivo a diversificação das fontes de funding da Companhia, com valor estimado de emissão de R\$ 700.000. iii) Efetivação da venda do portfólio de antecipação de saque aniversário do FGTS (composto por ativos provenientes dos fundos FIDC FGTS e FIDC Consiga+). O valor estimado da operação é de R\$ 150.000. iv) A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e PLP 108/2024, que integra a Emenda Constitucional 132/2023, prevê a extinção total do PIS/Pasep e da Cofins em 2027 em contrapartida da implantação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O período de transição inicia-se em 2027 e estende-se até 2033, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços). As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033. Também é previsto para o período - na hipótese que as municipalidades mantiverem a tributação pelo ISS (Imposto Sobre Serviços), uma redução da alíquota de 2% para 1,2%. A Neon vem acompanhando as legislações, bem como a publicação de regulamentações infralegais que irão gerar impactos em sistemas e processos a partir de 2026.

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Pedro Conrade - Diretor Executivo I  
Fernando Miranda - Diretor Executivo I  
Cristiano Fernandes - Diretor Executivo II

Jamil Marques - Diretor Executivo II  
Wagner Leão - Diretor Executivo II  
Fernanda Solon - Diretora Executiva II

Alexandre Rodrigues - Diretor Executivo II  
Fernando Montanari - Diretor Executivo II  
Marcos Fonseca - Diretor Executivo II

#### DIRETORIA

Jamil Saud Marques - Diretor  
Cristiano Fernandes - Diretor  
Kelvin Eduardo de Almeida - Contador - CRC 1SP325726

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao acionista e administradores da Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., São Paulo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A., em 31/12/2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – demonstrações financeiras comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) ou na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administra-

ção é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 12/03/2026.

KPMG  
Audítores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/0-6

Jonas Moreira Salles  
Contador  
CRC 1SP- 295315/0-4

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





## Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento

CNPJ nº 20.855.875/0001-82

neon.com.br

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO:** Apresentamos o Relatório de Administração às Demonstrações Financeiras da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento ("Neon", "Neon Pagamentos" ou "Companhia") relativas ao semestre e exercício findos em 31/12/2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas e instruções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BCEN"), aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BCEN. As atividades do Grupo Neon ("Grupo") correspondem às atividades da Companhia, suas controladas, e demais entidades pertencentes ao Conglomerado Prudencial liderado pela Neon Pagamentos, incluindo entre elas a Neon Financeira - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Neon Financeira"), a Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Neon Corretora"). A Neon é a conta digital que busca diminuir desigualdades ao trazer mais oportunidades para os brasileiros trabalhadores que querem ter uma relação tranquila com o dinheiro. Dentro dos principais produtos ofertados direto no nosso app, destacamos: cartão de crédito sem anuidade, cartão de débito virtual e internacional, conta de pagamento, investimentos, seguros, empréstimos pessoais e consignado privado. **Principais destaques:** Ao longo do exercício de 2025, o Grupo concentrou esforços em seguir com o crescimento de sua carteira de crédito e otimização da sua estrutura de *funding*, reduzindo a relevância de FIDCs e

aumentando a participação de CDBs emitidos pela Neon Financeira. Além disso, as licenças da Neon Financeira (SCFI) e da Neon Pagamentos (IP) também permitiram maior independência operacional da Neon no que diz respeito a processos e serviços bancários para os clientes, também sustentando substancialmente o custo operacional da Companhia. Nestes doze meses, priorizamos, além de nossos produtos já mais consolidados, o crescimento sustentável e lucrativo dos produtos de crédito, a ampliação de relacionamento com clientes atuais e potenciais e novos investimentos estruturais para ampliação do portfólio de produtos. O Grupo Neon continua a crescer de forma acelerada, operando com margem operacional positiva. Ao longo do exercício de 2025 as carteiras de cartão de crédito, crédito consignado privado e crédito pessoal variaram 30%, 48% e 41% em relação ao encerramento do exercício anterior, atingindo um total de R\$ 6.065 milhões, R\$ 962 milhões e R\$ 820 milhões, respectivamente, e encerramos o exercício com 1.000 colaboradores. Além disso, nos últimos meses, a Companhia vem atingindo resultados positivos. **Rodadas de investimento:** Em julho de 2025 com o objetivo de fortalecer sua posição de capital, o Grupo Neon concluiu a rodada de investimentos Série E, totalizando a captação de R\$ 720 milhões, com novos investidores. **Agradecemos:** Agradecemos aos clientes, parceiros e investidores pela confiança e contribuições ao nosso crescimento e aos colaboradores pelo contínuo empenho.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ATIVO	Nota	31/12/2025	Capital Social	Reserva de Capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>33.306</b>	<b>3.450.627</b>	<b>63.515</b>	<b>255</b>	<b>(3.090.545)</b>	<b>423.852</b>
Disponibilidades em moeda nacional	4	33.306					
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>		<b>136</b>					
Títulos e valores mobiliários	5.a	136					
<b>Ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes</b>		<b>605.807</b>					
Títulos e valores mobiliários	5.b	605.807					
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>		<b>4.471.217</b>					
Relações interfinanceiras	6	1.701.498					
Valores a receber de cartões de crédito	7	2.845.105					
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(75.386)					
<b>Outros ativos</b>		<b>410.980</b>					
Outros créditos diversos	8	298.577					
Outros valores e bens	9	112.403					
<b>Créditos tributários</b>		<b>319.409</b>					
Investimentos	10	53.878					
Participação em controladas	11	43.472					
Ágio	11	10.406					
<b>Imobilizado</b>		<b>7.639</b>					
Imobilizado de uso	12	43.680					
(-) Depreciação acumulada	12	(36.041)					
<b>Intangível</b>		<b>121.798</b>					
Ativos intangíveis	13	221.984					
(-) Amortização acumulada	13	(100.186)					
<b>Total do ativo</b>		<b>6.024.170</b>					
<b>PASSIVO</b>		<b>6.024.170</b>					
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		<b>4.435.612</b>					
Depósitos	14	1.518.092					
Relações interfinanceiras - obrigações	15	2.917.520					
<b>Outros passivos</b>		<b>1.169.752</b>					
Obrigações sociais e estatutárias	16	34.756					
Obrigações fiscais e previdenciárias	17	28.944					
Outras obrigações - diversas	18	1.106.052					
<b>Total do passivo</b>		<b>5.605.364</b>					
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>418.806</b>					
Capital social	21	3.450.627					
Reserva de capital	34	75.629					
Outros resultados abrangentes	21	239					
Prejuízos acumulados		(3.107.689)					
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>418.806</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>6.024.170</b>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Contexto operacional:** A Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento ("Neon", "Neon Pagamentos" ou "Companhia"), controlada pelo Neon Holding Conglomerado Ltda., que por sua vez é controlada direta pela Neon Payments Limited ("Neon Payments") com sede no Reino Unido, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, e sua sede está localizada na Av. Francisco Matarazzo, 1.350, Água Branca, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Neon atua na exploração de atividades relacionadas à prestação de serviços no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamento, que incluem, mas não se limitam, à prestação de serviço de emissão de instrumentos de pagamento pré e pós-pagos e à instituição e administração de arranjo de pagamento próprio, sendo responsável por desenvolver regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público. Em 08/04/2021, a Neon Pagamentos obteve autorização do Banco Central do Brasil ("BCEN") para funcionar como instituição de pagamentos, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de pagamento pós-pago. Em decorrência da autorização, a Neon passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo BCEN. **Plano da Administração para aumento de liquidez da Neon:** O plano de negócio da Neon prevê aumento de captações, como parte da estratégia de aquisição da Neon Financeira, aumentando assim o seu capital de giro para financiamento, principalmente da operação de cartão de crédito. Além disso, o desmonte dos FIDCs e a internalização de operações antes realizadas por parceiros reduzem custos relevantes de captação e da operação, além de proporcionar maior autonomia à Companhia na oferta de crédito e de serviços. A Administração da Neon, com base no seu plano de negócios e no resultado esperado oriundo dos seus investimentos, prevê o crescimento da sua base de clientes com foco em qualidade e o aumento de suas receitas. Como consequência desses eventos, a geração de caixa futuro, somado a novos aportes de capital realizados pelos investidores por meio da holding Neon Payments, é suficiente para fazer face aos compromissos representados pelo seu passivo circulante e, bem como, à implementação do planejamento estratégico da empresa ao menos até março de 2027. Consequentemente, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais da Neon foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BCEN, com base na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), com as alterações determinadas pelas Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, em consonância às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e BCEN, substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicáveis, aqui denominados em conjunto como "BACEN GAAP". Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Neon considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/20, que não requer a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia adota a disposição prevista na Resolução BCB nº 352/23 de não apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23 foram registrados em contrapartida à conta de lucros/prejuízos acumulados, líquidos dos efeitos tributários. A reconciliação do patrimônio líquido da Companhia demonstrando os efeitos da transição da norma em 01/01/2025, está apresentada na Demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Neon evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela diretoria da Neon Pagamentos em 11/03/2026. **3. Sumário das políticas contábeis materiais:** As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Neon, com base no suporte financeiro recebido recentemente de seus acionistas e da projeção de geração de caixa nas atividades operacionais da Neon, conforme descrito na Nota 1. As práticas contábeis materiais adotadas pela Neon são as seguintes: **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Neon. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do Resultado. **b. Ajuste do resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado no período em que elas ocorrem, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20. Conforme solicitado pelo CPC 47 a Companhia está em conformidade com as etapas de reconhecimento de receita com clientes que são: (i) identificação do contrato com o cliente, (ii) identificação das obrigações

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	31/12/2025	31/12/2024	
	Nota	2º Semestre	Exercício
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>570.473</b>	<b>1.003.311</b>
Receitas de operações com cartões de débito e crédito		167.021	320.272
Resultado de títulos e valores mobiliários		111.840	196.069
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez		42.924	80.890
Comissões por origemação e recuperação de crédito		88.178	136.023
Receitas de serviços app Neon		160.510	270.057
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>(137.858)</b>	<b>(300.931)</b>
Obrigações de empréstimos		(66.003)	(128.373)
Operações com cartão de débito e crédito		(55.466)	(138.489)
Manutenção de conta		(16.389)	(34.069)
<b>Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas</b>		<b>432.615</b>	<b>702.380</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(4.665)	(9.677)
Provisão para perdas esperadas associadas a títulos e valores mobiliários			(215)
<b>Resultado de intermediação financeira</b>		<b>427.950</b>	<b>692.488</b>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		<b>(316.559)</b>	<b>(616.974)</b>
Despesas com pessoal	24	(46.403)	(98.797)
Despesas com vendas	25	(22.371)	(35.754)
Despesas administrativas	26	(206.812)	(428.746)
Despesas tributárias	27	(65.708)	(112.974)
Despesas com prestação de serviços	28	(24.168)	(51.454)
Resultado de participação em controladas	11	6.695	17.384
Outros resultados operacionais, líquidos	29	42.208	93.367
<b>Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>111.391</b>	<b>75.514</b>
IRPJ e CSLL corrente	10	(19.110)	(19.110)
IRPJ e CSLL diferido	10	(8.294)	(8.294)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>83.987</b>	<b>48.110</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>22.494.317</b>	<b>22.494.317</b>
<b>Lucro líquido por ações</b>		<b>0,0037</b>	<b>0,0021</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES			
	31/12/2025	31/12/2024	
	2º Semestre	Exercício	
Lucro do semestre/exercício	83.987	48.110	
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes		117	(16)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>84.104</b>	<b>48.094</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Método Indireto		31/12/2025	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2º semestre	Exercício
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>83.987</b>	<b>48.110</b>
<b>Ajustes ao resultado líquido:</b>			
Baixa do ativo imobilizado/intangível	12.b	865	1.575
Depreciação e amortização	26	19.320	55.435
Resultado de participação em controladas	11	(6.695)	(17.384)
Receitas financeiras, líquidas		(154.764)	(276.504)
Provisão para contingências	19	(302)	731
Opções de ações outorgadas	34	5.097	7.705
Plano de incentivo de longo prazo		3.210	7.159
Provisão para participação nos resultados		9.547	15.340
Resultado de variação cambial		1.596	(2.419)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	4.665	9.677
Provisão/(Reversão) para perdas com inativação de cartões			(75)
Despesa de juros provisionados e não pagos com empréstimos	20	(66.003)	(128.373)
<b>Variação nos ativos e passivos</b>		<b>(51.533)</b>	<b>(69.827)</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez		42.924	80.890
Títulos e valores mobiliários		(66.039)	767.606
Relações interfinanceiras - ativo		(41.093)	(81.003)
Operações de cartão de crédito		39.025	33.100
Outros créditos		(37.538)	(106.639)
Outros valores e bens		(1.350)	(14.902)
IRPJ e CSLL pagos		8.436	8.834
Relações interfinanceiras - passivo		105.558	102.671
Outras obrigações		(96.827)	(52.942)
Juros pagos	20	(115.810)	(221.521)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		22.737	24.244
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>		<b>(107.523)</b>	<b>518.622</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(22.830)</b>	<b>(45.654)</b>
Aquisição de imobilizado	12.b	(39)	(709)
Aquisição de intangível	13.b	(22.791)	(44.945)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(22.830)</b>	<b>(45.654)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>128.723</b>	<b>(483.155)</b>
Captação de empréstimos	20	411.001	839.219
Pagamento de empréstimos	20	(282.278)	(1.322.374)
<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>128.723</b>	<b>(483.155)</b>
<b>Feito líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.630)</b>	<b>(10.187)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		34.936	43.493
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	4	33.306	33.306
<b>Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.630)</b>	<b>(10.187)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de desempenho, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita. Em relação aos produtos da Companhia, a operação é considerada satisfatória no momento da autorização/liquidação da transação. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso. **d. Instrumentos financeiros: Classificação dos instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias: **• Custo amortizado ("CA"):** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; **• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"):** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Para operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito essa categoria não pode ser aplicável; **• Valor justo por meio do resultado ("VJR"):** o ativo financeiro é gerido para transação de forma ativa e frequente o ativo financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria ativos financeiros mantidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de Somente Pagamento de Principal e Juros. A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros - "Teste SPJJ"). Para determinar o modelo de negócios, a Companhia avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências: **•** os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; **•** como os gestores do negócio são remunerados; **•** e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPJJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao "Valor justo por meio do resultado". **Mensuração dos instrumentos financeiros:** A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber: **•** Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "receitas da intermediação financeira", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "despesas da intermediação financeira", ao longo do prazo do respectivo contrato. **•** Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "ajuste de avaliação patrimonial", líquido de impostos, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "receitas da intermediação financeira". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa

Central do Brasil; créditos com garantia fiduciária de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29/05/2020. **•** Carteira 3 (C3): créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis; créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fiduciária não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput. **•** Carteira 4 (C4): créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais e operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos. **•** Carteira 5 (C5): operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput. Atualmente a Companhia, possui operações nas carteiras "C2" e "C5". Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Companhia para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito: **•** Ativos financeiros não problemáticos: refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinado no anexo 2 da resolução. **•** Ativos financeiros inadimplidos: trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinado no anexo 1 da resolução, acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas. **•** Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos: refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturadas ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinado no artigo 78 da resolução. **Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito:** A Companhia considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos: **•** Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou **•** Indicação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais, independentemente da quantidade de dias de atraso da operação; **•** Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam os TVM de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte; **•** Reestruturação: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador. Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático, com exceção de operações que possuam uma fonte de pagamento mais segura. A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento. Os ativos financeiros são baixados para prejuízo pela Companhia, a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação. A Companhia deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como "cura". Para fins de critérios de "cura", a Companhia considera as seguintes premissas: **•** Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos; **•** Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte. Atualmente, consideramos 3 meses de pagamento tempestivo para como indicativo de melhora financeira; **•** Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou

continuação

existam indicadores de desvalorização. Para o exercício findo em 31/12/2025, o teste foi realizado considerando o Grupo Neon como uma unidade geradora de caixa (UGC) única, dado que a estratégia de negócios é centrada no cliente e os fluxos de caixa são interdependentes. Com base em projeções futuras e análises de sensibilidade, o valor recuperável apurado excede o valor contábil dos ativos, não sendo identificado qualquer indicativo ou necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável nas empresas do Grupo nesta data base. **1. Imobilizado de uso:** O imobilizado é contabilizado, em conformidade com a Resolução BCB nº 6/20, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis. A depreciação é calculada usando o método linear para reduzir o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada. O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em "outras receitas operacionais" na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado. **j. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis são registrados conforme Resolução BCB nº 7/20, ao custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuídos sejam realizados. Os ativos intangíveis podem ter vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, que são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável e são registradas na demonstração do resultado. A Companhia reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança. O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela administração. Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de software foram baseados nas horas atribuídas pelas equipes de negócios e de tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos nos aplicativos Neon (software desenvolvido internamente), e respectivos custos dispendiosos, os quais puderam ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso / aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto / ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada. Anualmente, é feita uma avaliação se há indicação de redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a softwares, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída. As marcas registradas são ativos intangíveis, podendo ser classificadas com vida útil indefinida ou definida, dependendo da avaliação individual do ativo. **k. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – Impairment:** Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência de que possa ocorrer uma perda no seu valor contábil. As indicações de desvalorização consideram fontes externas ou internas de informação, durante o período ou por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis. Fontes externas incluem, não exaustivamente, o seguinte: **•** Redução do valor de mercado do ativo significativamente maior do que a esperada em decorrência da passagem do tempo ou da utilização do ativo; **•** Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; **•** As taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram, e esses acréscimos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em uso e diminuirão significativamente o seu valor recuperável; **•** O valor contábil do patrimônio líquido da entidade se tornou maior do que o valor de suas ações no mercado. Fontes internas incluem, não exaustivamente, o seguinte: **•** Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico; **•** Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente; ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida ao invés de indefinida; **•** Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem, por exemplo, a existência de dispendios extraordinários de construção, capitalização excessiva de encargos financeiros, entre outros, e indiquem que o desempenho econômico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado; **•** Redução do retorno esperado em determinado ativo / unidade geradora de caixa; **•** Não cumprimento de metas, orçamentos e indicadores de desempenhos internos (*KPIs* – *Key Performance Indicator*); **•** Alterações negativas em premissas utilizadas para avaliação de ativos, tais como: fluxos de caixa e volumes projetados, taxas de desconto, entre outros. Anualmente a Neon avalia se há indicadores de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de *impairment* pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período. **L. Ativos e passivos contingentes:** Provisões são reconhecidas quando a Neon tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que o desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado do período. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução BCB nº 9/20, descritos abaixo: **Ativos contingentes** – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos. **Passivos contingentes** – essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como: **•** Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas. Um processo será classificado como de risco provável quando a causa raiz do litígio apresentar um histórico de perdas superior a 50% e o valor da provisão será calculado com base na média histórica de pagamentos, excluindo valores fora do padrão; **•** Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo provisão registrada. Um processo será classificado como de risco possível quando a causa raiz esteja associada a um histórico de perdas inferior a 50% e o valor da provisão será determinado com base no valor da causa. **•** Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação. **m. IRPJ e CSLL:** As provisões para IRPJ e CSLL são constituídas com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração. Para o cálculo do IRPJ, a alíquota-base utilizada é de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% para o lucro ajustado acima de R\$ 240 anual. Para a CSLL, o cálculo ocorre sobre o lucro ajustado antes dos impostos, na forma da legislação, à alíquota de 9%. A Lei Complementar 224/25 alterou a alíquota de CSLL aplicável às Instituições de Pagamento, de 9% para 12%, com vigência a partir de abril de 2026 e 15% a partir de janeiro de 2028. **n. Depósitos:** Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas, depositadas no Aplicativo Neon e estão avaliadas pelos valores de liquidação. **o. Planos de remuneração de longo prazo:** **• Remuneração baseada em ações:** O valor justo na data de outorga do plano de opções de compra de ações ("SOP") concedido aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para

Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento

refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que a condição de serviço será atendida, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam à condição de serviço na data de aquisição (*vesting date*). O valor justo do montante a pagar aos empregados, com relação ao programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa – *Phantom Shares*, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal. **p. Partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. **q. Resultado por ação:** Conforme facultado às instituições de pagamento pela Resolução BCB nº 2/20, parágrafo 5º do artigo 5º, optamos por não observar o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação. **r. Uso de estimativa e julgamento:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As estimativas consideradas mais relevantes pela Neon estão relacionadas aos seguintes tópicos: **•** Provisão para perdas de crédito (Nota 7) Para a carteira de crédito, foi reconhecido o valor de R\$ 75.386 em 31/12/2025 em consonância com o requerido pela Resolução BCB nº 352/23. **•** Valor justo de títulos e valores mobiliários (Nota 5) Para os ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes, não houve reconhecimento de provisão em 31/12/2025. **•** Projeções de lucro tributável para realização do crédito tributário diferido – Nota 10 A Neon revisa a expectativa de realização do crédito tributário semestralmente, baseado nas projeções de lucro tributável dos próximos 10 anos, utilizando-se premissas alinhadas com a estratégia da Neon e indicadores econômicos avaliados como mais apropriados para o setor. **•** Redução ao valor recuperável do ágio – Nota 11 A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros para o investimento realizado quando das aquisições da MEI Fácil e da Consiga Mais. A avaliação é efetuada semestralmente e não existe perda reconhecida no período. **•** Pagamentos baseados em ações – Nota 34 A Companhia usa os modelos de precificação de opções *Black-Scholes* e binomial para estimar o valor justo da remuneração baseada em ações recebida pelos funcionários e administradores outorgados. Algumas premissas de volatilidade e riscos foram utilizadas e são consistentes com as características da empresa e do plano. A Neon usou como referência a volatilidade das ações do Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil, Nubank e Açúcar Inter. O *Risk-Free* usado foi o *Treasury bill* (nota do Tesouro americano) porque é o ativo líquido com o menor risco. **•** Provisão de baixa dos gastos capitalizados relacionados à confecção e envio de cartões, decorrente da inatividade de clientes, conforme Nota 9. A provisão de baixa dos gastos capitalizados é estimada de acordo com a representatividade de inatividade de clientes, considerando um prazo de ausência de utilização e saldo em conta, estabelecido em política interna, em relação à base ativa de cartões. **s. Adoção da Resolução BCB 352/23:** A Resolução BCB nº 352/23, com as atualizações introduzidas pela Resolução BCB nº 397/24 e demais normativos vinculados, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, além de disciplinar a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A norma alinha os critérios contábeis do COSIF aos requisitos do IFRS 9 a partir de 01/01/2025. As principais mudanças referem-se à classificação de instrumentos financeiros, ao reconhecimento de juros em caso de atraso, à aplicação da taxa efetiva de juros contratual, à baixa a prejuízo e ao reconhecimento da provisão com base na perda esperada, além da classificação de operações com problemas de crédito. A adoção do normativo foi realizada de forma prospectiva, e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua implementação foram reconhecidas em contas de lucros acumulados em 01/01/2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais. Os principais impactos estimados (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e das normas correlatas são: **1. Efeitos da alteração de categorias** – Representam os impactos da remensuração decorrente da reclassificação entre categorias, conforme o art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/21. **•** De "Disponíveis para Venda" para "VORA": Não haverá impactos de mensuração patrimonial em função da semelhança entre as duas classificações. **•** De "Disponíveis para Venda" para "VJR": Não haverá impactos de mensuração patrimonial em função de ambas as classificações utilizarem o valor justo, de modo que o impacto no patrimônio líquido na adoção inicial é nulo. **2. Efeitos esperados da adoção do modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito** – O impacto negativo da adoção inicial do modelo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi reconhecido no patrimônio líquido no valor de R\$ (65.709), sem efeitos tributários conforme detalhado no item a seguir. Para mensuração, foram considerados os percentuais definidos nos Anexos I e II da Resolução BCB nº 352/23, conforme o período de atraso. **3. Aspectos fiscais** – Quanto aos aspectos fiscais referentes a eventuais impactos relevantes nos ativos e passivos fiscais diferidos relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução BCB nº 352/23, não houve impactos, uma vez que a Neon Pagamentos não constitui ativo fiscal diferido sobre a provisão para perdas esperadas. Com relação aos critérios de dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL, também não são esperados impactos relevantes com relação às novas regras, pois a Companhia é uma instituição de pagamento e não está no escopo de companhias sujeita à Lei nº 14.467/22. **t. Adoção da Resolução BCB nº 178/22:** A Resolução BCB nº 178/22 estabelece como as empresas devem contabilizar os contratos de arrendamento (*leasing*). Ela exige que os arrendatários reconheçam ativos e passivos no balanço patrimonial para a maioria dos arrendamentos, eliminando a distinção entre arrendamento operacional e financeiro. As principais mudanças advindas da referida norma, são: **•** Fim da distinção entre arrendamento operacional e financeiro para arrendatários; **•** Reconhecimento de ativo de direito de uso. Este ativo representa o direito do arrendatário de usar o bem subjacente pelo período do contrato. Ele é mensurado inicialmente pelo valor do passivo de arrendamento, ajustado por pagamentos iniciais, custos diretos iniciais e outros fatores. **•** Reconhecimento de passivo de arrendamento. Este passivo representa a obrigação de fazer os pagamentos futuros de arrendamento. É mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, descontados a uma taxa de juros específica (geralmente a taxa implícita no arrendamento ou a taxa incremental de empréstimo do arrendatário). **•** A despesa de aluguel linear dos antigos arrendamentos operacionais é substituída por duas novas despesas: despesa de depreciação do ativo de direito de uso, reconhecida geralmente de forma linear ao longo do prazo do arrendamento. E despesa de juros sobre o passivo de arrendamento, reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva, resultando em uma despesa de juros maior no início do arrendamento e decrescente ao longo do tempo. Isso significa que, para a demonstração do resultado, a despesa total tende a ser maior nos primeiros anos do arrendamento e menor nos anos finais, comparado ao modelo anterior de despesa linear. Na adoção inicial da resolução em questão foram reconhecidos os montantes de R\$ 5.772 de ativo de direito de uso e R\$ 5.317 de passivo de arrendamento, gerando o resultado de R\$ 455 que está apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

		31/12/2025	
		Valor	Valor
		justo	justo
Disponibilidades em moeda nacional		33.306	33.306
<b>Total</b>		<b>33.306</b>	<b>33.306</b>
<b>5. Títulos e valores mobiliários:</b>			
<b>5.a Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:</b>			
		31/12/2025	
		Hierarquia do	Valor
		valor justo	custo
		justo	justo
Instrumentos financeiros			
Fundo BTG Pactual	2	35	35
FIDC CONSIGA+	2	101	101
<b>Total</b>		<b>136</b>	<b>136</b>
<b>5.b Ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes:</b>			
		31/12/2025	
		Hierarquia do	Valor
		valor justo	custo
		justo	justo
Instrumentos financeiros			
Letras Financeiras do Tesouro	2	Acima de 1 ano	605.536
Debêntures	2	Acima de 1 ano	239
Certificados de Depósito Bancário	2	Acima de 1 ano	16
<b>Total</b>			<b>605.791</b>

		31/12/2025	
		Valor	Valor
		justo	justo
Ativos não problemáticos		47.757	2.755.412
De 0 até 14 dias de atraso		47.757	2.755.412
<b>Total</b>		<b>47.757</b>	<b>2.755.412</b>
Ativos problemáticos não inadimplidos		146	41.936
De 0 até 14 dias de atraso		146	41.936
<b>Total</b>		<b>146</b>	<b>41.936</b>
<b>Total geral</b>		<b>47.903</b>	<b>2.797.202</b>
<b>(iii) Concentração das operações:</b>			
		31/12/2025	
		Total saldo	Perdas esperadas
		contábil	esperadas
		bruto	esperadas
		total geral	
		% Sobre	
		C2	C5
Dez maiores devedores		635	635
Cinquenta seguintes maiores devedores		1.744	1.744
Cem seguintes maiores devedores		2.583	2.583
Demais clientes		2.840.143	2.840.143
<b>Total</b>		<b>2.845.105</b>	<b>(75.386)</b>
<b>(iv) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:</b>			
		31/12/2025	
		Total	Perda esperada
		contábil	esperada
		bruto	
		% Sobre	
		C2	C5
Ativos não problemáticos		47.757	47.757
De 0 até 14 dias de atraso		47.757	47.757
<b>Total</b>		<b>47.757</b>	<b>47.757</b>
Ativos problemáticos não inadimplidos		146	146
De 0 até 14 dias de atraso		146	146
<b>Total</b>		<b>146</b>	<b>146</b>
<b>Total geral da carteira</b>		<b>2.845.105</b>	<b>2.845.105</b>

diferido dependem da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condições definidos pela Resolução BCB nº 15/20, destacando-se a exigência de ter estudo técnico de lucros futuros que demonstre a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de 10 anos e de apresentar histórico de lucros tributáveis em, ao menos, 3 dos últimos 5 anos. Em 2021, o BACEN determinou a manutenção dos ativos fiscais diferidos, sem o reconhecimento de novos valores, no montante de R\$ 327.703 (saldo de 31/07/2021), que hoje tem o montante de R\$290.177 de Prejuízo Fiscal e R\$29.232 de Diferenças temporárias. Desde então, o montante não ativado decorrente de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL perfazem o valor de R\$ 601.867, enquanto o de diferenças temporárias é de R\$ 71.768, totalizando saldo acumulado não ativado de R\$ 697.728, somados aos R\$ 24.093 relativos a ajustes de anos anteriores, em 31/12/2025. Atualmente a Neon tem lucros tributáveis e conforme projeções do estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributário que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros da empresa, de tal forma que a projeção dos lucros futuros demonstra que a totalidade do saldo não contabilizado de ativo fiscal diferido será totalmente consumida ao longo de 10 anos (final de 2035).

		Crédito Fiscal sobre Prejuízo		Crédito Fiscal sobre Prejuízo	
		Ativado	Não Ativado	Ativado	Não Ativado
2026		37.111	-		
2027		59.863	-		
2028		84.944	-		
2029		102.999	-		
2030		5.260	-		
2031		-	133.800		
2032		-	148.033		
2033		-	159.984		
2034		-	45.785		
<b>Total</b>		<b>290.177</b>	<b>601.867</b>		

A Neon Pagamentos revisou a expectativa de realização de seus ativos fiscais diferidos, cujo estudo reflete também uma alteração promovida pela Lei Complementar 224/25, que alterou a alíquota de CSLL aplicável às Instituições de Pagamento, de 9% para 12%, com vigência a partir de abril de 2026 e 15% a partir de janeiro de 2028. **11. Investimentos:** As participações da Neon Pagamentos em outras empresas do Grupo são compostas conforme demonstrado abaixo:

		31/12/2025	
		Saldo	Resultado de participação
Neon Tecnologia		39.899	13.151
ContadorX ("MEI Fácil")		7.454	217
Consiga Mais		226	183
<b>Total</b>		<b>47.580</b>	<b>17.384</b>

MEI Fácil: Na aquisição da MEI Fácil, ocorrida em novembro de 2019, a Neon reconheceu um ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 25.887, o qual foi amortizado em sua totalidade em 2024. Consiga Mais: Na aquisição da Consiga Mais, ocorrida em julho de 2021, a Neon reconheceu um ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 89.197. Até 31/12/2025 a amortização acumulada do ágio é de R\$ 78.791, resultando em um saldo líquido de R\$ 10.406. O resultado da amortização é divulgado na linha de Depreciação e amortização na Nota 26 - Despesas administrativas. A movimentação dos saldos dos ágios ocorreu conforme abaixo:

		31/12/2025	
		Saldo	Resultado de participação
Consiga Mais (i)		27.814	(17.408)
<b>Total</b>		<b>27.814</b>	<b>10.406</b>

(i) Baseado em projeções de longo prazo, a expectativa de rentabilidade futura é em 60 meses. Durante o exercício findo em 31/12/2025 não houve redução ao valor recuperável dos referidos ágios. **12. Imobilizado: a. Composição do imobilizado:**

		31/12/2025	
		Saldo	Resultado de participação
Computadores e periféricos		4.928	(4.114)
Equipamentos de processamento de dados		5	13.421
Móveis e utensílios		10	1.327
Benfeitorias		5	3.317
Instalações		5	25
Direito de uso – Imóvel		8	13.302
Direito de uso – Máquinas e Equipamentos		5	7.360
<b>Total</b>		<b>43.680</b>	<b>(36.041)</b>

**b. Movimentação do imobilizado:**

		2024 Adições		Baixas		Depreciação		2025	
Computadores e periféricos		1.744	670	(723)		(877)		814	
Equipamentos de processamento de dados		6.243	39	(852)		(2.463)		2.967	
Móveis e utensílios		618	-	-		(132)		486	
Benfeitorias		212	-	-		(26)		186	
Direito de uso – Imóvel		-	-	-		(2.586)			
Direito de uso – Imóvel (Adoção Res. BCB nº 178/22)		-	-	-		(7.530)		5.772	
Direito de uso – Máquinas e Equipamentos (Adoção Res. BCB nº 178/22)		-	-	-		(7.360)			
<b>Total</b>		<b>8.817</b>	<b>21.371</b>	<b>(1.575)</b>		<b>(20.974)</b>		<b>7.639</b>	

**13. Intangível: a. Composição do intangível:**

		31/12/2025	
		Saldo	Resultado de participação
Desenvolvimento de software		130.790	(27.020)
Relações contratuais com clientes (i)		33.211	(17.765)
Marcas e patentes (ii)		6.471	(4.118)
Licenças de uso de software		51.512	(51.283)
<b>Total</b>		<b>221.984</b>	<b>(100.186)</b>

(i) São capitalizados no ativo intangível os custos de desenvolvimento relacionados à adição de novos recursos ou novos produtos no aplicativo Neon, software desenvolvido internamente. Nenhum custo de pesquisa está incluído nesta capitalização. Os critérios de reconhecimento estão descritos na Nota 3.j. (ii) Aquisição de carteira de clientes na combinação de negócios com a MEI Fácil e Consiga Mais. (iii) Marcas adquiridas nas combinações de negócios com a MEI Fácil e Consiga Mais. A vida útil da marca adquirida no âmbito da aquisição da Consiga Mais foi definida de acordo com o plano de utilização, de cinco anos. **b. Movimentação do intangível:**

		2024 Adições		Amortização		2025	
Desenvolvimento de software		72.120	44.945	(13.295)		103.770	
Relações contratuais com clientes		17.735	-	(2.289)		15.446	
Marcas e patentes		3.285	-	(932)		2.353	
Licenças de uso de software		766	-	(537)		229	
<b>Total</b>		<b>93.906</b>	<b>44.945</b>	<b>(17.053)</b>		<b>121.798</b>	

**14. Depósitos:** Corresponde a operações envolvendo as obrigações contraídas pela Neon junto a seus clientes, usuários do aplicativo Neon (app Neon) e contemplam montantes correspondentes aos depósitos em conta de pagamento pré-paga sem remuneração aos clientes. Em 31/12/2025 o valor é de R\$ 1.518.092. **15. Relações interfinanceiras – obrigações:** A Neon participa do arranjo de pagamento da Visa do Brasil Empreendimentos Ltda. ("Visa"), sendo autorizada a emitir e operar produtos de cartão de crédito ou débito com a bandeira Visa. Nas transações de cartão de débito físico os valores utilizados afetam diretamente a conta digital do cliente e, em contrapartida, a Neon se compromete a honrar os montantes com a

continuação

Valores a pagar de cartões de débito e crédito (i)	31/12/2025	2.916.408
Outros RI		1.112
<b>Total circulante</b>		<b>2.917.520</b>

(i) Referem-se a valores a liquidar decorrente da operação junto à Visa.

<b>16. Outros passivos – obrigações sociais e estatutárias:</b>		
PLR e gratificações	31/12/2025	34.756
<b>Total</b>		<b>34.756</b>
<b>17. Outros passivos – obrigações fiscais e previdenciárias:</b>		
Impostos e contribuições sobre salários	31/12/2025	4.705
ISS		2.981
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros		21.258
<b>Total</b>		<b>28.944</b>

<b>18. Outras obrigações – diversas:</b>		
Valores a pagar a sociedades ligadas (Notas 20 e 32)	31/12/2025	601.190
Fornecedores (i)		51.243
Provisão para despesas de pessoal		7.991
Obrigações por arrendamento de imóveis		1.477
Provisão para perdas operacionais		57
Outras provisões operacionais (ii)		40.641
<b>Total circulante</b>		<b>702.599</b>

Valores a pagar a sociedades ligadas (Notas 20 e 32)	31/12/2025	370.279
Provisão para despesas de pessoal (iii)		17.304
Provisões para contingências (Nota 19)		14.460
Obrigações por arrendamento de imóveis		1.410
<b>Total não circulante</b>		<b>403.453</b>
<b>Total</b>		<b>1.106.052</b>

(i) Referem-se basicamente a fornecedores de serviços no curso normal dos negócios. (ii) R\$ 3.671 referente a valores transitórios do produto Fix crédito, no qual a Neon Financeira aportou um valor para o produto ser operacionalizado na Neon Pagamentos; R\$ 6.400 referente a incentivo recebido de parceiro para comercialização de seguros, a ser apropriado ao longo do prazo do contrato; R\$ 6.126 referente a valores transitórios de CELCOIN; R\$ 4.124 referente a pontos concedidos a resgatar no programa de *cashback*; R\$ 13.000 referente ao fee de incentivo de marketing à Visa e R\$ 4.317 relativo a valores transitórios do produto boleto no crédito. (iii) Inclui provisão de R\$ 14.764 referente ao plano de incentivo de longo prazo de *Phantom Shares*, no montante de R\$ 10.432 e respectivos encargos e reflexos no montante de R\$ 4.332, conforme demonstrado na Nota 34. **19. Contingências:** A Neon é parte em ações judiciais e processos administrativos perante órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos civis de relação de consumo, trabalhistas e tributárias. **a. Contingências passivas e obrigações legais:** As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por débitos de relação de consumo, trabalhistas e tributárias, classificadas como perdas prováveis por nossos assessores jurídicos. **b. Composição das provisões:** A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 31/12/2025 no montante de R\$ 14.460 considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações classificadas como perdas prováveis, visto não ser possível estimar o cronograma de pagamentos dessas provisões, as mesmas são classificadas como passivos não circulantes (conforme Nota 18).

	Provisões		<b>Total</b>
	trabalhistas	cíveis	
<b>Saldos em 31/12/2024</b>	<b>409</b>	<b>10.141</b>	<b>13.779</b>
Constituição/(Reversão)	949	(3.066)	2.848
<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>1.358</b>	<b>7.075</b>	<b>14.460</b>

Quando requerido no curso processual, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros créditos". Existem processos civis de relação de consumo classificados como perdas prováveis por nossos assessores jurídicos no montante de R\$ 218.204 que majoritariamente são relativas à indenização por danos morais e materiais e processos trabalhistas classificados como perdas prováveis no montante de R\$ 23.017 majoritariamente relacionadas à reclamações de verbas rescisórias e reconhecimento de enquadramento de categoria sindical, para os processos tributários não existem processos classificados como passivos. **20. Obrigações por empréstimos:** A Neon Pagamentos tomou empréstimos junto à Neon Financeira, com vencimentos até 01/03/2029, conforme abertura apresentada na Nota 18 - Outros obrigações, na rubrica "Valores a pagar a sociedades ligadas", e menção na Nota 32 - Transações com partes relacionadas. As operações foram realizadas em condições normais de mercado, a uma taxa média de 1,99% a.m. A seguir é apresentada a movimentação das captações ocorridas no período:

	Pagamentos Líquidos		<b>Juros Incorridos</b>
	2024	2025	
Empréstimos	1.444.606	839.219 (1.543.895)	128.373
<b>Total</b>	<b>1.444.606</b>	<b>839.219 (1.543.895)</b>	<b>128.373</b>

**21. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31/12/2025 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.450.627, e está representado por 22.494.317 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Líquido dos custos de transação incorridos cumulativamente no montante de R\$ 6.540, o capital social é de R\$ 3.457.167. **b. Reserva de capital:** A Neon conta com um plano de opção de compra de ações, aprovado em reunião do Conselho de Administração, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações seus Administradores e colaboradores. A Neon reconhecida no exercício findo em 31/12/2025 o valor de R\$ 12.114, sendo R\$ 7.252 no 2º semestre de 2025, relativo à despesa do plano em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido, cujo saldo em 31/12/2025 é de R\$ 75.629. **c. Reserva legal:** No exercício findo em 31/12/2025, a Neon não constituiu reserva legal em decorrência dos seus resultados negativos anteriores. **d. Outros resultados abrangentes:** No exercício findo em 31/12/2025, a Neon reconheceu o valor de R\$ 239 relativo à ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros. **e. Dividendos:** Como determinado pelo estatuto social da Neon, o dividendo mínimo obrigatório, na existência de resultado a distribuir, corresponde a 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. No exercício findo em 31/12/2025, a Neon não destinou dividendos em decorrência da apuração de resultados negativos anteriores. **22. Receita de intermediação financeira:**

Receitas de operações com cartões de débito e crédito (i)	31/12/2025	167.021
Resultado de títulos e valores mobiliários (ii)		111.840
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez (iii)		42.924
Comissões por originção e recuperação de crédito (iv)		88.178
Receitas de serviços para Neon (v)		160.510
<b>Total</b>		<b>570.473</b>

(i) Refere-se à receita de *interchange* auferida nas transações efetuadas com cartões de débito e crédito. (ii) Composto, principalmente, por valores decorrentes da valorização de letras financeiras do tesouro. (iii) Receitas financeiras provenientes de operações compromissadas, principalmente, vinculadas à conta pré-paga e ao saldo de repasse no arranjo de pagamento da Visa. (iv) Receita de comissão sobre originção de empréstimos, manutenção e recuperação de operações com cartão de crédito decorrente de serviços prestados principalmente à Neon Financeira no semestre e exercícios findos em 31/12/2025. A Neon atua como um intermediário para essas operações. (v) Refere-se às tarifas cobradas em produtos de conta digital, tais como: transferências, saques e boletos. **23. Despesas de intermediação financeira:** No curso do processo de geração de suas receitas, a Neon incorre em diversos custos, tais como *fee* decorrente de sua parceria operacional, taxas cobradas pelas transações efetuadas pelos clientes em caixas eletrônicos de autoatendimento, *fees* pagos à bandeira Visa, entre outros. No semestre e exercício findos em 31/12/2025, os principais custos estavam assim apresentados:

Obrigações de empréstimos	31/12/2025	66.003
Operações com cartão de débito e crédito		55.466
Manutenção de conta		16.389
<b>Total</b>		<b>137.858</b>

<b>24. Despesas com pessoal:</b>		
Proventos e encargos sociais	31/12/2025	38.305
Benefícios		4.888
Despesas com planos de ações		3.210
<b>Total</b>		<b>46.403</b>

<b>25. Despesas com vendas:</b>		
Marketing	31/12/2025	22.371
<b>Total</b>		<b>22.371</b>

<b>26. Despesas administrativas:</b>		
Despesas com sistemas e tecnologia	31/12/2025	104.402
Serviços de consultoria administrativa e empresarial (i)		68.696
Depreciação e amortização (ii)		19.322
Serviços jurídicos – assessoria legal e societária		3.144
Aluguel, condomínio e manutenção predial		1.062
Outras despesas (iii)		10.186
<b>Total</b>		<b>206.812</b>

(i) Os valores a pagar referentes aos honorários de auditoria para todo o exercício de 2025 são de R\$ 990. A KPMG não presta outros serviços que não os de auditoria para a Neon Pagamentos. (ii) Inclui amortização de ativo de investimentos. (iii) Composto principalmente por locação de equipamentos, perdas processuais; canais de atendimento e tarifas bancárias.

<b>27. Despesas tributárias:</b>		
COFINS	31/12/2025	38.972
Tributos sobre importação de serviços		3.324
ISS – imposto sobre serviços		15.303
PIS		8.109
<b>Total</b>		<b>65.708</b>

<b>28. Despesas com prestação de serviços:</b>		
Serviços de design e entregas de cartões	31/12/2025	24.168
<b>Total</b>		<b>24.168</b>

<b>29. Outros resultados operacionais, líquidos:</b>		
Créditos de PIS e COFINS (i)	31/12/2025	34.033
Outros resultados operacionais (ii)		8.175
<b>Total</b>		<b>42.208</b>

(i) Créditos de PIS e COFINS apurados sobre insumos na prestação de serviços. (ii) Composto, principalmente, por R\$ 4.967 referente a despesa de juros sobre garantias Ônus e Gravames e (R\$ 11.466) referente a provisão de reembolso de programas de incentivo de negócios junto à Visa e Cardiff e (R\$ 8.554) referente atualização monetária. **30. Resultado não recorrente:** Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas de instituição de pagamento e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o exercício findo em 31/12/2025 não houve resultado não recorrente a ser apresentado nesta demonstração. **31. Gerenciamento de riscos: a) Estrutura de gerenciamento de risco:** O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 265/22, determina a adoção e a implementação das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, incluindo políticas e estratégias claramente documentadas. O gerenciamento de riscos deve ser integrado e independente, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os diversos riscos (Crédito, Mercado, Operacional, Liquidez, Social, Ambiental, Climático e demais riscos relevantes) da Neon. As áreas de gerenciamento de riscos são responsáveis por identificar todos os riscos relevantes e os impactos potenciais para a estrutura corporativa, garantindo a implementação de soluções para mitigá-los de forma eficiente e ágil a fim de manter um ambiente controlado e adequado para que o plano estratégico seja atingido de acordo com as expectativas corporativas. O Grupo Neon adota o modelo de 3 (três) linhas como meio primário para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, preservando o princípio da independência no que tange às atividades das diferentes linhas de defesa, tal como se estabelece na separação de papéis e responsabilidades e assegura linhas de comunicação claras e coerentes: **Primeira linha:** composta pelas áreas de negócios e suporte cujas atividades geram a exposição a riscos, é a principal responsável por gerenciar e supervisionar os riscos inerentes aos seus processos, além de garantir aderência regulatória. **Segunda linha:** composta pelas áreas de Riscos Integrados e de Compliance Regulatório, é responsável por auxiliar a 1ª linha no desenvolvimento e na adequação de processos e controles para gerenciamento de seus riscos, além de emitir alertas à 1ª linha sobre mudanças no cenário regulatório e de riscos. **Terceira linha:** composta pela Auditoria Interna, é responsável por fornecer avaliações independentes sobre a adequação do sistema de controles internos para a Alta Administração e aos órgãos de governança e reportar o descumprimento de dispositivos legais e regulamentários. Os assuntos pertinentes aos riscos relevantes são reportados aos executivos no Fórum de Gestão Integrada de Riscos, com recorrência mensal, buscando fortalecer uma cultura de conscientização e responsabilidade, contribuindo para eficiência operacional e conformidade aos limites de apetite a riscos definidos em alinhamento aos objetivos estratégicos da Neon. **b) Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais:** O processo de gerenciamento dos riscos é realizado de forma contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas. A identificação, mensuração, monitoramento e controle dos riscos operacionais são realizados de maneira centralizada e independente, alinhada ao apetite de risco definido pela Diretoria, e de forma segregada à atividade de auditoria interna. O Grupo Neon mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição ao risco operacional. A estrutura é composta por políticas e estratégias compatíveis com os objetivos da instituição e com as condições de mercado, que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos operacionais, em níveis considerados aceitáveis. Adicionalmente, a estrutura assegura a adequada capacidade sobre risco operacional de todos os colaboradores. O Grupo Neon emprega metodologia consistente e abrangente, baseada no framework COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), capaz de: **Identificar,** avaliar, monitorar, controlar e mitigar os eventos relacionados ao risco operacional; **Produzir** documentação referente às perdas associadas ao risco operacional; **Coletar** tempestivamente informações para a base de dados de risco operacional; **Classificar** e agregar as perdas operacionais identificadas; **Definir**, tempestivamente, a análise da causa raiz de cada perda operacional; **Efetuam** análise periódica de cenários com o objetivo de estimar a exposição da Neon a eventos de risco operacional e de alta severidade. **c) Estrutura de gerenciamento de risco de mercado e IRRBB:** O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais e dos preços das ações, em função dos descausamentos de prazos, moedas e indexadores das posições ativas e passivas da Instituição. O Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB) define-se como sendo o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Neon, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Por estar enquadrada no Segmento S4, a Neon está sujeita à apuração do DMII (*Net Interest Income*) para o monitoramento do risco de juros, que consiste em apurar a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (cenário base do BACEN ±400bps). **Análise de sensibilidade de variação na taxa de juros:** A Companhia está exposta ao risco de mercado e IRRBB, monitorando essas exposições por meio do modelo padronizado (definido pelo BACEN) para carteira bancária (Delta NII), calculado com base no Conglomerado Prudencial da Neon. Neste modelo é mensurado o impacto no resultado de intermediação financeira em cenários de aumento e redução na curva de juros em 400 pontos base. Na data-base destas Demonstrações Financeiras, para um cenário de alta de juros é esperada uma perda de R\$ 4.289.034,34 no resultado de intermediação financeira do Conglomerado Prudencial em um horizonte de um ano. **Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros, descritos abaixo: **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que

não exista relacionamento entre as partes. **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseadas em modelo de precificação em que os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos. **Nível 3:** Cotações de preços para ativos ou passivos não observáveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros. A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros, segregados entre os níveis da hierarquia de valor justo.

<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>				
Títulos e valores mobiliários	31/12/2025			
Cotas de fundos de investimento		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Total</b>			136	136

<b>Ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes</b>				
Títulos e valores mobiliários	31/12/2025			
Letras Financeiras do Tesouro			605.552	605.552
Debêntures			239	239
Certificados de Depósito Bancário			16	16
<b>Total</b>			605.807	605.807

**Ativos financeiros ao custo amortizado**  
A mensuração dos ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado das cotas de fundos de investimento é calculada com base no valor da cota atualizada divulgada pelo administrador do fundo. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes os juros são baseados na taxa Selic e reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva.

<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>				
Depósitos	31/12/2025			
Relações interfinanceiras		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Total</b>			1.518.092	1.518.092

A mensuração dos passivos financeiros ao custo amortizado, para depósitos é o valor nominal depositado pelo cliente, em relação às relações interfinanceiras o reconhecimento inicial é registrado pelo valor justo do recurso recebido, deduzido dos custos de transação atribuíveis e atualizado pela taxa de juros efetiva. As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do período. No semestre e exercício findos em 31/12/2025 não houve transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis. **d) Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez:** O risco de liquidez é definido como a possibilidade de não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Dentro da definição cabe também a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Neon é composta por políticas e estratégias que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez em níveis considerados aceitáveis. O processo de gestão de risco de liquidez é realizado de maneira contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas, sendo composto principalmente por: **Análise** de usos e fontes de recursos de curto prazo e necessidades de compatibilização de caixa; **Projeções** de fluxo de caixa em cenários de normalidade e em situações adversas (cenários de estresse); **Monitoramento,** controle e reporte dos níveis de risco de liquidez em comparação com os limites de risco estabelecidos; **Plano de Contingência de Liquidez. Vincimentos de passivos financeiros:** As tabelas abaixo analisam os instrumentos financeiros da Companhia em grupos de vencimentos relevantes com base nos seus vencimentos contratuais. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. Os saldos devidos no prazo de 12 meses são iguais aos seus saldos contábeis, pois o impacto do desconto não é significativo.

<b>Em 31/12/2025</b>		
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		
Depósitos	1.518.092	-
Relações interfinanceiras – obrigações	2.917.520	-
<b>Total</b>	<b>4.435.612</b>	<b>-</b>

**e) Estrutura de gerenciamento de risco de crédito:** Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração da qualidade creditícia do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo o inadimplemento do cliente final perante o emissor de instrumento de pagamento pós-pago. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito da Neon é o conjunto de áreas, colaboradores, atividades, documentos e ferramentas que possibilitam a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação do risco de crédito, bem como o risco de concentração levando em consideração, por exemplo, os segmentos de produtos e serviços em que a instituição atua. Os procedimentos, metodologias e ferramentas são documentadas, revisadas e aprovadas pela Alta Administração e os resultados das análises de gestão e controle do Risco de Crédito são reportados mensalmente nos fóruns executivos da Neon. **f) Risco social, ambiental e climático:** Atendendo às normas aplicáveis, o Grupo Neon edita a política de responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRASC), disponível no site da Companhia, a qual contém princípios e diretrizes que norteiam as ações e relações com seus parceiros internos e externos. Além disso, fica disponível também o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC). **g) Gerenciamento de capital:** O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Neon e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos. Os dados de dezembro de 2025 que refletem as exigências aplicáveis são apresentados na Nota 35 - Limite operacional (Acordo da Baseleia). **32. Transações com partes relacionadas:** Conforme definição da Resolução BCB nº 2/20, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração. As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes àqueles que prevalecem nas transações em condições normais de mercado. No semestre e exercício findos em 31/12/2025, a Neon manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

<b>Ativos</b>		
Neon Financeira	31/12/2025	109.510
Neon Tecnologia		5.121
Neon Consiga Mais		66
Mei Fácil		35
Neon CTVM		5
<b>Valores a receber sociedades ligadas</b>		<b>114.737</b>

Composto por R\$ 57.347 referente à originção de crédito (Corban), R\$ 15.116 referente a rateio de despesas; R\$ 36.647 de saldo transitório referente ao colchão para operacionalização do produto "Tudo no Crédito" (nota 8) junto à Neon Financeira; e demais valores oriundos de transações referentes a Pagamentos e Neon Tecnologia, MEI Fácil, Neon CTVM e Consiga Mais referente a rateio de despesas administrativas.

<b>Passivos</b>		
Neon Financeira	31/12/2025	252.843
Neon CTVM		396
Outros		1.512
<b>Total</b>		<b>254.752</b>
<b>Depósitos</b>		
Neon Financeira		924.712
Neon Tecnologia		46.757
<b>Valores a pagar sociedades ligadas</b>		<b>971.469</b>

Composto por R\$ 868.303 relativos a saldo de empréstimo junto à Neon Financeira, conforme Nota 20, e R\$ 46.757 à Neon Tecnologia, sendo R\$ 34.783 referente a obrigações assumidas na transferência de funcionários e R\$ 11.974 relativo à contratação de tecnologia.

<b>Receitas</b>		
Neon Financeira (i)	31/12/2025	60.851
FIDCs controlados		82
<b>Total</b>		<b>60.933</b>

<b>Despesas</b>		
Neon Financeira (ii)	31/12/2025	(65.894)
Neon Tecnologia (iii)		(86.861)
<b>Total</b>		<b>(152.755)</b>

(i) Receita referente a comissões por originção de empréstimos e transações com cartões. (ii) Refere-se a apropriação de juros sobre as operações de empréstimos. (iii) Refere-se a despesas com serviços de TI. **Pessoal-chave da Administração:** A administração chave inclui diretores (executivos e não executivos) que têm autoridade e responsabilidade por planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade. No exercício findo em 31/12/2025, a Neon manteve transações com pessoal-chave da administração: despesas com remuneração de R\$ 12.204 e programa de remuneração de longo prazo, incluindo encargos sociais, de R\$ 9.690. Os diretores estatutários da Neon e suas investidas, bem como seus parentes próximos, também têm contas e cartões de débito e de crédito da Neon. Em 31/12/2025, o saldo em suas contas digitais é de R\$ 116, possuem limites de cartão de crédito de R\$ 1.119 e fatura de cartão em aberto de R\$ 149. **33. Outras informações: a. Cobertura de seguros:** A Neon adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31/12/2025, as apólices mais relevantes da Neon estão relacionadas a: (i) cobertura de danos materiais de seus escritórios, cujos principais riscos cobertos são de incêndio, queda de raio, explosão, implôso e danos elétricos; (ii) cobertura para perdas decorrentes de ataques cibernéticos e (iii) cobertura para responsabilidade civil, totalizando R\$ 200.000. **34. Pagamento baseado em ações:** Os planos de pagamento baseado em ações da Neon Payments (descritos na Nota 3.0) foram projetados para fornecer incentivos de longo prazo para os colaboradores chave (incluindo diretores executivos) a fim de fornecer retornos pela continuidade dos serviços prestados a longo prazo. A participação nos planos e a outorga dos benefícios são deliberados pelo Conselho de Administração da Neon Payments ou pelo Comitê de Pessoas da Neon Pagamentos. As opções outorgadas são contabilizadas de acordo com o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, utilizando os modelos de precificação de opções *Black-Scholes* (para outorgas até fevereiro de 2022) e o modelo Binomial (a partir de março de 2022), para fornecer uma estimativa do valor justo dos serviços prestados pelo funcionário participante. **Plano de opções de compra de ações ("SOP"):** Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments, inicialmente em 30/11/2020, com posterior modificação em 25/07/2023, e concede ao beneficiário a possibilidade de adquirir opções de compra de ações da Neon Payments com preço de exercício e prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos. No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas do número de opções que devem ser adquiridas com base em condições que não de mercado e reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido. Nas demonstrações financeiras da Neon Payments, o custo atribuído às opções de compra de ações outorgadas por serviços a controladas é tratado como um aporte de capital na medida em que os serviços recebidos são prestados na controlada. Dessa forma, os valores são registrados em contrapartida de investimentos em controladas e reservas. Ainda, os recursos recebidos do exercício das opções líquidas de quaisquer custos de transação atribuíveis são creditados ao capital social (valor nominal) e prêmio de emissão, momento em que as ações são emitidas. Como regra geral, as opções outorgadas até fevereiro de 2022 têm o direito totalmente adquirido (*vesting period*) em 4 anos, sendo 15%, 40%, 65% e 100% das opções após o primeiro, segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Neste plano, as opções são adquiridas, após incorrido o *vesting period*, pelo beneficiário diretamente da Neon Payments, pelo valor determinado na outorga. No exercício, o beneficiário deverá comprar as ações pelo preço de exercício, que corresponde ao *fair value* na data da outorga. No ano de 2022, a Neon também outorgou opções com prazo (*vesting period*) de 4 anos, sendo 9%, 26%, 48%, 79%, 90% e 100% das opções *vestidas* ao longo dos seis aniversários do plano, e o exercício condicionado a eventos de liquidez (por um período de até 10 anos). No ano de 2023, a Neon outorgou opções com prazo (*vesting period*) de 4 anos, sendo 25% ao completar 12 meses e 6,25% a cada trimestre posterior ao primeiro ano, de modo que, após 12 trimestres os 75% restantes das opções estarão *vestidas*, e o exercício condicionado a eventos de liquidez (por um período de até 10 anos). A partir de 2024, a Neon continuou a outorgar as opções com prazo (*vesting period*) de 4 anos. Adicionalmente, os lotes outorgados em anos anteriores e ainda não *vestidos* foram atualizados para esta condição de *vestings* trimestrais. No exercício findo em 31/12/2025 as opções de ações foram movimentadas conforme a seguir:

<b>Quantidade de Opções</b>	<b>Reserva de capital (R\$)</b>
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	

Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento			
<p>estimado anualmente. Como regra geral, para as Phantom Shares outorgadas até dezembro de 2022, o direito passa a ser adquirido (vesting period) em 4 anos, sendo 15%, 40%, 65% e 100% das ações após o primeiro, segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Para outorgas realizadas a partir de 2023, o direito passa a ser adquirido (vesting period) em 4 anos, sendo 25% ao completar 12 meses e 6,25% a cada trimestre posterior ao primeiro ano, de modo que, após 12 trimestres os 75% restantes das opções estarão vestidas, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Em 31/12/2025, o plano de Phantom Shares totaliza 19.716 opções outorgadas ativas, com strike variando entre US\$ 1,00 e US\$ 608,90 (para opções pactuadas em dólar) e entre R\$ 5,85 e R\$ 3.562,07 (para opções pactuadas em reais) e cenário estimado para rotatividade de 38,8%, com saldo passivo atualizado de R\$ 14.764, sendo R\$ 10.432 de principal e R\$ 4.332 de encargos e reflexos (vide Nota 18). Segue a movimentação do plano ocorrida no ano:</p>		<p>(i) Cancelamento das opções por perda de direito decorrente de desligamento do beneficiário do quadro de colaboradores Neon. No exercício findo em 31/12/2025, a provisão líquida total de Phantom Shares foi de R\$ 38, sendo R\$ 992 de provisão de principal e R\$ 417 de encargos, compensados por uma despesa de R\$ 1.371 com variação cambial. Em 31/12/2025, o saldo em estoque de opções outorgadas, no âmbito do plano de Phantom Shares, está abaixo representado:</p>	
Data de concessão	Preço de exercício (US\$)	Preço de exercício (R\$) (i)	Quantidade de Opções
Fev/16 – Ago/22	1,00	5,50	2.293
Set/19	90,61	498,57	78
Mar/25	204,06	1.122,82	696
Nov/19 – Set/20	281,44	1.548,60	651
Out/20 – Fev/22	356,04	1.959,07	3.483
Mar/22 – Dez/23	608,90	3.350,41	799
Jun – Dez/23	408,13	2.245,69	188
Mar/25	-	5,85	3.274
Mar/25	-	1.193,75	5.684
Mar/25	-	1.646,42	343
Mar/25	-	2.082,83	1.371
Mar/25	-	2.387,56	370
Mar/25	-	3.562,07	386
			<b>19.616</b>

  

Quantidade de Phantom Shares (RS)	Passivo de Phantom Shares (RS)
Saldo em 31/12/2024	22.557
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-
Cancelamento (perda de direitos) (i)	(2.422)
Transferências entre empresas do Grupo	(519)
Saldo em 31/12/2025	19.616

  

DIRETORIA EXECUTIVA		DIRETORIA	
Pedro Conrade - Diretor Executivo I	Jamil Marques - Diretor Executivo II	Alexandre Rodrigues - Diretor Executivo II	Jamil Saud Marques - Diretor
Fernando Miranda - Diretor Executivo I	Wagner Leão - Diretor Executivo II	Fernando Montanari - Diretor Executivo II	Cristiano Fernandes - Diretor
Cristiano Fernandes - Diretor Executivo II	Fernanda Solon - Diretora Executiva II	Marcos Fonseca - Diretor Executivo II	Kelvin Eduardo de Almeida - Contador - CRC 1SP325726

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao acionista e administradores da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento, São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento, em 31/12/2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - demonstrações financeiras comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 11/03/2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-014428/0-6  
 Jonas Moreira Salles Contador CRC 1SP-295315/0-4



## Publique no Data Mercantil!

**A decisão certa em todos os momentos.**



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

# DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## GDPAR Participações S.A.

CNPJ nº 22.538.768/0001-56

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total participação dos controladores	Participação dos não controladores	Total
		2025	2024	2025	2024							
<b>Circulante</b>												
Caixa e equivalentes de caixa	3b/4	17	38	26.241	23.152	11.943	150	83.179	(27.609)	67.664	4.704	72.368
Contas a receber	3c	-	-	9.391	10.234	-	-	-	5.428	5.428	312	5.740
Adiantamento de fornecedores	-	-	-	139	-	-	-	-	(1.662)	1.662	-	-
Impostos a recuperar	5	-	-	13.729	10.771	-	-	-	566	566	-	566
Despesas antecipadas	3d	115	116	2.167	1.986	-	-	-	-	-	(297)	(297)
Estoque	-	-	-	253	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	716	1.422	-	-	-	(4.609)	4.609	-	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>133</b>	<b>154</b>	<b>52.636</b>	<b>47.565</b>	<b>11.943</b>	<b>150</b>	<b>79.041</b>	<b>(15.910)</b>	<b>75.225</b>	<b>4.720</b>	<b>79.945</b>
<b>Não circulante</b>												
Realizável a longo prazo												
Despesas antecipadas	3d	346	461	1.651	2.369	-	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	5	-	-	33	160	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	106	47	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	151	1.466	-	-	-	(17)	(17)	-	(17)
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>346</b>	<b>612</b>	<b>3.256</b>	<b>3.334</b>	<b>11.943</b>	<b>150</b>	<b>79.041</b>	<b>(15.910)</b>	<b>75.225</b>	<b>4.720</b>	<b>79.945</b>
<b>Investimentos</b>	3e/7	<b>111.517</b>	<b>105.358</b>	<b>75</b>	<b>75</b>	<b>11.943</b>	<b>150</b>	<b>79.041</b>	<b>(15.910)</b>	<b>75.225</b>	<b>4.720</b>	<b>79.945</b>
<b>Imobilizado</b>												
Imobilizado	3f/8	-	-	213.032	213.486	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado arrendado	3g/8	-	-	4.705	9.267	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do imobilizado</b>				<b>217.737</b>	<b>222.753</b>							
<b>Intangível</b>												
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>111.863</b>	<b>105.970</b>	<b>221.070</b>	<b>226.165</b>	<b>111.996</b>	<b>106.124</b>	<b>273.706</b>	<b>273.730</b>	<b>111.996</b>	<b>106.124</b>	<b>273.730</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>111.996</b>	<b>106.124</b>	<b>273.706</b>	<b>273.730</b>	<b>111.996</b>	<b>106.124</b>	<b>273.706</b>	<b>273.730</b>	<b>111.996</b>	<b>106.124</b>	<b>273.730</b>
<b>Passivos e patrimônio líquido</b>												
<b>Circulante</b>												
Empréstimos e financiamentos	3i/9	3.946	1.062	29.573	18.841	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	3j	-	-	6.091	6.318	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações sociais	11	-	-	6.709	6.039	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais	-	-	-	2.002	2.038	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	-	-	-	13	979	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	3g/10	-	-	4.830	6.636	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	6	3.974	1.731	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	13	-	-	795	696	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>7.919</b>	<b>2.793</b>	<b>50.012</b>	<b>41.547</b>	<b>7.919</b>	<b>2.793</b>	<b>50.012</b>	<b>41.547</b>	<b>7.919</b>	<b>2.793</b>	<b>41.547</b>
<b>Não circulante</b>												
Empréstimos e financiamentos	3i/9	22.058	25.979	97.826	104.935	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento mercantil	3g/10	-	-	2.815	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	6	5.697	2.127	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais	-	-	-	329	424	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para contingência	12	-	-	1.099	497	-	-	-	-	-	-	-
Impostos diferidos	3k/22	-	-	43.259	43.379	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	13	-	-	204	188	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>27.755</b>	<b>28.106</b>	<b>142.716</b>	<b>152.238</b>	<b>27.755</b>	<b>28.106</b>	<b>142.716</b>	<b>152.238</b>	<b>27.755</b>	<b>28.106</b>	<b>152.238</b>
<b>Patrimônio líquido</b>												
Capital social	14a	11.943	11.943	11.943	11.943	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	14b	78.111	79.041	78.111	79.041	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	150	150	150	150	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízos acumulados	(13.883)	(15.910)	(13.883)	(15.910)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Participação dos controladores</b>		<b>76.322</b>	<b>75.225</b>	<b>76.322</b>	<b>75.225</b>	<b>76.322</b>	<b>75.225</b>	<b>76.322</b>	<b>75.225</b>	<b>76.322</b>	<b>75.225</b>	<b>76.322</b>
Participações dos não controladores	-	-	-	4.656	4.720	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>76.322</b>	<b>75.225</b>	<b>80.978</b>	<b>79.945</b>	<b>76.322</b>	<b>75.225</b>	<b>80.978</b>	<b>79.945</b>	<b>76.322</b>	<b>75.225</b>	<b>79.945</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>111.996</b>	<b>106.124</b>	<b>273.706</b>	<b>273.730</b>	<b>111.996</b>	<b>106.124</b>	<b>273.706</b>	<b>273.730</b>	<b>111.996</b>	<b>106.124</b>	<b>273.730</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**1. Contexto operacional:** A GDPAR Participações S.A. (a seguir denominada de **GDPAR** e/ou **Companhia**) constituída em 11 de maio de 2015, na forma de sociedade limitada, tendo por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, no país ou no exterior, sua sede está localizada na Rua Augusto Severo, nº 7, 12º andar, sala 6, Centro Santos - SP - Brasil. A GDPAR possui operações de investimento na **Dinamo Inter-Agrícola Ltda.** (a seguir denominada **Dinamo**), **Cia Tamoyo de Armazéns Gerais** (a seguir denominada **Tamoyo**), **Tóliman Transportes Ltda.** (a seguir denominada **Tóliman**), **Compass Realty Imobiliária Ltda.** (a seguir denominada **Compass**) e **RSM Distribuidora Ltda.** (a seguir denominada **RSM**). Mais detalhes sobre as controladas da GDPAR: A **Dinamo** iniciou suas operações no dia 24 de novembro de 1986. A principal atividade realizada pela **Dinamo** é o rebeneficiamento de café, além de envolver-se em atividades secundárias que incluem: a gestão de armazéns gerais com emissão de Warrant, depósito de mercadorias de terceiros, transporte rodoviário de cargas (com exceção de produtos perigosos e mudanças municipais), operações relacionadas a terminais, armazenagem de mercadorias de origem nacional ou estrangeira conforme disposto no Decreto nº 1.102/1903 e na Lei nº 9.973/00, beneficiamento de café, locação de imóveis de sua propriedade, unificação e separação de mercadorias, bem como locação de veículos automotores, tais como caminhões, rebocues, semirreboques e similares. Com capacidade estática de armazenamento superior a 1,0 milhão de sacas de café, a **Dinamo** atende aos principais exportadores desse produto. Suas operações no setor cafeeiro estão estrategicamente distribuídas na cidade de Franca/SP, onde ocupam aproximadamente 22 mil metros quadrados de instalações, e no município de Machado/MG, que abriga sua matriz e principal centro operacional, englobando cerca de 60 mil metros quadrados de instalações. Além disso, a partir de 2010 a **Dinamo** diversificou suas atividades e atualmente tem participação nos setores de Logística da Exportação. Essa atuação se dá tanto na cidade de Santos/SP, onde opera com dois terminais Redex, quanto no recentemente inaugurado Recinto de Exportação na cidade de Machado/MG. É relevante destacar que todas as unidades Redex da **Dinamo** oferecem soluções logísticas para uma variedade de produtos, incluindo, café, açúcar, algodão, sementes, cereais, lingotes de metal, entre outros. A **Tamoyo** constituída em 1966, na forma de sociedade anônima, tendo por objeto principal o estabelecimento de armazéns para guarda e conservação de mercadorias em geral; emissão de títulos especiais que representem as mercadorias depositadas (conhecimentos de depósito e "warrants"); prática de todas as operações e serviços relacionados ao depósito; consignação de mercadorias, inclusive podendo operar como armazém alfandegado e entrepostos aduaneiros, se e quando obtida a necessária autorização governamental e locação de imóveis. Em junho de 2018 a **Tamoyo** realizou aporte de capital social para a constituição da **Companhia Tamoyo de Terminais Portuários**, verificamos ainda que a companhia ainda está em operação. A **Tóliman** iniciou suas atividades em 2011 e tem por objeto a atividade de transporte rodoviário de cargas e mercadorias de terceiros. Focada no chamado "Door to door", a **Tóliman** proporciona uma ampla sinergia nas operações envolvendo a **Dinamo**, buscando um atendimento diferenciado junto aos seus clientes, nas operações de Transporte de Café para Exportação. Está estabelecida na Avenida Filhas de Santana, 3.091, Sala 1, Bairro Industrial, CEP 37.750-000, na Cidade de Machado, no Estado de Minas Gerais, com filiais em Santos. A **Compass** iniciou suas atividades em novembro de 2019, trata-se da empresa Imobiliária do Grupo. A **Compass** nasce com a vocação em analisar oportunidades junto ao mercado de Real Estate e também atuar na compra, venda e locação de imóveis próprios. As atividades estão instaladas nas cidades de Santos e Franca. A **RSM** foi fundada em maio de 2021 e atua no segmento de comercialização de combustíveis. A empresa surgiu a partir da iniciativa de construir um posto de combustível localizado no Novo Distrito de Machado - MG. O empreendimento foi idealizado com o objetivo de atender, inicialmente, a demanda interna da transportadora pertencente ao Grupo, além de oferecer abastecimento para outras empresas transportadoras da região e para consumidores finais. Após o período de implantação e construção da estrutura, o posto foi oficialmente inaugurado em novembro de 2025, passando a operar como um ponto estratégico de abastecimento para a logística do grupo e para o mercado regional. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** a. **Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC):** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na elaboração das demonstrações contábeis a **Companhia** obedeceu às Leis 11.638/07 e 11.941/09, que revogaram e introduziram novos dispositivos à legislação societária. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor para os registros iniciais, que depois podem sofrer variação do custo histórico. A preparação das demonstrações contábeis requer a adoção de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas e também o exercício de julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da **GDPAR** em 16 de março de 2026, estando aprovadas para divulgação. A moeda funcional da **GDPAR** é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis. b. **Base para consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e de acordo com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e compreendem as demonstrações contábeis da Sociedade e de suas controladas, conforme mencionadas a seguir:

Descrição	Participações - %		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Dinamo Inter-Agrícola Ltda.	99,99	99,99	99,99	99,99
Cia Tamoyo de Armazéns Gerais.	14,61	14,61	88,36	88,36
Tóliman Transportes Ltda.	25,92	25,92	99,99	99,99
Compass Realty Imobiliária Ltda.	0,52	0,52	99,99	99,99

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO					DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
Nota	Controladora		Consolidado		Controladora	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>									
<b>Custos dos serviços prestados</b>	3m/16	-	-	(111.093)	(112.251)				
<b>Lucro bruto</b>									
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>									
Despesas administrativas	18	(546)	(862)	(19.829)	(19.591)	-	-	-	-
Despesas tributárias	(2)	(805)	(47)	282	(15)	(35)	(624)	(624)	
Participação nos lucros - equivalência patrimonial	4.779	3.395	(15)	1.968	-	-	10.127	(10.127)	
Outras despesas e receitas	-	(681)	-	126	(8)	-	(563)	(564)	
<b>Lucro antes das receitas/despesas financeiras</b>	<b>4.231</b>	<b>8.942</b>	<b>20.920</b>	<b>25.122</b>	<b>4.231</b>	<b>8.942</b>	<b>20.920</b>	<b>25.122</b>	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(3.538)</b>	<b>(3.514)</b>	<b>(17.529)</b>	<b>(17.710)</b>	<b>(3.538)</b>	<b>(3.514)</b>	<b>(17.529)</b>	<b>(17.710)</b>	
<b>Receitas financeiras</b>	20	5	2.331	1.476	-	-	-	-	
Despesas financeiras	21	(3.543)	(3.514)	(19.860)	(19.186)	-	-	-	
<b>Lucro líquido antes dos tributos</b>	<b>693</b>	<b>5.428</b>	<b>3.391</b>	<b>7.412</b>	<b>693</b>	<b>5.428</b>	<b>3.391</b>	<b>7.412</b>	
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(2.099)</b>	<b>(1.072)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(2.099)</b>	<b>(1.072)</b>	
IRPJ e CSLL - correntes	3k	(1)	-	(2.099)	(1.072)	-	-	-	
IRPJ e CSLL - diferidos	3k/22	-	-	(360)	(600)	-	-	-	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3a</b>	<b>692</b>	<b>5.428</b>	<b>932</b>	<b>5.740</b>	<b>692</b>	<b>5.428</b>	<b>932</b>	
<b>Atribuível a</b>									
Controladores	-	692	5.428	692	5.428	-	692	5.428	
Não controladores	-	-	-	240	312	-	-	240	
	<b>3a</b>	<b>692</b>	<b>5.428</b>	<b>932</b>	<b>5.740</b>	<b>692</b>	<b>5.428</b>	<b>932</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Nota	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>				
<b>Outros resultados abrangentes (ora)</b>				
Realização do custo atribuído - avaliação patrimonial reflexa	(1.398)	(1.662)	(1.398)	(1.662)
Realização do imposto diferido sobre custo atribuído - avaliação patrimonial reflexa	468	566	468	566
Realização do custo atribuído - baixa do imóvel	-	(4.609)	-	(4.609)
Realização do imposto diferido sobre custo atribuído - baixa do imóvel	-	1.567	-	1.567
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(238)</b>	<b>1.290</b>	<b>2</b>	<b>1.602</b>
<b>Resultado abrangente atribuível aos:</b>				
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos controladores	(238)	1.290	(238)	1.290
Lucro líquido do exercício atribuído aos não controladores	-	-	240	312
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>14b</b>	<b>(238)</b>	<b>1.290</b>	<b>2&lt;/</b>

continuação

tórios jurídicos que participaram da estruturação financeira. Esse montante será apropriado ao resultado de acordo com o prazo do empréstimo que é de 8 anos. e. Investimento: Avaliado pela equivalência patrimonial: O investimento é registrado pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação da empresa no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da investida, após a aquisição, em decorrência da aplicação de lucro líquido ou prejuízo no exercício é reconhecida como receita (ou despesa) operacional (vide nota explicativa nº 7). A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a empresa reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a empresa e a investida, são eliminados de acordo com a participação mantida na investidora. Os movimentos cumulativos após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. f. Imobilizado: Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição menos o valor da depreciação acumulada, calculadas pelo método da vida útil estimada (vide nota explicativa nº 8). O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A Administração da GDPAR entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio de fluxo de caixa de operações futuras, sendo que em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificados itens que necessitam de perdas estimadas para redução ao seu valor de recuperação. Os terrenos não são depreciables. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar custos, menos o valor residual, durante a vida útil que é estimada como segue:

Table with 2 columns: Descrição, Anos. Rows include Prédios e edificações (25 a 80), Móveis e utensílios (10), Máquinas e equipamentos (10), Computadores e periféricos (5), Veículos (5 a 10), Instalações (10), Ferramentas (10), Benefeitorias (25), Outras imobilizações (5 a 25).

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais" na Demonstração de Resultado dos Exercícios apresentados. Conforme opção estabelecida pela interpretação Técnica ICP 10 e CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, as controladas optaram pela atribuição de custo ao ativo imobilizado. A opção foi realizada para classes de ativos que apresentam diferença entre o valor justo e o custo residual, por motivos de desvalorização de inflação, e uso das taxas de depreciação em atendimento às regras da legislação fiscal de exercícios anteriores. Os valores atribuídos foram identificados com base em laudos de avaliação que tomaram como base as normas brasileiras de avaliação de ativos (NBR 14653). g. Direito de uso de arrendamento: A partir de 1º de janeiro de 2019, as Controladas adotaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, todos os arrendamentos devem ser apresentados nos balanços patrimoniais através do reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento devido durante a prazo razoavelmente certo do arrendamento. A norma CPC 06 (R2)/IFRS 16 afeta, portanto, a apresentação de transações de arrendamento na demonstração do resultado (com despesa de aluguel substituída por uma despesa de depreciação e despesa de juros) e na demonstração dos fluxos de caixa (os pagamentos de arrendamento, representando pagamento de juros e pagamento do passivo em aberto, impactam o fluxo de caixa das atividades financeiras). O CPC 06 (R2)/IFRS 16 inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pelas Controladas na adoção inicial em 1º de janeiro de 2019: i. Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: as Controladas continuaram reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. ii. Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: as Controladas continuaram reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa de locação em base linear ao longo do prazo do arrendamento. Os ativos do direito de uso são apresentados na rubrica do ativo imobilizado no balanço patrimonial e em uma linha separada da nota explicativa (vide nota explicativa 8). Os passivos de arrendamento são apresentados na rubrica de arrendamento mercantil, no balanço patrimonial (vide nota explicativa 10). Os compromissos de arrendamento assumidos, relacionados a locações, divulgados na nota explicativa 10, foram determinados com base nos arrendamentos não canceláveis e no prazo de ativos imobiliários que leva em conta a existência de disposições legais ou contratuais para término antes do vencimento dos contratos, e portanto, não são totalmente representativos da dívida de aluguel que terá que ser reconhecida na aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16. h. Demais ativos circulantes e não circulantes: Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores de custo, acrescidos ou reduzidos, quando aplicável, dos respectivos rendimentos ou estimativa de perdas. i. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e juros incorridos até a data do balanço, apropriados às despesas financeiras e estão apresentados a valor presente (vide nota explicativa nº 9). j. Fornecedores: São registrados e mantidos nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos representativos dessas obrigações e estão apresentados a valor presente. Sendo obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. k. IRPJ da passo jurídica (IRPJ) e CSLL sobre o lucro líquido (CSLL) corrente e diferido: As despesas e receitas fiscais do exercício compreendem o IRPJ e CSLL corrente e diferido. O imposto é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os encargos de IRPJ e CSLL corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações contábeis (vide nota explicativa nº 22). O IRPJ e CSLL diferidos ativos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Contábeis, ou de prejuízos ou créditos fiscais não utilizados. O IRPJ e CSLL diferidos passivos são reconhecidos sobre o custo atribuído do ativo imobilizado. O valor contábil do IRPJ e CSLL diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida. Quando não houver possibilidade de o valor contábil ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. l. Demais passivos circulantes e não circulantes: Os demais passivos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos. m. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades das empresas investidas. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos (vide nota explicativa nº 16). As investidas reconhecem a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. As investidas baseiam-se suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as características de cada venda. As investidas aplicam o modelo do CPC 47 para mensurar e contabilizar a receita proveniente de contratos com clientes, o que estabelece que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O modelo é baseado em cinco passos: i) identificação dos contratos com clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação de preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. 4. Caixa e equivalentes de caixa:

Table with 4 columns: Descrição, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Caixa, Banco Conta Movimento, Aplicação financeira, Total.

As aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a riscos insignificantes de mudança de valor, tendo como objetivo remunerar pela taxa de aproximadamente 99% do CDI, e pode ser resgatado a qualquer momento, sem desconto ou multa para a sociedade. 5. Impostos a recuperar - Consolidado:

Table with 4 columns: Descrição, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include ICMS a recuperar, ICMS CIAP, IRPJ, IRRF s/ Aplicação Financeira, Outros, Total, Circulante, Não circulante.

O crédito de ICMS registrado no ativo a recuperar, tem sua origem sendo 31% (trinta e um por cento) no controle fiscal CIAP, referente a incidência do ICMS que vem destacado nas notas fiscais de aquisição dos veículos e implementos rodoviários, a outra parte do crédito é composta de 69% (sessenta e nove por cento), sobre aquisição de combustível aplicada diretamente nos veículos da Companhia na sua atividade fim. O saldo de ICMS a recuperar está composto por 23% (vinte e três

GDPAR Participações S.A.

por cento) no estado de São Paulo e 77% (setenta e sete por cento) no estado de Minas Gerais. A Companhia registrou na SEFAZ do Estado de Minas Gerais o pedido de habilitação do crédito em novembro de 2020, processo este que habilitará o crédito acumulado junto ao sistema do e-cred, no montante de R\$3.978 Mil. Este crédito quando habilitado poderá vir a ser aplicado nos próprios débitos da Companhia, como também para aquisição de ativos ou até mesmo transferência para terceiros. O processo obteve em 2024 e 2025 um avanço significativo, o mesmo está sendo validado e aguardando a possível monetização. No mês de dezembro de 2025, considerando o transcurso de prazo excessivo desde o protocolo do pedido de habilitação, por iniciativa da Administração, foi impetrado Mandado de Segurança, com pedido de concessão de medida liminar, nos termos do art. 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/2009, a fim de que seja determinada à autoridade competente a análise do pedido de transferência do crédito acumulado de ICMS. 6. Partes relacionadas - Controladora: As transações entre partes relacionadas destinam-se, basicamente, à manutenção do equilíbrio financeiro destas Sociedades. Estão registradas pelos valores nominais, conforme pactuado entre as partes e assim apresentadas:

Table with 3 columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Tóliman Transportes (a), Dínamo Inter Agrícola Ltda. (b), Compass Realty Imobiliária Ltda. (b), Total do passivo Circulante.

Saldo Total do Investimento em 31/12/2023

Table with 4 columns: Descrição, Tóliman, Dínamo, Tamoyo, Compass, RSM, Total. Rows include Valor do Patrimônio Líquido da Investida em 31/12/2023, Aumento de capital, Realização do custo atribuído - Baixa do imóvel, Impostos diferidos sobre custo atribuído imobilizado - avaliação patrimonial, etc.

Saldo da Movimentação do Patrimônio Líquido das Investidas em 31/12/2024

Table with 4 columns: Descrição, Tóliman, Dínamo, Tamoyo, Compass, RSM, Total. Rows include Valor do Patrimônio Líquido da Investida em 31/12/2024, Integralização do capital, Adiantamento para futuro aumento de capital, etc.

Saldo da Movimentação do Patrimônio Líquido das Investidas em 31/12/2025

Table with 4 columns: Descrição, Tóliman, Dínamo, Tamoyo, Compass, RSM, Total. Rows include Valor do Patrimônio Líquido da Investida em 31/12/2025, Participação da investidora, etc.

8. Imobilizado - consolidado:

Table with 10 columns: Descrição, Terrenos, Prédios, Máquinas e Equipamentos, Veículos, Benefeitorias, Construções em Andamento, Arrendamento Mercantil, Consórcios, Outras Imobilizações, Total. Rows include Vida Útil (Anos), Em 31 de dezembro de 2023, Em 31 de dezembro de 2024, etc.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 31 de dezembro de 2025 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício, a fim de atendimento ao CPC 27 - Ativo imobilizado, o qual determina que o método de depreciação a ser utilizado deva refletir o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros, ou seja, deve-se estimar a vida útil do bem considerando suas características técnicas, condições gerais de uso e outros fatores que podem influenciar a vida útil do bem. Custo atribuído e impairment do ativo imobilizado: A GDPAR optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost) sobre o ativo imobilizado, registrando adequadamente nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 os referidos efeitos do custo atribuído sobre o ativo imobilizado. Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas externos com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas externos consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. 9. Empréstimos e financiamentos: 9.1. Controladora: O custo médio ponderado nominal da dívida dos últimos 12 meses foi de 12,95% (12,68% em 31 de dezembro de 2024).

Table with 4 columns: Instituição Financeira, Modalidade, Circulante, Não Circulante. Rows include ISEC Securitizadora, Total.

Em garantia ao empréstimo a título de CRI contratado junto à ISEC Securitizadora, foi oferecido ao credor: i. Alienação fiduciária, o imóvel localizado no seguinte endereço: Rua Ézio Pucci, 2901, Distrito Industrial, CEP 14400-078, na cidade de Franca, estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os vencimentos estavam assim distribuídos:

Table with 4 columns: Descrição, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, Total.

9.2. Consolidado: O custo médio ponderado nominal da dívida dos últimos 12 meses foi de 14,87% (13,56% em 31 de dezembro de 2024).

Table with 8 columns: Descrição, 2025, 2024, Instituição Financeira, Referência, Modalidade, Circulante, Não Circulante. Rows include Banco Randon, Banco Itaú, Caixa Econômica, Banco Bradesco, Banco Santander, Banco ABC, Banco Safra, Banco do Brasil, ISEC Securitizadora, Opea Securitizadora, Banco Rio Bravo, Total, Consórcios.

Table with 3 columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Não circulante, Total do Passivo.

(a) Os valores no passivo são referentes à cessão de crédito cedido pela Tóliman para as empresas do grupo. (b) As obrigações com sociedade são originárias de operações remessas financeiras (mútuos). A Administração da GDPAR classifica os saldos entre circulante e não circulante com base na perspectiva de realização dentro dos próximos 12 meses e o saldo remanescente registrado no não circulante. Os contratos de mútuo firmado entre as partes, não possuem data prevista para liquidação e não há previsão para cobrança/pagamento de juros. 7. Investimentos - Controladora:

Table with 3 columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Dínamo Inter - Agrícola Ltda., Tóliman Transporte Ltda., Companhia Tamoyo de Armazéns Gerais, RSM Distribuidora Ltda., Compass Realty Imobiliária, Total.

O investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial e contabilizado na alínea de equivalência patrimonial no resultado dos exercícios apresentados. Investimentos auditados: As demonstrações contábeis das empresas investidas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram auditadas pela Athros Auditores Independentes.

Table with 6 columns: Descrição, Tóliman, Dínamo, Tamoyo, Compass, RSM, Total. Rows include Valor do Patrimônio Líquido da Investida em 31/12/2023, Aumento de capital, Realização do custo atribuído - Baixa do imóvel, Impostos diferidos sobre custo atribuído imobilizado - avaliação patrimonial, etc.

Saldo da Movimentação do Patrimônio Líquido das Investidas em 31/12/2024

Table with 6 columns: Descrição, Tóliman, Dínamo, Tamoyo, Compass, RSM, Total. Rows include Valor do Patrimônio Líquido da Investida em 31/12/2024, Integralização do capital, Adiantamento para futuro aumento de capital, etc.

Saldo da Movimentação do Patrimônio Líquido das Investidas em 31/12/2025

Table with 6 columns: Descrição, Tóliman, Dínamo, Tamoyo, Compass, RSM, Total. Rows include Valor do Patrimônio Líquido da Investida em 31/12/2025, Participação da investidora, etc.

(a) Em garantia aos financiamentos e leasing, a garantia é o próprio objeto do financiamento e leasing, que nestes casos são caminhões, semirreboques, carretas e empilhadeira. (b) Em garantia ao capital de giro contratado, é o próprio objeto do capital de giro, que neste caso é o FGI - Fundo Garantidor para Investimentos. (c) Em garantia ao capital de giro contratado, são caminhões da frota própria. (d) Em garantia ao capital de giro contratado, é uma aplicação financeira. (e) Em garantia aos empréstimos a título de capital de giro, foi oferecido em alienação fiduciária, o imóvel localizado na Rua João Pessoa nº 515 - Centro - Santos - SP. Referido imóvel é de propriedade do alienante (Dínamo Inter-Agrícola Ltda.). (f) Em garantia ao empréstimo a título de CRI contratado junto à ISEC Securitizadora, foi oferecido ao credor: i. Alienação fiduciária, o imóvel localizado no seguinte endereço: Rua Ézio Pucci, 2901, Distrito Industrial, CEP 14400-078, na cidade de Franca, estado de São Paulo. (g) Em garantia ao empréstimo a título do CRI contratado junto à Opea Securitizadora, foi oferecido ao credor: i. Fundo de liquidez para eventuais inadimplências ou despesas extraordinárias no montante de duas PMT; ii. Alienação fiduciária, os imóveis localizados nos seguintes endereços: Rodovia BR 267, km 01, número 1321, CEP 37750-00, na cidade de Machado, estado de Minas Gerais e Avenida Marginal da Via Anchieta, 2775, Jardim São Manoel, CEP 11090-001, na cidade de Santos, estado de São Paulo. (h) Em garantia ao empréstimo, foi oferecido em alienação fiduciária o imóvel localizado no seguinte endereço: Avenida marginal da via Anchieta, 2775, na cidade de Santos - SP. As dívidas acima nos itens (e), (f), (g) e (h) preveem a manutenção de determinado covenants anual. Dívida líquida em nome de igual 3,5 no ano de 2025 (menor ou igual a 4 no ano de 2024). A Companhia informa que o índice foi atingido no ano de 2025. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os vencimentos estavam assim distribuídos:

Table with 3 columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, Total.

10. Arrendamento mercantil - Consolidado: As Controladas reconhecem o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato. O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por impairment, ajustes do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental das Controladas, a não ser que a taxa de desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente. O passivo de arrendamento é subsequente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas. O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação de contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato. As Controladas aplicam o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o período de tempo para o qual as Controladas possuem razoável certeza sobre esses períodos, que podem impactar significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento. As Controladas não reconhecem o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato. Os contratos de arrendamento das Controladas referem-se a contratos de locação de imóvel e veículos, a distribuição é demonstrada a seguir:

Table with 3 columns: Descrição, 2025, 2024. Rows include Arrendamento mercantil, Total, Circulante, Não circulante.

Os contratos de arrendamento de ativos imobiliários e veículos têm uma duração de 01 ano podendo

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal



GDPAR Participações S.A.					
Descrição	R\$ Mil		Descrição	R\$ Mil	
	2025	2024		2025	2024
<b>11. Obrigações sociais – Consolidado:</b>					
Férias e encargos sociais	4.150	3.822	Receita líquida	-	153.031
Salários	1.263	1.191	LAJIDA (EBITDA) – %	0%	21%
INSS	780	619	<b>(i) Equivalência patrimonial e LAJIDA (EBITDA) de controlada em conjunto. (ii) Os eventos não recorrentes referem-se ao sinistro ocorrido em 19 de fevereiro de 2024 na unidade armazenadora localizada na Rua João Pessoa, nº 515, em Santos-SP da Dinamo. No ano de 2025 referem-se a venda de veículos e baixa de benfeitorias da Tóliman. A equivalência patrimonial contida no resultado consolidado da Companhia reflete o lucro/prejuízo auferido pela controlada, calculado de acordo com seu percentual de participação na investida. O lucro/prejuízo da controlada em conjunto está influenciado com itens que são excluídos do cálculo do LAJIDA (EBITDA), tais como: resultado financeiro líquido, IRPJ e CSLL, amortização, depreciação.</b>		
FGTS	324	263	<b>16. Receita operacional líquida – Consolidado:</b>		
Assistência médica	24	28	Receita com prestação de serviços	83.976	90.512
Outras	168	116	Receita com frete rodoviário	80.747	78.529
<b>Total</b>	<b>6.709</b>	<b>6.039</b>	Receita com alugueis	3.096	3.489
<b>12. Provisão para contingências – Consolidado:</b> A provisão para contingência no montante de R\$ 1.099 Mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$497 Mil em 31 de dezembro de 2024) foi constituída com base na opinião dos consultores jurídicos. Esse montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho dos processos em andamento (de natureza trabalhista) classificados pela Administração como perdas “prováveis” baseado na opinião dos consultores jurídicos responsáveis. Em 31 de dezembro de 2025, a GDPAR está envolvida em processos judiciais de natureza trabalhista envolvendo riscos de perda no valor de R\$ 1.607 mil, classificados pela Administração como perdas “possíveis” (R\$95 mil em 31 de dezembro de 2024). Ainda baseado na opinião dos consultores jurídicos responsáveis, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. <b>13. Outros passivos:</b>					
Dividendos a Pagar	795	696	Venda de mercadorias	414	-
Outros passivos	204	188	ICMS	(235)	(203)
<b>Total</b>	<b>999</b>	<b>885</b>	PIS	(1.775)	(2.501)
Circulante	795	696	ISS	(3.715)	(4.220)
Não circulante	204	188	COFINS	(8.193)	(11.529)
<b>Total</b>	<b>999</b>	<b>885</b>	Outros	(1.286)	(1.574)
<b>14. Patrimônio líquido: a. Capital social:</b> O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$11.943 mil, totalmente integralizado, representado por 11.943 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A composição dos sócios da Companhia pode ser assim demonstrada:					
Luiz Alberto Azevedo Levy Júnior	4.181	4.181	<b>17. Custos dos serviços prestados – Consolidado:</b>		
Luiz Alberto Azevedo Levy	3.881	3.881	Receita com pessoal	46.044	44.159
Beatriz Azevedo Levy	3.881	3.881	Combustível e lubrificante	16.438	17.553
<b>Total</b>	<b>11.943</b>	<b>11.943</b>	Frete de terceiros	13.406	13.096
<b>b. Outros resultados abrangentes – Ajuste de avaliação patrimonial – reflexa:</b> A GDPAR reconhece nessa rubrica o efeito dos ajustes por adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado das suas controladas (vide nota explicativa nº 8). Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reconhecidos em seu patrimônio líquido de forma reflexa e são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que eles se referem. No que se trata da realização do custo atribuído ao ativo imobilizado registrado em ajuste de avaliação patrimonial, sua realização ocorre de acordo com a depreciação do custo atribuído ao ativo imobilizado, contra a rubrica de lucros acumulados (conforme item 26 da Interpretação Técnica ICP 10). <b>15. Divulgação do LAJIDA (EBITDA):</b> A Companhia aderiu a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em sua demonstração contábil, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo CSLL sobre o Lucro (Prejuízo) Líquido, Depreciação e Amortização, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado obrigatoriamente como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.					
Luiz Alberto Azevedo Levy	4.181	4.181	Depreciação e amortização	9.616	8.701
Luiz Alberto Azevedo Levy	3.881	3.881	Manutenção/repairs e reposição	5.871	5.612
Beatriz Azevedo Levy	3.881	3.881	Pedágio	5.379	7.251
<b>Total</b>	<b>11.943</b>	<b>11.943</b>	Seguros	2.886	1.509
<b>18. Despesas gerais e administrativas:</b>					
Salários	-	3.272	2.848	2.848	2.848
Corporativas	62	59	2.746	2.808	2.808
Informática	-	1.713	1.920	1.920	1.920
Segurança patrimonial	-	1.316	1.230	1.230	1.230
Cursos e Treinamentos	-	1.132	1.545	1.545	1.545
Consultoria e assessoria (a)	99	489	1.112	1.515	1.515
Serviços profissionais (b)	-	869	1.370	1.370	1.370
Depreciação e amortização	-	846	443	443	443
INSS	-	812	583	583	583
Pré-labore	-	729	694	694	694
Despesas diversas	360	299	533	484	484
Férias e encargos	-	529	438	438	438
Licenciamento de frota	-	497	484	484	484
Provisão de 13º salário e encargos	-	455	400	400	400
FGTS	-	352	303	303	303
Vale refeição	-	346	288	288	288
Horas extras	-	248	279	279	279
Cartão de crédito gerencia	-	116	84	84	84
Seguros e reembolsos	-	89	108	108	108
Plano de saúde	-	76	48	48	48
Outras	25	15	2.041	1.719	1.719
<b>Total</b>	<b>111.093</b>	<b>112.251</b>	<b>Total do IRPJ e CSLL diferido passivo</b>	<b>43.259</b>	<b>43.379</b>
<b>22. IRPJ da pessoa jurídica (IRPJ) e CSLL sobre o lucro líquido (CSLL) – Diferido:</b> Apuração dos impostos diferidos passivos – Consolidado O saldo de passivo diferido apresenta-se como segue:					
<b>Diferido Passivo – R\$ Mil</b>					
Descrição	2025	2024	2025	2024	
Ajuste de avaliação patrimonial – Custo atribuído – Imobilizado	134.331	134.330	134.331	134.330	
Realização do custo atribuído – Depreciação	(12.830)	(11.417)	(12.830)	(11.417)	
Depreciação societária x fiscal	34.635	33.589	34.635	33.589	
Provisão para contingências	(1.099)	(497)	(1.099)	(497)	
Prejuízo fiscal e base negativa	(27.404)	(28.515)	(27.404)	(28.515)	
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(720)	(286)	(720)	(286)	
<b>Total base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL diferido</b>	<b>126.913</b>	<b>127.204</b>	<b>126.913</b>	<b>127.204</b>	
Despesa de CSLL à Alíquota Nominal (9%)	11.422	11.448	11.422	11.448	
Despesa de IRPJ à Alíquota Nominal (25%)	31.728	31.801	31.728	31.801	
Efeito sobre o ajuste de avaliação patrimonial do ativo imobilizado	108	130	108	130	
<b>Total do IRPJ e CSLL diferido passivo</b>	<b>43.259</b>	<b>43.379</b>	<b>43.259</b>	<b>43.379</b>	
Valor constituído no exercício anterior	43.379	44.918	43.379	44.918	
Variação durante o exercício	121	1.539	121	1.539	
Efeito líquido no resultado dos impostos diferidos	(360)	(600)	(360)	(600)	
Efeito líquido custo atribuído	481	2.139	481	2.139	
<b>Variação Durante o Exercício</b>	<b>121</b>	<b>1.539</b>	<b>121</b>	<b>1.539</b>	
<b>23. Cobertura de seguros – Não auditado:</b> As controladas mantêm política de efetuar a cobertura operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.					
Santo André, 16 de Março de 2026.					
Athros Auditores Independentes - CRC 2SP020432/0-4					
Pedro Cesar da Silva - Sócio Contador - CRC 1SP187369/0-8					
Rodrigo Soldati Oliva Sócio - Contador - CRC 1SP268153/0-7					



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Companhia Tamoyo de Armazéns Gerais

CNPJ nº 58.136.169/0001-53

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024. (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Ativos	Nota	2025	2024	Passivos e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3b/4	4.540	5.044	Fornecedores		5	-
Contas a receber	5	488	572	Obrigações sociais	9	13	12
Despesas antecipadas	-	-	102	Obrigações fiscais	10	104	130
Partes relacionadas	6	-	74	Dividendos a pagar	12a	794	696
Outros ativos	7	22	361	Partes relacionadas	6	-	107
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>5.050</b>	<b>6.153</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>916</b>	<b>945</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	6	98	-	Impostos diferidos	3f/18b	17.609	17.651
Outros ativos	7	462	-	Participação no passivo a descoberto	3d/11	38	23
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>560</b>	<b>-</b>	Outros passivos		204	188
<b>Imobilizado</b>				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>17.851</b>	<b>17.862</b>
Imobilizado	3e/8	53.037	53.163	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>53.037</b>	<b>53.163</b>	Capital social	12a	2.966	2.966
<b>Total dos ativos</b>		<b>58.647</b>	<b>59.316</b>	Ajuste de avaliação patrimonial	12b	34.182	34.262
				Reserva de lucros		2.732	3.281
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>39.880</b>	<b>40.509</b>
				<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>58.647</b>	<b>59.316</b>

  

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES			
Nota	2025	2024		Nota	2025	2024	
<b>Receita operacional líquida</b>	3h/14	<b>2.948</b>	<b>3.327</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>2.038</b>	<b>2.681</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>	15	<b>(539)</b>	<b>(252)</b>	<b>Outros resultados abrangentes (ora)</b>			
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.409</b>	<b>3.075</b>	Realização do custo atribuído		121	121
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>		<b>(454)</b>	<b>(350)</b>	Realização dos impostos diferidos sobre custo atribuído		(41)	(41)
Despesas administrativas	16	(392)	(336)	<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	12b	<b>2.118</b>	<b>2.761</b>
Despesas tributárias		(47)	(3)				
Participação nos lucros – equivalência patrimonial	11	(15)	(18)				
Outras despesas e receitas		-	7				
<b>Lucro antes das recargas/despesas financeiras</b>		<b>1.955</b>	<b>2.725</b>				
<b>Resultado financeiro</b>		<b>585</b>	<b>423</b>				
Receitas financeiras	17	609	444				
Despesas financeiras		(24)	(21)				
<b>Lucro líquido antes dos tributos IRPJ e CSLL</b>		<b>2.540</b>	<b>3.148</b>				
IRPJ e CSLL – correntes	3f/18a	(502)	(467)				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	3a	<b>2.038</b>	<b>2.681</b>				
<b>Lucro líquido do exercício por lote de 1.000 Ações em R\$1,00</b>		<b>39,85</b>	<b>52,42</b>				

  

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2025	2024	
Lucro líquido das operações continuadas		2.038	2.681
Ajuste de avaliação patrimonial:			
Depreciações e amortizações		126	125
Despesa de IRPJ e CSLL corrente		502	467
Resultado de equivalência patrimonial		15	19
<b>Varição nos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber e outros recebíveis		85	(12)
Despesas antecipadas		102	(62)
Outros ativos		(124)	(208)
<b>Varição nos passivos operacionais:</b>			
Obrigações sociais		1	1
Fornecedores e outras contas a pagar		5	-
Obrigações fiscais		(529)	(485)
Partes relacionadas		98	(21)
Outros passivos		16	12
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>2.228</b>	<b>2.606</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Partes relacionadas		(23)	(19)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(23)</b>	<b>(19)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Distribuição de dividendos		(2.709)	(2.583)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(2.709)</b>	<b>(2.583)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equiv. de caixa</b>		<b>(504)</b>	<b>4</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.044	5.040
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.540	5.044
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equiv. de caixa</b>		<b>(504)</b>	<b>4</b>

**1. Contexto operacional:** A Companhia Tamoyo de Armazéns Gerais (a seguir denominada Tamoyo) foi fundada em 1966 e tem por objeto principal o estabelecimento de armazéns para guarda e conservação de mercadorias em geral; emissão de títulos especiais que representem as mercadorias depositadas (conhecimentos de depósito e "warrants"); prática de todas as operações e serviços relacionados ao depósito e consignação de mercadorias, inclusive podendo operar como armazém alfandegado e entrepostos aduaneiros, se e quando obtida a necessária autorização governamental e locação de imóveis. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor para os registros iniciais, que depois podem sofrer variação do custo histórico. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o período de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Baseado neste fato, os resultados reais podem ser diferentes dos resultados considerados por estas estimativas. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Tamoyo em 13 de março de 2026, estando aprovadas para divulgação. A moeda funcional da Tamoyo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis. **3. Principais práticas contábeis:** a. **Auração do resultado:** O resultado foi apurado segundo o regime de caixa do exercício para a contabilização das receitas, custos e despesas. b. **Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representados basicamente por depósitos bancários e as aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não estão destinadas à negociação ou disponíveis para venda (vide nota explicativa nº4). c. **Demais ativos circulantes e não circulante:** Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores de custo, acrescidos ou reduzidos, quando aplicável, dos respectivos rendimentos ou estimativas para perdas. d. **Investimentos – Participação no passivo a descoberto:** Avaliados pela equivalência patrimonial. O investimento é registrado pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, a participação da companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido da investida, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no exercício é reconhecida como receita (ou despesa) operacional (vide nota explicativa nº11). A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da investida. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das coligadas/controladas, a companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a companhia e a investida, são eliminados de acordo com a participação mantida na investida. Em junho de 2018 a Tamoyo realizou aporte do capital social para a constituição da Companhia Tamoyo de Terminais Portuários, verificamos ainda que a companhia ainda está sem operação. Considerando que a Companhia realizou pagamentos em nome da investida, caracterizando suporte financeiro, e que não há expectativa de reembolso no curto prazo, os prejuízos da investida que excederam o valor do investimento foram reconhecidos no passivo, em conformidade com o CPC 18 (R2). e. **Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição menos o valor da depreciação acumulada, calculadas pelo método da vida útil estimada (vide nota explicativa nº 8). O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A administração da Tamoyo entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio de fluxo de caixa de operações futuras, sendo que em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados itens que necessitam de perdas estimadas para redução ao seu valor de recuperação. Os terrenos não são depreciáveis. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar custos, menos o valor residual, durante a vida útil que é estimada como segue:

Descrição	Anos
Prédios e edificações	80
Benefícios	25

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais" na Demonstração de Resultado do Exercício. Conforme opção estabelecida pela interpretação Técnica ICP 10 e CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Tamoyo optou pela atribuição de custo ao ativo imobilizado. A opção foi realizada para classes de ativos que apresentam diferença entre o valor justo e o custo residual, por motivos de desvalorização de inflação, e uso das taxas de depreciação em atendimento às regras da legislação fiscal de exercícios anteriores. Os valores atribuídos foram identificados com base em laudos de avaliação que tomaram como base as normas brasileiras de avaliação de ativos (NBR 14653). f. **IRPJ da pessoa jurídica (IRPJ) e CSLL sobre o lucro líquido (CSLL) corrente e diferido:** As despesas fiscais do exercício compreendem o IRPJ e CSLL corrente. O imposto é reconhecido na Demonstração do Resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os encargos de IRPJ e CSLL corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data-base das Demonstrações Contábeis. O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos sobre os custos atribuídos no momento da reavaliação do imobilizado, sendo realizado durante a vida útil dos ativos (vide nota explicativa nº 18). g. **Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos. h. **Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Tamoyo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos (vide nota explicativa nº 14). A Tamoyo reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Tamoyo. A Tamoyo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as características de cada venda. A Tamoyo aplica o modelo do CPC 47 para mensurar e contabilizar a receita proveniente de contratos com clientes, o que estabelece que a receita seja reconhecida em um valor que reflita o contraprestação que a companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O modelo é baseado em cinco passos: i) identificação dos contratos com clientes; ii) identificação das obrigações

operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à Companhia gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos. Ressalta-se que este não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado obrigatoriamente como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

**9. Obrigações sociais:**

Descrição	2025	2024
Pró-labore	10	9
INSS	3	3
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>12</b>

**10. Obrigações fiscais:**

Descrição	2025	2024
IRPJ	48	67
CSLL	23	28
COFINS	23	28
Outros	10	7
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>130</b>

**11. Participação no passivo a descoberto:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a equivalência patrimonial negativa de R\$15 Mil e R\$18 Mil respectivamente, fora contabilizada na Tamoyo na alínea de equivalência patrimonial no resultado do exercício:

Descrição	2025	2024
Companhia Tamoyo de Terminais Portuários	38	23
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>23</b>

**12. Patrimônio líquido:** a. **Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$2.966 Mil, equivalente a 51.137.914 ações no valor nominal de R\$0,058 cada, pertencendo a pessoas físicas e jurídicas residentes no Brasil.

Descrição	Ações	RS Nominal	Ações	RS Mil
Dinamo Inter-Agrícola Ltda.	37.709.903	0,058	2.187	0,058
GDPA Participações Ltda.	7.473.676	0,058	433	0,058
Outros	5.954.335	0,058	346	0,058
<b>Total</b>	<b>51.137.914</b>		<b>2.966</b>	

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi aprovado através de ato societário a distribuição de dividendos no montante de R\$2.689 Mil (R\$2.583 Mil em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, foi efetuada a distribuição de R\$20 Mil relativos aos rendimentos obtidos sobre valores de dividendos de exercícios anteriores que permaneceram aplicados até sua efetiva distribuição. Os dividendos que foram declarados e ainda não pagos, encontram-se registrados no passivo circulante da Tamoyo no montante de R\$794 Mil em 31 de dezembro de 2025 (R\$696 Mil em 31 de dezembro de 2024), conforme detalhado a seguir:

Descrição	2025	2024
Schaeffer Klausmann	306	238
Pedro Luiz Gomes Rubio	56	44
Maria Jose Tostes Ladeira – Espólio	49	38
Sebastiana Tostes Coimbra	49	38
Amisio Janene	31	23
Sebastiana Agudo de Medon	-	60
Outros	303	255
<b>Total</b>	<b>794</b>	<b>696</b>

**b. Outros resultados abrangentes – Ajuste de avaliação patrimonial:** A Tamoyo reconhece nessa rubrica o efeito dos ajustes por adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado (vide nota explicativa nº 8). Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. No que se trata da realização do custo atribuído ao ativo imobilizado registrado em ajuste de avaliação patrimonial, sua realização ocorre de acordo com a depreciação do custo atribuído no ativo imobilizado, contra a rubrica de lucros acumulados (conforme item 26 da Interpretação Técnica ICP 10). **13. Divulgação do LAJIDA (EBITDA):** A Companhia aderiu a divulgação voluntária de informações de natureza contábil como informação adicional agregada em sua demonstração contábil, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo CSLL sobre o Lucro (Prejuízo) Líquido, Depreciação e Amortização, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração

Descrição	1 Trim.	2 Trim.	3 Trim.	4 Trim.	Total
Receita Bruta	900	915	715	615	3.145
Lucro presumido 32%	288	293	229	197	1.007
Receitas Financeiras	88	325	66	63	542
<b>Lucro presumido – base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL</b>	<b>376</b>	<b>617</b>	<b>294</b>	<b>260</b>	<b>1.547</b>
Despesa de CSLL à alíquota nominal (9%)	34	56	27	23	139
Despesa de IRPJ à alíquota nominal (15%)	56	93	44	39	232
Adicional de IRPJ à alíquota nominal (10%)	32	56	23	20	87
<b>Total do IRPJ e CSLL Corrente no Resultado</b>	<b>122</b>	<b>204</b>	<b>94</b>	<b>82</b>	<b>502</b>

Descrição	1 Trim.	2 Trim.	3 Trim.	4 Trim.	Total
Receita Bruta	848	856	869	869	3.442
Lucro presumido 32%	271	274	278	278	1.101
Receitas Financeiras	9	260	37	37	342
<b>Lucro presumido – base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL</b>	<b>280</b>	<b>534</b>	<b>315</b>	<b>315</b>	<b>814</b>
Despesa de CSLL à alíquota nominal (9%)	25	48	28	28	130
Despesa de IRPJ à alíquota nominal (15%)	42	80	47	47	217

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Companhia Tamoyo de Armazéns Gerais					
Descrição	RS Mil - 2024				
	1 Trim.	2 Trim.	3 Trim.	4 Trim.	Total
Adicional de IRPJ à alíquota nominal (10%)	22	47	26	25	120
<b>Total do IRPJ e CSLL Corrente no Resultado</b>	<b>89</b>	<b>175</b>	<b>101</b>	<b>101</b>	<b>467</b>
<b>b) Apuração dos impostos diferidos passivos:</b>					
O valor do IRPJ e da CSLL diferidos foram constituídos sobre os custos atribuídos no momento da reavaliação do imobilizado, sendo realizado durante a vida útil dos ativos. No quadro abaixo está demonstrado o cálculo do IRPJ e CSLL diferidos:					
Descrição	RS Mil		RS Mil		Descrição
	2025	2024	2025	2024	
Despesa de IRPJ à alíquota nominal (25%)	12.948	12.978	12.948	12.978	<b>Total do IRPJ E CSLL Diferido Passivo</b>
<b>Total do IRPJ E CSLL Diferido Passivo</b>	<b>17.609</b>	<b>17.651</b>	<b>17.609</b>	<b>17.651</b>	<b>19. Eventos subsequentes:</b> Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Contábeis, não foram constatadas e nem é de conhecimento da Administração da entidade, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que eventualmente pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nestas demonstrações contábeis.
Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	53.137	53.137	53.137	53.137	<b>20. Cobertura de seguros - Não auditados:</b> A Tamoyo mantém política de efetuar a cobertura de seguros em montante considerado suficiente, segundo a opinião de nossos assessores especialistas em seguros, para assegurar em caso de sinistros, a reposição dos bens e a sua respectiva continuidade. As premissas de riscos adotadas dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.
Realização do custo atribuído - Depreciação	(1.345)	(1.223)	(1.345)	(1.223)	
<b>Total Base de Cálculo Para apuração do IRPJ e CSLL Diferido</b>	<b>51.792</b>	<b>51.914</b>	<b>51.792</b>	<b>51.914</b>	
Despesa de CSLL à alíquota nominal (9%)	4.661	4.672	4.661	4.672	
<p><b>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis</b></p> <p>Aos Administradores e Acionistas da <b>Companhia Tamoyo de Armazéns Gerais</b> <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações contábeis da <b>Companhia Tamoyo de Armazéns Gerais (Companhia)</b>, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da <b>Companhia Tamoyo de Armazéns Gerais</b> em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à <b>Companhia</b>, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Outros assuntos Auditoria</b></p> <p><b>dos valores correspondentes ao exercício anterior:</b> Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados onde emitimos relatório datado de 17 de março de 2025. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a <b>Companhia</b> continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a <b>Companhia</b> ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da <b>Companhia</b> são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da <b>Companhia</b>. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da <b>Companhia</b>. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a <b>Companhia</b> a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Santo André, 13 de Março de 2026.</p> <p><b>Athros Auditores Independentes - CRC 25P020432/0-4</b>  <b>Pedro Cesar da Silva - Sócio Contador - CRC 15P187369/0-8</b>  <b>Rodrigo Soldati Oliva - Sócio Contador - CRC 15P268153/0-7</b></p>					
<b>Diretoria:</b>		<b>Luiz Alberto Azevedo Levy</b>		<b>Luiz Alberto Azevedo Levy Júnior</b>	
<b>Contador: Carlos Alexandre Venancio Batocioto - CRC 15P238587/0-6</b>					

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

**DATA MERCANTIL** São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**Asa Branca Holding S.A.**

CNPJ/MF nº 09.359.927/0001-97

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Prezados Acionistas,** A Administração da Asa Branca Holding S.A. ("Asa Branca" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **A Companhia:** A Asa Branca é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento o Complexo Eólico Asa Branca, composto pelas sociedades Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII e Asa Branca VIII, e localizado nos municípios de Parazinho e de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte. O Complexo Eólico Asa Branca possui capacidade instalada total de aproximadamente 160 MW. **Governança corporativa:** A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas. **Responsabilidade ambiental e social:** A Asa Branca trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia. **Recursos humanos:** O capital humano é extremamente relevante para a Asa Branca, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia. A adoção de regras consonantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025. **A Administração.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.184	8.803	135.170	66.772	Fornecedores	15	4	27	2.178	5.757
Conta corrente restrita		22	-	22	-	Debêntures	16	731	27.686	731	27.686
Contas a receber	7	-	-	16.116	16.052	Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	-	2.991	3.807
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	847	14	-	Tributos e obrigações trabalhistas	17	753	552	2.149	6.452
Dividendos a receber	8	3.140	-	-	-	IRPJ e CSLL corrente		-	-	3.558	-
Tributos a recuperar	9	901	356	13.240	8.602	Passivo de arrendamento		-	-	268	-
IRPJ e CSLL a recuperar		9	-	9	-	Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	265.298	166.749
Despesas antecipadas		-	3	-	1.700	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.488</b>	<b>28.265</b>	<b>277.173</b>	<b>210.451</b>
Estoques	10	-	-	4.366	3.431	<b>Não circulante</b>					
Outras contas a receber		1	-	46	1.957	Debêntures	16	268.754	255.377	268.754	255.377
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>12.257</b>	<b>10.009</b>	<b>168.983</b>	<b>98.514</b>	Contas a pagar a partes relacionadas	8	13.236	12.085	-	-
<b>Não circulante</b>						Tributos diferidos	11	-	-	2.746	-
<b>Realizável a longo prazo</b>						Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	22.717	41.632
Tributos a recuperar	9	-	-	829	1.520	Passivo de arrendamento		-	-	305	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas		-	4	-	4	Provisão para desmobilização	18 (b)	-	-	8.240	7.092
Depósitos judiciais	18 (c)	-	-	1.221	898	Provisão para causas judiciais	18 (c)	-	-	952	558
Tributos diferidos	11	-	-	8.871	6.418	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>281.990</b>	<b>267.462</b>	<b>303.714</b>	<b>304.659</b>
Investimentos	12	240.767	274.551	-	-	<b>Total do passivo</b>		<b>283.478</b>	<b>295.727</b>	<b>580.887</b>	<b>515.110</b>
Ativo de direito de uso		-	-	541	26	<b>Patrimônio líquido</b>					
Imobilizado	13	-	-	369.986	396.563	Capital social	19	50.222	50.222	50.222	50.222
Intangível	14	7.706	8.711	7.708	8.715	Reserva Legal		-	527	-	527
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>248.473</b>	<b>283.266</b>	<b>389.156</b>	<b>414.144</b>	Prejuízos acumulados		(72.970)	(53.201)	(72.970)	(53.201)
<b>Total do ativo</b>		<b>260.730</b>	<b>293.275</b>	<b>558.139</b>	<b>512.658</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(22.748)</b>	<b>(2.452)</b>	<b>(22.748)</b>	<b>(2.452)</b>
						<b>Total do passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>260.730</b>	<b>293.275</b>	<b>558.139</b>	<b>512.658</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	20	-	-	106.268	99.048
Custo de venda de energia elétrica	21	-	-	(87.444)	(81.521)
<b>Lucro bruto</b>				<b>18.824</b>	<b>17.527</b>
Despesas gerais e administrativas	22	(1.197)	(1.428)	(5.260)	(16.490)
Outros ganhos (perdas), líquidos	22	-	-	(2.517)	348
Resultado com participações societárias	12	12.455	(532)	-	-
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		<b>11.258</b>	<b>(1.960)</b>	<b>11.047</b>	<b>1.385</b>
Receitas financeiras		2.656	1.760	14.545	8.383
Despesas financeiras		(34.210)	(38.090)	(38.290)	(42.339)
<b>Resultado financeiro</b>	23	<b>(31.554)</b>	<b>(36.330)</b>	<b>(23.745)</b>	<b>(33.956)</b>
<b>Prejuízos antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(20.296)</b>	<b>(38.290)</b>	<b>(12.698)</b>	<b>(32.571)</b>
Imposto de renda e contribuição social	24	-	-	(7.598)	(5.719)
<b>Prejuízos do exercício</b>		<b>(20.296)</b>	<b>(38.290)</b>	<b>(20.296)</b>	<b>(38.290)</b>
<b>Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$</b>	25			<b>(0,32)</b>	<b>(0,60)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos do exercício		(20.296)	(38.290)	(20.296)	(38.290)
Outros componentes do resultado abrangente		-	-	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>		<b>(20.296)</b>	<b>(38.290)</b>	<b>(20.296)</b>	<b>(38.290)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2024	50.222	527	(14.911)	35.838
Prejuízo do exercício	-	-	(38.290)	(38.290)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>50.222</b>	<b>527</b>	<b>(53.201)</b>	<b>(2.452)</b>
Absorção de prejuízos	-	(527)	527	-
Prejuízo do exercício	-	-	(20.296)	(20.296)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>50.222</b>	<b>(72.970)</b>	<b>(72.970)</b>	<b>(22.748)</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

**1. Informações gerais:** **1.1 Contexto operacional:** A Asa Branca Holding S.A. ("Asa Branca", "Companhia" ou "Controladora"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, 4º andar, Jardim Europa, foi constituída em 14 de fevereiro de 2008, e tem como objeto social (a) a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; (b) a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; (c) a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas. A Companhia possui como controladora direta a Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca") e controlador final o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Pátria"). **1.2 Participações societárias:** A Companhia detém 100% de participação nas controladas apresentadas na tabela a seguir. Essas entidades são coletivamente referidas como "Controladas e, em conjunto com a Controladora, referidas como "Grupo" ao longo destas demonstrações financeiras.

Controladas	Sede	Atividade principal
Asa Branca IV Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca IV")	Parazinho - RN	Geração de energia EOL
Asa Branca V Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca V")	Parazinho - RN	Geração de energia EOL
Asa Branca VI Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VI")	João Câmara - RN	Geração de energia EOL
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VII")	Parazinho - RN	Geração de energia EOL
Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A. ("Asa Branca VIII")	Parazinho - RN	Geração de energia EOL

Os percentuais de participação societária permanecem inalterados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024. **1.3 Outorga de geração:** Em 02 de outubro de 2013, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou os despachos nº 3.324, nº 3.325, nº 3.326, nº 3.327 e nº 3.328, atestando que os parques eólicos Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII e Asa Branca VIII, respectivamente, atenderam aos requisitos necessários para serem consideradas aptas à operação comercial. Posteriormente, por meio do despacho nº 4.276, de 30 de outubro de 2014, foi autorizada, em definitivo, a entrada em operação comercial de todas as usinas de geração de energia eólica do complexo. O Grupo possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia - MME conforme listado abaixo:

SPE	Portaria MME	Término das outorgas	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada MWh/Ano
Asa Branca IV	Portaria nº 255, de 15 de abril de 2011	abril de 2046	32	107.748
Asa Branca V	Portaria nº 269, de 25 de abril de 2011	abril de 2046	32	120.012
Asa Branca VI	Portaria nº 293, de 6 de maio de 2011	maio de 2046	32	113.004
Asa Branca VII	Portaria nº 277, de 27 de abril de 2011	abril de 2046	32	91.104
Asa Branca VIII	Portaria nº 272, de 26 de abril de 2011	abril de 2046	32	100.740
<b>Total</b>			<b>160</b>	<b>532.608</b>

**1.4 Contratos de energia: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"):** Em 26 de agosto de 2010, as Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") Controladas da Companhia Asa Branca IV, Asa Branca V, Asa Branca VI, Asa Branca VII e Asa Branca VIII, sagraram-se vencedoras do 2º Leilão de Energia de Fontes Alternativas ("LFA"), e assinaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia com as 14 distribuidoras participantes do referido leilão. Pelos contratos em questão, as Controladas comprometem-se a vender sua produção de energia na modalidade disponibilidade e com vinculação às usinas, conforme os montantes indicados na Cláusula 6ª de cada respectivo CCEAR, a partir da data de início do suprimento e pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de setembro de 2013. O preço médio dos CCEARs praticado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 316,27 por megawatt-hora ("MWh"), atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O CCEAR não prevê aplicação de penalidades ou pagamentos de bônus se a produção de energia de cada usina estiver dentro da faixa de tolerância que varia de 90% a 130% da energia anual contratada, de cada respectiva usina, e que é apurado ao final de cada ano e quadriênio. Os desvios superiores ou inferiores entre produção de energia e a obrigação contratual são reconhecidos no ativo ou passivo. Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas a cada ano e cada quadriênio contratual, sendo que o terceiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2025 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2029. Os contratos de Power Purchase Agreement ("PPA") supracitados possuem as seguintes características:

Eólica	Volume PPA MWh/Ano	Início	Término
Asa Branca IV	122.640	ago/13	ago/33
Asa Branca V	119.136	set/13	ago/33
Asa Branca VI	126.144	set/13	ago/33
Asa Branca VII	125.268	set/13	ago/33
Asa Branca VIII	118.260	set/13	ago/33
<b>Total</b>	<b>611.448</b>		

**1.5 Conta de ressarcimento:** A conta de ressarcimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE reflete as diferenças entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, quando ultrapassados os limites de tolerância regulatórios, resultando no reconhecimento, por estimativa, de ativos ou passivos contratuais. A administração entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. Os eventos de curtailment, caracterizados por restrições de geração determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), afetam diretamente a capacidade de entrega de energia do Grupo. Tais eventos tornaram-se mais frequentes no Brasil a partir de agosto de 2023, quando ocorreu um apagão nacional afetando 25 estados e o Distrito Federal, e interrompendo cerca de

no setor de energia. A adoção de regras consonantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros. **Agradecimentos:** A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025. **A Administração.**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas</b>		<b>120.645</b>	<b>103.481</b>	<b>103.481</b>	<b>103.481</b>
Receita de Contrato com Clientes		-	-	111.020	103.481
Receitas relativas à construção de ativos próprios		-	-	8.669	-
Outras receitas		-	-	956	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(169)</b>	<b>(424)</b>	<b>(63.547)</b>	<b>(56.784)</b>
Energia comprada		-	-	(6.444)	(7.633)
Materiais e serviços de terceiros	(168)	(412)	(8.254)	(29.550)	(29.550)
Operação e manutenção		-	-	(35.105)	(2.923)
Encargos de transmissão de energia		-	-	(11.022)	(10.738)
Outros (custos) operacionais	(1)	(12)	(2.722)	(5.940)	(5.940)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(169)</b>	<b>(424)</b>	<b>57.098</b>	<b>46.697</b>
Depreciação e amortização	(1.005)	(3.149)	(33.060)	(34.836)	(34.836)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		<b>(1.174)</b>	<b>(3.573)</b>	<b>24.038</b>	<b>11.861</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>13.894</b>	<b>1.313</b>	<b>14.674</b>	<b>8.467</b>
Resultado de equivalência patrimonial		12.455	(532)	-	-
Receitas financeiras		1.439	1.845	14.674	8.470
Variáveis cambiais, líquidas		-	-	-	(3)
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>12.720</b>	<b>(2.260)</b>	<b>38.712</b>	<b>20.328</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal, e encargos:</b>					
Remuneração direta		-	-	4.289	7.731
Benefícios		-	-	3.321	7.112
FGTS		-	-	693	463
Impostos, taxas e contribuições		-	-	275	156
Federais	149	85	13.376	10.661	10.661
Estaduais		85	13.261	10.595	10.595
Municipais		-	115	58	8
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>		<b>32.867</b>	<b>35.945</b>	<b>41.343</b>	<b>40.226</b>
Juros		32.423	19.376	32.421	19.376
Outras despesas financeiras		441	16.569	5.869	20.816
Aluguéis		3	-	3.053	34
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>(20.296)</b>	<b>(38.290)</b>	<b>(20.296)</b>	<b>(38.290)</b>
Prejuízo do exercício		(20.296)	(38.290)	(20.296)	(38.290)
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>12.720</b>	<b>(2.260)</b>	<b>38.712</b>	<b>20.328</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/

continuação

### Asa Branca Holding S.A.

31% da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 24 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, que estabeleceu disposições específicas para o tratamento dos cortes de geração e instituiu mecanismos administrativos para eventual compensação parcial dos impactos retroativos, condicionados à apuração pelo ONS, ao cálculo pela CCEE e à formalização de termo de compromisso com o poder concedente. Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, a Companhia não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras consolidadas de 2025, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises. **Ressarcimento anual:** Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao montante não gerado valorado ao preço contratual vigente. O acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. Caso a energia entregue seja superior ao percentual máximo contratual discriminado abaixo, essa energia poderá ser negociada pelo vendedor no mercado livre: 30% (trinta por cento) no primeiro ano do quadriênio; 20% (vinte por cento) no segundo ano do quadriênio; 10% (dez por cento) no terceiro ano do quadriênio; 0% (zero por cento) no quarto ano do quadriênio; **Ressarcimento quadrienal:** Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% e superior a 90% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao montante não gerado ao preço do faturamento atualizado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). O acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelo Grupo. O terceiro quadriênio se encerrou em 31 de agosto de 2025 e o próximo se encerrará em 31 de agosto de 2029. **1.6 Principais eventos ocorridos no exercício de 2025: (a) Aprovação da redução de capital em Controladas:** Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 04 de abril de 2025, foram deliberadas as reduções de capital nas Controladas da Companhia conforme segue:

Controladas	R\$
Asa Branca IV	11.182
Asa Branca V	16.860
Asa Branca VII	8.248
Asa Branca VIII	4.267
<b>Total</b>	<b>40.557</b>

(b) **Aprovação dos dividendos adicionais propostos das Controladas:** Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de abril de 2025, foram aprovadas as distribuições de dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2024 das Controladas da Companhia conforme segue:

Controladas	R\$
Asa Branca IV	254
Asa Branca V	759
Asa Branca VI	1.529
<b>Total</b>	<b>2.542</b>

(c) **Recebimento de dividendos:** Em 2025, a Companhia recebeu dividendos das Controladas conforme segue:

Controladas	R\$
Asa Branca IV	338
Asa Branca V	2.039
Asa Branca VI	1.011
<b>Total</b>	<b>3.388</b>

(d) **Suspensão dos pagamentos dos ressarcimentos:** Em 2025, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), o Grupo pagou o valor de R\$ 6.608, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CCEAR e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019. Novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica. **1.7 Situação financeira:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	12.257	10.009	168.983	98.514
Total do passivo circulante	(1.488)	(28.265)	(277.173)	(210.451)
<b>Capital circulante líquido</b>	<b>10.769</b>	<b>(18.256)</b>	<b>(108.190)</b>	<b>(111.937)</b>

O Capital Circulante Líquido ("CCL") da Companhia, que representa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentou, em 31 de dezembro de 2025, valor positivo de R\$ 10.769 na controladora (comparado a R\$ 18.256 negativo em 31 de dezembro de 2024) e negativo de R\$ 108.190 no consolidado (comparado a R\$ 111.937 negativo em 31 de dezembro de 2024). O CCL negativo no consolidado decorre, substancialmente, do reconhecimento contábil da provisão de ressarcimento. Embora represente valores relevantes no passivo circulante, sua liquidação está contratualmente condicionada aos mecanismos previstos nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), não configurando exigibilidade imediata e integral. Nos termos dos CCEAR, os ressarcimentos anuais e quadriênis são deduzidos do faturamento mensal do Grupo, estando sua execução limitada ao montante da receita bruta auferida no período. Dessa forma, a liquidação ocorre de maneira parcelada e condicionada ao faturamento mensal do Grupo, conforme previsto contratualmente, sendo realizada sucessivamente até a quitação integral dos valores devidos. Considerando a elevada previsibilidade do faturamento decorrente dos CCEAR e a suspensão dos ressarcimentos (nota 1.6 (d)), a Administração entende que o mecanismo contratual reduz o risco de pressão imediata sobre o fluxo de caixa. A Administração acompanha de forma contínua a posição de caixa e as projeções de fluxo de caixa para os próximos 12 meses, concluindo que a Companhia mantém nível de liquidez suficiente para honrar integralmente suas obrigações de curto prazo, bem como sustentar suas operações regulares, utilizando recursos provenientes de suas atividades operacionais ou, se necessário, por meio de eventuais aportes de capital pelos acionistas. **2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: 2.1 Base de elaboração e apresentação: Declaração de conformidade:** A Companhia está apresentando um conjunto único contendo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas equivalentes às demonstrações financeiras padronizadas contidas no Formulário de demonstrações financeiras padronizadas ("DFP"), que foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB")) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (IFRS@ Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC@ Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC@ Interpretations), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Durante a elaboração das demonstrações financeiras, a Administração efetua uma avaliação da capacidade de o Grupo e suas controladas darem continuidade às suas atividades. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2026. **2.2 Principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.3 Adoção de normas contábeis – Novas e revisadas: Revisadas e vigentes:**

Novas normas ou alterações	Alterações	Vigência
CPC 02 / IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante 01.01.2025
A Administração do Grupo avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <b>Revisadas e não vigentes:</b>		
Normas	Alterações	Vigência
CPC 40 / IFRS 9	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros 01.01.2026
CPC 48 / IFRS 7	Instrumentos Financeiros	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais 01.01.2026
CPC 51 / IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras 01.01.2027
CBPS S1 / IFRS S1	Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações financeiras sobre riscos e oportunidades significativas relacionados à sustentabilidade. 01.01.2026
CBPS S2 / IFRS S2	Divulgações Relacionadas ao Clima	
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. 01.01.2027

A Administração do Grupo adotará essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor. **2.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

**2.5 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificadas entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. (b) **Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **2.6 Uso de estimativas e julgamentos críticos:** A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 13 – Imobilizado, depreciação; Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de depreciação; Nota explicativa 14 – Intangível; Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização; Nota explicativa 13 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; A avaliação da recuperação de ativos de longa duração, ativos imobilizados e ativos intangíveis – segue regras específicas. Ao final de cada exercício, o Grupo realiza análise para identificar possíveis evidências de que o montante contábil desses ativos possa não ser recuperável. Em situações excepcionais, caso sejam identificadas tais evidências, o Grupo aplica o teste de recuperação (impairment) desses ativos. Esses testes envolvem a consideração de diversas variáveis e fatores de incerteza relacionados: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) prazo das autorizações; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. Todo o processo busca assegurar que o valor contábil dos ativos não exceda seu valor recuperável, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis. Nota explicativa 18 (a) - Provisão de ressarcimento sobre a receita. Os saldos são avaliados e sujeitos a estimativas e premissas relacionada ao contrato de venda de energia proveniente de energia de reserva. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada conforme cada ano contratual. Nota explicativa 18 (b) - Provisão para desmobilização: Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente; Nota explicativa 18 (c) - Provisão para causas judiciais:

O reconhecimento e a mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **2.7 Base de consolidação e investimentos em controladas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que este deixa de existir. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da Controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas: (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas. (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial. (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas da Companhia são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das Controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo. **2.8 Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **3. Gestão de risco: 3.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco do departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração do Grupo gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária e taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (IPCA)	Análise de sensibilidade	Acompanhar e fazer cenários de stress em cima da projeção de serviço da dívida.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
Risco de liquidez	Debêntures e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) **Risco de mercado: (i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de suas atividades, prover retornos aos acionistas e gerar benefícios às demais partes interessadas. O Grupo possui debêntures remuneradas pela taxa de juros de 6,25% a.a., definida na escritura das debêntures e pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Tal exposição a taxas variáveis representa um risco de fluxo de caixa para o Grupo. Com o intuito de gerir a liquidez em moeda funcional, a Administração monitora periodicamente sua exposição a esses indexadores e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco, considerando as perspectivas macroeconômicas. Com base em variações razoavelmente possíveis nas taxas de juros, o Grupo mensura o impacto potencial no resultado. Essas análises de cenário são elaboradas para os passivos financeiros que representam as posições mais relevantes sujeitas a encargos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos ou de swap de taxa de juros. (ii) **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA. A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. A tabela mostra como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetadas pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data. Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração do Grupo: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos por meio de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%; (iii) com depreciação e apreciação de 50%.

Operação	Indexador	Saldo em exposição	Controladora 31/12/2025			Consolidado 31/12/2025		
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%	
Recursos em aplicações financeiras	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%	
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,02%	6,07%	
	CDI	8.184	1.100	825	1.375	550	1.650	
	IPCA	22	1	1	1	1	1	
Conta corrente restrita	IPCA							
	IPCA	(276.325)	(11.191)	(8.393)	(13.989)	(5.596)	(16.787)	
Debêntures								

Operação	Indexador	Saldo em exposição	Controladora 31/12/2025			Consolidado 31/12/2025		
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%	
Recursos em aplicações financeiras	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%	
	IPCA		4,05%	3,04%	5,06%	2,02%	6,07%	
	CDI	135.165	18.167	13.626	22.709	9.084	27.251	
	IPCA	22	1	1	1	1	1	
Conta corrente restrita	IPCA							
	IPCA	(276.325)	(11.191)	(8.393)	(13.989)	(5.596)	(16.787)	
Debêntures								

(b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado de forma centralizada pelo Grupo. Esse risco decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para mitigar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com múltiplos bancos, diversificando suas operações. Os investimentos relacionados a sobras de caixa só podem ser realizados em instituições ou fundos que apresentem patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo o mercado local. Não foram ultrapassados limites de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera perdas decorrentes de inadimplência em seus ativos financeiros com instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou impaired, e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estava aplicada em instituições consideradas de primeira linha pela Administração. O Grupo avaliou seu histórico de recebimentos de contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras firmados no âmbito dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os montantes a receber de energia de curto prazo são liquidados via CCEE, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é elaborada pelo departamento de Tesouraria, que monitora, por controlada, os níveis esperados de entradas e saídas de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade adequada de recursos para cada operação. A Tesouraria também acompanha as cláusulas contratuais de debêntures, bem como monitora o cumprimento de cláusulas restritivas (covenants), quando aplicável, com o objetivo de evitar o descumprimento de limites e obrigações previstos nos documentos dessas operações. Essa previsão considera, ainda, os planos de financiamento e refinanciamento da dívida do Grupo, o atendimento às cláusulas contratuais e, quando aplicável, exigências regulatórias, externas ou legais. Os excedentes de caixa são aplicados pela Tesouraria em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), priorizando instrumentos com baixo risco, vencimentos compatíveis e liquidez diária, conforme as projeções mencionadas acima. Na data-base, o Grupo mantém CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$ 8.184 (R\$ 8.803 em 31 de dezembro de 2024) e, no consolidado, de R\$ 135.170 (R\$ 66.772 em 31 de dezembro de 2024). Esses saldos, com liquidez diária, podem ser prontamente acessados para fins de gestão do risco de liquidez, quando necessário.

Vencimentos (i)	Controladora		Consolidado	
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>				
Fornecedores	4	-	-	-
Debêntures	17.239	67.060	142.602	184.998
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	30.995
				30.995
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>				
Fornecedores	27	-	-	-
Debêntures	45.937	26.086	156.812	265.353
Contas a pagar a partes relacionadas	-	-	-	23.703
				23.703

Vencimentos (i)	Controladora		Consolidado	
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>				
Fornecedores	2.178	-	-	-
Debêntures	17.239	67.060	142.602	184.998
Passivo de arrendamento	268	305	-	573
Contas a pagar a partes relacionadas	2.991	-	-	2.991
Provisão de ressarcimento	265.298	16.235	6.482	288.015
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>				
Fornecedores	5.757	-	-	5.757
Debêntures	45.937	26.086	156.812	265.353
Contas a pagar a partes relacionadas	3.807	-	-	3.807
Provisão de ressarcimento	166.749	41.632	-	208.381

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes. Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures e mútuo com partes relacionadas. O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, provisão de ressarcimento, partes relacionadas e passivo de arrendamento. A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **3.2 Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de seus negócios, visando prover retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital otimizada para reduzir o seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza ou propõe — conforme as alçadas de aprovação dos acionistas — a revisão da política de pagamento de dividendos, a restituição de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para, por exemplo, reduzir o nível de endividamento. Condizentes com as práticas das companhias do

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





Asa Branca Holding S.A.																																																																																																																																																																																																											
Consolidado																																																																																																																																																																																																											
2024																																																																																																																																																																																																											
Controladas	Ativo circulante		Passivo não circulante		Patrimônio Líquido	Demonstração do resultado	Imobilizado em andamento	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização																																																																																																																																																																																																	
	Ativo não circulante	circulante	circulante	Passivo não circulante																																																																																																																																																																																																							
Asa Branca IV	19.963	85.824	32.051	9.903	63.833	356																																																																																																																																																																																																					
Asa Branca V	20.089	82.304	23.321	9.634	69.438	2.144																																																																																																																																																																																																					
Asa Branca VI	16.597	81.430	34.261	10.135	53.631	1.067																																																																																																																																																																																																					
Asa Branca VII	16.271	81.261	54.068	10.061	33.403	(3.066)																																																																																																																																																																																																					
Asa Branca VIII	16.560	86.695	39.461	9.548	54.246	(1.033)																																																																																																																																																																																																					
<b>Total</b>	<b>89.480</b>	<b>417.514</b>	<b>183.162</b>	<b>49.281</b>	<b>274.551</b>	<b>(532)</b>																																																																																																																																																																																																					
<b>13. Imobilizado: Política contábil:</b> O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As controladas reconhecem uma obrigação para desmobilização de ativos (nota explicativa 18(b)) no período em que elas ocorrem, com contrapartida registrada no respectivo ativo imobilizado. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da autorização. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL, limitado ao prazo de autorização. <b>Teste de redução ao valor recuperável:</b> O Grupo avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem a necessidade de um teste de impairment, conforme os parágrafos 9 a 12 do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma análise detalhada dos indicadores de desvalorização fundamentada em fontes internas e externas, em conformidade com as normas CPC 01 (R1) / IAS 36. Para fins de teste de impairment, a Administração define que as Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"), em conjunto, representam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Essa classificação fundamenta-se no fato de que as SPEs estão situadas em uma mesma região geográfica e compartilham características operacionais e decisões estratégicas sinérgicas, sendo geridas e monitoradas como uma única unidade de negócios. Foram identificados indicativos de impairment no complexo de Asa Branca, uma vez que a performance operacional e os resultados dos ativos para o referido período ficaram abaixo das projeções orçamentárias. Essa situação decorre, principalmente, dos altos níveis de <i>curtailment</i> que afetam o complexo e não estão sob controle da administração. O <i>curtailment</i> é um fator externo adverso que impactou diretamente a operação, contribuindo para uma piora significativa nos resultados. Diante da situação supracitada, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera o risco relevante de se atingirem esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro. O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores. Os testes de impairment foram executados por meio de cálculos do valor recuperável, definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de venda, conforme parágrafo 18 do CPC 01. O valor em uso foi determinado utilizando o método de fluxo de caixa descontado (DCF). As premissas fundamentais que sustentam o teste de redução ao valor recuperável do Complexo Asa Branca foram estruturadas a partir de projeções de fluxos de caixa fundamentadas em diretrizes financeiras, operacionais e regulatórias, sempre em alinhamento com o plano de negócios da Companhia e as condições vigentes de mercado. Para a correção das projeções de receitas e custos, adotou-se o IPCA como índice econômico central, refletindo de maneira fidedigna as expectativas inflacionárias para o período. O estudo abrange um período de 21 anos para fins de análise, prazo que corresponde à vida útil remanescente dos ativos do complexo conforme laudos técnicos, utilizando como data-base o dia 30 de setembro de 2025. No que tange à expectativa de faturamento, a geração de energia baseia-se predominantemente em contratos regulados, PPAs (Power Purchase Agreement), que asseguram a comercialização da energia por prazos determinados. A curva de geração futura foi desenhada considerando o histórico de desempenho do Complexo, certificações de produção de energia das usinas eólicas e o cenário de despacho projetado para o Sistema Interligado Nacional (SIN). Um elemento crítico nesta modelagem é a projeção de perdas por <i>curtailment</i> ; nesse sentido, foi utilizado estudo da PSR, que é uma consultoria de referência no setor de energia. Esse estudo levou em consideração fatores como a demanda futura projetada de energia, entrada de novos projetos, expansão de linhas de transmissão em andamento e outras variáveis importante para a projeção dos valores. Assim, a geração líquida final para fins de faturamento é obtida subtraindo-se da geração bruta tanto as perdas por <i>curtailment</i> quanto o consumo interno das instalações. Sobre o fluxo de caixa, as projeções incorporam as deduções necessárias sobre as vendas, incluindo tributos como PIS e COFINS, aplicados rigorosamente conforme a legislação, além dos encargos setoriais regulatórios pertinentes ao setor elétrico. Para converter esses fluxos futuros ao valor presente, utilizou-se o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que inicia em 13,44% e converge para 12,70% a partir de 2028, capturando o perigo de risco do empreendimento e as flutuações das condições de mercado ao longo do tempo. Adicionalmente, a administração avaliou os impactos da Lei nº 15.269/2025, que dispõe sobre a compensação parcial aos geradores por perdas decorrentes de <i>curtailment</i> . Embora essa legislação represente um potencial benefício futuro, a ausência de regulamentação específica, critérios de elegibilidade claros e uma metodologia de cálculo definida impediu sua inclusão nas projeções atuais. O Grupo optou por uma postura conservadora, entendendo que não há base objetiva para mensurar esses efeitos no momento, de modo que o valor em uso do Complexo Eólico Asa Branca não contempla tais ganhos potenciais até que as definições legais sejam plenamente estabelecidas. Como resultado desses testes, o valor recuperável de todos os ativos avaliados excedeu seu respectivo valor contábil. Portanto, não foi reconhecida qualquer perda por impairment no exercício.																																																																																																																																																																																																											
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>																																																																																																																																																																																																											
Adição	7.071	9.568			16.639																																																																																																																																																																																																						
Depreciação		(30.697)		(785)	(91)	(31.573)																																																																																																																																																																																																					
Baixa imobilizado		(6.491)			(661)	(7.152)																																																																																																																																																																																																					
Baixa depreciação		2.670				2.670																																																																																																																																																																																																					
Transferência	(9.242)		9.242																																																																																																																																																																																																								
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>574</b>	<b>449.380.243</b>	<b>14.654</b>	<b>643</b>	<b>396.563</b>																																																																																																																																																																																																						
Custo	574	449.690.835	23.354	1.698	716.910																																																																																																																																																																																																						
Depreciação acumulada		(310.592)	(8.700)	(1.055)	(320.347)																																																																																																																																																																																																						
<b>14. Intangível: Política contábil: Direito de uso de serviço:</b> Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, como serviços de passagem. Esses direitos referem-se, em geral, à passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área das usinas do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 30 anos. <b>Direito de autorização:</b> Os direitos de autorização registrados referem-se a ativos intangíveis identificados durante a aquisição de controladas. Esses ativos possuem vida útil definida, conforme os prazos estabelecidos nas respectivas outorgas, e são amortizados com base nesses prazos. <b>Softwares:</b> As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamentos incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.																																																																																																																																																																																																											
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>																																																																																																																																																																																																											
Custo	1.652	449.690.741	23.354	2.045	718.241																																																																																																																																																																																																						
Depreciação acumulada		(337.624)	(9.485)	(1.146)	(348.255)																																																																																																																																																																																																						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.652</b>	<b>449.353.117</b>	<b>13.869</b>	<b>899</b>	<b>369.986</b>																																																																																																																																																																																																						
Taxa média anual de depreciação			4%	3%	4%																																																																																																																																																																																																						
<b>15. Fornecedores: Política contábil:</b> O saldo de fornecedores representa as obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal das atividades do Grupo. Essas obrigações são classificadas como passivos circulantes se o vencimento ocorrer em até doze meses; caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de eventuais custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. <b>Composição:</b>																																																																																																																																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Materiais e serviços</td> <td>4</td> <td>27</td> <td>377</td> <td>4.843</td> </tr> <tr> <td>Aquisições de ativos imobilizados</td> <td></td> <td></td> <td>956</td> <td>34</td> </tr> <tr> <td>Custo de transmissão</td> <td></td> <td></td> <td>790</td> <td>829</td> </tr> <tr> <td>Taxa de fiscalização Aneel</td> <td></td> <td></td> <td>55</td> <td>51</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>4</b></td> <td><b>27</b></td> <td><b>2.178</b></td> <td><b>5.757</b></td> </tr> </tbody> </table>												Controladora		Consolidado		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	Materiais e serviços	4	27	377	4.843	Aquisições de ativos imobilizados			956	34	Custo de transmissão			790	829	Taxa de fiscalização Aneel			55	51	<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>27</b>	<b>2.178</b>	<b>5.757</b>																																																																																																																																																															
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																																																								
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																							
Materiais e serviços	4	27	377	4.843																																																																																																																																																																																																							
Aquisições de ativos imobilizados			956	34																																																																																																																																																																																																							
Custo de transmissão			790	829																																																																																																																																																																																																							
Taxa de fiscalização Aneel			55	51																																																																																																																																																																																																							
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>27</b>	<b>2.178</b>	<b>5.757</b>																																																																																																																																																																																																							
<b>16. Debêntures: Política contábil:</b> As debêntures emitidas pela Companhia são não conversíveis em ações e são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ( <i>pro rata temporis</i> ). Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para ser usado ou vendida pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures, empréstimo e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. <b>Composição:</b>																																																																																																																																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora e Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>731</td> <td>27.686</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>731</b></td> <td><b>27.686</b></td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debêntures</td> <td>275.594</td> <td>264.065</td> </tr> <tr> <td>(-) Custo de colocação</td> <td>(6.840)</td> <td>(8.688)</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>268.754</b></td> <td><b>255.377</b></td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>269.485</b></td> <td><b>283.063</b></td> </tr> </tbody> </table>												Controladora e Consolidado		31/12/2025	31/12/2024	<b>Circulante</b>			Debêntures	731	27.686	<b>Total</b>	<b>731</b>	<b>27.686</b>	<b>Não circulante</b>			Debêntures	275.594	264.065	(-) Custo de colocação	(6.840)	(8.688)	<b>Total</b>	<b>268.754</b>	<b>255.377</b>	<b>Total</b>	<b>269.485</b>	<b>283.063</b>																																																																																																																																																																				
	Controladora e Consolidado																																																																																																																																																																																																										
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																									
<b>Circulante</b>																																																																																																																																																																																																											
Debêntures	731	27.686																																																																																																																																																																																																									
<b>Total</b>	<b>731</b>	<b>27.686</b>																																																																																																																																																																																																									
<b>Não circulante</b>																																																																																																																																																																																																											
Debêntures	275.594	264.065																																																																																																																																																																																																									
(-) Custo de colocação	(6.840)	(8.688)																																																																																																																																																																																																									
<b>Total</b>	<b>268.754</b>	<b>255.377</b>																																																																																																																																																																																																									
<b>Total</b>	<b>269.485</b>	<b>283.063</b>																																																																																																																																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Companhia</th> <th rowspan="2">Descrição</th> <th rowspan="2">Valor Ingresso</th> <th rowspan="2">Data de Emissão</th> <th rowspan="2">Taxa Contratual</th> <th rowspan="2">Amortização de Juros</th> <th rowspan="2">Amortização de Principal</th> <th rowspan="2">Vencimento</th> <th rowspan="2">Garantias</th> <th colspan="2">Controladora e Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Asa Branca</td> <td>1ª emissão Debêntures</td> <td>315.000</td> <td>15/06/2021</td> <td>IPCA + 6,25% a.a.</td> <td>Semestral</td> <td>Semestral</td> <td>15/06/2033</td> <td>(i) Alienação Fiduciária de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Cessão Fiduciária de dividendos das SPEs e da Emissora; (iii) Fiança Corporativa das SPEs. (-) Custo de captação de Dívidas</td> <td>276.325</td> <td>291.751</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>(6.840)</td> <td>(8.688)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>269.485</b></td> <td><b>283.063</b></td> </tr> </tbody> </table>											Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora e Consolidado		31/12/2025	31/12/2024	Asa Branca	1ª emissão Debêntures	315.000	15/06/2021	IPCA + 6,25% a.a.	Semestral	Semestral	15/06/2033	(i) Alienação Fiduciária de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Cessão Fiduciária de dividendos das SPEs e da Emissora; (iii) Fiança Corporativa das SPEs. (-) Custo de captação de Dívidas	276.325	291.751										(6.840)	(8.688)										<b>269.485</b>	<b>283.063</b>																																																																																																																																																			
Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Controladora e Consolidado																																																																																																																																																																																																		
									31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																	
Asa Branca	1ª emissão Debêntures	315.000	15/06/2021	IPCA + 6,25% a.a.	Semestral	Semestral	15/06/2033	(i) Alienação Fiduciária de ações das SPEs e da Emissora; (ii) Cessão Fiduciária de dividendos das SPEs e da Emissora; (iii) Fiança Corporativa das SPEs. (-) Custo de captação de Dívidas	276.325	291.751																																																																																																																																																																																																	
									(6.840)	(8.688)																																																																																																																																																																																																	
									<b>269.485</b>	<b>283.063</b>																																																																																																																																																																																																	
<b>Movimentação:</b>																																																																																																																																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora e Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b></td> <td><b>313.021</b></td> <td><b>(10.832)</b></td> <td><b>302.189</b></td> </tr> <tr> <td>Provisão de juros</td> <td>19.376</td> <td></td> <td>19.376</td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária</td> <td>14.877</td> <td></td> <td>14.877</td> </tr> <tr> <td>Amortização de custos de emissão de dívida</td> <td></td> <td>2.144</td> <td>2.144</td> </tr> <tr> <td>Liquidação do principal</td> <td>(36.171)</td> <td></td> <td>(36.171)</td> </tr> <tr> <td>Liquidação dos encargos</td> <td>(19.352)</td> <td></td> <td>(19.352)</td> </tr> <tr> <td><b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b></td> <td><b>291.751</b></td> <td><b>(8.688)</b></td> <td><b>283.063</b></td> </tr> <tr> <td>Provisão de juros</td> <td>18.076</td> <td></td> <td>18.076</td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária</td> <td>12.499</td> <td></td> <td>12.499</td> </tr> <tr> <td>Amortização de custos de emissão de dívida</td> <td></td> <td>1.848</td> <td>1.848</td> </tr> <tr> <td>Liquidação do principal</td> <td>(27.954)</td> <td></td> <td>(27.954)</td> </tr> <tr> <td>Liquidação dos encargos</td> <td>(18.047)</td> <td></td> <td>(18.047)</td> </tr> <tr> <td><b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b></td> <td><b>276.325</b></td> <td><b>(6.840)</b></td> <td><b>269.485</b></td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>Composição por ano de vencimento:</b> </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora e Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Vencimento</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2025</td> <td></td> <td></td> <td>27.686</td> </tr> <tr> <td>2026</td> <td>731</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2027</td> <td>46.670</td> <td></td> <td>44.718</td> </tr> <tr> <td>2028</td> <td>49.486</td> <td></td> <td>47.416</td> </tr> <tr> <td>2029</td> <td>36.210</td> <td></td> <td>34.695</td> </tr> <tr> <td>2030 a 2033</td> <td>143.228</td> <td></td> <td>137.236</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>276.325</b></td> <td><b>291.751</b></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>Debêntures emitidas:</b> Em 15 de junho de 2021, a Companhia emitiu debêntures no montante total de R\$ 315.000, sendo série única com vencimento final em 15 de junho de 2033, a ser pago em 22 parcelas, com vencimento semestral e consecutivo, todo dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, excetuando as datas de 15 de junho de 2026 e 15 de dezembro de 2026, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2021, corrigidos pelo IPCA + juros de 6,25% a.a. <b>Condições restritivas financeiras ("covenants"):</b> As debêntures emitidas pela Companhia contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia está obrigada ao cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) individual de no mínimo 1,20, as medições são realizadas semestralmente, em junho e dezembro referentes aos últimos 12 meses. Não será considerado descumprimento do índice, caso o ICSD mínimo fique no intervalo entre 1,10 e 1,20, inclusive em qualquer período de apuração até a quitação integral das debêntures. A Administração da Companhia realiza o cálculo semestral do ICSD e faz o acompanhamento de todas as suas obrigações restritivas (covenants). <b>17. Tributos e obrigações trabalhistas: Política contábil:</b> Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. <b>Composição:</b> </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ICMS</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>520</td> </tr> <tr> <td>IRPJ / CSLL</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>3.535</td> </tr> <tr> <td>PIS / COFINS</td> <td>11</td> <td>7</td> <td>946</td> <td>1.298</td> </tr> <tr> <td>Tributos retido</td> <td>742</td> <td>545</td> <td>800</td> <td>606</td> </tr> <tr> <td>Provisões Trabalhistas</td> <td></td> <td></td> <td>329</td> <td>425</td> </tr> <tr> <td>Encargos s/ Folha de Pagamento</td> <td></td> <td></td> <td>74</td> <td>68</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>753</b></td> <td><b>552</b></td> <td><b>2.149</b></td> <td><b>6.452</b></td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="11"> <b>18. Provisões: Política contábil:</b> As provisões são compostas substancialmente por provisões de ressarcimento, desmobilização e causas judiciais (Regulatória) que são reconhecidas quando: Caso o Grupo tenha uma obrigação presente ou não formalizada (<i>constructive obligation</i>) como resultado de eventos já ocorridos; É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e O valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um </td> </tr> </tbody> </table>												Controladora e Consolidado		31/12/2025	31/12/2024	<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>313.021</b>	<b>(10.832)</b>	<b>302.189</b>	Provisão de juros	19.376		19.376	Atualização monetária	14.877		14.877	Amortização de custos de emissão de dívida		2.144	2.144	Liquidação do principal	(36.171)		(36.171)	Liquidação dos encargos	(19.352)		(19.352)	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>291.751</b>	<b>(8.688)</b>	<b>283.063</b>	Provisão de juros	18.076		18.076	Atualização monetária	12.499		12.499	Amortização de custos de emissão de dívida		1.848	1.848	Liquidação do principal	(27.954)		(27.954)	Liquidação dos encargos	(18.047)		(18.047)	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>276.325</b>	<b>(6.840)</b>	<b>269.485</b>	<b>Composição por ano de vencimento:</b>											<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora e Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Vencimento</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2025</td> <td></td> <td></td> <td>27.686</td> </tr> <tr> <td>2026</td> <td>731</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2027</td> <td>46.670</td> <td></td> <td>44.718</td> </tr> <tr> <td>2028</td> <td>49.486</td> <td></td> <td>47.416</td> </tr> <tr> <td>2029</td> <td>36.210</td> <td></td> <td>34.695</td> </tr> <tr> <td>2030 a 2033</td> <td>143.228</td> <td></td> <td>137.236</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>276.325</b></td> <td><b>291.751</b></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>												Controladora e Consolidado		31/12/2025	31/12/2024	<b>Vencimento</b>				2025			27.686	2026	731			2027	46.670		44.718	2028	49.486		47.416	2029	36.210		34.695	2030 a 2033	143.228		137.236	<b>Total</b>	<b>276.325</b>	<b>291.751</b>		<b>Debêntures emitidas:</b> Em 15 de junho de 2021, a Companhia emitiu debêntures no montante total de R\$ 315.000, sendo série única com vencimento final em 15 de junho de 2033, a ser pago em 22 parcelas, com vencimento semestral e consecutivo, todo dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, excetuando as datas de 15 de junho de 2026 e 15 de dezembro de 2026, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2021, corrigidos pelo IPCA + juros de 6,25% a.a. <b>Condições restritivas financeiras ("covenants"):</b> As debêntures emitidas pela Companhia contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia está obrigada ao cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) individual de no mínimo 1,20, as medições são realizadas semestralmente, em junho e dezembro referentes aos últimos 12 meses. Não será considerado descumprimento do índice, caso o ICSD mínimo fique no intervalo entre 1,10 e 1,20, inclusive em qualquer período de apuração até a quitação integral das debêntures. A Administração da Companhia realiza o cálculo semestral do ICSD e faz o acompanhamento de todas as suas obrigações restritivas (covenants). <b>17. Tributos e obrigações trabalhistas: Política contábil:</b> Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. <b>Composição:</b>											<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ICMS</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>520</td> </tr> <tr> <td>IRPJ / CSLL</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>3.535</td> </tr> <tr> <td>PIS / COFINS</td> <td>11</td> <td>7</td> <td>946</td> <td>1.298</td> </tr> <tr> <td>Tributos retido</td> <td>742</td> <td>545</td> <td>800</td> <td>606</td> </tr> <tr> <td>Provisões Trabalhistas</td> <td></td> <td></td> <td>329</td> <td>425</td> </tr> <tr> <td>Encargos s/ Folha de Pagamento</td> <td></td> <td></td> <td>74</td> <td>68</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>753</b></td> <td><b>552</b></td> <td><b>2.149</b></td> <td><b>6.452</b></td> </tr> </tbody> </table>												Controladora		Consolidado		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	ICMS				520	IRPJ / CSLL				3.535	PIS / COFINS	11	7	946	1.298	Tributos retido	742	545	800	606	Provisões Trabalhistas			329	425	Encargos s/ Folha de Pagamento			74	68	<b>Total</b>	<b>753</b>	<b>552</b>	<b>2.149</b>	<b>6.452</b>	<b>18. Provisões: Política contábil:</b> As provisões são compostas substancialmente por provisões de ressarcimento, desmobilização e causas judiciais (Regulatória) que são reconhecidas quando: Caso o Grupo tenha uma obrigação presente ou não formalizada ( <i>constructive obligation</i> ) como resultado de eventos já ocorridos; É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e O valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um										
	Controladora e Consolidado																																																																																																																																																																																																										
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																									
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>313.021</b>	<b>(10.832)</b>	<b>302.189</b>																																																																																																																																																																																																								
Provisão de juros	19.376		19.376																																																																																																																																																																																																								
Atualização monetária	14.877		14.877																																																																																																																																																																																																								
Amortização de custos de emissão de dívida		2.144	2.144																																																																																																																																																																																																								
Liquidação do principal	(36.171)		(36.171)																																																																																																																																																																																																								
Liquidação dos encargos	(19.352)		(19.352)																																																																																																																																																																																																								
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>291.751</b>	<b>(8.688)</b>	<b>283.063</b>																																																																																																																																																																																																								
Provisão de juros	18.076		18.076																																																																																																																																																																																																								
Atualização monetária	12.499		12.499																																																																																																																																																																																																								
Amortização de custos de emissão de dívida		1.848	1.848																																																																																																																																																																																																								
Liquidação do principal	(27.954)		(27.954)																																																																																																																																																																																																								
Liquidação dos encargos	(18.047)		(18.047)																																																																																																																																																																																																								
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>276.325</b>	<b>(6.840)</b>	<b>269.485</b>																																																																																																																																																																																																								
<b>Composição por ano de vencimento:</b>																																																																																																																																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora e Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Vencimento</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2025</td> <td></td> <td></td> <td>27.686</td> </tr> <tr> <td>2026</td> <td>731</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>2027</td> <td>46.670</td> <td></td> <td>44.718</td> </tr> <tr> <td>2028</td> <td>49.486</td> <td></td> <td>47.416</td> </tr> <tr> <td>2029</td> <td>36.210</td> <td></td> <td>34.695</td> </tr> <tr> <td>2030 a 2033</td> <td>143.228</td> <td></td> <td>137.236</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>276.325</b></td> <td><b>291.751</b></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>												Controladora e Consolidado		31/12/2025	31/12/2024	<b>Vencimento</b>				2025			27.686	2026	731			2027	46.670		44.718	2028	49.486		47.416	2029	36.210		34.695	2030 a 2033	143.228		137.236	<b>Total</b>	<b>276.325</b>	<b>291.751</b>																																																																																																																																																													
	Controladora e Consolidado																																																																																																																																																																																																										
	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																									
<b>Vencimento</b>																																																																																																																																																																																																											
2025			27.686																																																																																																																																																																																																								
2026	731																																																																																																																																																																																																										
2027	46.670		44.718																																																																																																																																																																																																								
2028	49.486		47.416																																																																																																																																																																																																								
2029	36.210		34.695																																																																																																																																																																																																								
2030 a 2033	143.228		137.236																																																																																																																																																																																																								
<b>Total</b>	<b>276.325</b>	<b>291.751</b>																																																																																																																																																																																																									
<b>Debêntures emitidas:</b> Em 15 de junho de 2021, a Companhia emitiu debêntures no montante total de R\$ 315.000, sendo série única com vencimento final em 15 de junho de 2033, a ser pago em 22 parcelas, com vencimento semestral e consecutivo, todo dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro de cada ano, excetuando as datas de 15 de junho de 2026 e 15 de dezembro de 2026, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de dezembro de 2021, corrigidos pelo IPCA + juros de 6,25% a.a. <b>Condições restritivas financeiras ("covenants"):</b> As debêntures emitidas pela Companhia contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia está obrigada ao cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) individual de no mínimo 1,20, as medições são realizadas semestralmente, em junho e dezembro referentes aos últimos 12 meses. Não será considerado descumprimento do índice, caso o ICSD mínimo fique no intervalo entre 1,10 e 1,20, inclusive em qualquer período de apuração até a quitação integral das debêntures. A Administração da Companhia realiza o cálculo semestral do ICSD e faz o acompanhamento de todas as suas obrigações restritivas (covenants). <b>17. Tributos e obrigações trabalhistas: Política contábil:</b> Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. <b>Composição:</b>																																																																																																																																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> <th>31/12/2025</th> <th>31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ICMS</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>520</td> </tr> <tr> <td>IRPJ / CSLL</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>3.535</td> </tr> <tr> <td>PIS / COFINS</td> <td>11</td> <td>7</td> <td>946</td> <td>1.298</td> </tr> <tr> <td>Tributos retido</td> <td>742</td> <td>545</td> <td>800</td> <td>606</td> </tr> <tr> <td>Provisões Trabalhistas</td> <td></td> <td></td> <td>329</td> <td>425</td> </tr> <tr> <td>Encargos s/ Folha de Pagamento</td> <td></td> <td></td> <td>74</td> <td>68</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>753</b></td> <td><b>552</b></td> <td><b>2.149</b></td> <td><b>6.452</b></td> </tr> </tbody> </table>												Controladora		Consolidado		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	ICMS				520	IRPJ / CSLL				3.535	PIS / COFINS	11	7	946	1.298	Tributos retido	742	545	800	606	Provisões Trabalhistas			329	425	Encargos s/ Folha de Pagamento			74	68	<b>Total</b>	<b>753</b>	<b>552</b>	<b>2.149</b>	<b>6.452</b>																																																																																																																																																					
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																																																								
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																							
ICMS				520																																																																																																																																																																																																							
IRPJ / CSLL				3.535																																																																																																																																																																																																							
PIS / COFINS	11	7	946	1.298																																																																																																																																																																																																							
Tributos retido	742	545	800	606																																																																																																																																																																																																							
Provisões Trabalhistas			329	425																																																																																																																																																																																																							
Encargos s/ Folha de Pagamento			74	68																																																																																																																																																																																																							
<b>Total</b>	<b>753</b>	<b>552</b>	<b>2.149</b>	<b>6.452</b>																																																																																																																																																																																																							
<b>18. Provisões: Política contábil:</b> As provisões são compostas substancialmente por provisões de ressarcimento, desmobilização e causas judiciais (Regulatória) que são reconhecidas quando: Caso o Grupo tenha uma obrigação presente ou não formalizada ( <i>constructive obligation</i> ) como resultado de eventos já ocorridos; É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e O valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um																																																																																																																																																																																																											



Asa Branca Holding S.A.											
Movimentação:					Controladora e Consolidado						
Consolidado					31/12/2025 e 31/12/2024						
Passivo circulante		Passivo não circulante			Controladora		Consolidado				
Provisão de ressarcimento	Provisão de despesa	Total	Provisão de ressarcimento	Total	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>					28.811	128.853	157.664	50.521	50.521		
Provisão	50.782	10.573	61.355	30.927							
Pagamento	(96.854)	(96.854)	-	-							
Atualização financeira	4.768	4.768	-	-							
Transferência	(1.510)	41.326	39.816	(39.816)							
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>					78.083	88.666	166.749	41.632	41.632		
Provisão	62.878	10.573	62.878	18.747							
Pagamento	(6.608)	(6.608)	-	-							
Atualização financeira	4.617	4.617	-	-							
Transferência	(39.047)	76.709	37.662	(37.662)							
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>					101.914	163.384	265.298	22.717	22.717		
<b>(b) Provisão para desmobilização de ativos:</b> A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente para condições ecológica e similares às existentes antes do início do projeto ou atividade, ou de realizar medidas compensatórias acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade de retorno a essas condições pré-existent. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental. As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e a mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico. O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. O laudo, efetuado em 2023, considera as obrigações de desmobilização existentes em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,50% ao ano em 2025 (3,90% em 2024) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto Nota do Tesouro Nacional – Série B ("NTNB") mais IPCA de 10,67% ao ano em 2025 (11,30% em 2024) ao ano. <b>Composição:</b>											
<b>Consolidado</b>					<b>31/12/2025 31/12/2024</b>						
<b>Não circulante</b>											
<b>Desmobilização</b>					8.240 7.092						
<b>Total</b>					<b>8.240 7.092</b>						
<b>Movimentação:</b>					<b>Consolidado</b>						
					<b>31/12/2025 31/12/2024</b>						
Saldo inicial					7.092 7.024						
Adição, (reversão) de AVP					347 (661)						
Atualização financeira					801 729						
					<b>8.240 7.092</b>						
<b>(c) Provisão para causas judiciais:</b> O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação; essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. <b>Trabalhistas:</b> Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, adicional noturno, equiparação/reajustamento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários, entre outras, e ações movidas por ex-empregados de seus empregadores (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. <b>Cíveis:</b> Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros. <b>Tributárias:</b> Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tributos, tais como contribuições sociais, IOF, ISS, Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos, INSS, dentre outros. <b>(i) Contingências prováveis:</b> <b>Composição:</b>											
<b>Consolidado</b>					<b>31/12/2025 31/12/2024</b>						
<b>Cíveis</b>					533 -						
<b>Ambientais</b>					25 -						
<b>Regulatório</b>					952 -						
					<b>952 558</b>						
<b>Movimentação:</b>					<b>Consolidado</b>						
					<b>31/12/2025 31/12/2024</b>						
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>					473 - 25 - 25						
<b>Constituição</b>					60 - - 60						
<b>Atualização monetária</b>					533 25 558						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>					473 - 25 - 25						
<b>Constituição</b>					421 - - (421)						
<b>(-) Reversões</b>					- - 33						
<b>Atualização monetária</b>					(112) 112 -						
<b>Reclassificação</b>					- - 137						
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>					<b>815 952</b>						
<b>(ii) Depósitos judiciais ativos demonstrados como segue:</b> O Grupo possui depósitos judiciais referente às questões em andamento conforme apresentado a seguir:											
<b>Consolidado</b>					<b>2025 2024</b>						
<b>Controladas</b>					<b>Tributários Total Tributários Total</b>						
Asa Branca IV					521 521 438 438						
Asa Branca V					93 93 61 61						
Asa Branca VI					140 140 92 92						
Asa Branca VII					233 233 153 153						
Asa Branca VIII					234 234 154 154						
					<b>1.221 1.221 898 898</b>						
<b>(iii) Composição causas possíveis:</b>											
<b>Consolidado</b>					<b>2025 2024</b>						
<b>Controladas</b>					<b>Ambiental Regulatório Total Tributários Total</b>						
Asa Branca IV					- 179 179 230 230						
Asa Branca V					- 179 179 230 230						
Asa Branca VI					- 179 179 230 230						
Asa Branca VII					- 179 179 230 230						
Asa Branca VIII					10 179 189 230 230						
					<b>10 895 905 1.150 1.150</b>						
<b>19. Patrimônio líquido Capital social</b> A Companhia não possui ações autorizadas. Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:											
<b>Francisco Moya Reina</b> Diretor Presidente			<b>Gabriel Marinho de Farias</b> Diretor Financeiro e de Relação com Investidores			<b>Rodrigo Cesar de Moraes</b> Controller			<b>Cristiano Soares Pavane</b> Contador - CRC 1SP271178/O-8		
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>											
Aos Acionistas e Administradores da Asa Branca Holding S.A., São Paulo – SP. <b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Asa Branca Holding S.A. (Companhia), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Asa Branca Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). <b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Principais assuntos de auditoria:</b> Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente.											
Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. <b>Teste de Redução ao Valor recuperável:</b> Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <b>Principal assunto de auditoria:</b> Em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia possuem em suas demonstrações financeiras ativos não financeiros, referentes às usinas geradoras de energia. Devido à existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, a Companhia realizou a estimativa do valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC"), ao qual os ativos não financeiros estão alocados, com base no valor em uso. A determinação do valor em uso é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente. Para a construção da estimativa a Administração utilizou-se de premissas, tais como taxa de desconto, volume, preço de venda, períodos de continuidade											

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal) ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



continuação

### Asa Branca Holding S.A.

das operações e gastos para reparação dos equipamentos. Por haver alto grau de julgamento e incertezas relacionadas ao processo de determinação das premissas da estimativa de projeções futuras de fluxos de caixa que levam em consideração os planos de negócios da Administração e por haver sensibilidade nas premissas para a construção da estimativa, este assunto, poder impactar de forma relevante os valores recuperáveis dos ativos e, consequentemente, as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia relacionadas com a preparação e revisão do valor recuperável de ativos não financeiros disponibilizadas pela Companhia. - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no cálculo de redução ao valor recuperável, incluindo as taxas de desconto, volume, preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos no período de projeção na determinação dos fluxos de caixa descontados. Quando aplicável, a avaliação foi realizada com base em premissas contratuais e, também comparação com premissas de mercado; Avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, em especial as relativas às premissas utilizadas no teste do valor recuperável de seus ativos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, assim como, as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, tomadas em conjunto. **Reconhecimento de Receita com Energia:** Veja a Nota 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia reconheceram Receita com Energia no montante de R\$ 106.268 mil, conforme divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As receitas das controladas da Companhia são oriundas principalmente de Geração de energia elétrica aos consumidores no ambiente regulado e livre. O reconhecimento da receita é realizado com base no fornecimento de energia, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia elétrica por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca destes bens. Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, o volume e pulverização das operações e os potenciais efeitos sobre o registro contábil, bem como os riscos de que uma receita de venda de energia seja reconhecida sem a transferência do controle ao cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de geração de energia elétrica; - Obtenção dos relatórios de Contratação de Energia emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, em que foi confrontado com os relatórios gerenciais das controladas da Companhia relativos à Receita de geração de energia, com o objetivo de confrontar o volume de energia gerado e comercializado, bem como o período de suprimento. - Recalculamos de forma independente, e confrontamos o resultado do procedimento e as contabilizações do corte da receita de dezembro de 2025 realizados pelas controladas da Companhia; e - Inspeção, em base amostral, para análise de contratos de venda de energia utilizados na mensuração do preço das transações consideradas no reconhecimento da receita de geração de energia elétrica. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de geração de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31

de dezembro de 2025, tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de março de 2025, que não conteve modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referi-

das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de Março de 2026



KPMG  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori  
Contador  
CRC 1SP245014/O-2

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[www.datamercantil.com.br](http://www.datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 46.743.997/0001-70 – Av. Braz Leme, nº 1.000, 3º andar, Bloco B, São Paulo-SP

### Relatório da Administração

Senhores Acionistas, A TTSCD ("Companhia") é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio ou por intermédio da obtenção de recursos para concessão de créditos em operações de repasses e de empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além desse objeto, a Companhia pode prestar os seguintes serviços: i) a análise de crédito para terceiros; ii) a cobrança de crédito de terceiros; iii) a atuação como representante de seguros, na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e

de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); iv) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor; v) a emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e vi) a prestação de serviços de credenciadora. A TTSCD é controlada pela TOTVS TECHFIN, que é uma Joint Venture entre a TOTVS S.A. e o Itaú Unibanco. Nossa estratégia de negócio tem como objetivo atender às expectativas dos clientes e parceiros, a partir de suas necessidades, e aumentar sua satisfação por meio de uma experiência de excelência em todas as suas interações com a Companhia, expandindo as operações para além do financiamento de

através, oferecendo operações de crédito que auxiliem nossos clientes na potencialização de seus negócios. A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2025 prejuízo de R\$ 456 no semestre e prejuízo de R\$ 2.810 no exercício, patrimônio líquido de R\$ 15.173 e ativos totais de R\$ 40.574. Para fins de pagamento de dividendos, a TTSCD, prevê em seu estatuto o percentual mínimo obrigatório de destinação de 25%, conforme previsto no artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos colaboradores.  
São Paulo, 27 de março de 2026.  
A Administração

### Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025
<b>Disponibilidades</b>		<b>14.327</b>
Aplicações Financeiras	5	16.150
Instrumentos Financeiros	6	1.138
Operações de Crédito	6	138
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(5)	(138)
Outros Créditos	7	8.812
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>39.422</b>
Instrumentos Financeiros	6	130
Operações de Crédito	6	130
Ativo Fiscal Diferido	14	1.007
Intangível	8	15
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>1.152</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>40.574</b>

Passivo	Nota	31/12/2025
<b>Operações de Crédito</b>		<b>6</b>
Obrigações Fiscais Correntes	9	416
Provisão para Pagamentos a Efetuar	10	10.525
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	12	23.019
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>34.966</b>
Provisão para Pagamentos a Efetuar	10	1.051
Outros Passivos	12	1.331
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>2.382</b>
Capital Social	13	18.000
(-) Prejuízo Acumulado		(2.827)
<b>Total Patrimônio Líquido</b>		<b>15.173</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>40.574</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

### Demonstração de Resultados – Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º semestre	31/12/2025
<b>Receitas de Intermediação Financeira</b>		<b>5.315</b>	<b>8.010</b>
Operações de Crédito	6f	3.893	5.165
Resultado Líquido com Cessões de Crédito	6f	310	824
Resultado de Aplicações Financeiras	5	1.112	2.021
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>5.315</b>	<b>8.010</b>
Receita de Prestação de Serviços	15	1.020	1.020
Despesas Pessoal	15	(2.837)	(6.757)
Despesas Tributárias	15	(758)	(1.248)
Despesa com Processamento de Dados	15	(171)	(277)
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	15	(827)	(370)
Outras Despesas Administrativas	15	(152)	(327)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6	(4)	(6)
Despesas com Amortização	8	(3)	(6)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	15	(2.909)	(3.692)
<b>Receitas/(Despesas) Operacionais</b>		<b>(6.006)</b>	<b>(11.663)</b>
<b>Resultado Operacional</b>		<b>(691)</b>	<b>(3.653)</b>
<b>Resultado antes das Receitas/(Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos</b>		<b>(691)</b>	<b>(3.653)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14	235	843
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	14	—	—
<b>(Prejuízo) do Período</b>		<b>(456)</b>	<b>(2.810)</b>
<b>Média Ponderada do Número de Ações (Prejuízo) por Ação R\$</b>		<b>17.839.260 (0,0256)</b>	<b>17.839.260 (0,1571)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

### Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre	31/12/2025
<b>Prejuízo do período</b>	<b>(456)</b>	<b>(2.810)</b>
Outros Resultados Abrangentes	—	—
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>(456)</b>	<b>(2.810)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em reais mil)

	Nota	2º semestre	31/12/2025
<b>Prejuízo do Período</b>		<b>(456)</b>	<b>(2.810)</b>
<b>Atividades Operacionais</b>		<b>(960)</b>	<b>(2.203)</b>
Amortização	8	3	6
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6	4	6
Juros Provisoriamente	5	(1.112)	(2.021)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14	(235)	(843)
Provisão de Outras Obrigações		380	649
<b>Variáveis em Ativos e Passivos</b>		<b>(4.084)</b>	<b>(12.745)</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Financeiras		12	(14.129)
(Aumento) em Operações de Crédito		(270)	(270)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos		482	(2.378)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos		(4.502)	4.088
Aumento/(Redução) em Obrigações Fiscais Correntes		194	(56)
<b>Caixa Líquido Gerado em Atividades Operacionais</b>		<b>(5.500)</b>	<b>(17.758)</b>
<b>Fluxo de Caixa proveniente das Atividade Operacionais</b>		<b>(5.500)</b>	<b>(17.758)</b>
<b>Redução Líquida do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(5.500)</b>	<b>(17.758)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		19.827	32.085
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	14.327	14.327
<b>Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(5.500)</b>	<b>(17.758)</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras. vencimento. Do valor total, R\$ 8.750 serão repassados em até 360 dias, e R\$ 1.051 após esse período.

11. **Contingências** – Em 31 de dezembro de 2025, não há ações judiciais de natureza cível, fiscal ou trabalhista ativas ou passivas em que a TTSCD figure como parte.

### 12. Valores a Pagar a Sociedades Ligadas e Outros Passivos

	31/12/2025
a) Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	<b>31.12/2025</b>
Repasso Cobrança – FIDC Supplier <sup>1</sup>	5.602
Repasso Cobrança – CR Supplier <sup>2</sup>	2.955
Repasso Agente de Financiamento – Supplier Administradora <sup>3</sup>	3.520
<b>Total</b>	<b>12.077</b>
b) Outros passivos	<b>31.12/2025</b>
Plano de remuneração baseado em ações <sup>4</sup>	1.331
<b>Total</b>	<b>1.331</b>

13. **Patrimônio Líquido** – Referem-se aos pagamentos recebidos de clientes oriundos de operações que já foram cedidas ao FIDC Supplier, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil.

14. **Patrimônio Líquido** – Referem-se aos pagamentos recebidos de clientes oriundos de operações que já foram cedidas ao CR Supplier, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil.

15. **Patrimônio Líquido** – Referem-se aos valores a pagar à Supplier Administradora decorrente do processo de financiamento de atraso.

16. **Patrimônio Líquido** – Referem-se à provisão dos valores dos planos de remuneração de longo prazo dos colaboradores. A realização pode acontecer em valores financeiros ou em ações, conforme estabelecido em contrato entre a empresa e os colaboradores. Os valores serão realizados apenas no prazo de finalização da entrega.

17. **Patrimônio Líquido** – Referem-se ao custo de transações liquidadas com ações a seus empregados baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua entrega. O Plano de Incentivo baseado em Ações estabelece regras para que determinados participantes e administradores possam adquirir ações de sua emissão por meio da entrega de ações, para gerar alinhamento médio e longo prazos dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco. Os principais eventos relacionados aos planos vigentes, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

Data	Planos	Quantidade de ações restritas	Valor justo das ações	Dividendos	Prazo de maturidade
05/05/2023	Destakes	9.910	26,84	1,10%	3 anos
<b>13. Patrimônio Líquido – a. Capital social:</b>					
O Capital Social da Companhia é representado por 17.839.260 de ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 18.000 totalmente subscrito e integralizado.					
<b>b. Resultado por ação:</b>					
O cálculo do resultado por ação básico foi baseado no prejuízo/lucro atribuído aos titulares de ações ordinárias, e na quantidade média de ações ordinárias em circulação, calculado como a seguir:					
<b>Média ponderada do número de ações ordinárias</b>					<b>31/12/2025</b>
Ações ordinárias em 1º de janeiro					17.839.260
Ações ordinárias na data-base					17.839.260
Média do número de ações ordinárias					17.839.260
Prejuízo do exercício					(2.810)
<b>Prejuízo por ação (em reais)</b>					<b>(0,1571)</b>
<b>c. Reserva de lucros:</b>					
É constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva líquida somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.					
O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária. Não existe reserva legal constituída na TTSCD, visto que a Companhia apresentou prejuízo na data-base.					
<b>d. Dividendos a pagar:</b>					
Conforme previsto no Estatuto Social, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. Devido a aplicação de prejuízo pela Companhia, não foram destinados dividendos no período.					
<b>14. Imposto de renda e contribuição social – a. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>					
		<b>2º semestre</b>	<b>31/12/2025</b>		
<b>Prejuízo antes da tributação</b>		<b>(691)</b>	<b>(3.653)</b>		
Imposto de renda e contribuição social à taxa combinada de 34%		235	1.242		
Ajustes para demonstração de taxa efetiva		—	—		
Remuneração variável Diretoria		—	(399)		
<b>Imposto de renda e contribuição social no período</b>		<b>235</b>	<b>843</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		235	843		
<b>Taxa efetiva</b>		<b>33,8%</b>	<b>23%</b>		

b. **Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos acumulados e de diferenças temporárias ocasionadas principalmente por provisões tempo-

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de reais exceto quando indicado)

#### 1. Contexto Operacional – A TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "TTSCD") é uma sociedade por ações controlada pela TOTVS Techfin S.A., constituída em 30 de novembro de 2020. A Companhia recebeu autorização do Banco Central do Brasil em 3 de maio de 2022 para o exercício de atividades reguladas e iniciou suas operações em 3 de maio de 2023, passando a atuar como emissora de moeda eletrônica, na modalidade cartão de crédito pós-pago private label, com foco na democratização do acesso a serviços financeiros para pequenas e médias empresas. A Companhia tem por objeto social principal atuar na realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros próprios ou provenientes de repasses e financiamentos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Adicionalmente, exerce atividades correlatas, tais como: i) análise de crédito para terceiros; ii) cobrança de crédito de terceiros; iii) atuação como representante de seguros na distribuição de seguros relacionados às operações de crédito, nos termos do CNSP; iv) emissão de moeda eletrônica, conforme regulamentação vigente; v) emissão de instrumento de pagamento pós-pago; e vi) prestação de serviços de credenciadora. Atualmente, a TTSCD atua como agente de financiamento da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Supplier Administradora", pertencente ao mesmo grupo econômico), além de emitir operações de crédito com juros para clientes Supplier, por meio de produtos como Pay Longo, Mais Prazo e Capital de Giro. O endereço da sede da Companhia é Avenida Braz Leme, nº 1.000, 3º andar, Bloco B, São Paulo-SP.

#### 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central ("BACEN") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), bem como o disposto na Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 e alterações posteriores dispostas na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020 que trata dos critérios para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo a moeda funcional

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 01 de julho de 2025</b>		<b>18.000</b>	<b>(2.371)</b>	<b>15.629</b>
Prejuízo do Semestre	14b	—	(456)	(456)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>18.000</b>	<b>(2.827)</b>	<b>15.173</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2025</b>		<b>18.000</b>	<b>(17)</b>	<b>17.983</b>
Prejuízo do Exercício		—	(2.810)	(2.810)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>18.000</b>	<b>(2.827)</b>	<b>15.173</b>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

#### 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: a. Apuração dos resultados:

O resultado é registrado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de crédito são apropriados ao resultado pelo critério pro rata dia com base na taxa efetiva da operação. Em relação ao resultado de cessão de títulos de crédito, o reconhecimento ocorre no ato da cessão e é determinado pela taxa de desconto pactuada entre as partes. b. Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras que são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, utilizados na gestão de obrigações. Estes ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor e corresponde ao montante disponível para uso da TTSCD. c. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: As operações são registradas e mensuradas ao custo amortizado com base na taxa de juros efetiva do contrato, conforme definido na Resolução CMN nº 4.966/2021. Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e considerando a natureza dos produtos comercializados pela TTSCD, os produtos são categorizados da seguinte forma: • C2 (Carteira 2): créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição; • C4 (Carteira 4): créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; • C5 (Carteira 5): operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput (Resolução CMN nº 4.966). As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas com base na metodologia simplificada prevista na Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições enquadradas nos Segmentos S4 e S5 do Sistema Financeiro Nacional. A TTSCD é enquadrada no Segmento S5. Com a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21, observam-se os seguintes impactos:

91 a 180 dias

181 a 360 dias

Acima de 360 dias

**Total**

#### c. Abertura da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Provisão Adicional – C5

**Total**

Na data-base, a Companhia possui R\$ 83 referentes a créditos a liberar, os quais representam compromissos assumidos que ainda não foram efetivamente desembolsados, mas que configuram uma obrigação futura de crédito. Esses valores estão registrados em contas de compensação. Sobre esses créditos, com base na Resolução CMN 4.966/2021, foi constituída provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 1. d. **Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas com Créditos a Liberar**

	31/12/2025
<b>Saldo inicial do período</b>	<b>—</b>
Constituição	7
Reversão	(5)
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>2</b>
Constituição	1
Reversão	(2)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>1</b>
A Provisão para Perdas Esperadas é calculada considerando os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/2021. e. <b>Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Saldo inicial do período</b>	<b>—</b>
<b>Saldo em 30 de junho</b>	<b>—</b>
Constituição	19
Reversão	(14)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>5</b>

#### f. Resultado com operações de crédito

Rendas de empréstimos

Resultado Líquido com Cessões de Crédito<sup>1</sup>

**Total**

As cessões de crédito são realizadas junto ao Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Supplier) e ao Certificado de Recebíveis Supplier (CR Supplier). Para as operações com o fundo as condições de negociação obedecem a taxa mínima de cessão prevista no regulamento do fundo, sendo a taxa revisada a cada 45 dias, conforme reuniões do COPOP e alterações na taxa SELIC. No caso de operações cedidas ao CR, o título é cedido a valor presente.

Não houve operações renegotiadas ou recuperação de créditos baixados para prejuízo em 31 de dezembro de 2025.

#### 7. Outros Créditos

Créditos diversos<sup>1</sup>

Impostos a compensar

Rendas a receber

Adiantamentos diversos

**Total**

1 Referem-se aos valores recebidos pela Supplier Administradora pelos contratos financiados pela TTSCD. Os valores são repassados em até dois dias úteis.

#### 8. Intangível

**Saldo Inicial**

Amortização<sup>1</sup>

**Saldo em 30 de junho**

Amortização<sup>1</sup>

**Saldo em 31 de dezembro**

1 Refere-se a custo de implementação de sistema de Risco Operacional e Controles Internos.

#### 9. Obrigações Fiscais Correntes

... continuação		TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A.	
<p>riamente indebitáveis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente. A Companhia adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. É utilizada a alíquota combinada de 34% para constituição de créditos tributários. Em 31 de dezembro não existem créditos tributários não reconhecidos.</p>			
<b>31/12/2025</b>			
<b>Natureza e origem dos créditos tributários</b>			
Provisão para incentivo a longo prazo	353		
Provisão de bônus	574		
Prejuízo fiscal	72		
Outras	8		
<b>Total</b>	<b>1.007</b>		
Segue abaixo a composição dos créditos tributários, considerando as projeções de realização dos ativos fiscais diferidos, conforme estimativas de recuperação futura.			
<b>31/12/2025</b>			
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
2026	219		
2027	202		
2028	188		
2029	219		
2030	179		
<b>Total</b>	<b>1.007</b>		
<b>Valor presente</b>	<b>857</b>		
O valor presente dos créditos tributários totaliza R\$ 857. Esse montante foi apurado mediante o desconto dos fluxos futuros utilizando a taxa DI observada nos últimos três anos, resultando em uma taxa média de 14,9% aplicada no cálculo.			
<b>c. Realização dos créditos tributários</b>			
<b>31/12/2025</b>			
<b>Saldo em 01 de janeiro</b>	<b>164</b>		
<b>Constituição</b>	<b>1.007</b>		
Provisão para incentivo a longo prazo	353		
Provisão de bônus	574		
Prejuízo fiscal	72		
Demais provisões administrativas	8		
<b>Realização</b>	<b>(164)</b>		
Provisão para incentivo de longo prazo	(12)		
Demais provisões administrativas	(152)		
<b>Total</b>	<b>1.007</b>		
Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não possui créditos tributários não constituídos.			
<b>15. Resultado Operacional</b>			
<b>a) Receitas Operacionais</b>	<b>2º semestre</b>	<b>31/12/2025</b>	
Receita de Prestação de Serviços <sup>1</sup>	1.020	1.020	
<b>Total</b>	<b>1.020</b>	<b>1.020</b>	
<sup>1</sup> Refere-se, substancialmente, à remuneração recebida pela TTSCD em decorrência da prestação de serviços na qualidade de agente de financiamento.			
<b>b) Outras Receitas/(Despesas) Operacionais</b>	<b>2º semestre</b>	<b>31/12/2025</b>	
Despesas de Pessoal	(2.837)	(6.757)	
Despesas Tributárias	(758)	(1.248)	
Despesa de Processamento de Dados	(171)	(277)	
Despesa de Serviços Técnicos Especializados <sup>1</sup>	(192)	(370)	
Outras Despesas Administrativas	(152)	(327)	
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais <sup>2</sup>	(2.909)	(3.692)	
<b>Total</b>	<b>(7.019)</b>	<b>(12.671)</b>	
<sup>1</sup> Refere-se ao valor em conta corrente que a TTSCD possui no Itaú Unibanco.			
<sup>2</sup> O montante apresentado em 'Coligadas' corresponde à remuneração devida pela Supplier Administradora à TTSCD pelos serviços prestados na condição de agente de financiamento no processo de financiamento de atraso. Por sua vez, o valor classificado em 'Controladas' refere-se à comissão cobrada pela TTSCD em decorrência da emissão do produto de capital de giro (Techfin paga TTSCD).			
<sup>3</sup> Referem-se aos valores a pagar para a Supplier Administradora de Cartões S.A. referentes os contratos financiados pela TTSCD. Os valores são repassados em até dois dias úteis.			
<sup>4</sup> Referem-se aos pagamentos recebidos pelos clientes oriundos de operações que já foram cedidas aos adquirentes mencionados, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil.			
<sup>5</sup> Referem-se a provisão dos valores dos planos de remuneração de longo prazo dos colaboradores com base no valor das ações da TOTVS S.A.			
<sup>6</sup> Refere-se ao resultado das cessões de crédito realizadas junto ao Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Supplier). As condições de negociação obedecem a taxa mínima de cessão prevista no regulamento do fundo, sendo a taxa revisada a cada 45 dias, conforme reuniões do COPOM e alterações na taxa SELIC.			
<sup>7</sup> No semestre, os valores registrados com partes relacionadas totalizam R\$ 481 negativos com a Supplier (coligada), referentes ao convênio de rateio intercompany vigente à época, R\$ 253 negativos com a Techfin (controladora), relativos ao rateio intercompany, e R\$ 68 negativos com a TOTVS (controladora indireta), correspondentes ao resultado das provisões de incentivo de longo prazo. No exercício, os montantes são de R\$ 1.041 negativos com a Supplier, R\$ 448 negativos com a Techfin e R\$ 83 positivos com a TOTVS, conforme as naturezas mencionadas anteriormente.			
<b>b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:</b> A remuneração atribuída à Diretoria da TTSCD no período corresponde a:			
	<b>2º semestre</b>	<b>31/12/2025</b>	
Honorários da Administração	(328)	(657)	

**Diretoria**  
Reinaldo Agostinho Junior

**Contadora**  
Betânia Batista Santos Oliveira – CRC 1SP 320.074/O-3

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos administradores e acionistas da **TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A.** | São Paulo-SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "TTSCD"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "TTSCD"), em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº "3.g" às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de março de 2026.

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP 014.428/O-6

**Marco Antonio Pontieri**  
Contador CRC 1SP 153.569/O-0

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

**Contato: (11) 3361-8833**

**Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

# DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Compuway Comercial e Serviços S.A.

CNPJ/ME nº 54.969.134/0001-44 - NIRE: 35.300.470.796

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em Reais)

Table with multiple columns: Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Includes detailed financial data and explanatory notes.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal



		2025		2024	
<b>13. Receita líquida:</b>					
Receita Bruta		24.553.007	21.383.702		
Impostos sobre serviços		(1.750.531)	(1.511.876)		
		<b>22.802.476</b>	<b>19.871.826</b>		
Modelo de Negócio Performance		9.133.591	19.871.826		
Modelo de Negócio Medição		10.808.647	-		
		<b>19.942.238</b>	<b>19.871.826</b>		
<b>14. Custos dos serviços prestados:</b>					
Prestação de serviços		(510.405)	(781.721)		
Prestação de serviços em Consórcios		(8.059.501)	(10.642.278)		
		<b>(8.569.906)</b>	<b>(11.423.999)</b>		
Pessoal, e Encargos Sociais		(212.890)	(446.441)		
Prestação de Serviços		(247.621)	(263.075)		
Veículos		(9.543)	(9.948)		
Administrativas		(40.350)	-		
Demais custos		-	(49.813)		
Materiais Aplicados em Obras		(8.059.501)	(10.654.722)		
		<b>(8.569.906)</b>	<b>(11.423.999)</b>		
<b>15. Resultado financeiro:</b>					
Rendimento de Aplicação Financeira		134.809	116.219		
Juros pagos a bancos, fornecedores e tributos		(1.477.742)	(1.542.415)		
(+/-) Ajuste a Valor Presente		(2.860.238)	-		
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>(4.203.171)</b>	<b>(1.426.196)</b>		
<b>16. IRPJ e CSLL:</b> Para os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia adotou o lucro presumido tributando as receitas auferidas por regime de caixa, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente e pelas alíquotas regulares de 15%, acrescida de adicional de 10% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. A Companhia tem apurações por contratos, sendo contratos tributados com base de cálculo de 8% e contrato com base de cálculo em 32% para apuração do IRPJ, contrato tributados com base de cálculo de 12% e contrato com base de cálculo de 32 para apuração da CSLL: <b>a. Despesa de IRPJ e CSLL corrente:</b>					
Receita de serviços		9.727.213	14.964.055		
Demais receitas		900	10.687		
Base de cálculo da CSLL		1.168.166	1.806.374		
(-) CSLL		9%	9%		
		<b>(105.135)</b>	<b>(162.574)</b>		
Base de cálculo do IRPJ		1.318.154	1.207.812		
(=) IRPJ 15% + Excedente 10%		<b>(170.769)</b>	<b>(277.610)</b>		
(=) Despesa de IRPJ e CSLL corrente		<b>(275.904)</b>	<b>(440.184)</b>		
<b>b. Despesa de IRPJ e CSLL diferida:</b>					
Diferenças temporárias		5.026.171	10.219.201		
Base de cálculo da CSLL		402.094	817.536		
(-) CSLL		9%	9%		

que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações. **Risco de taxa e juros:** O caixa e os equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Considerando-se os fluxos de caixa dos passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera que o aumento do CDI e da Selic é o único risco a qual está exposta. **18. Seguros (não auditado):** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia adota um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações:

Cobertura	R\$	Vigência
Responsabilidade civil para os administradores	1.000.000	31/10/2026
Responsabilidade civil para obras	1.000.000	31/10/2026

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

A Diretoria	
Carlos J. T. Berenhauser	- Diretor Presidente
Eduardo Cerquetani	- Diretor Financeiro
Thais Luz Fernandes	- CRS SP 1SP 338.313/0-4

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

# DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Enops Engenharia S.A.

CNPJ/ME nº 69.183.143/0001-82 - NIRE 35.300.372.212

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em Reais)

Table with multiple columns: Balanços patrimoniais, Demonstrações das mutações do patrimônio líquido, Demonstrações dos fluxos de caixa, Demonstrações do resultado, Demonstrações do resultado abrangente, Notas explicativas da Administração, and Contratos de Medição. Includes sub-sections for 'Contexto operacional' and 'Participação em Sociedade em Conta de Participação'.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal



**Enops Engenharia S.A.**

de Engenharia onde a receita/remuneração é obtida em função do resultado de uma meta atingido. As fases para execução do Contrato de Performance são: **i. Implantação:** nesta fase é implantado e executado todo o escopo obrigatório e necessário para atingir as metas contratuais salvo critério definidos no Edital de Licitação. **ii. Apuração:** nesta fase, após implantado e executado todo o escopo obrigatório e necessário para atingir as metas contratuais, é apurado durante o período definido a manutenção dos resultados obtidos, nesta fase há critérios para emissão de notas fiscais parciais. **iii. Remuneração Fixa:** nesta fase, com a permanência dos resultados obtidos, o saldo contratual é medido e faturado pelo restante do prazo do Contrato. Reconhecimento da Receita para este tipo de Contrato, está descrita no Item 2.2.11. **(b)** Contrato de Remuneração por Preço Unitário: Contratos de Engenharia onde a receita/remuneração é realizada por meio da execução mensal por medições dos serviços. Atividades executadas. **(c)** Notas Fiscais Emitidas: Após reconhecimento das receitas dos contratos de remuneração por performance ou por medição, quando efetivamente emite a nota fiscal é feito o estorno da conta de Clientes por remuneração por performance ou medição, e contabilizada como notas fiscais emitidas. **5. Impostos a recuperar:**

	2025	2024
IRPJ	129.512	1.708.390
CSLL	126.716	1.180.696
INSS	98.614	241.017
SALDO NEGATIVO CSLL (a)	1.674.709	1.136.442
SALDO NEGATIVO IRPJ (a)	493.610	1.258.647
IRRF	1.210.597	384.899
PIS NÃO CUMULATIVO		3.217
PIS	67.130	131.152
COFINS NÃO CUMULATIVO		15.313
COFINS	336.044	609.498
<b>Total</b>	<b>4.136.932</b>	<b>6.669.271</b>

(a) Saldo negativo referente a Impostos retidos na base de 2024 reconhecidos na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) com a finalidade de Restituição sendo ela financeira ou pela Compensação de Impostos a Recolher.

**6. Conta corrente com consorciadas:**

	2025	2024
Consortícios		
Ativo Circulante		
Ativo Não Circulante		
Passivo Circulante		
Passivo Não Circulante		
<b>Total</b>	<b>2.452.149</b>	<b>- 5.778.524</b>

**Consortícios**

	%	2025	2024
Cons. Revitaliza Pampulha (b)	40	-	19.484
Cons. Eficiência em Esgoto (b)	33	-	114.418
Cons. Global Interlaços (b)	40	1.217.232	-
Cons. Perf. Verdagg (b)	16	1.265	-
Cons. Otimização Leste (b)	50	21.878	-
Cons. Bel Pirajá (b)	33	15.085	-
Cons. Bel Cabula (b)	33	-	992.634
Cons. Paraíso (b)	33	41.885	-
Cons. EG Perf Centro (b)	50	-	1.709
Cons. EG Perf. Santo André (b)	50	5.729	-

**Consortícios**

	%	2025	2024
Cons. Perf. BH (b)	25	5.903	-
Cons. Verg (b)	33	1.222	-
Cons. EnoLog (b)	50	-	279.192
Cons. DMC CE (b)	50	1.471	-
Cons. Enotech (b)	50	-	4.673
Cons. Despoluir (b)	50	12.732	-
Cons. Perf. Vila Formosa (b)	25	5.736	-
Cons. Vidágua (b)	25	-	75.061
Cons. ERD Guarujá (b)	30	-	434.80
Cons. Campo Belo (b)	25	16.549	-
Cons. Floresta (b)	50	-	34.483
Cons. UML (b)	50	-	920.387
Cons. Otimiza Tiete 8B(b)	45	-	372.672
SCP ENOPS, Leão e Barcino -C)	3	1.105.463	-
SCP Leão, Barcino e Enops(c)	50	-	1.580.344
Cons. Terra Preta (b)	59	-	948.644
<b>Total</b>		<b>2.452.149</b>	<b>- 5.778.524</b>

**Consortícios**

	%	2025	2024
Tubarão (a)	33	324.013	-
Cons. Meta (b)	40	4.833	-
Cons. Melhor Performance (b)	40	12.015	-
Cons. Perdaz Guarujá (b)	30	4.256	-
Cons. Verdagg (b)	16	2.340	-
Cons. Perf. Ermelino (b)	25	18.903	-
Cons. Perf. Itaim (b)	25	413	-
Cons. Otimização Leste (b)	50	22.177	-
Cons. Bel Pirajá (b)	33	398.874	-
Cons. Bel Cabula (b)	33	-	815.933
Cons. Paraíso (b)	33	177.366	-
Cons. Perfor. Grajaú (b)	33	8.849	-
Cons. EG Perf Centro (b)	50	-	599
Cons. EG Perf. Santo André (b)	50	11.026	-
Cons. Perf. BH (b)	25	12.767	-
Cons. Verg (b)	33	3.102	-
Cons. EnoLog (b)	50	-	204.344
Cons. DMC CE (b)	50	12.277	-
Cons. Enotech (b)	50	-	18.293
Cons. Despoluir (b)	50	15.177	-
Cons. Perf. Vila Formosa (b)	25	-	26.381
Cons. Vidágua (b)	25	-	29.797
Cons. ERD Guarujá (b)	30	-	863.439
Cons. Renovar (b)	33	9.776	-
Cons. Campo Belo (b)	25	-	7.337
Cons. Floresta (b)	50	-	318.846
Cons. Mooca (b)	50	-	52
Cons. Terra Preta (b)	59	612.199	-
<b>Total</b>		<b>1.650.364</b>	<b>- 2.285.023</b>

(a) As participações em consórcios são refletidas nas demonstrações contábeis de acordo com o percentual de participação da Companhia (nota 1.2); (b) Saldos a receber e a pagar de Consórcios para atividades operacionais com custo compartilhado (nota 1.3); (c) Participação em SCP conforme (nota 1.4). **7. Partes relacionadas:**

	2025	2024
MPEN SPE 5 Terreno (b)	1.170.000	-
MPEN SPE 2 (a)	1.265.850	1.264.850
MPEN SPE 3 (a)	668.150	208.150
Via Sul (a)	-	500.000
Mpen 5 (b)	1.085.550	1.773.301
MPEN SPE 4 (a)	20.000	-
Consortio Inteira 6 a (a)	1.634.596	-
Contrato Mutuo (Compuway)(c)	4.615.334	-
Cons. Tubarão	-	639.701
<b>Total</b>	<b>10.459.480</b>	<b>4.386.002</b>

**Circulante**

	2025	2024
Circulante	4.738.196	4.386.002

**8.1. Informações das investidas:**

Investida	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação
MPEN SPE 2	979.080	2.817.654	50%
MPEN SPE 3	(190.316)	(1.650)	50%
MPEN SPE 5	185.345	424.379	50%
<b>Total</b>	<b>974.110</b>	<b>3.240.383</b>	

**8.2. Movimentação dos investimentos:**

Investida	Saldo inicial	Aumento/Redução de capital/Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo final
MPEN SPE 2 (a)	497.902	(8.362)	1.139.616	1.629.156
MPEN SPE 3 (a)	(91.666)	40.328	(18.514)	(69.853)
MPEN SPE 5 (a)	(134.218)	250	212.189	78.221
<b>Total</b>	<b>553.810</b>	<b>32.216</b>	<b>1.333.291</b>	<b>1.637.525</b>

(a) MPEN investida para empreendimentos de incorporação imobiliária.

**9. Imobilizado:**

Descrição	% Taxa	2025	2024
Máquinas e equipamentos	10	9.448.872	5.294.948
Veículos	20	9.160.192	704.873
Benefeitorias na sede	20	417.196	417.196
<b>Total</b>		<b>19.026.260</b>	<b>6.417.017</b>

(-) Depreciação acumulada (3.637.422) (2.181.062)

(=) Imobilizado Líquido 15.388.838 4.235.955

A movimentação do imobilizado e da depreciação acumulada está apresentada a seguir:

	2024	Adições	Baixas	2025
Máquinas e equipamentos (a)	5.294.948	4.153.924	-	9.448.872
Veículos	704.873	8.456.891	(1.572)	9.160.192
Benefeitorias na sede (b)	417.196	3.950	(3.950)	417.196
<b>Total</b>	<b>6.417.017</b>	<b>12.614.765</b>	<b>(5.522)</b>	<b>19.026.260</b>

**Depreciação acumulada**

	2024	Adições	2025
Máquinas e equipamentos(a)	(1.460.915)	(664.931)	(2.125.847)
Benefeitorias na sede (b)	(36.715)	(238.164)	(274.879)
Veículos	(683.432)	(553.264)	(1.236.697)
<b>Total</b>	<b>(2.181.062)</b>	<b>(1.456.360)</b>	<b>(3.637.422)</b>

(a) Venda de Imobilizado, ao final do contrato a titularidade do equipamento será transferida a sua totalidade; (b) Reforma da nova sede da Companhia. **10. Tributos Diferidos:**

	2025	2024
Ativo:		
Base de Prejuízo Fiscal	58.226.278	37.828.303
IRPJ	14.556.569	9.457.076
CSLL	5.240.365	3.404.547
<b>Total</b>	<b>19.796.934</b>	<b>12.861.623</b>
Passivo:		
Base Diferenças Temporárias	126.585.642	57.220.385
IRPJ	31.646.411	14.305.096
CSLL	11.392.708	5.149.835
<b>Total</b>	<b>43.039.118</b>	<b>19.454.931</b>

PIS e COFINS 7.014.471 9.985.286

**Total** 30.256.655 8.578.594

**11. Empréstimos e financiamentos:**

	2025	2024
Banco Itaú Nassau (a)	-	15.940.625
Banco Desenvolve SP (b)	42.592.321	19.535.654
Banco do Brasil (c)	12.330.189	4.673.357
Banco Bradesco (d)	15.985.743	3.792.521
<b>Total</b>	<b>70.908.251</b>	<b>43.942.157</b>

**Circulante**

	2025	2024
Circulante	30.516.563	21.415.983
Não circulante	40.401.670	22.526.174
(a) Corresponde a operação 4131 com taxa de juros de 4,23% ao ano operação líquida e recontraída pelo Bradesco; (b) Capital para investimento no Contrato ERD Guarujá com taxa de juros de 2,75% ao ano + Selic; (c) Corresponde a operação 4131 com taxa de juros de 6,7% ao ano pelo Banco do Brasil; (d) Capital para investimento 4131 com taxa de juros de efetivo de que varia entre 5,37% a 17,47% ao ano;		

**Vencimento por exercício**

	2026	2027	2028
2026	30.516.563	-	-
2027	7.382.605	-	-
2028	7.382.606	-	-
2029	7.382.606	-	-
2030	6.084.617	-	-
2031	6.084.617	-	-
2032	6.084.617	-	-
<b>Total</b>	<b>70.918.232</b>	<b>37.980.481</b>	

**Movimentação financeira:**

	2025	2024
Saldo Inicial	43.942.157	37.980.481
(+) Captações	52.133.319	34.200.000
(-) Conta garantida	-	-
(+) Conta garantida	679.078	-
(-) Pagamento de principal	(25.167.225)	(28.917.402)
(-) Pagamento de juros no exercício	(6.089.338)	(1.040.478)
(+) Provisão dos juros do exercício	6.089.338	1.040.478
(-) Pagamento Variação Cambial exercício	(1.043.640)	-
(+) Provisão Variação Cambial exercício	1.043.640	-
<b>Saldo final</b>	<b>70.918.232</b>	<b>37.980.481</b>

**12. Debêntures:**

	Encargos	2025	2024
Debentures 1ª. Série (a)	4% ao ano + CDI	2.063.456	-
Debentures 3ª. Série (a)	5,3% ao ano + CDI	3.133.294	4.640.658
<b>Total</b>		<b>3.133.294</b>	<b>6.704.114</b>

**2025** **2024**

	2025	2024
Circulante	2.230.856	3.705.284
Não circulante	902.438	2.998.830
<b>Total</b>	<b>3.133.294</b>	<b>6.704.114</b>

(a) Debentures Simples, Não Conversível em Ações, com Garantia Real e Fidejussória, emitida pela Mauá Capital, nas seguintes condições: **I.** 1ª. Série no valor de R\$ 8.670.000,00 emitida e recurso liberado, com garantia do fluxo de recebíveis do Contrato Sabesp Ermelino Matarazzo, taxa de juros de 4% aa + CDI e prazo de 38 meses; **ii.** 3ª. Série no valor de R\$ 6.786.000,00 emitida, mas ainda não liberada, para o Projeto e Garantia do fluxo de recebíveis do Contrato Sabesp Vila Formosa, taxa de juros de 5,30% aa + CDI e prazo de 60 meses; **iii.** **Garantia Real:** fluxo de Recebíveis do Contrato Sabesp Ermelino Matarazzo, Vila Formosa, e durante o período da implantação do escopo do Contrato Vila Formosa o fluxo de recebíveis do Contrato Itaim foi dado em garantia. **Garantia Adicional do Aval dos Acionistas.** **iv. Cláusulas Restritivas:** **a. Razão Garantia Valores a Liberar:** calculada para a 1ª. Série e 2ª. Série e para a 3ª. Série, relação entre o valor presente do fluxo remanescente de direitos creditórios da respectiva série, descontado pela remuneração da respectiva série de debentures e a soma do saldo devedor da respectiva série de debentures não seja inferior a razão de 1x (uma vez) para a 1ª. Série e não seja inferior a razão de 1,5x (um inteiro e cinco décimos) para a 2ª. Série; **b. Razão Garantia Parcela:** calculada para 1ª Série e 2ª. Série e para a 3ª. Série, relação entre o fluxo mensal de direitos creditório e o valor da parcela subsequente da respectiva série da debentures não seja inferior a razão de 1x (uma vez) para a 1ª. Série e não seja inferior a razão de 1,1x (um inteiro e um décimos) para a 2ª. Série. Todos os convenients, informações e prestações de contas estão adimplentes.

**Vencimento por exercício**

	2026	2027	2028
2026	2.230.856	-	-
2027	613.477	-	-
2028	288.961	-	-
<b>Total</b>	<b>3.133.294</b>		

**Movimentação financeira:**

	2025	2024
Saldo Inicial	6.704.114	15.861.217
(+) Captações	-	-
(-) Conta garantida	-	-
(+) Conta garantida	-	-
(-) Pagamento de principal	(3.570.820)	(9.157.103)
(-) Pagamento de juros no exercício	(813.174)	(1.543.051)
(+) Provisão dos juros do exercício	813.174	1.543.051
<b>Saldo final</b>	<b>3.133.294</b>	<b>6.704.114</b>

**13. Obrigações trabalhistas e sociais:**

	2025	2024
Salários a pagar	964.925	702.528
Encargos sociais a pagar	261.642	197.373
IRRF a recolher	407.179	307.583
Férias e encargos a pagar	2.480.516	1.961.076
Outros	575.898	48.120
<b>Total</b>	<b>4.690.159</b>	<b>3.216.682</b>

**14. Obrigações tributárias:**

	2025	2024
Circulante		
Tributos		
PIS a recolher	244.823	128.800
COFINS a recolher	1.132.802	596.192
CSLL a recolher	50.741	293.918
IRPJ a recolher	-	577.508
ISS a recolher	674.421	129.416
Tributos Diferidos	1.186.305	-
CPREB a recolher	221.308	290.477
Impostos retidos de terceiros	63.645	35.612
<b>Total</b>	<b>2.387.740</b>	<b>3.238.228</b>

**15. Adiantamento de Clientes:**

	2025	2024
Circulante		
CT Sabesp integra Tiete 8B (a)	6.720.121	-
Total de adiantamento de Clientes	<b>6.720.121</b>	

(a) Valor será amortizado conforme emissão de notas fiscais do contrato 00839/24, conforme Clausula 9.1 do contrato com a Companhia de Saneamento de São Paulo pagamento antecipado correspondente a 20% do preço global. **16. Contratos Onerosos:** A Companhia avalia periodicamente seus contratos vigentes com o objetivo de identificar possíveis contratos onerosos, conforme definição do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Um contrato é considerado oneroso quando os custos inevitáveis para cumprir as obrigações contratuais excedem os benefícios econômicos esperados de sua execução. A Companhia reconheceu um montante de R\$ 1.984.884 no exercício de 2025 a provisão é revisada a cada encerramento de exercício, ajustada conforme mudanças nas estimativas e revertida quando o contrato deixa de ser oneroso. **17. Provisões para demandas judiciais:** As provisões são reconhecidas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. **a)** A Companhia possui provisão no montante de R\$ 500.000 (R\$ 311.000 em 2024), considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. **b)** A Companhia possui um montante de R\$ 7.220.058 (R\$ 3.145.619 em 2024) relacionado a processos com probabilidade de perda possível. **c)** Do valor total de processo com probabilidade de perdas possível, um processo tributário referente a IRPJ e CSLL do lucro presumido que totaliza R\$ 5.375.486 que já está em análise pelo CARF. **18. Patrimônio líquido:** • **Capital social:** o capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 20.000.000,00 representado por 20.000.000 de ações ordinárias. (Vinte milhões) de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1 totalizando R\$ 20.000.000 (quize milhões); Em 31 de dezembro de 2025 ocorreu aumento do Capital social em R\$ 20.000.000 totalmente integral

OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

CNPJ nº 30.914.898/0001-74

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Subscrito	A integralizar	Capital social		Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Resultado Acumulado	Total Patrimônio Líquido
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24				Integralizado	Debituras Conv. Ações					
<b>Circulante</b>															
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.042	18.126	205.518	44.965				187.471	257.973	32.186	116.399		594.029	
Aplicações financeiras	5	-	-	-	3.510				257.973	(257.973)	-	-		-	
Contas a receber	6	-	-	53.227	73.235			8.228	8.228	-	-	-		8.228	
Ativo financeiro	8	-	-	159.173	129.513			4.302	4.302	2.135	-	-		6.437	
Impostos a recuperar	7	3.974	4.069	25.536	24.262			(230.000)	(230.000)	-	-	-		(230.000)	
Partes relacionadas	28	553	951	-	-			-	-	-	-	(116.399)		(116.399)	
Dividendos a receber	10	42.541	60.903	-	-			-	-	-	-	(42.294)		(42.294)	
Adiantamento a fornecedores	9	81	81	6.498	1.556			-	-	-	8.051	(8.051)		161.023	
		52.191	84.130	449.952	277.041			-	-	-	-	(38.243)		(38.243)	
<b>Não circulante</b>															
Impostos a recuperar	7	666	5.012	80.546	91.660				227.974	-	2.135	40.237		342.781	
Aplicações financeiras	5	-	-	-	200				-	-	2.557	-		51.131	
Ativo financeiro	8	-	-	669.452	637.991				-	-	-	36.430		-	
Adiantamento a fornecedores	9	96	96	2.875	576				-	-	-	(12.144)		(12.144)	
		762	5.108	752.873	730.427				227.974	-	2.135	42.794		108.865	
Investimentos	10	517.456	495.642	-	-				-	-	-	-		381.768	
Direito de uso		-	-	2.451	-				-	-	-	-		-	
Imobilizado		936	824	3.083	3.360				-	-	-	-		-	
Intangível	11	557	862	221.859	249.714				-	-	-	-		-	
<b>Total do ativo</b>		<b>571.902</b>	<b>586.566</b>	<b>1.430.218</b>	<b>1.260.542</b>										
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>															
<b>Circulante</b>															
Fornecedores	12	419	332	25.594	30.267										
Fornecedores - confirming	12	-	-	29.337	24.038										
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	8.760	8.042										
Debêntures	14	-	-	62.763	68.429										
Dividendos a pagar	19	50.387	38.243	50.387	38.243										
Partes relacionadas	28	14.310	16.000	-	-										
Obrigações trabalhistas		5.112	3.976	11.943	10.605										
Impostos e contribuições a recolher	15	399	557	12.539	9.687										
IRPJ e CSLL a recolher	15	-	-	5.033	2.281										
Outros passivos	18	274	220	330	483										
		70.901	59.328	206.686	192.075										
<b>Não circulante</b>															
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	40.232	46.584										
Debêntures	14	-	-	543.038	412.215										
Partes relacionadas	28	118.395	184.000	-	-										
Impostos e contribuições a recolher	15	-	-	246	534										
IRPJ e CSLL diferidos	16	-	-	225.367	223.636										
Impostos diferidos	16	-	-	31.653	41.900										
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	-	-	390	360										
Outros passivos	18	838	457	838	457										
		119.233	184.457	841.764	725.686										
<b>Patrimônio líquido</b>															
Capital social	19	227.974	227.974	227.974	227.974										
Reserva de capital		2.135	2.135	2.135	2.135										
Reserva legal		42.794	40.237	42.794	40.237										
Reserva de lucros		108.865	72.435	108.865	72.435										
		381.768	342.781	841.764	342.781										
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>571.902</b>	<b>586.566</b>	<b>1.430.218</b>	<b>1.260.542</b>										

  

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
Atividade	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24		31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
<b>Receita líquida dos serviços prestados</b>	20	11.712	11.225	478.357	414.274					
Custo de serviço prestado	21	(3.695)	(2.246)	(209.744)	(156.795)					
<b>Lucro bruto</b>		<b>8.017</b>	<b>8.979</b>	<b>268.613</b>	<b>257.479</b>					
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>										
Gerais e administrativas	21	(21.001)	(35.209)	(92.661)	(102.912)					
Resultado de equivalência patrimonial	10	99.803	218.644	-	-					
Outras despesas operacionais	22	(9.617)	(9.598)	(8.952)	90.027					
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>77.202</b>	<b>182.816</b>	<b>167.000</b>	<b>244.594</b>					
Receita financeira	23	2.145	4.255	31.492	29.519					
Despesa financeira	23	(31.487)	(29.319)	(102.518)	(61.979)					
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	23	<b>(29.342)</b>	<b>(25.064)</b>	<b>(71.026)</b>	<b>(32.460)</b>					
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>		<b>47.860</b>	<b>157.752</b>	<b>95.974</b>	<b>212.134</b>					
Corrente	24	-	-	(34.651)	(29.479)					
Diferido	24	3.271	3.271	(10.192)	(21.632)					
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>51.131</b>	<b>161.023</b>	<b>51.131</b>	<b>161.023</b>					
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES</b>										
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>51.131</b>	<b>161.023</b>	<b>51.131</b>	<b>161.023</b>					
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-					
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>51.131</b>	<b>161.023</b>	<b>51.131</b>	<b>161.023</b>					

  

**ECONSOLIDADAS: 3.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 3.7. As mudanças nas políticas contábeis materiais estão descritas na nota explicativa 3.8. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração em sua gestão. **3.2 Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **3.3 Continuidade operacional:** A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira da Companhia e tem, na data da aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para a sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **3.4 Base de consolidação:** Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As entidades que fazem parte dessa estrutura de consolidação são aquelas descritas anteriormente na nota explicativa nº 2. **3.5 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3.6 Uso de julgamento e estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir: **3.6.1 Avaliação dos instrumentos financeiros:** A nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros. **3.6.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 17. **3.6.3 IRPJ e CSLL diferidos ativos:** São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho. **3.6.4 Perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. **3.7 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.7.1 Caixa e equivalência de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **3.7.2 Contas a receber:** Representa os saldos a receber contratualmente previstos junto aos Poderes Concedentes referente às contraprestações mensais que suas controladas, ONM Health e OZN Health, passaram a fazer jus após o início das operações, bem como, os saldos a receber dos serviços prestados pela controlada Opy Serviços. **3.7.3 Impostos a recuperar:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação da Controlada ONM Health, OZN Health e ODR Health. Os referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida que são adquiridos insussumos para execução dos serviços de construção e operação Adicional-

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



### OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

realiza contratação de serviços e realiza compras apoiado em sua política de compras. **Confirming** Os fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "Fornecedores – confirming". **3.7.10 Empréstimos e Financiamentos:** Os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro é feita quando a Companhia tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os financiamentos estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. **3.7.11 Arrendamentos e direito de uso:** A Companhia aplicou o expediente contábil com relação à definição de contrato de arrendamento e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação de equipamentos e da sede administrativa. A amortização é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. **3.7.12 Impostos a recolher:** Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias das controladas. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar. **3.7.13 IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais – base anual) para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de CSLL ou outros créditos fiscais não utilizados, sempre que permitido por legislação vigente, utilizam-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável. Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31/12/2025 e de 2024, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes a impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. **Despesas de IRPJ e CSLL corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos. **Despesas de IRPJ e CSLL diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de IRPJ e CSLL diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. O IRPJ e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos. **3.7.14 Reconhecimento das receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades, conforme descrição a seguir: **Receitas de operação:** Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão dos Hospitais das controladas da Companhia e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. Na entidade individual, referem-se às receitas de prestação de serviços administrativos e gestão estratégica prestados pela controladora, com o objetivo de remunerar atividades como (i) consultoria e assessoria para análise, elaboração, implementação e acompanhamento do projeto; (ii) planejamento, suporte e gestão estratégica de ativos, recursos internos e inovação institucional; (iii) apoio administrativo voltado à gestão operacional e empresarial; (iv) apoio na elaboração, aprovação e execução de diretrizes financeiras e orçamentárias; (v) orientação ao plano estratégico empresarial; e (vi) orientação sobre a condução da comunicação estratégica empresarial. **Receitas de remuneração do ativo financeiro:** São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 8, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior. **Receitas de construção:** Representam as receitas reconhecidas em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis dos Hospitais. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras ao final de cada período. **Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de empréstimos e financiamento e debêntures que a Companhia e suas controladas possuem. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida. Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **3.7.15 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um custo a receber de cliente sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente: a) Ativos financeiros:** Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, as operações de ativos financeiros são classificadas nas seguintes categorias: **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros; **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou **Valor justo por meio do resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima. Os ativos financeiros são revertidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) transferência de seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. **b) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo: **Custo amortizado:** principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou **Valor justo:** utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e aqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser revertido o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração. A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como uma reversão do valor reconhecido originalmente como passivo, e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **3.7.16 Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando se possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimado de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **3.8 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 01/01/2025. A sua adoção não trouxe impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intituladas Falta de convertibilidade A Companhia adotou as alterações à IAS 21, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam como avaliar se uma moeda é

### OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

convertível e como determinar a taxa de câmbio quando não for. O CPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBO). A Companhia adotou a orientação técnica OPC 10, pela primeira vez no exercício corrente. Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. **3.9 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização destas demonstrações financeiras a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir já emitidas e ainda não aplicáveis no exercício corrente. Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7 - Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. Vigente a partir de 01/01/2027. IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações: A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. Esta norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar às IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam a Normas Contábeis IFRS. A Companhia espera que suas subsidiárias possam beneficiar-se deste novo pronunciamento, entretanto, ainda está avaliando se os reguladores locais aprovarão a aplicação da IFRS 19. Exceto pelo IFRS 18, os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7) são: **Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica:** As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico. **Classificação de ativos financeiros - Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo:** As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG). **Ativos financeiros com características 'non-recourse':** As alterações aprimoram a descrição do termo 'non-recourse', em especial para especificar que um ativo financeiro possui características de 'non-recourse' quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. **Instrumentos contratualmente vinculados:** As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outros operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação. **Divulgações - Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os requisitos do IFRS 7 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período. **Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais:** As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2026, sendo permitida adoção antecipada. Se uma entidade optar por aplicar essas alterações em um período anterior, ela deverá: Aplicar todas as alterações ao mesmo tempo e divulgar esse fato; ou - Aplicar apenas as alterações relacionadas à classificação de ativos financeiros para esse período anterior e divulgar esse fato. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com a IAS 8, com exceções específicas. **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa é como segue:  

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/25
Caixa	-	1
Bancos	23	30
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	5.019	18.096
<b>Total</b>	<b>5.042</b>	<b>18.126</b>

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") remunerados a uma taxa média (12 meses) de aproximadamente 103,91% do CDI em 31/12/2025 (99,00% do CDI em 31/12/2024). Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2). **5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** A composição do saldo apresentado de aplicações financeiras é como segue:  

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
BASA	-	2.541
Banco Santander	-	1.169
<b>Total</b>	-	<b>3.710</b>
Circulante	-	3.510
Não circulante	-	200

O saldo refere-se a títulos de capitalização junto à instituição financeira, os quais foram inteiramente resgatados. **6. CONTAS A RECEBER:** Referem-se aos saldos a receber mensais dos contratos de prestação de serviços junto aos órgãos públicos e clientes privados, com vencimento mensal. Estes recebimentos são realizados mensalmente e estão de acordo com o contrato de concessão com o poder concedente ou o contrato de prestação de serviços de gestão administrativa.  

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SES-AM) - (a)	38.405	46.300
Prefeitura de Belo Horizonte - (b)	11.314	10.720
Sociedade Beneficente Israelita Brasileira (c)	3.438	16.163
Outros	70	52
<b>53.227</b>	<b>73.235</b>	<b>73.235</b>

Ajuste a valor presente - - - **3.710**  
Circulante 53.227 73.235  
a) Refere-se às contas a receber junto à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - SES-AM decorrentes da contraprestação mensal, conforme Contrato de Concessão nº 061/2013. b) Refere-se às contas a receber junto à Prefeitura de Belo Horizonte, conforme o contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro gerido pelo ONM Health S.A. c) Refere-se às contas a receber da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein em decorrência de serviços prestados pela Opy Serviços no Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia e no Hospital Urgências de Goiás. A Administração da Companhia e suas Controladas, revisa a cada fechamento contábil o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais. O saldo a receber, classificado pelo prazo de vencimento em 31/12/2025 e 31/12/2024, está distribuído conforme demonstrado a seguir:  

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Valores a Vencer	52.779	62.626
Vencidos	-	-
De 1 a 30 dias	-	13
De 31 a 60 dias	31	-
Acima de 60 dias (i)	47	10.596
<b>53.227</b>	<b>73.235</b>	<b>73.235</b>

No Ane de 2024 ocorreu o recebimento de 3 de 4 contraprestações, que estavam em discussão com SES-AM através de protocolos e ofícios. Em 2025, foi recebida a última contraprestação pendente no valor de R\$ 10.179. O saldo remanescente será recebido até 31/12/2026. A Companhia não possui expectativa de perda em relação a seus recebíveis em 31/12/2025. **7. IMPOSTOS A RECUPERAR:**

### OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:  

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
PIS/COFINS (a)	76	90.266
IRPJ / CSLL - Opy Serviços (b)	-	488
IRPJ / CSLL - ONM Health (b)	-	457
IRPJ / CSLL - OZN Health (b)	-	3.192
IRPJ / CSLL - ODR Health (b)	-	88
IRPJ / CSLL - Controladora (c)	1.060	5.012
IRRF - juros sobre capital próprio	2.850	2.850
IRRF - sobre aplicações financeiras	256	826
IRRF - sobre prestação de serviços	140	196
Outros	258	121
<b>4.640</b>	<b>9.081</b>	<b>106.082</b>

9.801 106.082 115.922  
3.974 4.069 25.536 24.262  
666 5.012 80.546 91.660

(a) O montante refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS reconhecidos ao longo de 2024 pela OZN. Em maio de 2020, a Companhia, por meio da sua subsidiária OZN, ingressou com ação judicial visando à suspensão da incidência de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, com fundamento na tese de que as atividades da OZN estariam abrangidas pelos benefícios fiscais aplicáveis à Zona Franca de Manaus. Em novembro de 2024, foi proferida decisão favorável à OZN, em trânsito em julgado. Em decorrência disso, os valores de PIS e COFINS recolhidos no período de 2017 a 2022 foram reconhecidos como crédito tributário, passível de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, nos termos da legislação aplicável. (b) Refere-se a impostos retidos sobre serviços prestados e saldos negativo de impostos pagos antecipadamente de IRPJ/CSLL por estimativa, IRRF sobre aplicações financeiras e prestações de serviços. (c) Refere-se a créditos de saldo negativo apurados. **8. ATIVO FINANCEIRO:** Refere-se às parcelas de valores a receber decorrentes dos contratos de concessão assinados com os respectivos poderes concedentes: Prefeitura de Belo Horizonte (ONM Health S.A.), a Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - SES-AM (OZN Health SPE S.A.) e o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (ODR Health SPE S.A.). Os contratos de concessão foram classificados como ativo financeiro, uma vez que conferem a Companhia e às suas controladas direito incondicional de receber caixa diretamente dos Poderes Concedentes, pelo prazo de 20 anos (no caso de ONM e OZN) e 30 anos (no caso de ODR), em conformidade com as interpretações técnicas IPC O1 - Contrato de Concessão e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. A Companhia e suas Controladas têm a intenção de manter esses ativos durante todo respectivo prazo de concessão, de modo a receber os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.  

	ONM Health	OZN Health	ODR Health	Consolidado
<b>Saldo em 01/01/2024</b>	<b>284.847</b>	<b>466.872</b>	-	<b>751.719</b>
Remuneração (45.094) (95.362) - - - (140.456)	42.278	96.644	-	138.922
Atualização monetária do ativo financeiro (a), (b) e (c)	8.982	8.337	-	17.319
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>291.013</b>	<b>476.491</b>	-	<b>767.504</b>
Curto prazo	46.635	82.877	-	129.513
Longo prazo	244.377	393.614	-	637.991
<b>Saldo em 01/01/2025</b>	<b>291.013</b>	<b>476.491</b>	-	<b>767.504</b>
Remuneração (48.617) (102.870) - - - (151.487)	45.514	108.290	704	154.508
Atualização monetária do ativo financeiro (a), (b) e (c)	6.856	10.307	40.937	58.100
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>294.766</b>	<b>492.218</b>	<b>41.641</b>	<b>828.625</b>
Curto prazo	50.258	108.915	-	159.173
Longo prazo	244.508	383.303	41.641	669.452

a) A ONM Health S.A. reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 10,75% ao ano, em conformidade com as disposições do respectivo Contrato de Concessão. Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente com base na cesta de índices de reajuste prevista no contrato de concessão. Esse reajuste foi de 5,47% em 2025 e 4,30% em 2024. b) A OZN Health S.A. reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 11,50% ao ano, em conformidade com as disposições do respectivo Contrato de Concessão. A taxa utilizada pela OZN Health SPE S.A. para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, inclusive saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor a época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurado por meio de metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM, cujo a composição observou valores à época da realização do investimento. Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente com base na cesta de índices de reajuste prevista no contrato de concessão. Esse reajuste foi de 6,39% em 2025 e 4,41% em 2024. c) A ODR Health S.A. reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 8,44% ao ano, em conformidade com as disposições do respectivo Contrato de Concessão. A taxa utilizada pela ODR Health SPE S.A. para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, inclusive saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor a época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurado por meio de metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM, cujo a composição observou valores à época da realização do investimento. Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro será atualizado anualmente com base na cesta de índices de reajuste prevista no contrato de concessão. Ressalta-se que não houve atualização até 30/12/2025, uma vez que o projeto se encontrava em fase de obras. Nesse período, conforme estabelecido contratualmente, não há pagamento de contraprestação pelo Poder Concedente. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48. Para exercício findo em 31/12/2025 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de impairment no ativo financeiro. **9. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES:** Os saldos de outros ativos podem ser assim demonstrados:  

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
Adiantamento a fornecedor (a)	-	9.373
Outros ativos	177	177
<b>177</b>	<b>177</b>	<b>9.373</b>

Circulante 81 81 6.498 1.556  
Não circulante 96 96 2.875 576

(a) O montante refere-se a pagamento realizado antecipadamente a fornecedor da ODR, atuante no segmento de construção civil, conforme condições contratuais acordadas entre as partes. Esse adiantamento tem como objetivo assegurar o cumprimento das condições contratuais e a continuidade do projeto, sendo que a execução dos serviços relacionados a esse pagamento é esperada ao longo dos próximos 17 meses. **10. INVESTIMENTOS:** Referem-se aos investimentos em controladas avaliadas por equivalência patrimonial. **10.1 Movimentação dos saldos / histórico da transação:**  

	Controladora	Consolidado
	31/12/25	31/12/24
<b>Saldo inicial</b>	<b>495.642</b>	<b>582.649</b>
Aporte de capital na ODR Health S.A	17.999	2.001
Constituição InfraserV S.A.	51	-
Amortização mais valia - OZN	(4.512)	(4.512)
Amortização mais valia - ONM	(1.834)	(1.834)
Recebimento de dividendos	(21.000)	(219.387)
Compensação dividendos	(40.738)	-
Dividendos propostos a receber (a)	(27.955)	(37.518)
Recebimento juros sobre capital próprio	-	(44.401)
Equivalência patrimonial	99.803	218.644
<b>Saldo final</b>	<b>517.456</b>	<b>495.642</b>

(a) O montante de dividendos propostos de 2025 referem-se aos dividendos mínimos do lucro líquido de exercícios da ONM Health, OZN Health e Opy Serviços, calculados nos termos do estatuto social e da lei societária brasileira. O pagamento de dividendos está condicionado às controladas terem disponibilidade de caixa. O saldo de dividendos a receber em 31/12/2025 é de R\$ 27.955. **10.2 Detalhes do saldo dos investimentos:**  

	Controladora	Consolidado							
	31/12/25	31/12/24							
<b>Informações financeiras resumidas das controladas em</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>							
	Patrimônio	Mais Amort. Resultado Equivalência Saldo							
	Ativo Passivo	mais Receita do pe- lência dos							
	líquido	mais valia bruta rido monial investi- mentos							
ONM Health	339.608	257.013	82.595	56.133	(10.701)	151.554	17.140	17.140	128.027
OZN Health	923.869	592.133	331.736	58.277	(25.191)	263.488	83.434	83.434	364.822
Opy Serviços	21.206	13.420	7.786	-	-	68.528	2.409	2.409	7.786
ODR Health	162.952	146.215	16.737	-	-	41.550	(3.213)	(3.213)	16.737
INFRA S&S	248	164	84	-	-	-	33	33	84
<b>99.803</b>	<b>517.456</b>	<b>495.642</b>	-	-	-	-	-	-	-

  

	Controladora	Consolidado							
	31/12/25	31/12/24							
<b>Informações financeiras resumidas das controladas em</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>							
	Patrimônio	Mais Amort. Resultado Equivalência Saldo							
	Ativo Passivo	mais Receita do pe- lência dos							
	líquido	mais valia bruta rido monial investi- mentos							
ONM Health	329.709	256.934	72.775	56.133	(8.866)	147.244	-	-	195.024
OZN Health	953.029	623.173	329.856	58.277	(20.679)	243.765	-	-	14.875
Opy Serviços	21.491	15.295	6.197	-	-	67.499	-	-	8.795
ODR Health	4.976	3.026	1.951	-	-	-	-	-	(50)
<b>218.644</b>	<b>495.642</b>	<b>495.642</b>	-	-	-	-	-	-	-

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal) do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



11. INTANGÍVEL: Intangível pode ser assim demonstrado:																																																																																																																																																																																																							
OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.																																																																																																																																																																																																							
de explorar economicamente a infraestrutura, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013. O valor é amortizado linearmente pelo prazo residual da concessão. (b) Montante de mais valia oriundo das aquisições das empresas ONM e OZN, as quais ocorreram, respectivamente, em 18/02/2020 e 29/05/2020. (c) Refere-se a gastos incorridos pela ODR, principalmente com consultorias no desenvolvimento e elaboração do projeto para a obtenção da concessão. A amortização será de acordo com o prazo da concessão. 12. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE CONFIRMING:																																																																																																																																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="3">Consolidado</th> <th colspan="3">Controladora</th> <th colspan="3">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Operações de Confirming (a)</td> <td></td> <td></td> <td>31.186</td> <td></td> <td></td> <td>25.338</td> <td></td> <td></td> <td>25.338</td> </tr> <tr> <td>Ajuste valor presente - Operações de confirming</td> <td></td> <td></td> <td>(1.849)</td> <td></td> <td></td> <td>(1.300)</td> <td></td> <td></td> <td>(1.300)</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores - terceiros</td> <td>419</td> <td>332</td> <td>25.594</td> <td>419</td> <td>332</td> <td>30.267</td> <td>419</td> <td>332</td> <td>54.931</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>419</b></td> <td><b>332</b></td> <td><b>54.931</b></td> <td><b>419</b></td> <td><b>332</b></td> <td><b>54.931</b></td> <td><b>419</b></td> <td><b>332</b></td> <td><b>54.305</b></td> </tr> </tbody> </table>													Consolidado			Controladora			Consolidado			31/12/25	31/12/24	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/24	Operações de Confirming (a)			31.186			25.338			25.338	Ajuste valor presente - Operações de confirming			(1.849)			(1.300)			(1.300)	Fornecedores - terceiros	419	332	25.594	419	332	30.267	419	332	54.931	<b>Total</b>	<b>419</b>	<b>332</b>	<b>54.931</b>	<b>419</b>	<b>332</b>	<b>54.931</b>	<b>419</b>	<b>332</b>	<b>54.305</b>																																																																																																																																	
	Consolidado			Controladora			Consolidado																																																																																																																																																																																																
	31/12/25	31/12/24	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/24																																																																																																																																																																																														
Operações de Confirming (a)			31.186			25.338			25.338																																																																																																																																																																																														
Ajuste valor presente - Operações de confirming			(1.849)			(1.300)			(1.300)																																																																																																																																																																																														
Fornecedores - terceiros	419	332	25.594	419	332	30.267	419	332	54.931																																																																																																																																																																																														
<b>Total</b>	<b>419</b>	<b>332</b>	<b>54.931</b>	<b>419</b>	<b>332</b>	<b>54.931</b>	<b>419</b>	<b>332</b>	<b>54.305</b>																																																																																																																																																																																														
(a) A companhia mantém convênios de confirming com instituições financeiras para gestão de seus compromissos junto a fornecedores estratégicos. Nessas operações, os fornecedores cedem seus direitos de recebimento às instituições financeiras, que realizam o pagamento antecipado dos títulos mediante aplicação de uma taxa de desconto de 1,34%, passando a ser credoras da operação até a liquidação final pela Companhia, mantidos os prazos e valores originalmente pactuados, de até 180 dias. As operações de confirming possuem condições comerciais específicas e, por essa razão, são classificadas como atividades de financiamento na demonstração do fluxo de caixa. Após revisão da composição da carteira, a Administração concluiu que não houve alteração nos prazos ou nas demais condições contratuais das obrigações com fornecedores. O principal objetivo dessas operações é oferecer aos fornecedores uma alternativa de antecipação de seus recebíveis, sem modificação substancial das condições comerciais originalmente estabelecidas com a Companhia.																																																																																																																																																																																																							
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: A composição dos saldos de obrigações com empréstimos e financiamentos, em 31/12/2025 e 31/12/2024 é demonstrada a seguir:																																																																																																																																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Instituição financeira</th> <th rowspan="2">Companhia</th> <th rowspan="2">Modalidade</th> <th rowspan="2">Data da captação</th> <th rowspan="2">Vencimento</th> <th rowspan="2">Juros e encargos (a.a.)</th> <th rowspan="2">Valor captado</th> <th colspan="3">Posição atualizada em</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BDMG</td> <td>ONM Health (a)</td> <td>Financiamento com garantia</td> <td>25/10/21</td> <td>25/08/31</td> <td>SELIC + 4,74%</td> <td>75.000</td> <td>46.563</td> <td>54.626</td> <td></td> </tr> <tr> <td>HP FINANCIAL</td> <td>ONM Health (b)</td> <td>Financiamento de ativo fixo</td> <td>01/03/25</td> <td>17/02/30</td> <td>14,79%</td> <td>2.915</td> <td>2.429</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>77.915</b></td> <td><b>48.992</b></td> <td><b>54.626</b></td> <td><b>8.042</b></td> </tr> </tbody> </table>												Instituição financeira	Companhia	Modalidade	Data da captação	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em			31/12/25	31/12/24	31/12/24	BDMG	ONM Health (a)	Financiamento com garantia	25/10/21	25/08/31	SELIC + 4,74%	75.000	46.563	54.626		HP FINANCIAL	ONM Health (b)	Financiamento de ativo fixo	01/03/25	17/02/30	14,79%	2.915	2.429									<b>77.915</b>	<b>48.992</b>	<b>54.626</b>	<b>8.042</b>																																																																																																																																																	
Instituição financeira	Companhia	Modalidade	Data da captação	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em																																																																																																																																																																																																
							31/12/25	31/12/24	31/12/24																																																																																																																																																																																														
BDMG	ONM Health (a)	Financiamento com garantia	25/10/21	25/08/31	SELIC + 4,74%	75.000	46.563	54.626																																																																																																																																																																																															
HP FINANCIAL	ONM Health (b)	Financiamento de ativo fixo	01/03/25	17/02/30	14,79%	2.915	2.429																																																																																																																																																																																																
						<b>77.915</b>	<b>48.992</b>	<b>54.626</b>	<b>8.042</b>																																																																																																																																																																																														
Circulante																																																																																																																																																																																																							
Os contratos de dívida junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), bem como os instrumentos que regem o Certificado de Recebíveis Imobiliário (CRI) - representados pela debênture que lastreia a operação (ver Nota Explicativa nº 14) - contém cláusulas de covenants financeiros que exigem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros dentro dos limites estabelecidos contratualmente. Os montantes apresentados na modalidade de financiamento de ativo fixo referem-se a captações para financiar a aquisição de ativos financeiros realizadas através de operações de arrendamento mercantil. Nesta categoria de financiamento, os próprios ativos adquiridos são dados em garantia à dívida. A movimentação dos financiamentos da controlada entre períodos findos em 31/12/2025 e de 2024, é como segue:																																																																																																																																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Instituição financeira</th> <th rowspan="2">Companhia</th> <th rowspan="2">31/12/25</th> <th rowspan="2">Adições</th> <th rowspan="2">Custo de Transação Líquido</th> <th colspan="3">Principal</th> <th colspan="3">Juros e encargos</th> <th rowspan="2">31/12/25</th> <th rowspan="2">31/12/24</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BDMG</td> <td>ONM Health</td> <td>54.626</td> <td>-</td> <td>291</td> <td>(8.333)</td> <td>9.387</td> <td>-</td> <td>(9.408)</td> <td>46.563</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>HP FINANCIAL</td> <td>ONM Health</td> <td>-</td> <td>2.915</td> <td>291</td> <td>(486)</td> <td>143</td> <td>-</td> <td>(143)</td> <td>2.429</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>54.626</b></td> <td><b>2.915</b></td> <td><b>291</b></td> <td><b>(8.819)</b></td> <td><b>9.530</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>(9.551)</b></td> <td><b>48.992</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>												Instituição financeira	Companhia	31/12/25	Adições	Custo de Transação Líquido	Principal			Juros e encargos			31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/24	BDMG	ONM Health	54.626	-	291	(8.333)	9.387	-	(9.408)	46.563				HP FINANCIAL	ONM Health	-	2.915	291	(486)	143	-	(143)	2.429						<b>54.626</b>	<b>2.915</b>	<b>291</b>	<b>(8.819)</b>	<b>9.530</b>	<b>-</b>	<b>(9.551)</b>	<b>48.992</b>																																																																																																																																					
Instituição financeira	Companhia	31/12/25	Adições	Custo de Transação Líquido	Principal			Juros e encargos			31/12/25						31/12/24																																																																																																																																																																																						
					31/12/25	31/12/24	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/24																																																																																																																																																																																													
BDMG	ONM Health	54.626	-	291	(8.333)	9.387	-	(9.408)	46.563																																																																																																																																																																																														
HP FINANCIAL	ONM Health	-	2.915	291	(486)	143	-	(143)	2.429																																																																																																																																																																																														
		<b>54.626</b>	<b>2.915</b>	<b>291</b>	<b>(8.819)</b>	<b>9.530</b>	<b>-</b>	<b>(9.551)</b>	<b>48.992</b>																																																																																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Instituição financeira</th> <th rowspan="2">Companhia</th> <th rowspan="2">31/12/23</th> <th rowspan="2">Adições</th> <th rowspan="2">Custo de Transação Líquido</th> <th colspan="3">Principal</th> <th colspan="3">Juros e encargos</th> <th rowspan="2">31/12/24</th> <th rowspan="2">31/12/24</th> </tr> <tr> <th>31/12/23</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/23</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BASA</td> <td>OZN Health</td> <td>79.080</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(70.410)</td> <td>5.408</td> <td>(2.113)</td> <td>(11.965)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>BNDES</td> <td>OZN Health</td> <td>28.671</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(26.027)</td> <td>2.859</td> <td>(2)</td> <td>(5.501)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>VOTORANTIM</td> <td>OZN Health</td> <td>6.058</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(6.019)</td> <td>445</td> <td>1</td> <td>(485)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>BOCOM</td> <td>OZN Health</td> <td>373</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(369)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(4)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>BASA</td> <td>OZN Health</td> <td>491</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(494)</td> <td>31</td> <td>5</td> <td>(33)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>BANCO DO BRASIL</td> <td>OZN Health</td> <td>4.025</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(4.002)</td> <td>168</td> <td>3</td> <td>(194)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>BASA</td> <td>OZN Health</td> <td>1.552</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(1.548)</td> <td>36</td> <td>(3)</td> <td>(37)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>VOTORANTIM</td> <td>OZN Health</td> <td>8.123</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(7.014)</td> <td>659</td> <td>4</td> <td>(1.772)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>BOCOM</td> <td>OZN Health</td> <td>1.263</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(1.251)</td> <td>15</td> <td>2</td> <td>(29)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>BDMG</td> <td>ONM Health</td> <td>62.650</td> <td>-</td> <td>338</td> <td>(8.335)</td> <td>9.055</td> <td>-</td> <td>(9.082)</td> <td>54.626</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>HP FINANCIAL</td> <td>ONM Health</td> <td>35</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(35)</td> <td>11</td> <td>-</td> <td>(11)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>HP FINANCIAL</td> <td>ONM Health</td> <td>117</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(117)</td> <td>37</td> <td>-</td> <td>(37)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><b>192.438</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>338</b></td> <td><b>(125.621)</b></td> <td><b>18.724</b></td> <td><b>(2.103)</b></td> <td><b>(29.150)</b></td> <td><b>54.626</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>												Instituição financeira	Companhia	31/12/23	Adições	Custo de Transação Líquido	Principal			Juros e encargos			31/12/24	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/24	BASA	OZN Health	79.080	-	-	(70.410)	5.408	(2.113)	(11.965)					BNDES	OZN Health	28.671	-	-	(26.027)	2.859	(2)	(5.501)					VOTORANTIM	OZN Health	6.058	-	-	(6.019)	445	1	(485)					BOCOM	OZN Health	373	-	-	(369)	-	-	(4)					BASA	OZN Health	491	-	-	(494)	31	5	(33)					BANCO DO BRASIL	OZN Health	4.025	-	-	(4.002)	168	3	(194)					BASA	OZN Health	1.552	-	-	(1.548)	36	(3)	(37)					VOTORANTIM	OZN Health	8.123	-	-	(7.014)	659	4	(1.772)					BOCOM	OZN Health	1.263	-	-	(1.251)	15	2	(29)					BDMG	ONM Health	62.650	-	338	(8.335)	9.055	-	(9.082)	54.626				HP FINANCIAL	ONM Health	35	-	-	(35)	11	-	(11)					HP FINANCIAL	ONM Health	117	-	-	(117)	37	-	(37)							<b>192.438</b>	<b>-</b>	<b>338</b>	<b>(125.621)</b>	<b>18.724</b>	<b>(2.103)</b>	<b>(29.150)</b>	<b>54.626</b>			
Instituição financeira	Companhia	31/12/23	Adições	Custo de Transação Líquido	Principal			Juros e encargos			31/12/24						31/12/24																																																																																																																																																																																						
					31/12/23	31/12/24	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/24																																																																																																																																																																																													
BASA	OZN Health	79.080	-	-	(70.410)	5.408	(2.113)	(11.965)																																																																																																																																																																																															
BNDES	OZN Health	28.671	-	-	(26.027)	2.859	(2)	(5.501)																																																																																																																																																																																															
VOTORANTIM	OZN Health	6.058	-	-	(6.019)	445	1	(485)																																																																																																																																																																																															
BOCOM	OZN Health	373	-	-	(369)	-	-	(4)																																																																																																																																																																																															
BASA	OZN Health	491	-	-	(494)	31	5	(33)																																																																																																																																																																																															
BANCO DO BRASIL	OZN Health	4.025	-	-	(4.002)	168	3	(194)																																																																																																																																																																																															
BASA	OZN Health	1.552	-	-	(1.548)	36	(3)	(37)																																																																																																																																																																																															
VOTORANTIM	OZN Health	8.123	-	-	(7.014)	659	4	(1.772)																																																																																																																																																																																															
BOCOM	OZN Health	1.263	-	-	(1.251)	15	2	(29)																																																																																																																																																																																															
BDMG	ONM Health	62.650	-	338	(8.335)	9.055	-	(9.082)	54.626																																																																																																																																																																																														
HP FINANCIAL	ONM Health	35	-	-	(35)	11	-	(11)																																																																																																																																																																																															
HP FINANCIAL	ONM Health	117	-	-	(117)	37	-	(37)																																																																																																																																																																																															
		<b>192.438</b>	<b>-</b>	<b>338</b>	<b>(125.621)</b>	<b>18.724</b>	<b>(2.103)</b>	<b>(29.150)</b>	<b>54.626</b>																																																																																																																																																																																														
Em 31/12/2025, o saldo classificado no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:																																																																																																																																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2027</th> <th>2028</th> <th>2029</th> <th>Acima de 2030</th> <th>Consolidado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>8.719</td> <td>8.766</td> <td>8.813</td> <td>12.176</td> <td>38.474</td> </tr> </tbody> </table>													2027	2028	2029	Acima de 2030	Consolidado		8.719	8.766	8.813	12.176	38.474																																																																																																																																																																																
	2027	2028	2029	Acima de 2030	Consolidado																																																																																																																																																																																																		
	8.719	8.766	8.813	12.176	38.474																																																																																																																																																																																																		
14. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS:																																																																																																																																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Modalidade</th> <th rowspan="2">Companhia</th> <th rowspan="2">Data da captação</th> <th rowspan="2">Data de vencimento</th> <th rowspan="2">Juros e encargos (a.a.)</th> <th rowspan="2">Valor captado</th> <th colspan="3">Posição em</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Debentures</td> <td>ONM Health</td> <td>13/09/2021</td> <td>15/08/2031</td> <td>7,36%</td> <td>60.000</td> <td>64.800</td> <td>67.683</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debentures</td> <td>OZN Health</td> <td>20/12/2024</td> <td>20/12/2031</td> <td>100%DI+3,5% a.a</td> <td>420.000</td> <td>404.498</td> <td>412.961</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debentures</td> <td>ODR Health</td> <td>20/04/2025</td> <td>30/04/2027</td> <td>100% DI + 2,25% a.a</td> <td>130.000</td> <td>136.503</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Circulante (Principal)</td> <td></td> <td>64.206</td> <td>69.791</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Circulante (Custo emissão debentures)</td> <td></td> <td>(1.443)</td> <td>(1.362)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não circulante (Principal)</td> <td></td> <td>553.402</td> <td>420.000</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não circulante (custo emissão debentures)</td> <td></td> <td>(10.364)</td> <td>(7.785)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>62.763</b></td> <td><b>68.429</b></td> <td><b>543.038</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><b>412.215</b></td> </tr> </tbody> </table>												Modalidade	Companhia	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em			31/12/25	31/12/24	31/12/24	Debentures	ONM Health	13/09/2021	15/08/2031	7,36%	60.000	64.800	67.683		Debentures	OZN Health	20/12/2024	20/12/2031	100%DI+3,5% a.a	420.000	404.498	412.961		Debentures	ODR Health	20/04/2025	30/04/2027	100% DI + 2,25% a.a	130.000	136.503			Circulante (Principal)		64.206	69.791						Circulante (Custo emissão debentures)		(1.443)	(1.362)						Não circulante (Principal)		553.402	420.000						Não circulante (custo emissão debentures)		(10.364)	(7.785)												<b>62.763</b>	<b>68.429</b>	<b>543.038</b>									<b>412.215</b>																																																																																															
Modalidade	Companhia	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em																																																																																																																																																																																																	
						31/12/25	31/12/24	31/12/24																																																																																																																																																																																															
Debentures	ONM Health	13/09/2021	15/08/2031	7,36%	60.000	64.800	67.683																																																																																																																																																																																																
Debentures	OZN Health	20/12/2024	20/12/2031	100%DI+3,5% a.a	420.000	404.498	412.961																																																																																																																																																																																																
Debentures	ODR Health	20/04/2025	30/04/2027	100% DI + 2,25% a.a	130.000	136.503																																																																																																																																																																																																	
Circulante (Principal)		64.206	69.791																																																																																																																																																																																																				
Circulante (Custo emissão debentures)		(1.443)	(1.362)																																																																																																																																																																																																				
Não circulante (Principal)		553.402	420.000																																																																																																																																																																																																				
Não circulante (custo emissão debentures)		(10.364)	(7.785)																																																																																																																																																																																																				
						<b>62.763</b>	<b>68.429</b>	<b>543.038</b>																																																																																																																																																																																															
								<b>412.215</b>																																																																																																																																																																																															
O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debentures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Segue abaixo as movimentações das debentures ocorridas durante os exercícios findos em 31/12/2025 e 2024.																																																																																																																																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Debentures</th> <th rowspan="2">31/12/24</th> <th rowspan="2">Adições</th> <th rowspan="2">Custo emissão debentures</th> <th colspan="3">Principal</th> <th colspan="3">Juros e encargos</th> <th rowspan="2">31/12/25</th> <th rowspan="2">31/12/24</th> </tr> <tr> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Debentures emitidas - ONM Health</td> <td>54.998</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(6.150)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>48.848</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros Contrato - ONM Health</td> <td>29.529</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>7.879</td> <td>(4.986)</td> <td></td> <td></td> <td>32.422</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Amortização juros contrato - ONM Health</td> <td>(15.481)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td>(15.481)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo com emissão debentures - ONM Health</td> <td>(1.363)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>374</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td>(989)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debentures emitidas - OZN Health</td> <td>420.000</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(8.400)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>411.600</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros Contrato - OZN Health</td> <td>1.492</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>71.054</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td>72.546</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Amortização juros contrato - OZN Health</td> <td>(746)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(70.950)</td> <td></td> <td></td> <td>(71.696)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo com emissão debentures - OZN Health</td> <td>(7.785)</td> <td>(328)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>161</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td>(7.952)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debentures emitidas - ODR Health</td> <td>-</td> <td>130.000</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td>130.000</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros Contrato - ODR Health</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>9.229</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td>9.229</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo com emissão debentures - ODR Health</td> <td>-</td> <td>(2.726)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td>(2.726)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>480.644</b></td> <td><b>126.946</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>(14.550)</b></td> <td><b>88.697</b></td> <td><b>(75.936)</b></td> <td></td> <td></td> <td><b>605.801</b></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>												Debentures	31/12/24	Adições	Custo emissão debentures	Principal			Juros e encargos			31/12/25	31/12/24	31/12/24	31/12/24	31/12/24	31/12/24	31/12/24	31/12/24	Debentures emitidas - ONM Health	54.998	-	-	(6.150)					48.848			Juros Contrato - ONM Health	29.529	-	-	-	7.879	(4.986)			32.422			Amortização juros contrato - ONM Health	(15.481)	-	-	-	-	-			(15.481)			Custo com emissão debentures - ONM Health	(1.363)	-	-	-	374	-			(989)			Debentures emitidas - OZN Health	420.000	-	-	(8.400)					411.600			Juros Contrato - OZN Health	1.492	-	-	-	71.054	-			72.546			Amortização juros contrato - OZN Health	(746)	-	-	-	-	(70.950)			(71.696)			Custo com emissão debentures - OZN Health	(7.785)	(328)	-	-	161	-			(7.952)			Debentures emitidas - ODR Health	-	130.000	-	-	-	-			130.000			Juros Contrato - ODR Health	-	-	-	-	9.229	-			9.229			Custo com emissão debentures - ODR Health	-	(2.726)	-	-	-	-			(2.726)				<b>480.644</b>	<b>126.946</b>	<b>-</b>	<b>(14.550)</b>	<b>88.697</b>	<b>(75.936)</b>			<b>605.801</b>																												
Debentures	31/12/24	Adições	Custo emissão debentures	Principal			Juros e encargos			31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																												
				31/12/24	31/12/24	31/12/24	31/12/24	31/12/24	31/12/24																																																																																																																																																																																														
Debentures emitidas - ONM Health	54.998	-	-	(6.150)					48.848																																																																																																																																																																																														
Juros Contrato - ONM Health	29.529	-	-	-	7.879	(4.986)			32.422																																																																																																																																																																																														
Amortização juros contrato - ONM Health	(15.481)	-	-	-	-	-			(15.481)																																																																																																																																																																																														
Custo com emissão debentures - ONM Health	(1.363)	-	-	-	374	-			(989)																																																																																																																																																																																														
Debentures emitidas - OZN Health	420.000	-	-	(8.400)					411.600																																																																																																																																																																																														
Juros Contrato - OZN Health	1.492	-	-	-	71.054	-			72.546																																																																																																																																																																																														
Amortização juros contrato - OZN Health	(746)	-	-	-	-	(70.950)			(71.696)																																																																																																																																																																																														
Custo com emissão debentures - OZN Health	(7.785)	(328)	-	-	161	-			(7.952)																																																																																																																																																																																														
Debentures emitidas - ODR Health	-	130.000	-	-	-	-			130.000																																																																																																																																																																																														
Juros Contrato - ODR Health	-	-	-	-	9.229	-			9.229																																																																																																																																																																																														
Custo com emissão debentures - ODR Health	-	(2.726)	-	-	-	-			(2.726)																																																																																																																																																																																														
	<b>480.644</b>	<b>126.946</b>	<b>-</b>	<b>(14.550)</b>	<b>88.697</b>	<b>(75.936)</b>			<b>605.801</b>																																																																																																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Debentures</th> <th rowspan="2">31/12/23</th> <th rowspan="2">Adições</th> <th rowspan="2">Custo emissão debentures</th> <th colspan="3">Principal</th> <th colspan="3">Juros e encargos</th> <th rowspan="2">31/12/24</th> <th rowspan="2">31/12/24</th> </tr> <tr> <th>31/12/23</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/23</th> <th>31/12/24</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Debentures emitidas - ONM Health</td> <td>58.440</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(3.442)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>54.998</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros Contrato - ONM Health</td> <td>21.276</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>8.253</td> <td>(29.529)</td> <td></td> <td></td> <td>21.276</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Amortização juros contrato - ONM Health</td> <td>(10.569)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(4.912)</td> <td></td> <td></td> <td>(15.481)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo com emissão debentures - ONM Health</td> <td>(1.849)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>486</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td>(1.363)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Debentures emitidas - OZN Health</td> <td>-</td> <td>420.000</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td>420.000</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros Contrato - OZN Health</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.492</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td>1.492</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Amortização juros contrato - OZN Health</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(746)</td> <td></td> <td></td> <td>(746)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo com emissão debentures - OZN Health</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(7.785)</td> <td></td> <td></td> <td>(7.785)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>67.298</b></td> <td><b>420.000</b></td> <td><b>-</b></td> <td><b>(3.442)</b></td> <td><b>2.446</b></td> <td><b>(5.658)</b></td> <td></td> <td></td> <td><b>480.644</b></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>												Debentures	31/12/23	Adições	Custo emissão debentures	Principal			Juros e encargos			31/12/24	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/24	Debentures emitidas - ONM Health	58.440	-	-	(3.442)					54.998			Juros Contrato - ONM Health	21.276	-	-	-	8.253	(29.529)			21.276			Amortização juros contrato - ONM Health	(10.569)	-	-	-	-	(4.912)			(15.481)			Custo com emissão debentures - ONM Health	(1.849)	-	-	-	486	-			(1.363)			Debentures emitidas - OZN Health	-	420.000	-	-	-	-			420.000			Juros Contrato - OZN Health	-	-	-	-	1.492	-			1.492			Amortização juros contrato - OZN Health	-	-	-	-	-	(746)			(746)			Custo com emissão debentures - OZN Health	-	-	-	-	-	(7.785)			(7.785)				<b>67.298</b>	<b>420.000</b>	<b>-</b>	<b>(3.442)</b>	<b>2.446</b>	<b>(5.658)</b>			<b>480.644</b>																																																																
Debentures	31/12/23	Adições	Custo emissão debentures	Principal			Juros e encargos			31/12/24	31/12/24																																																																																																																																																																																												
				31/12/23	31/12/24	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/24																																																																																																																																																																																														
Debentures emitidas - ONM Health	58.440	-	-	(3.442)					54.998																																																																																																																																																																																														
Juros Contrato - ONM Health	21.276	-	-	-	8.253	(29.529)			21.276																																																																																																																																																																																														
Amortização juros contrato - ONM Health	(10.569)	-	-	-	-	(4.912)			(15.481)																																																																																																																																																																																														
Custo com emissão debentures - ONM Health	(1.849)	-	-	-	486	-			(1.363)																																																																																																																																																																																														
Debentures emitidas - OZN Health	-	420.000	-	-	-	-			420.000																																																																																																																																																																																														
Juros Contrato - OZN Health	-	-	-	-	1.492	-			1.492																																																																																																																																																																																														
Amortização juros contrato - OZN Health	-	-	-	-	-	(746)			(746)																																																																																																																																																																																														
Custo com emissão debentures - OZN Health	-	-	-	-	-	(7.785)			(7.785)																																																																																																																																																																																														
	<b>67.298</b>	<b>420.000</b>	<b>-</b>	<b>(3.442)</b>	<b>2.446</b>	<b>(5.658)</b>			<b>480.644</b>																																																																																																																																																																																														
ONM Health S.A.: Em 20/08/2021, a ONM realizou uma emissão de debentures simples, não convertíveis em ações, de espécie quirográfica, no montante de R\$ 60.000 (sessenta milhões de reais). Essas debentures serviram de lastro para operação de securitização, por meio da qual a Virgo Companhia de Securitização emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). As debentures possuem prazo de 10 anos, remuneração correspondente a IPCA + 7,36% ao ano e carência de 12 meses para amortização do principal. Os recursos captados foram integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relacionadas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, ativo objeto do Contrato de Concessão da ONM Health S.A. A operação conta com carta fiança como garantia, no valor equivalente a três parcelas vincendas da dívida, em benefício dos titulares do CRI perante a Virgo Companhia de Securitização. Adicionalmente, a operação conta com as seguintes garantias reais: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes do "Contrato de Penhor", conforme Contrato de Concessão; e (ii) alienação fiduciária das ações da ONM Health S.A. detidas pela Companhia. A operação é regida, entre outros, pelos seguintes instrumentos: (i) Contrato de Distribuição; (ii) Escritura de Emissão de Debentures; (iii) Escritura de Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários; (iv) Termo de Securitização; (v) Contrato de Cessão Fiduciária; e (vi) Contrato de Alienação Fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos.																																																																																																																																																																																																							
OZN Health S.A.: Em 26/11/2024, a OZN Health S.A. realizou a emissão de debentures simples, não convertíveis em ações, e de espécie quirográfica, no valor de R\$ 420.000, com prazo de 7 anos, remuneração equivalente a CDI + 3,50% ao ano e carência de 11 meses para amortização do principal. Os recursos captados foram integralmente destinados à quitação de contratos de financiamentos anteriormente celebrados com o Banco da Amazônia (BASA), BNDES, Banco Votorantim, bem como ao pagamento de dividendos e à liquidação de mútuos com partes relacionadas. A operação conta com garantia fidejussória, representada por carta fiança no valor equivalente a três parcelas vincendas da dívida, emitida em favor do agente fiduciário, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Adicionalmente, foram constituídas as seguintes garantias reais: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Concessão, conforme cláusula 4; (ii) alienação fiduciária das ações da OZN Health S.A. detidas pela Companhia. A emissão é regida, entre outros, pelos seguintes instrumentos: (i) Escritura de Emissão; (ii) Contratos de Garantia, incluindo a alienação de ações e a cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, celebrado entre a emissora, a fiadora e as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iv) Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário ("Contrato Serviços de Cauções e Outros"); (v) demais instrumentos celebrados com prestadores de serviços contratados no âmbito da emissão e da oferta; e (vi) eventuais aditamentos e anexos aos documentos mencionados nos itens acima. O saldo principal encontra-se apresentado líquido dos custos de transação, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. ODR Health S.A.: A ODR realizou a emissão de debentures simples, não convertíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, em duas séries, no valor total de R\$ 130.000, sendo: R\$ 65.000 referentes à Primeira Série, emitida em 30/04/2025, e R\$ 65.000 referentes à Segunda Série, emitida em 15/10/2025. As debentures possuem prazo de 2 anos, com remuneração equivalente a CDI + 2,25% ao ano, com vencimento em parcela única em 30/04/2027. Os recursos captados foram destinados ao financiamento de investimentos relacionados à implantação do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, em Palmas, TO, abrangendo despesas associadas às obras de construção e expansão do empreendimento. Esses investimentos incluem, entre outros, gerenciamento das obras, aquisição de materiais, elaboração de projetos, obtenção de licenças, construção de instalações, bem como aquisição de mobiliários e equipamentos necessários à futura operação do hospital. A operação é regida, entre outros, pelos seguintes documentos: (i) Escritura de Emissão; (ii) Contratos de Garantia, incluindo alienação de ações do ODR detidas pela Companhia e cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, celebrado entre a emissora, a fiadora e as instituições financeiras distribuidoras; (iv) Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário ("Contrato de Conta Vinculada"); (v) Contrato de conta Garantia; e (vi) demais instrumentos, anexos e aditamentos relacionados aos documentos mencionados acima. O saldo do principal encontra-se líquido dos custos de transação, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. A liquidação integral das debentures está prevista para ocorrer por meio de recursos provenientes de operação de financiamento de longo prazo a ser contratada. A Administração entende haver razoável segurança quanto à conclusão dessa operação, considerando o estágio avançado das tratativas com instituições financeiras. 14.1 - Covenants: OZN Health S.A.: O contrato das debentures contém cláusulas de covenants financeiros que estabelecem a manutenção de determinados índices financeiros mínimos e máximos, conforme estabelecido em contrato. Esses covenants são mensurados com base no Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") e na razão Dívida Líquida/EBITDA Cash. O ICSD deverá ser calculado como a razão entre: (A) Geração Operacional de Caixa, correspondente ao Fluxo de Caixa Operacional proveniente das atividades operacionais, considerando o somatório dos recebimentos de contraprestação pública, inclusive aqueles relacionados ao ativo financeiro, bem como de outras Receitas Operacionais, líquidas de eventuais compartilhamentos com o Poder Concedente, deduzidos os custos e despesas operacionais e administrativos, incluindo tributos e impostos incidentes sobre as receitas; e (B) Serviço da Dívida, correspondente à amortização do principal e ao pagamento de juros decorrentes de passivos onerosos assumidos pela Emissora, a serem pagos no respectivo período. sendo ICSD = A / B. A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo mútuos, avais e emissões de títulos de renda fixa no mercado nacional ou inter-																																																																																																																																																																																																							
nacional, acrescido do montante de operações de risco sacado que excedam o valor total de R\$ 15.000. O EBITDA Cash é calculado com base no período de 12 meses anteriores à respectiva data de apuração, e corresponde ao lucro ou prejuízo antes de: (a) impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias; (b) despesas de depreciação e amortização; e (c) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. Para fins de cálculo do EBITDA Cash, são excluídos: 1) receitas de remuneração de ativo financeiro; 2) receitas de construção, baixas do ativo financeiro relacionados à concessão ou à sua remuneração, bem como os impostos incidentes sobre ativo financeiro; e 3) custos de construção. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,2, sendo apurado semestralmente, com base nos valores acumulados dos últimos doze meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da OZN. Adicionalmente, a razão Dívida Líquida/EBITDA Cash deve ser igual ou inferior aos seguintes limites discriminados abaixo, conforme o ano de apuração:																																																																																																																																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Período</th> <th>Limite Div. Líg. / EBITDA Cash</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2024</td> <td>≤ 3,0</td> </tr> <tr> <td>2025</td> <td>≤ 2,9</td> </tr> <tr> <td>2026 e 2027</td> <td>≤ 2,5</td> </tr> <tr> <td>2028 e 2029</td> <td>≤ 2,0</td> </tr> <tr> <td>2030 e 2031</td> <td>≤ 1,0</td> </tr> </tbody> </table>												Período	Limite Div. Líg. / EBITDA Cash	2024	≤ 3,0	2025	≤ 2,9	2026 e 2027	≤ 2,5	2028 e 2029	≤ 2,0	2030 e 2031	≤ 1,0																																																																																																																																																																																
Período	Limite Div. Líg. / EBITDA Cash																																																																																																																																																																																																						
2024	≤ 3,0																																																																																																																																																																																																						
2025	≤ 2,9																																																																																																																																																																																																						
2026 e 2027	≤ 2,5																																																																																																																																																																																																						
2028 e 2029	≤ 2,0																																																																																																																																																																																																						
2030 e 2031	≤ 1,0																																																																																																																																																																																																						
O Covenants são mensurados semestralmente, e em 31/12/2025 (data de mensuração mais recente) a Companhia cumpriu com os índices financeiros.																																																																																																																																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Índice</th> <th>Limite</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ICSD</td> <td>&gt;= 1,2</td> <td>1,9</td> <td>2,3</td> </tr> <tr> <td>Dívida Líquida/EBITDA Cash</td> <td>≤ 2,9</td> <td>2,3</td> <td>2,3</td> </tr> </tbody> </table>												Índice	Limite	31/12/25	31/12/24	ICSD	>= 1,2	1,9	2,3	Dívida Líquida/EBITDA Cash	≤ 2,9	2,3	2,3																																																																																																																																																																																
Índice	Limite	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																				
ICSD	>= 1,2	1,9	2,3																																																																																																																																																																																																				
Dívida Líquida/EBITDA Cash	≤ 2,9	2,3	2,3																																																																																																																																																																																																				
ONM Health S.A.: Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (aqui representados pela debênture que lastreia a operação descrita nesta nota explicativa) contém cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato. Esses covenants são aplicáveis tanto à debenture emitida pelo ONM quanto aos empréstimos e financiamentos do ONM. O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,3, sendo apurado semestralmente, com base nos valores acumulados nos últimos doze meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras do ONM. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, a ONM terá o prazo de 6 meses para comprovar o reestabelecimento do referido índice. Em 31/12/2025 a Companhia cumpriu com os índices financeiros.																																																																																																																																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Índice</th> <th>Limite</th> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Geração operacional de caixa (*) / Serviço da dívida (**)</td> <td>Maior que 1,3</td> <td>1,8664</td> <td>2,0134</td> </tr> </tbody> </table>												Índice	Limite	31/12/25	31/12/24	Geração operacional de caixa (*) / Serviço da dívida (**)	Maior que 1,3	1,8664	2,0134																																																																																																																																																																																				
Índice	Limite	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																				
Geração operacional de caixa (*) / Serviço da dívida (**)	Maior que 1,3	1,8664	2,0134																																																																																																																																																																																																				
(*) Geração de caixa operacional corresponde a soma do caixa líquido gerado nas operações e o custo de obra, relativo aos 12 últimos meses. (**) O serviço da dívida decorrente do pagamento de principal de financiamento e pagamento de juros de financiamento, deduzido dos efeitos de substituição das dívidas, relativo aos 12 últimos meses. ONM - quebra de covenant e obtenção de waiver: Em 26/12/2024 a parte relacionada OZN Health S.A. celebrou contrato de mútuo oneroso, cuja eficácia está condicionada à aprovação dos debenturistas/detentores do CRI, com a controlada da Companhia no montante de R\$ 200.000, valor já transferido entre as entidades em 2024. Embora tal tipo de transação não tenha envolvido a ONM diretamente, a cláusula 5.1.2 (y) das debentures da ONM requer aprovação prévia para a efetivação de tal transação, sob a penalidade de representar um evento de liquidação imediata do passivo caso tal aprovação não tenha sido obtida. Como o rito para tal aprovação apenas ocorreu no exercício seguinte, em 31/12/2024 todo o montante da dívida da ONM foi classificado como curto prazo. Cumpridos os ritos previstos no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis da 319ª e 353ª Séries da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização, lastreados em direitos creditórios imobiliários devidos pela ONM Health S.A., em 27/03/2025, foram obtidas as devidas autorizações para realização da redução de capital com condição precedente, da OPY Healthcare gestão de Ativos e Investimentos S.A. ("OPY"), sua controladora, e celebração de Contrato de Mútuo, com condição precedente, entre a OPY e a OZN Health S.A., parte relacionada, sem declaração de vencimento antecipado sujeito a pagamento de waiver free no montante de 0,35% sobre o saldo devedor das debentures, valor pago em 31/03/2025. Não há covenants financeiros para essas debentures e, mesmo para os covenants não financeiros existentes, a Companhia se encontra adimplente em 31/12/2025. ODR: O contrato das debentures não prevê covenants financeiros específicos. Quanto aos covenants não financeiros, a Companhia encontra-se adimplente em 31/12/2025. 15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER:																																																																																																																																																																																																							
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>31/12/25</th> <th>31/12/24</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PIS a Recolher</td> <td>12</td> <td>12</td> </tr> <tr> <td>COFins a recolher</td> <td>97</td> <td>103</td> </tr> <tr> <td>ISS a recolher</td> <td>59</td> <td>56</td> </tr> <tr> <td>PIS e COFINS a recolher - Parcelamento (a)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>IRPJ a recolher</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>CSLL a recolher</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>IRRF a recolher</td> <td>231</td> <td>382</td> </tr> <tr> <td>CSRF a recolher</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>IOF a recolher (b)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros impostos</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>399</b></td> <td><b>557</b></td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>399</td> <td>557</td> </tr> <tr> <td>Não Circulante</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr></tbody></table>												Controladora	Consolidado		31/12/25	31/12/24	PIS a Recolher	12	12	COFins a recolher	97	103	ISS a recolher	59	56	PIS e COFINS a recolher - Parcelamento (a)	-	-	IRPJ a recolher	-	-	CSLL a recolher	-	-	IRRF a recolher	231	382	CSRF a recolher	-	-	IOF a recolher (b)	-	-	Outros impostos	-	-	<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>557</b>	Circulante	399	557	Não Circulante	-	-																																																																																																																																																
Controladora	Consolidado																																																																																																																																																																																																						
	31/12/25	31/12/24																																																																																																																																																																																																					
PIS a Recolher	12	12																																																																																																																																																																																																					
COFins a recolher	97	103																																																																																																																																																																																																					
ISS a recolher	59	56																																																																																																																																																																																																					
PIS e COFINS a recolher - Parcelamento (a)	-	-																																																																																																																																																																																																					
IRPJ a recolher	-	-																																																																																																																																																																																																					
CSLL a recolher	-	-																																																																																																																																																																																																					
IRRF a recolher	231	382																																																																																																																																																																																																					
CSRF a recolher	-	-																																																																																																																																																																																																					
IOF a recolher (b)	-	-																																																																																																																																																																																																					
Outros impostos	-	-																																																																																																																																																																																																					
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>557</b>																																																																																																																																																																																																					
Circulante	399	557																																																																																																																																																																																																					
Não Circulante	-	-																																																																																																																																																																																																					

OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. Continuation table with multiple columns for financial data, including balance sheet, income statement, and risk management details.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade\_legal



**OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.**

São realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

Relação	31/12/25	31/12/24
<b>Receita de Serviços Prestados</b>		
OZN Health S.A	12.132	10.633
ONM Health S.A	5.134	4.925
	<b>17.266</b>	<b>15.558</b>
<b>Contas a receber</b> Pagamento de despesas iniciais (ODR Health S.A.)		951
<b>Juros sobre capital próprio</b>		44.401
OZN Health S.A		44.401
<b>Recebimento de Dividendos</b>		
OZN Health S.A	21.000	201.713
Opy Serviços Hospitalares S.A		2.500
ONM Health S.A		1.000
	<b>21.000</b>	<b>205.213</b>

**Remuneração pessoal chave da administração:** A remuneração do pessoal-chave da administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e pró-labore.

31/12/25	31/12/24	
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. (a)	4.903	19.347
ONM Health S.A	1.246	823
OZN Health S.A	2.062	3.383
Opy Serviços Hospitalares S.A	795	794
	<b>9.006</b>	<b>24.047</b>

(a) A variação em relação ao ano anterior refere-se à remuneração extraordinária em 2024 relativa ao evento de saída dos cotistas anteriores do FIP, em montante aproximado de R\$ 10,7 milhões (a título de bônus para os executivos) e remuneração de performance share no montante de R\$ 2,8 milhões. **29. SEGUROS: OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.:** A controladora possui apólice de Responsabilidade para Administradores (D&O, Directors and Officers) com cobertura máxima de R\$90.000 emitida pela seguradora CHUBB SEGUROS BRASIL S.A. Essa apólice tem vigência de 20/02/2026 até 20/02/2027. **ONM Health S.A:** A ONM Health S.A. mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Axa Seguros S.A	Resp. Civil	02852202200 1903510008922	dez/2024 a dez/2025	30.000
Junto Seguros S.A	Seguro e Garantia	00000000000 0507750379246	mar/2025 a mar/2026	31.000
Chubb Seguros S.A.	Risco Operacional	0202049996	Jul/2025 a Jul/2026	724.976
Fator Seguros S.A	Resp. Civil	5100004265	Jun/2025 a Jun/2026	30.000
Ezze Seguros S.A.	Seguro e Garantia	7507055435	mai/2025 a mai/2026	4.123

**Garantias de execução do Contrato de Concessão pela concessionária:** A ONM mantém em favor do Poder Concedente garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro gerido pela ONM Health S.A., junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. As garantias são de execução que é demandado pelo contrato de concessão (Cláusula 19, item 19.1 e 19.1.1). Esses contratos são atualizados anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$31.000. **OZN Health SPE S.A.:** A OZN mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Chubb Seguros S.A.	Resp. Civil	00000000002 951004623212	jun/2025 a jun/2026	20.000

**ODR Health SPE S.A.:** A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Chubb Seguros	Resp. Civil	00000000002 951004623212	jun/2025 a jun/2026	20.000

**30. EVENTOS SUBSEQUENTES: OZN Health:** Até a data de emissão do relatório, o evento subsequente significativo da OZN refere-se a: Em 07/01/2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração a deliberação no montante de R\$53.500 de dividendos intercalares a pagar à OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A., conforme valor apurado em balanço patrimonial intermediário levantado em 30/09/2025. Os dividendos ora declarados foram pagos à acionista da Companhia na mesma data. **OPY SERVIÇOS:** Até a data de emissão do relatório, o evento subsequente significativo da OPY SERVIÇOS refere-se a: Em 07/01/2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração a deliberação no montante de R\$4.260 de dividendos intermediários a pagar à OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A., conforme valor apurado em balanço patrimonial levantado em 31/12/2025. Os dividendos ora declarados foram pagos à acionista da Companhia na mesma data. **31. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA:**

Consolidado	31/12/25	31/12/24
ONM - Adições ao direito de uso por meio da contratação de arrendamentos	2.915	-
ODR - Adições ao ativo financeiro por meio da contratação de serviços que ainda não foram pagos no período	3.313	-
OZN - Compensação entre juros sobre empréstimos com partes relacionadas a receber e despesas entre partes relacionadas a pagar	11.604	-
OZN - Compensação entre empréstimos com partes relacionadas a receber e dividendos a pagar	87.056	-
OZN - Compensação entre crédito de IRPJ retido na fonte (sobre serviços prestados e aplicações financeiras) e IRPJ a recolher	12.520	11.824
OZN - Compensação de tributos federais (IRPJ/CSLL x PIS/COFINS) via Perd/Comp	11.915	-
	<b>129.323</b>	<b>11.824</b>

**32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2026.

**DIRETORIA**  
**DIRETOR PRESIDENTE** - Mateus Renault  
**DIRETOR FINANCEIRO** - Felipe Rodrigues Tonetti  
**CONTADOR RESPONSÁVEL** - Ronney Donizete Fernandes Contador - CRC - 1SP-286064/0-3

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Conselheiros, Acionistas, Diretores e Administradores da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. em 31/12/2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativos financeiros e receitas de parcerias público-privadas:** Por que é um PAA: Conforme mencionado nas notas explicativas nº 8 e nº 20 a Companhia e suas controladas apresentavam, no consolidado, receitas provenientes de parcerias público-privadas no montante de R\$478.357 mil e ativo financeiro no montante de R\$828.625 mil, respectivamente, em 31/12/2025. O ativo classificado como um ativo financeiro constitui direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção prestados. O reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes no contexto das parcerias público-privadas possuem complexidades quanto à metodologia de cálculo (incluindo taxa de desconto e reajustes anuais) e alocação dos preços de transação entre receitas de operação, receitas de obra e remuneração sobre o ativo financeiro, bem como as atualizações dos cálculos trimestrais. Anuais de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1). Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido: (i) à relevância dos montantes envolvidos; e (ii) aos julgamentos realizados pela Diretoria na mensuração e no reconhecimento do ativo financeiro de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 (R1), como determinação da taxa interna de retorno do contrato de concessão ("TIR"), alocação das receitas de construção, operações e de atualização do ativo financeiro, por exemplo. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relacionados às atualizações dos ativos financeiros relacionados, bem como o correspondente reconhecimento das receitas de operação, receitas de obras e receitas financeiras desses contratos. ii) Leitura do contrato de concessão das controladas da Companhia, bem como cálculo da modelagem aplicável e dos respectivos fluxos financeiros, à luz da interpretação técnica ICPC 01 (R1), com foco na determinação da taxa interna de retorno e dos percentuais de alocação entre receitas de construção, operações e atualização do ativo financeiro. iii) Execução de teste, em bases amostrais, para as movimentações ocorridas durante o exercício findo em 31/12/2025, com a inspeção das documentações-suporte aplicáveis, com o objetivo de assegurar a acuracidade de eventuais atualizações efetuadas na modelagem aplicável. iv) Avaliação da adequação das divulgações requeridas pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos o reconhecimento dos ativos financeiros e receitas correspondentes aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2026

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
**Audítores Independentes Ltda.**  
 CRC nº 2 SP 011609/0-8

**Daniilo Namura Lombardoso**  
**Contador**  
 CRC nº 1 SP 278829/0-3

## Publique no Data Mercantil!

*A decisão certa em todos os momentos.*

Contato: (11) 3361-8833  
 Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

Accesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

**DATA MERCANTIL** São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Accesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou accesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**CSO Energia SPE S.A.**

CNPJ nº 63.844.482/0001-86 - NIRE nº 353.006.815-25

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária**

1. **Data, Hora, Local:** 28 de fevereiro de 2026, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Cidade de Indaiatuba/SP, na Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Altos da Bela Vista - CEP 13.331-400. 2. **Presença:** Da única acionista da Companhia, Corpus Saneamento e Obras Ltda., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº 31.733.363/0008-36, com sede no endereço acima descrito, neste ato representada por seus representantes legais. 3. **Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404/76"), tendo em vista a presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia. 4. **Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Ricardo Gonçalves Valente**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 003.057.278-93, portador da cédula de identidade RG nº 7.980.532-2 SSP/SP, residente e domiciliado em Barueri/SP, Praça Diapoque, nº 360, apartamento 602, Bairro Alphaville, CEP 06454-060, que indicou a mim, Sr. **Cristina Maria Valente Atchabahian**, brasileira, casada pelo regime de separação total de bens, economista, inscrita no CPF/MF sob nº 119.312.718-10, portadora da cédula de identidade RG nº 11.110.980-2 SSP/SP, residente e domiciliada em Barueri/SP, na Praça Diapoque, nº 360, apartamento 402, Bairro Alphaville, CEP 06454-060, para secretária-lo. 5. **Ordem do Dia:** Deliberar o que segue: a) Alteração do endereço da sede da Companhia, para Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Bloco 01, Altos da Bela Vista - CEP 13.331-400, Indaiatuba/SP; b) Aumento do capital social da Companhia em R\$ 13.074.170,44 (treze milhões, setenta e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e quatro centavos); c) Consolidação do Estatuto Social onde constará a alteração do endereço da sede da Companhia, situada na Cidade de Indaiatuba/SP, na Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Altos da Bela Vista - CEP 13.331-400 para Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Bloco 01, Altos da Bela Vista - CEP 13.331-400, Indaiatuba/SP e o aumento de capital social da Companhia para R\$ 13.075.170,44 (treze milhões, setenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e quatro centavos). 6. **Deliberações:** Foram aprovadas por unanimidade as seguintes deliberações: 6.1. Alteração do endereço, com o complemento necessário; 6.2. Aumento do capital social da Companhia em R\$ 13.075.170,44 (treze milhões, setenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e quatro centavos), passando este de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para R\$ 13.075.170,44 (treze milhões, setenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e quatro centavos), mediante a emissão de 13.074.170,44 (treze milhões, setenta e quatro mil, cento e setenta e quatro reais e quatro centavos) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação. As referidas ações serão integralizadas mediante acervo líquido formado por ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis da Corpus Saneamento e Obras Ltda., conforme Laudo de Avaliação emitido por Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda., com data de 28 de fevereiro de 2026, elaborado e assinado por **Ricardo Afonso Parra, Contador CRC 15P-237.688/0-4**, apresentado aos acionistas, aprovado nesta assembleia nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.404/1976. 6.2.1. O Laudo de Avaliação e documentos comprobatórios permanecerão arquivados na sede da Companhia, passando a integrar a presente ata para todos os fins legais. 6.2.2. Os acionistas presentes declaram, para todos os fins de direito, que os bens conferidos ao capital social da Companhia, descritos no Laudo de Avaliação aprovado nesta assembleia, não foram avaliados por valor superior ao de mercado, responsabilizando-se, na forma do § 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/1976, pela exatidão da avaliação e pelas informações constantes dos documentos apresentados. 6.3. Consolidação do Estatuto Social com a alteração do Capítulo I - Artigo 1º e Capítulo II - Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia em virtude das deliberações descritas nos itens acima, os quais passarão a vigorar com a seguinte redação: De: Artigo 1º - A denominação da sociedade é CSO Energia SPE S.A., constituída sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, com sede e foro na Cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, na Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Altos da Bela Vista - CEP 13.331-400 e regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Para: Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º - A denominação da sociedade é CSO Energia SPE S.A., constituída sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, com sede e foro na Cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, na Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Bloco 01, Altos da Bela Vista - CEP 13.331-400 e regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. (...) De: Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 4º - O capital social da Sociedade é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (um mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) em moeda corrente nacional. Para: Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 4º - O capital social da Sociedade é de R\$ 13.075.170,44 (treze milhões, setenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e quatro centavos), mediante a emissão de 13.075.170,44 (treze milhões, setenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e quatro centavos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 13.075.170,44 (treze milhões, setenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e quatro centavos) em moeda corrente nacional. 7. **Encerramento:** Após tomadas e aprovadas as deliberações, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada em via única por todos os presentes. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Indaiatuba, 28 de fevereiro de 2026. **Ricardo Gonçalves Valente** - Presidente; **Cristina Maria Valente Atchabahian** - Secretária. **Acionistas: Corpus Saneamento e Obras Ltda.**, Ricardo Gonçalves Valente; Marco Antonio Valente; Cristina Maria Valente Atchabahian. Jucesp nº 153.157/26-4 em 27/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. **Estatuto Social da CSO Energia SPE S.A. Capítulo 1 - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º** - A denominação da sociedade é CSO Energia SPE S.A., constituída sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, com sede e foro na Cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, na Estrada João Cecon, s/nº, km 7,5, Bloco 01, Altos da Bela Vista - CEP 13.331-400 e regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único** - A Sociedade poderá, por deliberação da sua Diretoria, alterar a sede para outro endereço e poderá ainda abrir, transferir e extinguir filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional. **Artigo 2º** - A Sociedade tem como propósito específico a: **geração, produção, distribuição e comercialização de energia elétrica a partir de biogás; alugueis de imóveis.** **Parágrafo primeiro** - É vedado à Sociedade praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social. **Parágrafo Segundo:** Por se tratar de uma subsidiária integral, fica destacado que o acervo técnico é pertencente e extensivo, nos termos da legislação aplicável, à acionista Corpus Saneamento e Obras Ltda. bem como aos seus responsáveis técnicos perante o CREA/SP. **Parágrafo Terceiro:** Para exercer a parte técnica, poderão ser contratados engenheiros devidamente habilitados e registrados no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, que terão, também, os poderes necessários ao pleno exercício de suas funções, nos termos da legislação correlata. **Artigo 3º** - A Sociedade por ser de Propósito Específico, terá seu término vinculado a impossibilidade de exploração de biogás no Aterro Sanitário de Indaiatuba/SP, ocasião em que se esgotará o seu objeto específico de atuação, incluindo o recebimento de seus haveres, sendo a data do registro da Sociedade na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), a data inicial de suas atividades. **Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 4º** - O capital social da Sociedade é de R\$ 13.075.170,44 (treze milhões, setenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e quatro centavos), mediante a emissão de 13.075.170,44 (treze milhões, setenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e quatro centavos) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido totalmente subscrito e integralizado no valor de R\$ 13.075.170,44 (treze milhões, setenta e cinco mil, cento e setenta e quatro reais e quatro centavos) em moeda corrente nacional. **Artigo 5º** - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 6º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, pelo menos uma vez ao ano: (I) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores; e (II) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Sociedade o exigirem ou quando convocadas, nos termos da legislação aplicável. **Parágrafo 1º** - As Assembleias Gerais serão convocadas na forma do artigo 123 da Lei nº 6.404/76, preferencialmente por qualquer dos Diretores ou pelo acionista da Sociedade. **Parágrafo 2º** - As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas representando a maioria absoluta dos votos válidos dos acionistas presentes na Assembleia Geral, não se computando os votos em branco. **Parágrafo 3º** - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 7º** - As seguintes matérias são reservadas à Assembleia Geral, principalmente no que tange: a) reformar o Estatuto Social; b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal da Sociedade; c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; d) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; e) suspender o exercício dos direitos do acionista (artigo 120 da Lei nº 6.404/76); f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorreu para a formação do capital social da Sociedade; g) autorizar a emissão de partes beneficiárias; h) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Sociedade, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; e i) qualquer decisão relativa à falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação da Sociedade. **Capítulo IV - Da Administração - Artigo 8º** - A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por 3 (três) Diretores eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Artigo 9º** - Compete aos Diretores, individualmente, observadas as deliberações ou determinações da Assembleia Geral, dentro de suas atribuições legais e estatutárias, a prática de todos os atos ordinários de gestão, especialmente: a) Representar a Sociedade em juízo ou fora dele; b) Firmar acordos e contratos de qualquer natureza; c) Adquirir, alienar ou gravar bens de propriedade da Sociedade; d) Contrair empréstimos e outorgar garantias de qualquer natureza; e) Nomear procuradores "ad judicia" e "ad negotia", determinando o prazo de seus mandatos, que no caso de procuração "ad negotia" não poderá ser superior a um ano e no caso de procuração "ad judicia" poderá ser por prazo indeterminado; f) Emitir, aceitar e endossar cheques e notas promissórias, emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio e fornecer aval relativamente a instrumentos de créditos e outros títulos comerciais; g) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias; h) Receber e dar quitação, transigir e renunciar a direitos, desistir e assinar termos de responsabilidade em nome da Sociedade; e i) Abrir ou fechar filiais, matrizes, agências, escritórios e estabelecimentos da Sociedade. **Artigo 10º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação por qualquer de seus membros, realizada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. A presença da totalidade dos Diretores dispensará a antecedência mínima prevista neste artigo. **Parágrafo 1º** - As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da totalidade de seus membros e as deliberações da Diretoria serão aprovadas por unanimidade de votos dos membros presentes. **Parágrafo 2º** - Caso haja impasse entre os Diretores a respeito das matérias a serem deliberadas pela Diretoria, será facultado a qualquer um desses Diretores, agindo individualmente, convocar Assembleia Geral, com vistas a submeter o impasse aos Acionistas, que se reunirão em Assembleia Geral para apreciar e decidir sobre referido impasse. **Parágrafo 3º** - Os Diretores podem participar das reuniões da Diretoria por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a comunicação, e poderão enviar seus votos por e-mail ou por delegação a outro membro da Diretoria, sendo considerados presentes os Diretores que assim procederem. **Parágrafo 4º** - As reuniões de Diretoria deverão ser consignadas em ata escrita, a qual deverá anexar todos os materiais e documentos acessórios pertinentes. **Artigo 11** - Competirá à Diretoria a representação da Sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular. **Artigo 12** - A representação ativa e passiva da Sociedade, em Juízo e fora dele, será sempre exercida por 2 (dois) diretores em conjunto, ou por 1 (um) diretor e 1 (um) procurador especificamente designado para tal fim, ou, ainda, por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, nomeados nos termos do parágrafo primeiro abaixo. **Parágrafo 1º** - Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 2 (dois) diretores da Sociedade e não poderão ter prazo superior a 1 (um) ano nem permitir o substituível, salvo aqueles com finalidade "ad judicia", que poderão ter prazo indeterminado e permitir o substituível. **Parágrafo 2º** - A Sociedade obedecerá a padrões de governança corporativa e adotará contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei nº 6.404/76, nas normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e nas Interpretações, Orientações e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 13** - A Sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, com funções definidas na legislação aplicável, composto por 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral. Os acionistas deverão também determinar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Sociedade, se houver. **Capítulo VI - Do Exercício Social, Balanço e Resultados - Artigo 14** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Quando ocorrer o encerramento do exercício social, a Diretoria fará com que sejam elaboradas as demonstrações financeiras, na forma da Lei 6.404/76, artigo 176, acompanhadas de relatório da administração, submetendo-os à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido. **Parágrafo 1º** - Por exigência legal ou por deliberação da Diretoria poderão ser elaborados balanços e demonstrações financeiras intermediárias e intercalares e distribuídos dividendos. **Parágrafo 2º** - A Diretoria, se verificadas lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço, poderá, ao seu critério, declarar dividendos intermediários e distribuí-los aos sócios, na proporção de sua participação societária. **Artigo 15** - Apurado o resultado do exercício e deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda, o lucro líquido será dada a seguinte destinação: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme previsto pela Lei 6.404/76, artigo 193; e b) 25% (vinte e cinco por cento) a conta de dividendos obrigatórios não cumulativos, ajustados conforme a Lei nº 6.404/76, artigo 202, inciso 1. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral deliberará sobre a destinação do lucro remanescente, podendo distribuí-lo parcialmente na forma de participação nos lucros ou resultados. **Parágrafo 2º** - O valor pago ou creditado a título de juros sobre capital próprio será imputado ao dividendo mínimo obrigatório do exercício, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Sociedade para todos os efeitos legais. **Artigo 16** - Os dividendos atribuídos e não retirados não renderão juros nem serão passíveis de correção monetária e prescreverão por decurso de prazo em favor da Sociedade após decorrido 3 (três) anos de sua distribuição. **Capítulo VII - Dissolução - Artigo 17** - A Sociedade se dissolverá nos casos previstos na lei ou por deliberação da Assembleia Geral, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante que deva funcionar durante o período. **Capítulo VIII - Disposições Finais - Artigo 18** - Os casos omissos e as hipóteses não previstas neste - Estatuto Social reger-se-ão pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 19** - Fica eleito o Foro da Comarca de Barueri/SP, como o único e exclusivamente competente para dirimir quaisquer questões originadas deste Estatuto, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser. **04** - Que, foram nomeados Diretores, como preceitua a letra "f", do § 2º, do Artigo 88, da Lei nº 6.404/76, para cumprir mandato previsto, na forma do artigo 8º do Estatuto Social, os seguintes Diretores: (I) **Marco Antonio Valente**, brasileiro, natural de São Paulo/SP, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, posteriormente à Lei 6.515/77, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 012.279.898-81, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.126.630-9 SSP/SP, residente e domiciliado em Vitoria/ES, na Rua Desembargador João Manoel de Carvalho, 100 - apartamento 702 - Barro Vermelho, CEP: 29057-630; (II) **Ricardo Gonçalves Valente**, brasileiro, natural de São Paulo/SP, casado pelo regime de separação total de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 003.057.278-93, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.980.532-2 SSP/SP, residente e domiciliado em Barueri/SP, Praça Diapoque, nº 360, apartamento 602 - Bairro Alphaville, CEP: 06454-060; e (III) **Cristina Maria Valente Atchabahian**, brasileira, natural de São Paulo/SP, casada pelo regime de separação total de bens, economista inscrita no CRE sob nº 26598-5 - 2ª Região, e engenheira civil inscrita no CREA sob nº 5.061.078.390/D, inscrita no CPF/MF sob nº 119.312.718-10, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11.110.980-2 SSP/SP, residente e domiciliada em Barueri/SP, na Praça Diapoque, nº 360, apartamento 402, Bairro Alphaville, CEP: 06454-060. **05** - Pelos Diretores me foi declarado que aceitam a presente nomeação, nada tendo a se opor. **06** - Que, os Diretores perceberão conjuntamente a remuneração a ser definida em Assembleia Geral Ordinária. **07** - Os membros da Diretoria assinam a presente ata aceitando os cargos para os quais foram eleitos, afirmando que: (i) conhecem plenamente a legislação e não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer as atividades empresariais, ou a administração de companhias empresariais nem por lei especial, nem condenados ou sob efeito de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; (ii) preenchem os requisitos previstos na regulamentação acima referida.



**FERTILIZANTES HERINGER S.A.**

Companhia Aberta de Capital Autorizado  
CNPJ/MF nº 22.266.175/0001-88

**Assembleia Geral Ordinária**

Ficam os Senhores acionistas da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia" ou "AG") que será realizada, em primeira convocação, às 14:00h do dia 27 de abril de 2026, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §3º, e artigo 28, §2º, ambos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 23 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital") e com prazo de cadastramento até o final do dia 25 de abril de 2026, conforme artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, a fim de apreciar e deliberarem sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, conforme descritas abaixo. **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Apreciar o Relatório Anual da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia e suas notas explicativas, apresentada em conjunto com o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Comitê de Auditoria, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Definir o número de membros efetivos que compoão o Conselho de Administração da Companhia; (iii) Deliberar sobre a independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Nos termos do artigo 125 da Lei das S.A., para a instalação da Assembleia em primeira convocação, será necessário o comparecimento hábil de acionistas e/ou seus representantes legais, detentores de, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto. Caso o quórum acima não seja atingido, será divulgado novo edital de convocação informando a nova data para a realização da Assembleia em segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, devendo a Assembleia ser instalada nesta data com a presença de qualquer número de acionistas. A aprovação das matérias a serem apreciadas na Assembleia dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do art. 129 da Lei das S.A. **Instruções para Participação:** Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. e da decisão 01, Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil); (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro. A participação do acionista será realizada de forma exclusivamente virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, sem prejuízo do envio de boletim de voto a distância, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 5º, inciso III e do artigo 28, §2º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto a distância; ou (b) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que deseje votar na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para tal, identificado por meio do número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), serão desconsideradas. Para fins do artigo 5º, §4º da Resolução CVM 81, a Companhia optou pela realização da AG de modo exclusivamente digital para promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos, sendo a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias. Conforme dispõe o artigo 28, § 1º, da Resolução CVM 81, o sistema eletrônico assegurará o envio prévio do boletim de voto a distância, registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como, na hipótese de participação a distância: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Para participarem virtualmente da Assembleia, os acionistas deverão acessar o seguinte link: <https://assembleia.ten.com.br/412955338>, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 25 de abril de 2026, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, ocasião em que deverão apresentar as seguintes informações: (i) nome, e-mail, telefone e número do documento de identificação do acionista, procurador ou representante legal, indicando orientação para a participação Ao Vivo do acionista ou representante e (ii) os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá uma mensagem de confirmação de que seu cadastro foi realizado com sucesso e poderá acessar a plataforma por meio de e-mail utilizado para o cadastro. Para fins de cadastro prévio, os acionistas deverão enviar por meio do link da Plataforma Digital suas digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia de documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; e (3) na hipótese de representação do acionista, cópia da procuração. Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiros de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar por meio do link da Plataforma Digital, suas digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia do contrato ou estatuto social; (2) cópia do ato societário de eleição do administrador (a que comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b) outorgar a procuração para que o terceiro procurador represente a acionista pessoa jurídica na Assembleia; (3) cópia de documento hábil de identidade do representante. No caso de acionistas que forem fundos de investimento, o representante deverá apresentar ainda, por meio do link da Plataforma Digital, suas digitalizadas dos seguintes documentos: (1) cópia do último regulamento consolidado; (2) cópia da documentação que comprove os poderes do administrador ou gestor para representar o fundo em assembleias; (3) cópia da documentação referente à pessoa jurídica, na forma do parágrafo anterior, que comprove os poderes do representante do administrador ou gestor para representar o fundo de investimento; e (4) cópia de documento hábil de identidade do representante. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o seu escritório, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notificação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros. A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 ("Código Penal"). A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica. O acesso à Assembleia será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Edital de Convocação. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo representações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é indicado ao acionista ou representante que utilize uma margem de 3 dias de antecedência do encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada. Dessa forma, em caso de pendências, o acionista ou representante terá mais tempo hábil para providenciar as pendências e se manter no prazo. **Boletim de Voto a Distância:** Caso o acionista opte pelo exercício do direito de voto através do boletim de voto a distância ("BVD") disponibilizado pela Companhia nos termos da Resolução CVM 81, o acionista poderá enviar o BVD por meio dos seguintes canais: (i) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas no Itaú Unibanco S.A., instituição financeira responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, transmitidas as instruções de voto para o agente escriturador, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo mesmo, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia; (2) caso tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto (i) diretamente para a Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; ou (ii) para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia, conforme informado no Manual para Participação na Assembleia; ou (3) diretamente à Companhia, por meio da Plataforma Digital, que será o único meio de envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia, excluída a possibilidade de envio por correio postal ou eletrônico, nos termos do artigo 27, § 7º, da Resolução CVM 81. Para mais informações, vide orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD. Para informações adicionais acerca do exercício do direito de voto a distância, solicitamos aos acionistas que verifiquem as regras previstas na Resolução CVM 81, bem como as orientações e prazos constantes do Manual para Participação na Assembleia e do BVD publicados pela Companhia. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio do envio do Boletim diretamente à Companhia deverá fazê-lo por meio da Plataforma Digital, acessando o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/412955338>, em até 4 (quatro) dias antes da data da AG, ou seja, até 23 de abril de 2026 (inclusive). O acionista deverá: (i) acessar o endereço eletrônico mencionado acima; (ii) realizar o cadastro com login e senha únicos, indicando que deseja participar "via Boletim de Voto a Distância", acompanhado da documentação necessária, conforme explicado acima; (iii) preencher os campos de opções de voto no guia "ASSEMBLEIA"; e (iv) confirmar o seu voto. Em qualquer hipótese, o prazo para a entrega do BVD e de todos os documentos necessários não poderá ultrapassar o prazo limite para recebimento do BVD, qual seja, 23 de abril de 2026. **Voto Múltiplo:** Em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), devendo essa facultade ser exercida pelos acionistas, por escrito, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da AG, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A. e do artigo 3º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022. Contudo, a administração da Companhia destaca a importância de que os eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. **Instalação do Conselho Fiscal.** Ainda, em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161, § 2º, da Lei das S.A., é de 2% (dois por cento). As demais orientações e informações para a participação virtual na Assembleia, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.gov.br/cvm/pt-br](http://www.gov.br/cvm/pt-br)), da B3 e da Companhia (<https://ri.heringer.com.br/>), Paulínia, 27 de março de 2026.

**Nikolay Vaslichikov** - Presidente do Conselho de Administração

¹ Em cumprimento com o artigo 5º da Resolução CVM 81, nos termos do artigo 141 da Lei 6.404/1976, combinado com o artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia, ou seja, até as 14 horas do dia 25 de abril de 2026. ² O envio do BVD por meio da Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão dispensa a necessidade de credenciamento prévio do acionista.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**Zetta Infraestrutura e Participações S.A.**

CNPJ/MF Nº 07.696.380/0001-43 - NIRE 35.300.449.894

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de Março de 2026.**

**Data, Hora e Local:** No dia 17 de março de 2026, às 11:00 horas, na sede social da Zetta Infraestrutura e Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1356, Edifício Mykonos, conjunto 152, sala A, Vila Olímpia, São Paulo capital, CEP nº 04.547-005. **Convocação:** Convocação dispensada face ao comparecimento U25 Participações Ltda., única acionista da Companhia, conforme faculta o artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. ("Anexo I"). **Mesa:** Presidente: Jorge Eduardo da Silva Fernandes de Abreu Neto. Secretário: Renata Lucarello. **Ordem do Dia:** (i) Renúncia do Diretor, sem designação específica Sr. Rafael Henrique Guerra, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade R.G. 34879200 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 313.425.178-73, domiciliado na Rua Gomes de Carvalho, 1356, Sala A, Edifício Mykonos, conjunto 152, Vila Olímpia, São Paulo capital, CEP nº 04.547-005; (ii) Eleição Sr. Augusto César Ferreira e Uzeda, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, RG nº 124699049-SSP/BA, inscrito no CPF sob nº 262.320.815-87, domiciliado na Rua Gomes de Carvalho, 1356, Sala A, Edifício Mykonos, conjunto 152, Vila Olímpia, São Paulo capital, CEP nº 04.547-005; (iii) Alteração do cargo de Diretor-Presidente para Diretor sem designação específica do Sr. Jorge Eduardo da Silva Fernandes de Abreu Neto, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 0504575430 SSP-BA, inscrito no CPF sob nº 887.751.355-15, residente e domiciliado na Rua Gomes de Carvalho, 1356, Sala A, Edifício Mykonos, conjunto 152, Vila Olímpia, São Paulo capital, CEP nº 04.547-005; (iv) reinício do mandato do Sr. Jorge Eduardo da Silva Fernandes de Abreu Neto na Diretoria; (v) alteração do artigo 9º e § 1º do Estatuto; **Deliberações:** Após exame e discussão da matéria constante da ordem do dia, os sócios deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, aprovar (i) a renúncia do cargo de Diretor sem designação específica, do Sr. Rafael Henrique Guerra, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade R.G. 34879200 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº. 313.425.178-73, domiciliado na Rua Gomes de Carvalho, 1356, Sala A, Edifício Mykonos, conjunto 152, Vila Olímpia, São Paulo capital, CEP nº 04.547-005; (ii) a eleição do Sr. Augusto César Ferreira e Uzeda, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, RG nº 124699049-SSP/BA, inscrito no CPF sob nº 262.320.815-87, domiciliado na Rua Gomes de Carvalho, 1356, Sala A, Edifício Mykonos, conjunto 152, Vila Olímpia, São Paulo capital, CEP nº 04.547-005; (iii) alteração do cargo de Diretor-Presidente para Diretor sem designação específica do Sr. Jorge Eduardo da Silva Fernandes de Abreu Neto, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 0504575430 SSP-BA, inscrito no CPF sob o nº 887.751.355-15, residente e domiciliado na Rua Gomes de Carvalho, 1356, Sala A, Edifício Mykonos, conjunto 152, Vila Olímpia, São Paulo capital, CEP nº 04.547-005; (iv) diante da alteração de cargo de Diretoria, aprova-se o reinício do mandato do Sr. Jorge Eduardo da Silva Fernandes de Abreu Neto, acima qualificado, na Diretoria, conforme termo de posse em anexo (Anexo III); (v) alteração do Art. 9º e § 1º do Estatuto, que passará a vigorar com a presente redação: Artigo 9º - A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo dois e no máximo cinco diretores, sendo 1 (do) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto; § 1º - O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, permitida a reeleição (vi) consolidação do Estatuto, considerando a alteração acima (Anexo IV). **Ata em Forma de Sumário:** Foi autorizada pela Assembleia Geral a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. **Acionistas:** U25 Participações Ltda - única acionista. "Certifico que a presente é e cópia fiel da Ata de Assembleia Geral Extraordinária lavrada em livro próprio". **Lista de Presença de Acionistas:** U25 Participações Ltda. - Representada por Taluhana Barros Uzeda Guerra; **Lista de Presença da Mesa:** Jorge Eduardo da Silva Fernandes de Abreu Neto - Presidente; Renata Lucarello - Secretária. **Estatuto Social - Capítulo I Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto - Artigo 1º -** A Zetta Infraestrutura e Participações S.A., é uma sociedade anônima que reger-se-á pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto: (i) a participação em outras sociedades, empresárias e não empresárias, como sócia, acionista ou quotista; e (ii) a exploração e execução de obras e serviços públicos, bem como o uso e a exploração de bens públicos em geral, mediante concessão, permissão, autorização ou parceria público-privada, em relação à administração pública direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal (iii) locação de mão de obra temporária; (iv) fornecimento de mão de obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados e trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviços; (v) serviços de estacionamento e guarda de veículos; (vi) serviços de remoção ou reboque de veículos; (vii) construção de edifícios; (viii) pesquisa de mercado e opinião pública; e (ix) consultoria em gestão empresarial Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1356, Edifício Mykonos, conjunto 152, sala A, Vila Olímpia, São Paulo capital, CEP nº 04.547-005, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade será indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social e Ações - Artigo 5º -** O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 70.728.193,00 (setenta milhões, setecentos e vinte e oito mil, cento e noventa e três reais), divididos em 70.728.193,00 (setenta milhões, setecentos e vinte e oito mil, cento e noventa e três reais) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. § 1º - Todas as ações da Companhia são nominativas, facultada a adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, em instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. § 2º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais. § 3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetuada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Geral, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º - Poderão ser emitidas, sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia geral, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º - A alteração deste Estatuto Social, na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações, não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando das ações de cada espécie ou classe de ações. § 6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações, dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 6º - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. Parágrafo Único - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 7º - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceito pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Artigo 8º - A Companhia só registrará a transferência de ações que se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III - Da Administração - Artigo 9º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo dois e no máximo cinco diretores, sendo 1 (do) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, permitida a reeleição. § 2º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição e separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por mandatários da companhia que vierem a constituir, e deverão ser especificados o que poderão praticar e a duração do mandato, sendo que, no caso de mandato judicial, poderá esse ser por prazo indeterminado. § 5º - Compete à Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada. § 6º - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 10 - A Diretoria será representada por quaisquer de seus Diretores, que terão plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - Além das demais matérias submetidas à apreciação nos termos deste Estatuto, compete à diretoria: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, em Reunião de Diretoria; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; e c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral, em Reunião de Diretoria. § 2º - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. Havendo empate nas deliberações, o voto de qualidade será dado pelo Diretor Presidente. § 5º - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 11º - Os Diretores farão, isoladamente, a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhe executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 12º - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir, endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado por qualquer Diretor, observado, quanto à nomeação de mandatários, o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão assinados isoladamente por qualquer dos Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e o prazo certo de duração, que não poderá ser superior a um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. **Capítulo IV - Assembleia Geral - Artigo 13º -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. § 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada na forma da lei, bem como por qualquer Diretor no exercício de suas funções, e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste Estatuto, serão tomadas por maioria de votos dos presentes na Assembleia Geral. § 3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato serem depositados, na sede social, com um dia de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 14º -** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI - Exercício Social e Lucros - Artigo 15º -** exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 16º - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º - Atribuído-se-á, à Reserva para Investimentos, que não poderá exceder 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscção de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 17º - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária, e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 18º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta de reserva para Investimentos a que se refere o § 1º do artigo. § 2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII - Liquidação - Artigo 19º -** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º - A Assembleia Geral, que deliberar sobre a liquidação, caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º - A Assembleia Geral poderá eleger o Conselho Fiscal para o período da liquidação. São Paulo (SP), 17 de março de 2026. **Lista de Presença de Acionistas:** U25 Participações Ltda.; Representada por Taluhana Barros Uzeda Guerra **Lista de Presença da Mesa:** Jorge Eduardo da Silva Fernandes de Abreu Neto - Presidente; Renata Lucarello - Secretária. Juceps nº 139.646/26-7 em 26/03/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

**Azul S.A.**

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 - NIRE 35.300.361.130 - CVM 24112 - Companhia Aberta

**Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a Ser realizada em 30 de abril de 2026**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Azul S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada, em primeira convocação, no dia **30 de abril de 2026, às 16h00**, de forma exclusivamente digital, por meio de participação pelo sistema eletrônico da plataforma Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a qual será considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulihôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias, da ordem do dia: **(1)** Tomar as contas dos administradores, assim como examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal; **(2)** Deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **(3)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. O quórum necessário para a instalação da AGO é de 1/4 (um quarto) das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso o quórum legal não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a data de realização da AGO em segunda convocação. A AGO realizada em segunda convocação será instalada com a presença de qualquer número de acionistas. Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 129 da LSA, as matérias integrantes da Ordem do Dia serão aprovadas mediante voto favorável de acionistas titulares da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia presentes à AGO. Considerando que o mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal se encerra na data da presente AGO, em cumprimento ao artigo 5º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"), e nos termos do artigo 161 da LSA, combinado com o artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações ordinárias solicitar a instalação do Conselho Fiscal. **Instruções Gerais.** Nos termos do artigo 126 da LSA, os acionistas titulares de ações escriturais mantidas junto à Itai Corretora de Valores S.A. ("Itaú") ou à Central Depositária da B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão ("B3") poderão participar da AGO: **(i)** pessoalmente ou por seus representantes legais; ou **(ii)** por procuradores devidamente constituídos, em qualquer caso, de forma digital. As procurações deverão ser outorgadas em conformidade com o artigo 126 da LSA. As diretrizes sobre a documentação exigida, conforme o caso, estão resumidas abaixo e detalhadas na Proposta da Administração para a AGO. **Participação.** Acionistas que desejem participar da AGO deverão efetuar o seu cadastro na Plataforma Digital até **28 de abril de 2026 (inclusive)**, em conformidade com a RCVM 81, observando as etapas abaixo: **(i)** Acessar o seguinte endereço eletrônico: <https://assembleia.ten.com.br/719275915>; **(ii)** Realizar o cadastro no endereço eletrônico acima, criando login e senha únicos, e enviar a documentação exigida indicada abaixo; **(iii)** Caso a Plataforma Digital indique pendências de informações ou documentos, providenciar as complementações solicitadas; e **(iv)** Uma vez aprovado o cadastro, acessar o mesmo endereço eletrônico na data e horário agendados para a AGO. Recomenda-se acessar a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, uma vez que não será permitida a entrada após o início da AGO. O acionista deverá apresentar os seguintes documentos: **(i)** se pessoa física: documento de identificação original com foto (exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas), ou documento de identificação original com foto do procurador, acompanhado da correspondente procuração, caso aplicável; **(ii)** se pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais; e **(iii)** se fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais. Após a análise da solicitação, os acionistas com cadastro devidamente regularizado receberão e-mail de confirmação de aprovação do cadastro. Caso o acionista não receba o e-mail de confirmação em até 24 (vinte e quatro) horas antes da AGO, deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail [invest@voaezul.com.br](mailto:invest@voaezul.com.br). **Boletim de Voto a Distância.** Os acionistas poderão exercer seu direito de voto na AGO por meio de boletim de voto a distância ("Boletim" ou "BVD"), nos termos da RCVM 81. O Boletim será disponibilizado pela Companhia na Plataforma Digital, em seu website de Relações com Investidores (<https://ri.voaezul.com.br>), bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br>). Os acionistas que optarem por exercer o voto a distância poderão: **(i)** preencher o Boletim, nos termos das instruções abaixo, e submetê-lo diretamente à Companhia por meio da Plataforma Digital conforme instruções contidas abaixo; **(ii)** caso detenham ações de emissão da Companhia depositadas na Central Depositária da B3, encaminhar as instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3, de acordo com os seus procedimentos e documentação exigida; **(iii)** caso detenham ações de emissão da Companhia depositadas na Central Depositária da B3, encaminhar as instruções de voto à instituição custodiante, que as enviará à Central Depositária da B3, observados seus procedimentos e documentação exigida; ou **(iv)** caso detenham ações de emissão da Companhia mantidas na escrituração do escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú, encaminhar as instruções de voto ao Itaú, em conformidade com seus procedimentos e documentação exigida. Nos termos do artigo 27 da RCVM 81, o prazo limite para recebimento do BVD diretamente pela Companhia ou por prestadores de serviços habilitados à coleta e transmissão de instruções de preenchimento do BVD é **26 de abril de 2026 (inclusive)**. Os BVDs recebidos após essa data não serão considerados válidos para o cômputo de votos. As diretrizes detalhadas para o exercício do direito de voto por meio do Boletim estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGO. A Proposta da Administração, contendo todas as informações necessárias para o melhor entendimento das matérias a serem deliberadas na AGO e dos procedimentos para participação, encontra-se disponível na sede da Companhia, no seu website de Relações com Investidores (<https://ri.voaezul.com.br/>), bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/>), da B3 (<https://www.b3.com.br/>) e da U.S. Securities and Exchange Commission - SEC (<https://www.sec.gov/>), nos termos do artigo 124, § 6º, e do artigo 135, § 3º, da LSA e do artigo 7º da RCVM 81. Barueri/SP, 31 de março de 2026. **David Gary Neeleman** - Presidente do Conselho de Administração. (31/03, 01 e 02/04/2026)

**Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.**

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - (Companhia Aberta)

**Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de Março de 2026.**

**1. Data, Local e Hora:** Aos 09 dias do mês de março de 2026, às 10h, na sede social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., localizada na cidade de Lins, Estado de São Paulo, Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451 - Centro, CEP 16.400-040, Caixa Postal 844 ("Companhia").

**2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia.

**3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu o Sra. Larissa Mardegan Ribeiro de Souza para secretária-lu.

**4. Ordem do Dia:** (a) Encaminhar para deliberação em sede de Assembleia Geral Ordinária (AGO): (i) o exame das contas dos administradores, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras Anuais, acompanhada do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, autorizando-se a publicação das Demonstrações Financeiras, nos termos da Lei, (ii) a proposta da Administração para o prejuízo do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, (iii) proposta de ratificação da aprovação da remuneração dos administradores da Companhia realizada no exercício de 2025, (iv) Proposta de Remuneração dos Administradores para o exercício 2026 ad referendum da Assembleia Geral, e; (b) Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria.

**5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a análise e discussão da matéria objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

**5.1.** Aprovar o relatório da Administração e as Contas da Diretoria, nos termos do artigo 23, inciso X, do Estatuto Social, bem como encaminhar à Assembleia Geral Ordinária da Companhia o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme documentos a serem publicados em 10 de março de 2026, recomendando que tais documentos sejam aprovados.

**5.2.** Aprovar a proposta de que o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 25.846.172,98 (vinte e cinco milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, cento e setenta e dois reais e noventa e oito centavos) seja destinado para prejuízos acumulados, nos termos do artigo 23º inciso IX, do Estatuto Social, ad referendum da Assembleia Geral, bem como encaminhar referida proposta à Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

**5.3.** Aprovar o encaminhamento para deliberação aos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e recomendar a ratificação da aprovação da remuneração dos administradores da Companhia realizada no exercício de 2025, conforme demonstrações financeiras e prestação de contas.

**5.4.** Aprovar o encaminhamento para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a proposta de remuneração global dos administradores para o exercício de 2026, no montante de até R\$ 4.968.747,00 (quatro milhões, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e sete reais).

**5.5.** Aprovar a reeleição dos membros da Diretoria Executiva da Companhia, cujo mandato terá início em 28 de abril de 2026 e término na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social de 2027. Sendo assim, a Diretoria Executiva continuará a ser composta pelos seguintes membros: (a) Sr. Roberto Paulo Hanke, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 776.868-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 160.359.259-87, com endereço comercial na Cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Centro, CEP 16.400-040, ocupando o cargo de Diretor Presidente e Relações com Investidores da Companhia. (b) Sr. Daniel Ramos Vitorino, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 7086385676 (S3S/RS) e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.153.940-60, com endereço comercial na Cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Centro, CEP 16.400-040, ocupando o cargo de Diretor de Engenharia e Operações da Companhia e Responsável Técnico da Companhia, e; (c) Sr. José Garcia Neto, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 40.342.691-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 358.746.798-63, com endereço comercial na Cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Centro, CEP 16.400-040, ocupando o cargo de Diretor Administrativo - Financeiro da Companhia.

**5.5.1.** Os Diretores ora reeleitos tomam posse de seus respectivos cargos, mediante assinatura do respectivo termo de posse, com declaração de desimpedimento, lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões de Conselho de Administração, arquivado na sede da Companhia, declarando, nos termos e para fins do artigo 53, IV do Decreto nº 1.800/96 e § 1º do artigo 147 da Lei das S.A., sob as penas da lei, não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**5.6.** Por fim, o Conselho da Companhia autorizou que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratifique todos os atos já praticados para tais finalidades.

**6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o ratificante deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, uma vez lida, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Lins, 09 de março de 2026. **Carlo Alberto Bottarelli** - Presidente; **Luiz Fernando Wolff de Carvalho** - Conselheiro; **João Villar Garcia** - Conselheiro; **Roberto Solheide da Costa** - Conselheiro; **Marcos Paulo Fernandes Pereira** - Conselheiro; **Larissa Mardegan Ribeiro de Souza** - Secretária. Juceps nº 098.240/26-2 em 23/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 – Companhia Aberta

### Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2026

Convocamos os Senhores Acionistas do **Grupo Toky S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.561.201 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 31.553.627/0001-01, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) como companhia aberta categoria “A” sob o código 2546-1 (“**Companhia**”), nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/1976 (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM 81/2022, a ser reunirem, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital “Ten Meetings” (“**Plataforma Digital**”), sendo admitido, ainda, o envio de boletins de voto à distância (“**Boletins de Voto**”), em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10:00 horas (“**Asssembleia Geral**”), a fim de examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital como forma de promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos. **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes da Companhia; (ii) o relatório da administração e a aprovação, com reservas, das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) condicionado à rejeição da matéria indicada no item (ii) acima, o relatório da administração e aprovação, sem reservas, das contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (iv) ratificação da eleição do Sr. Leonardo Gasparin como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (v) ratificação da eleição do Sr. Felipe Fonseca Pereira como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (vi) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo Estratégia Fundo de Investimento Financeiro (“**Quartzo**”), deliberar sobre a destituição do Sr. Marcelo Rodrigues Marques do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (vii) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Victor Pereira Noda do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (viii) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (ix) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Daniel Vinicius Alberini Schrickte do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (x) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Leonardo Gasparin do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (xi) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quartzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Felipe Fonseca Pereira do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (xii) em caso de rejeição de todas as propostas de destituição membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 6 (seis) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xiii) em caso de aprovação da destituição de um membro do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xiv) em caso de aprovação da destituição de dois membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, a eleição de um novo membro para o Conselho de Administração para cumprir o prazo unificado de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026, (xv) em caso de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração para o mandato a iniciar-se na data da Assembleia Geral e a encerrar-se na assembleia geral ordinária de 2028; e (xvi) exclusivamente em caso de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, a eleição de novos membros para o Conselho de Administração para o mandato a iniciar-se na data da Assembleia Geral e a encerrar-se na assembleia geral ordinária de 2028. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; (ii) grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 4 (quatro) ações para 1 (uma) ação, sem modificação do valor do capital social da Companhia; (iii) alterar o caput do artigo 5º, do estatuto social da Companhia (“**Estatuto Social**”), para refletir: (a) os aumentos de capital social da Companhia aprovados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 14 de novembro de 2025 e 30 de dezembro de 2025; e (b) o grupamento de ações, sujeito à aprovação da matéria indicada no item (ii) acima, bem como a consequente consolidação do Estatuto Social; **Informações e Instruções Gerais:** A Assembleia Geral será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, sendo admitido, ainda, o envio de Boletim de Voto. Os acionistas que participarem da Assembleia Geral serão considerados presentes à Assembleia Geral, e assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81/2022. **Participação por meio da Plataforma Digital:** Os acionistas que desejarem participar na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, deverão acessar o website <https://assembleia.ten.com.br/606245023>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia Geral, **com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia Geral (ou seja, até o dia 28 de abril de 2026, inclusive)** (“**Cadastro**”). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a Plataforma Digital por meio do login e senha utilizados no Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e de seu representante legal ou procurador, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) e/ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos seguintes documentos necessários para participação na Assembleia Geral: (a) comprovante expedido pela instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, a saber o Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DITVM (“**Escriturador**”) ou, com relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso aplicável, o instrumento de mandato; e, ainda, (c) os documentos de identidade e/ou comprovação de poderes a seguir: (1) **para acionista pessoa física:** cópia do documento de identidade do acionista ou de seu procurador, conforme aplicável; (2) **para acionista pessoa jurídica:** cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e cópia do documento de identidade de cada representante legal do acionista ou procurador do acionista, conforme o caso; e (3) **para acionista fundo de investimento:** cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; cópia do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e cópia do documento de identidade de cada representante legal do fundo de investimento ou procurador, conforme o caso. Caso o acionista venha a ser representado por representante legal ou por procurador devidamente constituído, o referido representante legal ou procurador deverá realizar o Cadastro com seus respectivos dados, por meio do website <https://assembleia.ten.com.br/606245023>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, o representante legal ou procurador deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O representante legal ou procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciária, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O representante legal ou procurador que porventura representar mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia Geral pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Validação a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, que autorizará apenas o único acesso na Assembleia Geral. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) para realização do Cadastro. Caso o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail <ri@mobly.com.br>, até as 18:00 horas do dia 29 de abril de 2026, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não efetuarem o Cadastro, que não completarem o Cadastro com a apresentação da integralidade da documentação requerida e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia Geral na forma e prazos previstos acima. **Acionistas representados por procuradores:** A administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em seu nome relativamente às matérias objeto da Assembleia Geral. Para participação por meio de procurador, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafo 1º, da Lei 10.406/2002 (“**Código Civil**”), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM nº RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista, advogado ou instituição financeira. Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia Geral, conforme procedimentos descritos acima. **Participação por meio de Boletim de Voto:** Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar, por meio da Plataforma Digital, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81/2022 e as instruções descritas na Proposta da Administração, os acionistas poderão exercer o seu respectivo direito de voto na Assembleia Geral por meio do preenchimento e entrega de Boletim de Voto, conforme modelo disponibilizado pela Companhia, que contemplará a transmissão de suas respectivas instruções de voto com relação às matérias constantes da ordem do dia, (i) diretamente à Companhia, exclusivamente por meio da Plataforma Digital, mediante a realização do Cadastro; (ii) ao Escriturador, caso as ações não estejam depositadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”); (iii) caso as ações estejam depositadas na B3, às respectivas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia de tais ações; ou (iv) caso as ações estejam depositadas na B3, à Central Depositária da B3. **Em qualquer das hipóteses acima, os acionistas deverão assegurar que o Boletim de Voto seja recebido até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia Geral (isto é, até o dia 26 de abril de 2026).** **Eventuais Boletins de Voto recepcionados após a data acima indicada serão desconsiderados. Documentos à Disposição dos Acionistas:** A Proposta da Administração, contemplando os documentos e as informações exigidas pela legislação e pela regulamentação aplicáveis com relação às matérias da ordem do dia, incluindo a proposta do acionista Quartzo, e, ainda, este edital de convocação, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia (investors.grupotoky.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br). Na hipótese de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração e, consequentemente, de deliberação sobre a eleição da totalidade dos membros do órgão, nos termos das matérias constantes dos itens (xvi) e (xvii) da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, a referida eleição será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81/2022 e da Resolução CVM 80/2022, sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos do art. 3º da Resolução CVM 70/2022, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral para o exercício de tal faculdade. Nos termos do artigo 5º, inciso I A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações. Caso, por ocasião da Assembleia Geral, não haja candidatos ao Conselho Fiscal, a solicitação de instalação formulada por meio do Boletim de Voto ficará sem efeito, conforme artigo 36, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. São Paulo, 31 de março de 2026. **Marcelo Rodrigues Marques** – Presidente do Conselho de Administração. (31/03, 01 e 02/04/2026)

## Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 – Companhia Aberta

### Aviso aos Acionistas

A **Grupo Toky S.A.** (“**Companhia**”), em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia serão colocados, nesta data, à disposição na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, bem como nos websites da Companhia (investors.grupotoky.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia. São Paulo, 31 de março de 2026. **Marcelo Rodrigues Marques** – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (31/03, 01 e 02/04/2026)

## Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

CNPJ/MF nº 55.198.181/0001-02 – NIRE 35300647807

### Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de Fevereiro de 2026

**1. Data, Hora e Local:** Em 20 de fevereiro de 2026, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Barão de Paranapiacaba, nº 233, 20º andar, Encruzilhada, Santos/SP, CEP 11050-251. **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 17, § 5º, do Estatuto Social da Companhia, em razão do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente: Marco Antonio Salvini; e Secretário: Nei Moreira Junior. **4. Ordem do dia:** Deliberação acerca da necessidade de formalização de aditivo contratual ao Contrato ENG 057-0/2025, celebrado em 13/06/2025 com a Parte Relacionada CLD – Construtora, Laços Detetores e Eletrônica Ltda, cujo objeto é implementação, reparo e adequação da Sinalização Horizontal viária para adequá-los aos padrões e especificações vigentes no Programa Inicial (PI) da Concessionária. **5. Deliberações:** Iniciada a reunião, foi dada a palavra ao Sr. José Roberto de Jesus Pinheiro, que fez a apresentação acerca da necessidade de formalização do Termo Aditivo ao Contrato ENG 057-0/2025, com efeitos retroativos, cujo objeto consistia na prestação de serviços de implementação, reparo e adequação da Sinalização Horizontal viária para adequá-los aos padrões e especificações vigentes no Programa Inicial (PI) da CONCESSIONÁRIA. Foi esclarecido que os quantitativos originais foram baseados em levantamentos de retrorefletância de 2024, os quais previam o fornecimento de 53.032 tachas, prevendo o reaproveitamento parcial das tachas existentes e a pintura integral da rodovia. Todavia, em virtude da ampliação das intervenções no pavimento e a precariedade do material preexistente implantado pelo DER/SP, foi necessária a remoção de 29.782 tachas que estavam fora dos padrões técnicos que não estavam previstas no escopo inicial da contratação e, a desmobilização comprometeria o cumprimento do Programa Inicial (PI), bem como acarretaria aplicação de penalidades à Companhia. Diante disso, foi reconhecida a necessidade de manutenção dos serviços de fornecimento da sinalização por período adicional de 32 (trinta e dois) dias, concluídos até 31 de Janeiro de 2026 e um acréscimo de R\$ 1.694.236,31 (um milhão, seiscentos e noventa e quatro, duzentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos) ao valor originalmente contratado, de modo a assegurar a regular execução do projeto. Destacou que foi observada a manutenção das condições iniciais de contratação e que, em virtude, do processo anterior ser recente, mantinham-se as vantagens comerciais e técnicas da contratação originária. Reforçou que esta deliberação se faz necessária em virtude de a CLD ser Parte Relacionada, lembrando que se trata de sociedade controlada da Companhia. Razão pela qual o Sr. Labib Faur Auad, representante da CLD, declarou-se impedido, não tendo feito uso da palavra durante as discussões e abstenendo-se de participar da deliberação. Os membros do Conselho de Administração debateram o tema, além de esclarecerem suas dúvidas. Ao final, os Conselheiros aptos a votar, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram a formalização do Termo Aditivo com efeitos retroativos a partir de 30 de Dezembro de 2025, com o objetivo de regularizar o período adicional de execução dos serviços e possibilitar a formalização das medições correspondentes. O aditivo contempla, especificamente a prorrogação do prazo de conclusão do contrato por 32 (trinta e dois) dias e a ampliação do valor global do contrato para R\$ 8.113.694,60 (oito milhões, cento e treze mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos), para atendimento ao Programa Inicial previsto no Contrato de Concessão firmado pela Companhia com o Governo do Estado de São Paulo. Por fim, reiteraram que a aprovação é condicionada à celebração de Termo Aditivo formal e escrito, seguindo os critérios previstos na Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Marco Antonio Salvini - Presidente. Nei Moreira Junior - Secretário. Membros do Conselho de Administração: Marco Antonio Salvini, Claudio Roberto Daud, Lucas Gianella, Thiago Barbosa Leone, Nei Moreira Junior, Labib Faur Auad (impedido), Jorge Marques Moura (impedido), Bruno Ferreira Caramex (impedido) e João Garcia Couri Neto. Santos, 20 de fevereiro de 2026. Mesa: Marco Antonio Salvini - Presidente; Nei Moreira Junior - Secretário. Jucep nº 100.534/26-0 em 27/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824

### Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de março de 2026

**1. Data, Hora e Local:** Em 16 de março de 2026, às 10h00, na sede social na sede social da **Pet Center Comércio e Participações S.A.** (“**Petz**” ou “**Companhia**”), localizada na Rua Doutor Miguel Paulo Capalbo, nº 135, Bairro Pari, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03035-040. **2. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude do comparecimento da única acionista da Companhia, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei das S.A.**”). Nos termos do artigo 3º, inciso III, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 81, de 29 de março de 2022, não são aplicáveis à Companhia as regras do Capítulo III da referida Resolução. **3. Quórum:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Sergio Zimmerman, que convidou o Sr. Paulo Urbano Nassar, para secretariar os trabalhos. **5. Ordem do Dia:** Deliberar: (i) nos termos dos artigos 51, 52 e 55 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, sobre o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta na categoria “A” perante a CVM (“**Cancelamento de Registro**”); e (ii) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima. **6. Deliberações:** Foram aprovadas as seguintes deliberações: (i) o Cancelamento de Registro, o qual está sujeito ao deferimento pela CVM; e (ii) a autorização para o Conselho de Administração e a Diretoria praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações acima, incluindo para tanto, sem limitação, a submissão do pedido de Cancelamento de Registro à CVM. **7. Lavratura da Ata:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, conforme faculta o art. 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a assembleia para que se lavrasse a presente ata, a qual, depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelo Senhor Presidente, pela Secretária e pela única acionista. Mesa: Sergio Zimmerman, Presidente; Paulo Urbano Nassar, Secretário. Acionista presente: União Pet Participações S.A. Confere com a ata original lavrada em livro próprio. São Paulo, 16 de março de 2026. JUCESP nº 144.588/26-2 em 26/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Construtora Anastácio S.A.

CNPJ nº 43.438.001/0001-25 - NIRE 35300483618

RERRATIFICAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTE AO PERÍODO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
	Saldo em:	Saldo em:	Saldo em:
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo</b>	<b>52.172.530,23 D</b>	<b>59.005.078,02 D</b>	<b>59.005.078,02 C</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>19.942.096,03 D</b>	<b>28.858.133,89 D</b>	<b>28.858.133,89 C</b>
Disponibilidades	13.001.026,50 D	24.079.293,24 D	24.079.293,24 C
Bens numerais	5.466,84 D	1.571,99 D	1.571,99 C
Bancos	4.331.746,72 D	1.359.339,43 D	1.359.339,43 C
Aplicações financeiras	8.663.812,94 D	22.718.381,82 D	22.718.381,82 C
Realizável a curto prazo	6.941.069,53 D	4.778.840,65 D	4.778.840,65 C
Cientes	6.626.366,71 D	4.530.039,35 D	4.530.039,35 C
Outros créditos	-	211.994,94 D	211.994,94 C
Impostos retidos	314.702,82 D	30.878,29 D	30.878,29 C
Impostos a recuperar	-	67.684,65 D	67.684,65 C
Realizável a longo prazo	2.186.002,81 D	918.455,94 D	918.455,94 C
Valores a recuperar a longo prazo	2.186.002,81 D	918.455,94 D	918.455,94 C
Depósitos e cauções	1.874.002,81 D	606.455,94 D	606.455,94 C
Créditos e valores	312.000,00 D	312.000,00 D	312.000,00 C
<b>Ativo permanente</b>	<b>30.044.431,39 D</b>	<b>29.228.488,19 D</b>	<b>29.228.488,19 C</b>
Investimentos	10.144.423,13 D	8.845.830,03 D	8.845.830,03 C
Outros investimentos	10.144.423,13 D	8.845.830,03 D	8.845.830,03 C
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>19.900.008,26 D</b>	<b>20.382.658,16 D</b>	<b>20.382.658,16 C</b>
Equipamentos	4.087.230,52 D	3.949.130,52 D	3.949.130,52 C
Maquinas e veículos	57.593.723,04 D	46.662.836,24 D	46.662.836,24 C
Informática	109.547,87 D	109.547,87 D	109.547,87 C
Móveis e utensílios	63.941,40 D	63.941,40 D	63.941,40 C
Depreciação acumulada equipamentos	2.186.340,88 C	1.770.347,30 C	1.770.347,30 C
Depreciação acumulada maquinas e veiculo	39.600.148,46 C	28.468.072,72 C	28.468.072,72 C
Depreciação acumulada de informática	104.003,83 C	100.436,45 C	100.436,45 C
Depreciação acumulada moveis e utensilio	63.941,40 C	63.941,40 C	63.941,40 C
<b>Total do ativo</b>	<b>52.172.530,23 D</b>	<b>59.005.078,02 D</b>	<b>59.005.078,02 C</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>			
	Saldo em:	Saldo em:	
	31/12/2025	31/12/2024	
<b>Receitas</b>			
<b>Receitas</b>			
Receita operacional bruta			
Receita mercado interno			
A vista	1.384,86 C	0,00	0,00
A prazo	128.761.150,53 C	128.471.205,76 C	128.471.205,76 C
Receita mercado interno	128.762.535,39 C	128.471.205,76 C	128.471.205,76 C
Deduções das receitas			
Deduções e abatimentos dos serviços	18.348.528,24 D	28.802.015,38 D	28.802.015,38 D
Deduções e abatimentos dos serviços	18.348.528,24 D	28.802.015,38 D	28.802.015,38 D
<b>Total de receitas</b>	<b>110.414.007,15 C</b>	<b>99.669.190,38 C</b>	<b>99.669.190,38 C</b>
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>110.414.007,15 C</b>	<b>99.669.190,38 C</b>	<b>99.669.190,38 C</b>
<b>Custos</b>			
<b>Custos técnicos</b>			
Custo dos serviços prestados			
Deduções e abatimentos das compras	4.650.654,18 C	12.840,15 C	12.840,15 C
Locação de equipamentos	38.386.476,66 D	0,00	0,00
Mão-de-obra de terceiros	2.352.472,91 D	2.850.805,80 D	2.850.805,80 D
Custo dos serviços prestados	36.088.295,39 D	2.837.965,65 D	2.837.965,65 D
<b>Total de custos</b>	<b>36.088.295,39 D</b>	<b>2.837.965,65 D</b>	<b>2.837.965,65 D</b>
<b>(=) Lucro bruto</b>	<b>74.325.711,76 C</b>	<b>96.831.224,73 C</b>	<b>96.831.224,73 C</b>
<b>Despesas</b>			
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas comerciais / administrativas	21.742.926,57 D	19.268.104,09 D	19.268.104,09 D
Despesas tributárias - federais	302,33 D	100,00 D	100,00 D
Despesas tributárias - estaduais	602.057,15 D	540.674,43 D	540.674,43 D
Despesas tributárias - municipais	207.830,92 D	2.085.871,81 D	2.085.871,81 D
Despesas sociais	15.603.187,09 D	14.060.573,62 D	14.060.573,62 D
Despesas tributárias - sociais	5.974.662,90 D	5.011.290,79 D	5.011.290,79 D
Despesas financeiras	26.034,00 D	332.002,05 D	332.002,05 D
Depreciação	7.845.666,85 D	7.150.806,31 D	7.150.806,31 D
Receitas não operacionais	5.616.925,05 C	2.808.242,87 C	2.808.242,87 C
<b>Total de despesas</b>	<b>57.183.721,66 D</b>	<b>46.917.150,09 D</b>	<b>46.917.150,09 D</b>
<b>(=) Lucro operacional</b>	<b>17.141.990,10 C</b>	<b>49.914.074,64 C</b>	<b>49.914.074,64 C</b>
<b>Resultado financeiro:</b>			
Outras receitas/despesas:			
<b>(=) Lucro antes dos impostos, participação e contribuições</b>	<b>17.141.990,10 C</b>	<b>49.914.074,64 C</b>	<b>49.914.074,64 C</b>
Provisão de impostos:			
Participações e contribuições:			
<b>(=) Total do lucro do período:</b>	<b>17.141.990,10 C</b>	<b>49.914.074,64 C</b>	<b>49.914.074,64 C</b>
<i>Reconhecemos a exatidão da presente demonstração encerrada em 31 de Dezembro de 2025 conforme documentação apresentada.</i>			
<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
	Saldo em:	Saldo em:	
	31/12/2025	31/12/2024	
<b>1 - Receitas</b>			
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	128.762.535,39	128.471.205,76	
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - reversão/ (constituição)	-	-	
1.3) Não operacionais	-	-	
<b>2 - Insumos adquiridos de terceiros</b>			
(Inclui ICMS, IPI, PIS)			
2.1) Matérias-primas consumidas	-	-	
2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos	(36.088.295,39)	(2.837.965,65)	
2.3) Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(21.742.926,57)	(19.268.104,09)	
2.4) Perda/recuperação de valores ativos	-	-	
<b>3 - Valor adicionado bruto</b>	<b>70.931.313,43</b>	<b>106.365.136,02</b>	
<b>4 - Retenções</b>			
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	(7.845.666,85)	(7.150.806,31)	
4.2) Despesas financeiras	(1.991.406,34)	(1.607.971,91)	
<b>5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>61.094.240,24</b>	<b>97.606.357,80</b>	
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>			
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	
6.2) Receitas financeiras	5.616.925,05	2.808.242,87	
<b>7 - Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>66.711.165,29</b>	<b>100.414.600,67</b>	
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>			
8.1) Pessoal e encargos	21.577.849,99	32%	19.071.864,41
8.2) Impostos, taxas e contribuições	27.991.325,20	42%	31.428.661,62
8.3) Juros e aluguéis	-	-	-
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	-	-	-
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	17.141.990,10	26%	49.914.074,64
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>66.711.165,29</b>	<b>100%</b>	<b>100.414.600,67</b>
<b>NOTAS EXPLICATIVAS</b>			
A Sociedade Construtora Anastácio S.A., registrada na JUCESP sob nº 35.300.483.618 em sessão de 20/10/2015 vem através desta explicar as seguintes observações: A sociedade conseguiu se manter em plena atividade durante esses dois últimos anos e apresentou um crescimento muito favorável e um aumento em seu faturamento no ano passado devido a celebração de novos contratos e a formação de novos consórcios em Licitações Públicas Municipais, e ainda manteve-se estável durante todo o exercício com suas finanças equilibradas e suas despesas operacionais e pessoais controladas através de uma excelente gestão administrativa, pois no decorrer desse período houve alterações no quadro societário conforme acordo familiar, onde o acionista Ângelo Elias Santos foi constituído Presidente da Empresa. Pois a empresa conseguiu apresentar seus principais índices econômicos - financeiros dentro das médias aceitáveis para atender todos os requisitos exigíveis em licitações e concorrências Públicas.			
Ângelo Elias Santos - Diretor Presidente		Josias Merchan de Santana - Contador - TC/CRC: 1SP137805/0-0	

## Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da EWALLY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2302, 4º andar, conjunto 42, sala 118, Consolação, CEP 01302-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.714.671/0001-14 e na JUCESP sob NIRE 35.300.490.215 ("Companhia") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), no art. 8º, §1º e §2º do Estatuto Social da Companhia e das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 do acordo de acionistas da Companhia celebrado em 4 de outubro de 2019, conforme aditado, para participar da Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia") que será realizada às 9:30 do dia 30 de abril de 2026, em primeira convocação, e às 9:30 do dia 05 de maio de 2026, em segunda convocação, de forma: (i) presencial, na sede da Companhia, bem como (ii) remotamente, por meio da plataforma eletrônica Google Meet, cujo link de acesso é meet.google.com/kuw-hnrz-zts, a fim de apreciar, discutir, examinar e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Ordem do Dia:** deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) a aprovação do relatório da administração e das respectivas contas dos administradores relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (iii) a aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo/SP, 30 de março de 2026. Joamir Parmejani Bisterzo - Diretor Presidente.

## Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

Aviso aos Acionistas

A Ewally Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), vem por meio deste aviso, comunica, em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 que encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2302, 4º andar, conjunto 142, sala 118, Consolação, CEP 01302-001, os seguintes documentos relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025: (i) cópia das demonstrações financeiras da Companhia, (ii) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos; e (iii) pareceres dos auditores independentes. São Paulo, 30 de março de 2026. Joamir Parmejani Bisterzo - Diretor Presidente.

## Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 30.507.541/0001-71 - NIRE 35.300.574.095

Edital de Convocação

Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. Maurício Caviglia, Diretor Presidente da Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.507.541/0001-71, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.574.095 ("Companhia"), nos termos do Artigo 124, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), convoca todos os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Alameda Rio Negro, nº 1.030, escritório 206, Condomínio Stadium, Bairro Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP: 06454-000, no próximo dia 08 de abril de 2026, às 10:00, em 1ª chamada, e às 11:00, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: (i) o aumento do capital social da Companhia; (ii) em se aprovando o item "i" acima, a alteração do Artigo 5º do Capítulo II do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do estatuto social da Companhia. Barueri - SP, 26 de março de 2026. Maurício Caviglia - Diretor Presidente. (27, 28 e 31.03.2026)

## Vereda Educação S.A.

CNPJ/MF nº 26.193.756/0001-98 - NIRE 35300501322

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Acionistas da Vereda Educação S.A. ("Companhia"), conforme disposto no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 6 de abril de 2026, às 9h00, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Os documentos de suporte que tratam dos assuntos que serão objeto de apreciação e deliberação na Assembleia Geral Ordinária serão enviados via e-mail, conjuntamente com uma Carta explicativa que contém, além de outras informações importantes, o cronograma da Assembleia, o link de acesso à videoconferência e as orientações para o exercício do voto - que será exclusivamente - por meio da plataforma de votação eletrônica online. Os Acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária por procuradores constituídos na forma do Artigo 126, §1º da Lei nº 6.404/76. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia. São Paulo, 27 de março de 2026. Conselho de Administração. (27, 28 e 31.03.2026)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Balço Patrimonial levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)				Demonstrativo da Mutações do Patrimônio Líquido levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)							
		2025	2024			Capital Social	Provisão Dividendos	Retenção de Lucros	Patrimônio Líquido		
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>15.134</b>	<b>268</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>100</b>		<b>30</b>	<b>130</b>		
Caixa e equivalentes de caixa		1.766	257	Lucro do exercício 2024				30	30		
Contas a receber		4.074	8	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>100</b>		<b>30</b>	<b>160</b>		
Impostos a recuperar		453	3	Lucro do exercício 2025				2.030	2.030		
Depósitos e valores caucionados/Outros		8.841	—	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>100</b>		<b>2.060</b>	<b>2.190</b>		
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>25</b>	<b>—</b>	<b>Demonstrativo do Resultado levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)</b>							
Imobilizado		25	—			2025	2024	<b>Fluxo de Caixa Metodo Indireto levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)</b>			
<b>Total do Ativo</b>		<b>15.159</b>	<b>268</b>	<b>Receita Operacional Bruta</b>		<b>21.634</b>	<b>665</b>	<b>Lucro Líquido da Empresa</b>		<b>2.030</b>	<b>30</b>
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>5.955</b>	<b>66</b>	Transporte de cargas		—	473	Depreciação		1	—
Fornecedores		2.799	13	Serviço de transporte intermunicipal		285	42	Amortização		—	—
Impostos e contribuições a recolher		503	54	Serviço armazenagem e depósito de mercadorias		2.183	150	Provisões		107	—
Salários e obrigações sociais		97	—	Serviços de Fretes – CT-e		19.163	—	<b>Lucro Líquido Ajustado</b>		<b>2.138</b>	<b>30</b>
Outras contas a pagar		2.556	—	Serviços Prestados – Mercado Interno		4	—	<b>1) variação do Capital de Giro</b>			
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>7.013</b>	<b>41</b>	<b>Deduções</b>		<b>(3.696)</b>	<b>(126)</b>	<b>A) Ativo circulante</b>			
Mutuos controladas e coligadas		7.013	41	Impostos sobre os serviços prestados		(3.696)	(126)	Aumento de Clientes		(4.065)	(1)
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>2.190</b>	<b>160</b>	Devoluções		—	—	Adiantamentos		(14)	—
Capital social		100	100	<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>17.938</b>	<b>538</b>	Impostos a recuperar		(450)	—
Lucros acumulados		2.090	60	Custo dos serviços prestados		(14.064)	(456)	Outras contas a receber		(8.827)	—
<b>Total do Passivo</b>		<b>15.159</b>	<b>268</b>	<b>Lucro Bruto</b>		<b>3.874</b>	<b>82</b>	<b>B) Ativo não circulante circulante</b>			
<b>Notas Explicativas levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)</b>				<b>Despesas Operacionais</b>		<b>(640)</b>	<b>(42)</b>	<b>C) Passivo circulante</b>			
<b>1. Contexto Operacional</b> – A PCRLOG. ("PCRLOG ou "Companhia") é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado subsidiária da empresa Pacer Logística S.A. – em recuperação judicial, com sede na Rodovia Anhanguera, S/N, KM15 galpão 3 localizado na cidade de São Paulo -SP, atualmente com a operação principal de Transporte de Cargas e Armazenagem. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas no pressuposto à continuidade normal das suas atividades, não contemplando nenhum ajuste nos ativos e passivos que seriam aplicáveis caso a Companhia estivesse em situação de paralisação. <b>Caixa e Equivalentes de caixa:</b> São mantidos em disponibilidades os caixas e os equivalentes de caixa mantidos com o objetivo de atender às necessidades de caixa de curto prazo, não para investimento ou qualquer outro fim. A PCRLOG classifica como equivalentes de caixa aplicações financeiras com vencimentos originais de três meses ou menos como equivalentes de caixa, que podem ser imediatamente convertidas em caixa e está sujeito a um risco imaterial de mudança em seu valor. Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são considerados caixa e equivalentes de caixa, conforme determina a Resolução do CMN nº 3.604/08 e Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação. <b>Patrimônio Líquido:</b> <b>Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 100.000,00, representado por 1.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. <b>Distribuição de lucros:</b> A distribuição de lucro deve respeitar os pontos estabelecidos a seguir: (a) – 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) – 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/76, serão destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios; (c) – No exercício em que os lucros a realizar ultrapassarem o total do lucro líquido deduzindo das parcelas previstas pelos artigos 193 a 196 da Lei Federal nº 6.404/76 a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração destinar o excesso a constituição de reserva de lucro a realizar. (d) – O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. Para o ano de 2025 não houve distribuição de dividendos.											
<b>Diretoria</b>				<b>Contador</b>							
Alexandre Bichara Caldas – Diretor Presidente		Luciano Guedes de Mello Costa – Diretor Vice-Presidente		Alexandre Galvão de Almeida – Diretor Operacional		José Neves de Santana Neto – CRC TC 1SP 125.609/O-0					

Balço Patrimonial levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)				Demonstrativo da Mutações do Patrimônio Líquido levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)							
		Controladora	Consolidado			Capital Social	Provisão Dividendos	Retenção de Lucros	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido Consolidado	
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>24.968</b>	<b>15.777</b>	<b>31.281</b>	<b>16.046</b>	<b>1.000</b>		<b>(63.058)</b>	<b>(62.058)</b>	<b>(62.027)</b>	
Caixa e equivalentes de caixa		296	2.512	2.062	2.768			13.324	13.324	13.324	
Contas a receber		13.958	10.221	18.031	10.229			4.890	4.890	4.919	
Estoques de terceiros		7.304	2.689	7.304	2.689			60	60	—	
Impostos a recuperar		262	—	716	3			(4.300)	(4.300)	(4.300)	
Depósitos e valores caucionados/Outros		3.148	356	3.168	356			(49.085)	(48.085)	(48.085)	
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>14.932</b>	<b>15.805</b>	<b>5.753</b>	<b>15.664</b>						
Impostos diferidos		4.469	4.469	4.469	4.469						
Investimentos		2.211	100	21	—						
Contas a receber		367	370	367	370						
Emprestimo surcusal		7.013	41	—	—						
Imobilizado		255	308	279	308						
Intangível		536	10.517	536	10.517						
Depósito/Bloqueio Judicial		81	—	81	—						
<b>Total do Ativo</b>		<b>39.900</b>	<b>31.582</b>	<b>37.034</b>	<b>31.709</b>						
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>78.435</b>	<b>74.698</b>	<b>84.390</b>	<b>74.765</b>						
Fornecedores		47.138	46.646	49.937	46.658						
Parcelamentos a recolher		14.464	16.152	14.464	16.152						
Impostos e contribuições a recolher		4.122	3.977	4.625	4.031						
Salários e obrigações sociais		3.621	4.423	3.718	4.423						
Adiantamentos clientes		1.142	—	1.143	—						
Estoques de terceiros		7.305	2.689	7.304	2.689						
Outras contas a pagar		643	812	3.199	812						
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>9.550</b>	<b>729</b>	<b>729</b>	<b>729</b>						
Mutuos controladas e coligadas		8.821	—	—	—						
Outras provisões		729	729	729	729						
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>(48.085)</b>	<b>(43.845)</b>	<b>(48.085)</b>	<b>(43.785)</b>						
Capital social		1.000	1.000	1.000	1.000						
Prejuízo acumulado		(49.085)	(44.845)	(49.085)	(44.785)						
<b>Total do Passivo</b>		<b>39.900</b>	<b>31.582</b>	<b>37.034</b>	<b>31.709</b>						
<b>Notas Explicativas levantado em 31/12/2025 e 31/12/2024 (Em milhares de Reais)</b>				<b>Diretoria</b>							
<b>1. Contexto Operacional</b> – A Pacer Logística S.A. – Em Recuperação Judicial ("Pacer" ou "Companhia") é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado com sede na Rodovia Anhanguera, S/N, KM15 galpão 3 localizado na cidade de São Paulo -SP, atualmente com a operação principal de Transporte de Cargas e Armazenagem. <b>Plano de recuperação judicial:</b> Em 2025, a Pacer continua em operação de transportes e armazenagem e outros serviços de logística após ajustes legais, estruturais, operacionais e comerciais, e vem cumprindo em todas as suas premissas o plano de recuperação e continua a apresentar mensalmente os resultados obtidos. Continua também com diversas ações que buscam melhoria contínua de resultados essenciais para a continuidade do negócio. <b>Estoque de Terceiros:</b> São representados por estoques de nossos clientes que visam atender a operações de Assistência Técnica junto a terceiros. <b>Intangível:</b> Esse ativo intangível foi gerado internamente, utilizando-se como base o disposto no NBC GT 04 Correlato às Normas Internacionais de Contabilidade – CPC 04. Dada a devida observância da norma, desenrolou-se o estudo em favor das despesas transcorridas pela Pacer na efetiva produção dos Projetos o qual se provou a real adequação a cada pré-requisito, requisito formal e pós-requisito requerido pela norma, sendo assim, procedeu-se a correta classificação dos mesmos ao Ativo Intangível da empresa. Os estudos envolveram as teses apresentadas, os documentos oficiais, a perspectiva futura de retorno e a análise do tempo de maturação de cada um dos projetos. Por essas premissas foi reconhecido o devido método de amortização deste Ativo Intangível e reconhecimento da mesma. Os custos que não se adequavam as premissas foram alocados no resultado para não afetação dos resultados deste parecer. Dada a conclusão do estudo, mostrando-se observadas todas as adequações necessárias e embasamentos encontrados, atesta-se que mediante ao apresentado pela administração, os Projetos contabilizados se adequam à norma e podem seguir as instruções evidenciadas pela mesma. <b>Parcelamento de Impostos:</b> A Pacer vem cumprindo com pagamentos dos parcelamentos dos impostos efetuados em 2024. <b>I – Capital social:</b> Em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.000.000,00, representado por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. <b>II. Distribuição de lucros:</b> A distribuição de lucro deve respeitar os pontos estabelecidos a seguir: (a) – 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; (b) – 25% (vinte e cinco por cento) no mínimo do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei Federal nº 6.404/76, serão destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios; (c) – No exercício em que os lucros a realizar ultrapassarem o total do lucro líquido deduzindo das parcelas previstas pelos artigos 193 a 196 da Lei Federal nº 6.404/76 a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração destinar o excesso a constituição de reserva de lucro a realizar. (d) – O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável. Para o ano de 2025 não houve distribuição de dividendos. <b>Considerações finais:</b> Ressalta-se que o processo de recuperação judicial vem permitindo a manutenção dos empregos e a prestação de serviços a nossos clientes e o interesse dos credores foram discutidos e garantidos através de assembleia dentro do processo de recuperação judicial, o qual foi apresentado um plano de pagamento, e que vem sendo cumprido, sendo assim, a companhia está confiante na melhor resolução para colocá-la de volta ao crescimento.											
Alexandre Bichara Caldas – Diretor Presidente				Luciano Guedes de Mello Costa – Diretor Vice-Presidente				Alexandre Galvão de Almeida – Diretor Operacional			
<b>Conselho de Administração</b>				<b>Contador</b>							
Alexandre Bichara Caldas – Diretor Presidente		Alexandre Galvão de Almeida – Conselheiro		Sandra Maria Ribeiro Vasques – Conselheira		José Neves de Santana – CRC: 1SP 126.609/O-0					

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 31/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

